

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALESSA PASSOS FRANCISCO

“Um preto de alma branca”

Escrita de si, redes de sociabilidade e mobilidade social na trajetória do Marechal João
Baptista de Mattos nas primeiras décadas do século XX.

Niterói,

2017.

ALESSA PASSOS FRANCISCO

“Um preto de alma branca”

Escrita de si, redes de sociabilidade e mobilidade social na trajetória do Marechal João Baptista de Mattos nas primeiras décadas do século XX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Ajuram de Oliveira Dezemone

Niterói,

2017.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

- F818 Francisco, Alessa Passos.
“Um preto de alma branca”: escrita de si, redes de sociabilidade e mobilidade social na trajetória do Marechal João Baptista de Mattos nas primeiras décadas do século XX / Alessa Passos Francisco. – 2017. 198 f. ; il.
Orientador: Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.
Bibliografia: f. 181-188.
1. Mattos, João Baptista de, Marechal, 1900-1969. 2. Abolição da escravatura, 1888. 3. Mobilidade social. 4. Relações sociais.
I. Dezemone, Marcus Ajuruam de Oliveira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

ALESSA PASSOS FRANCISCO

“Um preto de alma branca”

Escrita de si, redes de sociabilidade e mobilidade social na trajetória do Marechal João Baptista de Mattos nas primeiras décadas do século XX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em História Social.

Banca prevista para: 28/03/2017

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Marcus Dezemone – Orientador
Universidade Federal Fluminense e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFF e UERJ)

Professora Doutora Verena Alberti – Membro
Fundação Getúlio Vargas e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CPDOC-FGV e UERJ)

Professora Doutora Hebe Mattos – Membro
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Doutora Juniele Almeida - Suplente
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professor Doutor Álvaro Nascimento – Suplente
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

“A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso, mas o que ele se torna com isso.”

(John Ruskin)

Ao Rafael, com quem divido a minha história.

Agradecimentos

São muitos os que merecem espaço nas linhas que se seguem. Tantas pessoas foram fundamentais nesta caminhada, que hoje eu entendo o verdadeiro significado das palavras de Umbelina Sant'Anna, que uma vez me disse: "*Ninguém vence sozinho!*". Mas, sabendo da minha incapacidade de colocar neste diminuto espaço todos os que fazem parte desta jornada, já deixo o meu muito obrigada a todos os que me apoiaram.

Em primeiro lugar preciso agradecer a Deus, por ter me dado saúde e força para superar os meus desafios pessoais.

Ao Rafael, meu marido e assessor para assuntos de Excel e Power Point, que me apoiou e incentivou desde quando tudo isso ainda era um sonho. Agradeço pelo companheirismo, por saber entender, melhor do que ninguém, a importância e o significado desta conquista. Ela também é sua!

Agradeço aos meus familiares, em especial à minha mãe, Maria Celeste, ao meu pai, Carlos, à minha irmã, Andreza e aos meus sobrinhos, por me apoiarem e entenderem minhas ausências e me fazerem acreditar que eu era capaz de chegar até aqui. Vocês são o meu universo.

Ao meu professor e orientador Doutor Marcus Dezemone, que mais do que um orientador se mostrou um grande mestre e amigo, que não mediu esforços para que esta jornada fosse um sucesso. Divido com ele qualquer eventual êxito que este trabalho venha a ter e os erros, são devidos à minha inexperiência. Já se vão 5 anos de trabalho, período em que tive a satisfação de aprender com os seus ensinamentos e exemplos. Muito obrigada por tudo!

À Capes, pelo financiamento da pesquisa.

À Umbelina Sant'Anna, filha do Marechal Mattos, que além da valiosa entrevista, franqueou a esta pesquisa muitos documentos familiares, fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer ao professor Doutor Carlos Eduardo Costa e à professora Doutora Giovana Xavier, pessoas que acreditaram no potencial do meu trabalho. O primeiro me mostrou o quanto a academia também é um lugar de

acolhimento. Giovana Xavier me ensinou o quanto a união e a afetividade são fundamentais para que nós, enquanto mulheres negras e intelectuais, possamos ir além, juntas.

Às professoras doutoras Hebe Mattos e Verena Aberti, que me deram a honra de participarem da banca. Muito obrigada pelas contribuições que me ajudaram muito no meu crescimento profissional.

Agradeço de todo o coração a todos os pesquisadores envolvidos no Grupo de Pesquisa Cultura Negra no Atlântico, e em especial à professora Doutora Martha Abreu, que é uma grande inspiração para mim.

Aos professores do PPGH-UFF, que me deram a base necessária para o desenvolvimento do trabalho. Em especial à professora Juniele Rabelo, Laura Maciel e a professora Rachel Soihet.

Aos oficiais do Arquivo do Exército, por sempre estarem dispostos a atender bem e auxiliar sempre que possível.

Aos pesquisadores do NUDOM, por se envolverem e apresentarem uma disposição sem igual em ajudar.

Aos amigos que conquistei durante essa difícil e árdua caminhada que é a pós-graduação, em especial à Jéssika Evelyn, que foi minha parceira para todas as horas e me ofereceu apoio irrestrito. Muito obrigada, amiga, você é muito especial pra mim.

Resumo

“Um preto de alma branca”

Escrita de si, redes de sociabilidade e mobilidade social na trajetória do Marechal João Baptista de Mattos nas primeiras décadas do século XX.

A pesquisa tem como tema o negro no pós-abolição, a partir da trajetória do Marechal João Baptista de Mattos (1900-1969), primeiro negro a receber tal título no Exército Brasileiro. Descendente de ex-escravos, Mattos carregava sob sua pele o amálgama da escravidão. Tanto que, após sua morte, foi classificado como “um preto de alma branca”. Apesar do racismo por trás destas palavras, a mobilidade social do Marechal Mattos foi o motivo pelo qual sua alma foi classificada como branca: mesmo “preto”, acessou os extratos mais elevados da sociedade. A dissertação busca entender como um menino negro, nascido doze anos após a Abolição, conseguiu se inserir no mundo letrado e ingressar no oficialato do Exército, apesar dos poucos recursos financeiros que dispunha. Para isso, foi analisada sua rede de sociabilidade, como forma de perceber pessoas que contribuíram para sua mobilidade social. Parte dessa rede foi mapeada por meio de um conjunto de dedicatórias, anexadas aos livros publicados pelo próprio Mattos, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1960. Tal conjunto documental oferece um sentido autobiográfico à pesquisa, pois privilegia o olhar de Mattos sobre a sua trajetória, sob a perspectiva de sua ascensão social. Fica evidente o papel materno na elaboração de relações sociais, forjadas no convívio do trabalho doméstico como babá, que permitiram o acúmulo de um capital social fundamental para a inserção de Baptista de Mattos no mundo letrado e seu ingresso no Exército.

Palavras-chave: João Baptista de Mattos, pós-abolição, escrita de si, mobilidade social, redes de sociabilidade.

Abstract**"A black of white soul"**

Self-writing, sociability networks and social mobility in Marshal João Baptista de Mattos trajectory in the first decades of the 20th century.

The research is about the black man in the post-abolition, from the trajectory of Marshal João Baptista de Mattos (1900-1969), the first black man to receive such graduation in the Brazilian Army. Descending from ex-slaves, Mattos carried the amalgam of slavery under his skin. So much so that after his death he was classified as "a black of white soul." Despite the racism behind these words, the social mobility of Marechal Mattos was the reason why his soul was classified as white, which despite being born black, accessed the highest extracts of society. This dissertation seeks to understand how a black boy, born twelve years after the abolition, was able to enter the literate world and join the army officer, despite the few financial resources that he had. For this, it was analyzed its sociability network, as a way of perceiving people who contributed to its social mobility. Part of this network was mapped through a set of dedications, attached to the books published by Mattos himself, between the late 1940s and early 1960s. This documentary set offers an autobiographical sense to research, since it privileges Mattos' its trajectory, from the perspective of its social ascent. It is evidence the maternal role in the elaboration of social relations, forged in the conviviality of domestic work as a nanny, was evident, which allowed the accumulation of a fundamental social capital for the insertion of Baptista de Mattos in the literate world and his entry into the Army.

Keywords: João Baptista de Mattos, post-abolition, self-writing, social mobility, sociability networks.

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo.....	vii
Sumário	ix
Índice de Imagens	xi
Índice de Tabela.....	xi
Abreviações	xi
Apresentação	12
Introdução.....	17
a. Breve resumo biográfico.....	17
b. Racismo, mobilidade social e microanálise.	23
c. Os Monumentos Nacionais e a escrita de si.....	31
d. “Um estímulo à juventude pobre e estudiosa”	41
1. A rede familiar de João Baptista de Mattos.....	50
1.1 “ <i>À memória de minha mãe</i> ”	50
1.1.1 “D. Umbelina nasceu livre”	53
1.1.2 O trabalho doméstico no pós-abolição.....	56
1.1.3 “D. Umbelina é a figura principal!”	61
1.2. <i>À memória de meu Pai, esposa e filhos...</i>	68
2. A inserção no mundo letrado.....	76
2.1 “ <i>A esses amigos onde sempre houve guarida para a caridade</i> ”	76
2.1.1. Relações de trabalho doméstico entre Umbelina e a família Carqueja	82
2.1.2 A Construção de um capital social	86
2.2 Escola Primária	92

2.2.1 “Com distinção e louvor”	98
2.2.2 “Meu filho vai estudar!”	103
2.2.3 A escola como fator de manutenção de privilégios.	110
2.3 “ <i>Cujas portas jamais distinguiram alunos pela fortuna</i> ”	114
3. Carreira Militar	123
3.1 Escola Militar do Realengo.....	123
3.1.1 “ <i>Fase de candidato à Escola Militar</i> ”	123
3.1.2 “ <i>Aos dignos mestres da Escola Militar</i> ”	131
3.1.3 “ <i>Amizade mui estreita dos bancos da Escola Militar</i> ”	143
3.2 Início de uma carreira.....	152
3.2.1 “ <i>Unidade onde iniciei a carreira de oficial</i> ”.....	152
3.2.2 “ <i>À Fôrça Expedicionária no Bronze</i> ”	155
3.2.3 “ <i>Ao 5º Batalhão de Caçadores</i> ”.....	163
Considerações finais	167
Fontes	177
Referências Bibliográficas	181
Apêndices	188
Apêndice 1 – Notas sobre os autores dos prefácios.	189
Apêndice 2: Organização cronológica das dedicatórias	195
Anexo	196
Anexo 1. Marechal João Baptista de Mattos: Um Prêto de Alma Branca.....	197

Índice de Imagens

Imagem 1. "Marechal João Baptista de Mattos".....	14
Imagem 2. "Marechal João Baptista de Mattos: Um preto de alma branca".	24
Imagem 3. Foto do busto do Marechal João Baptista de Mattos inaugurado no Colégio Estadual que recebe o seu nome, no Irajá, RJ.....	43
Imagem 4. Foto da plaqueta exposta na entrada do templo da INSRSBHP.....	45
Imagem 5. À esquerda, foto do Casal Mattos como padrinhos de casamento.....	72
Imagem 6. "Grupos de professoras da Escola Riachuelo".	94
Imagem 7. Escola Riachuelo- dirigida pela distinta professora Alzira Pires.....	100
Imagem 8. Educação na Belle Époque (1890-1910).....	120
Imagem 9. ."Turma de Costa e Silva aniversariou".	149

Índice de Tabela

Tabela 1. Situação da Turma de infantaria de 1921 de 5 em 5 anos	146
--	-----

Abreviações

EMR - Escola Militar do Realengo

FEB - Força Expedicionária Brasileira

INSRSBHP - Irmandade Nossa senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos

MMB - Missão Militar Brasileira

BC – Batalhão de Caçadores.

Apresentação

“Um preto de alma branca”. Com essas palavras o General Adalardo Fialho teve a intenção de homenagear o Marechal João Baptista de Mattos, por ocasião de seu falecimento, em 1969. Apesar de nascido em 1900, doze anos após a assinatura da Lei Áurea, o passado escravo não era algo distante de sua realidade: sua mãe nasceu na senzala, beneficiada pela lei do Ventre Livre e sua avó foi escrava da fazenda do Visconde de Taunay por muitos anos, e continuou trabalhando no mesmo lugar depois de liberta. João Baptista trouxe sob sua pele o amálgama da escravidão, vivendo em um período onde a cor negra era sinônimo de atraso, má educação e subalternidade.

Conforme o jornal “*Folha de São Paulo*”, Mattos foi o primeiro negro promovido à patente de General do Exército Brasileiro, em 1955.¹ Quase dez anos depois Baptista de Mattos ascendeu a Marechal, o mais alto posto desta instituição, pelo qual foi identificado no citado artigo do General Fialho. Ademais, também tangenciou o mundo político quando foi nomeado secretário do Ministério da Guerra, na década de 1950. No mesmo período, mais precisamente em 1951, João Baptista se tornou membro da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (INSRSBHP).² Sua participação na Irmandade foi ativa, se tornou juiz, um cargo de administração, decisões e alto prestígio dentro deste tipo de comunidade.

Formado bacharel em Direito na década de 1930 em Niterói, Mattos serviu em aproximadamente 13 estados da federação ao longo de sua carreira, tornando-se membro de diversas instituições de pesquisa histórica e geográfica, bem como academias de letras municipais, fora do meio militar. Todo esse envolvimento com o mundo letrado se materializou na produção de uma ampla bibliografia: ele escreveu e publicou uma coleção de 11 livros, que registram o levantamento dos “*Monumentos Nacionais*”. Ocupou ainda cargos em ministérios, construindo uma rede de relações que contava com pessoas de evidência no cenário político, econômico e letrado nacional. Atributos e qualidades que contribuíram para que o General Adalardo Filho

¹ De acordo com informações contidas na matéria do jornal Folha de São Paulo, o segundo General negro brasileiro foi promovido, muitos anos depois, em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso. Trata-se do General Jorge Alves de Carvalho. “*FHC Promove segundo General negro da história do país*”. Folha de São Paulo. São Paulo, 1 de abril de 1999. Acessado via internet em 04 de fevereiro de 2016. Em: www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc01049914.htm

² Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, Ficha do Irmão Marechal João Baptista de Mattos. Número 36. Museu do Negro. SD.

classificasse a alma de Mattos como branca, apesar da pele preta. Expressão que em tom pretensamente elogioso, apesar de racista, demarca sua origem com a cor e a mobilidade, qualidades sociais e pessoais, com a alma branca.

Instigada por essa visão polarizadora que sublinhou o homem preto, descendente de escravos com o título de Marechal do Exército, é que iniciei esta jornada de pesquisa, ainda no final da graduação, enquanto investigava questões relacionadas ao negro no pós-abolição e sua presença na escola. Foi justamente essa dupla e complementar visão sobre o Marechal, contida no verso de uma fotografia, que colocava o passado escravo e sua posição social em fim de vida, que se tornou a primeira descrição de Mattos da qual tive contato: “Marechal João Baptista de Mattos (ex-aluno): Neto e Bisneto de escravos. O primeiro negro a ganhar o título de Marechal no Brasil”.³ A frase escrita no verso da foto depositada pela família no acervo do NUDOM (Núcleo de Documentação e História do Colégio Pedro II), apresentou Mattos, enquanto ex-aluno, adulto e fardado (imagem 1). Em poucas palavras, a frase no verso da foto realçou também os extremos em sua trajetória: de um lado, caracterizado pela condição social herdada de sua família e, de outro, o posto do Exército que ocupou muitos anos depois. Marca a ideia de uma profunda ascensão social, entre a sua condição de negro descendente de escravos e o Marechal do Exército.

A foto identificada no NUDOM trouxe, desde os primeiros instantes, a demanda sobre a discussão da ascensão social de Mattos, que constituiu parte do problema desta pesquisa de mestrado. Questionei-me como, um menino negro e com poucos recursos financeiros, conseguiu superar a condição subalterna legada pela escravidão, se alfabetizar e ingressar no oficialato do Exército. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar as estratégias individuais e familiares que contribuíram para a mobilidade social de João Baptista de Mattos, nas primeiras décadas do pós-abolição. Busca-se verificar fatores que possibilitaram sua instrução e o seu ingresso nas Forças Armadas. Discussão que torna possível a problematização do período pós-abolição, conhecendo uma dentre outras possíveis estratégias de participação e ascensão sociais elaboradas pelos descendentes de escravos.

³ Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Iconografia. Foto do Marechal João Baptista de Mattos – ex aluno.

Imagem 1. "Marechal João Baptista de Mattos".



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. S.D.

Ao longo do trabalho é discutida a construção e a extensão de parte da rede de sociabilidade que envolveu Baptista de Mattos, de sua infância até o início da vida adulta. Todavia, é impossível descrever, pensar, discutir ou captar todas as relações vivenciadas por um indivíduo ao longo da vida. Para a viabilidade metodológica, dentro do conjunto de suas relações, fez-se necessário um recorte mais preciso, que pudesse dar conta de eleger os principais personagens envolvidos no centro de interesse da pesquisa.

O conjunto de fontes formado pelas dedicatórias da coleção de livros escritos por Mattos se tornou o ponto de partida, ao oferecer um recorte autorreferencial, que valorizou a perspectiva de Mattos sobre sua própria trajetória e sua rede de sociabilidade. Em cada uma das dedicatórias, Mattos tratou de homenagear pessoas e instituições que fizeram parte de sua trajetória, inserção no mundo letrado e ingresso no Exército Brasileiro, na perspectiva de sua mobilidade social. Para atender às necessidades da pesquisa, junto a estas fontes, é analisada uma variedade de outros documentos, como: jornais da época, revistas, documentos da administração do Exército e do Colégio Pedro II, depoimentos orais, periódicos, entre outros.

O trabalho está organizado com uma introdução, seguida por três capítulos, cujos principais aspectos estão sintetizados e relacionados nas considerações finais. Na introdução, há um conjunto de considerações preliminares sobre a trajetória do Marechal Mattos, perpassadas por questões relacionadas ao racismo e a mobilidade social no pós-abolição. Além disto, o conjunto de livros, suporte das dedicatórias, é resumidamente apresentado. As dedicatórias são discutidas na perspectiva da escrita de si. Também é debatida a busca pela construção de uma memória do Marechal Mattos, pensando, com isto, a constituição, conservação e guarda de parte das fontes utilizadas nesta pesquisa. Nisso se destaca a atuação de Umbelina Sant'Anna, filha de Mattos, que forneceu diversas fontes e concedeu uma importante entrevista para essa pesquisa. Além disso, depositou documentos em diversos acervos, produziu lugares e artefatos de memória e forneceu diversas fontes para o trabalho.

No primeiro capítulo, são abordadas as duas primeiras dedicatórias da coleção de livros, que foram oferecidas ao núcleo familiar de Mattos: mãe, pai, esposa e filhos. A partir delas é possível analisar o período de sua infância e adolescência, sua ascendência escrava e a apresentação do protagonismo de sua mãe na constituição de parte de sua rede de sociabilidade, bem como questões de trabalho, raça e racismo no pós-abolição. Neste capítulo são debatidas questões do ambiente em que Mattos nasceu e cresceu, além das condições que possibilitaram ou dificultaram sua mobilidade social. Sua esposa e seus filhos ganham espaço na fase final deste capítulo, quando se recorre à narrativa oral e outros documentos que aproximam a pesquisa do universo familiar de Mattos.

No segundo capítulo, são analisadas as redes de sociabilidade e as estratégias de ascensão social por meio de três dedicatórias, respeitando a ordem cronológica de publicação dos livros. Neste grupo, o primeiro livro foi dedicado à família Carqueja, amigos que facilitaram e auxiliaram o acesso à instrução. Em seguida, o foco recai sobre o ensino primário na cidade do Rio de Janeiro, a partir da dedicatória endereçada às suas professoras primárias. Fechando este ciclo, a dedicatória oferecida aos diretores e professores do Colégio Pedro II, permite a discussão do acesso e permanência no ensino secundário e a reflexão sobre a participação do negro nestes espaços.

Por último, estão agrupadas seis dedicatórias, todas referentes ao início da vida militar de João Baptista de Mattos. A primeira foi oferecida às pessoas que auxiliaram

seu ingresso na Escola Militar do Realengo (EMR). Logo depois, é analisada a dedicatória aos professores da EMR e, em seguida, a dedicatória aos amigos que Mattos conservou na Escola, que embasará a discussão sobre o acesso de jovens negros na EMR e sua permanência. Na segunda etapa deste capítulo, a nona dedicatória, endereçada ao primeiro batalhão que Mattos serviu em sua carreira de oficial, logo depois de formado na EMR, é discutida. Nesse entremeio, a Segunda Guerra Mundial emerge por meio da participação de Mattos no esforço de guerra aqui no Brasil, tema subsidiado pela décima dedicatória oferecida à Força Expedicionária Brasileira. Por último, a décima primeira dedicatória, trata do segundo batalhão que Mattos serviu em sua carreira.

Dessa forma, a pesquisa empírica delimita sua ênfase nas primeiras décadas do período pós-abolição, visto que as dedicatórias privilegiam o período que vai desde a vida e heranças simbólicas de sua mãe, nascida nas últimas décadas da escravidão, até o seu ingresso no Exército e o serviço nos primeiros batalhões. Período que se torna representativo para pensar a trajetória de Mattos, bem como a superação da condição subalterna, por meio da inserção no mundo letrado e no oficialato do Exército. Discussões que, a partir das dedicatórias, apontam caminhos para a viabilidade da sua mobilidade social enquanto um projeto pessoal, traçado com auxílio de sua mãe, que indica uma forma de protagonismo dos primeiros descendentes de escravos. O estudo da trajetória do Marechal João Baptista de Mattos oferece um meio qualitativo de estudar a vida dos negros descendentes dos últimos escravos no Brasil. Constitui-se enquanto alternativa para o estudo do pós-abolição, para além do campo econômico e quantitativo.

Introdução

a. Breve resumo biográfico

João Baptista de Mattos nasceu em 24 de junho de 1900, no Rio de Janeiro. Filho de Umbelina de Mattos, que trabalhava como babá dos Carquejas, uma família mais abastada. Seu pai, Quintilhiano de Mattos, era condutor dos trens da Central do Brasil. Apesar de ser proveniente de família com poucos recursos, João Baptista de Mattos foi alfabetizado e teve acesso à instrução primária formal, em uma escola pública municipal do Rio de Janeiro. Depois, estudou no Colégio Pedro II contribuindo com uma mensalidade de, aproximadamente, Rs\$ 48.000 por trimestre.⁴ Ingressou no Exército Brasileiro em 1918, aos 17 anos de idade, quando prestou prova de seleção para a Escola Militar do Realengo.

Aprovado, iniciou seus estudos como Aspirante à Arma de Infantaria. Mattos concluiu a Escola Militar em 1921 e foi designado para servir em Florianópolis, graduando-se 2º Tenente e, em pouco tempo, 1º Tenente. Enquanto Tenente do Exército serviu em Florianópolis, Curitiba, Maceió, Salvador, Recife e na então Capital Federal. Casou-se com Olga Braga Gomes, no Rio de Janeiro, quando ainda estava lotado no Recife, em 1923. No ano seguinte, nasceu o primeiro filho desta união, Newton Gomes Mattos. Logo depois vieram os outros: Nilo, Nelson, Umbelina, Olga, Maria de Lourdes e Nilda.

No primeiro semestre de 1926, Baptista de Mattos foi requisitado pelo ministro da guerra para se inscrever na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Embarcou de Salvador, onde servia, para o Rio de Janeiro, com o objetivo de efetuar matrícula no curso.⁵ Recebeu seu diploma em 1926, com aproveitamento de 8,234, em 7º lugar por ordem de merecimento intelectual na arma.⁶ No ano seguinte, ainda como Tenente, se inscreveu na Escola de Estado Maior para realizar o curso com a chamada Missão Francesa, formando-se em 1929.⁷ No ano seguinte, quando completou dez anos de

⁴ Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro Auxiliar da Thesouraria do Collegio Pedro Segundo- despesas do Collegio a cargo da Thesouraria. BR-RJCPII-DAD/COP. Período: 1916-1918.

⁵ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Período de 31/8/1925 a 06/3/1926

⁶ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Período de 17/02/1926 a 08/01/1927.

⁷ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Período de 11/01/1927 a 24/12/1929.

serviço militar sem qualquer anotação que o desabonasse, Mattos foi condecorado com a medalha de bronze.⁸ Em Maio de 1932 ele foi promovido ao posto de Capitão pelo critério de antiguidade, após 11 anos como Tenente,⁹ o que parece ter sido um tempo relativamente equilibrado, principalmente se comparado às promoções dos outros militares que se formaram junto com ele (tabela 1).

O General Job Sant'Anna, seu genro, afirmou, no texto “Baptista *de Mattos: uma vida simples, um exemplo nobre*”, publicado na revista do Exército Brasileiro, que Mattos temia não ser promovido a Major e até se aposentar como Capitão. Segundo ele, “No 14º Batalhão de Caçadores, onde foi estagiário, encontrou um 1º Tenente com onze anos de oficial, um Capitão com a filha noiva e outro Capitão sendo reformado por ter atingido a idade limite para a aposentadoria compulsória...”¹⁰ Porém, em 1939, após 7 anos servindo como Capitão, Mattos foi promovido ao posto de Major, desta vez por merecimento.¹¹ Este critério de avaliação foi introduzido no Exército, de acordo com Celso Castro, em meados do século XIX. As qualidades pessoais e o empenho no serviço prestado começaram a ganhar lugar em detrimento da origem familiar e/ou social do militar, parâmetro utilizado até então para promoções ao oficialato. Ao longo dos anos, e por meio dos mesmos critérios de merecimento, Mattos foi promovido ao posto de Tenente-Coronel, Coronel, General de Brigada e, em 1964, à Marechal do Exército. Seu trabalho no Exército foi reconhecido por meio do recebimento de muitas condecorações, dentre elas as medalhas militares de prata, ouro e platina, por contar 20, 30 e 40 anos de serviço militar sem qualquer nota que o desabonasse, respectivamente.

Por alguns anos Mattos esteve diretamente envolvido na produção de “*A defesa Nacional*”, uma revista militar de prestígio, fundada em 1909 (Carvalho: 2005). Esta revista aplicava-se em assuntos de interesse militar relacionados à Marinha, Aeronáutica, Exército, geografia, história, geopolítica, ciência e técnica, com alcance nacional. Entre 1958 e 1960, Mattos foi diretor presidente da revista e em outros anos exerceu outras funções, compondo sua direção. Tal participação evidencia sua abertura

⁸ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Período: 11/01/1927 a 24/12/1929.

⁹ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Período de 13/04/1931 a 25/05/1932

¹⁰ SANT'ANNA, Job. Baptista de Mattos: Uma vida simples, um exemplo nobre. Separata da Revista do Exército Brasileiro. V 125 – nº 2 de abr/Jun de 1988. Comemorativo do Centenário da Abolição.

¹¹ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Segundo semestre de 1939.

e influência no meio letrado militar, já que figurou um cargo de alto prestígio dentro desta revista.

Fora dos muros do Exército, Baptista de Mattos se formou bacharel em Direito, na Faculdade de Direito de Niterói, em 1937.¹² Ao longo de sua vida envolveu-se ainda em diversos círculos letrados, voltados para a pesquisa histórica e geográfica brasileira. Foi presidente do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, tesoureiro da Sociedade Brasileira de Geografia, membro efetivo do Instituto Histórico do Sergipe, Rio de Janeiro e Pará, círculos que denotam sua inserção no mundo intelectual.¹³ Como acadêmico, Mattos tomou posse da cadeira de número 33 da Academia Valenciana de Letras, na classe de correspondente,¹⁴ ocupando o cargo de vice-presidente desta e da Academia de Letras da Guanabara.¹⁵

Os livros publicados por Mattos, entre 1947 e 1961, em sua maioria, contam com prefácios que foram escritos por pessoas que, de algum modo, se relacionaram com ele. Assim, os prefácios se tornam fontes e podem oferecer indícios sobre a sua rede de sociabilidade naquele momento. Uma vez que a escrita de um prefácio denota uma relação mais estreita, mesmo se entre militares, que se estendam além dos muros do Exército. São relações que, muitas vezes, podem ser um tanto profissionais, mas que contam com respeito e admiração mútua. Escrever um prefácio é um ato benemérito para o autor, mas, a escolha e convite de uma pessoa para fazê-lo também é uma expressão de prestígio para o escolhido. Assim, dentre os autores dos prefácios dos seus livros encontram-se promotores, militares, governadores, deputados, escritores proeminentes no cenário nacional e historiadores, pesquisadores da história nacional. Por isso, os prefácios desses livros são importantes meios para perceber as relações construídas por Mattos, que estiveram, de alguma forma, baseadas em proteções, trocas de favores e concessões bilaterais (apêndice 1).

¹² ACERVO FAMILIAR. Diploma de bacharelado em direito da faculdade de direito de Niterói. Niterói, 9 de dezembro de 1937.

¹³ Para Angela de Castro Gomes “Não é tanto a condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade e, sim, ao contrário, a participação numa rede de contatos é que demarca a específica inserção de um intelectual no mundo cultural. Intelectuais são, portanto, homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidade e/ou escrita.” (Gomes; 2004: 51).

¹⁴ Acervo familiar. Discursos acadêmicos – Academia Valenciana de Letras: Discurso de posse do acadêmico General João Baptista de Mattos à cadeira de nº 33 da classe de correspondentes. Sessão de 5 de setembro de 1959.

¹⁵ SANT’ANNA, Job. Baptista de Mattos: Uma vida simples, um exemplo nobre. Separata da Revista do Exército Brasileiro. V 125 – nº 2 de abr/Jun de 1988. Comemorativo do Centenário da Abolição.

Somando-se a tudo isso, Mattos passou a atuar no âmbito da política ministerial, alcançando cargos de prestígio político e militar. Em 27 de julho de 1954 ele foi nomeado oficial de gabinete do ministro da guerra, assumindo a função em 10 de agosto, para auxiliar na administração do Exército.¹⁶ Neste período, o presidente da república Getúlio Vargas reunia forças para tentar resistir às investidas desestabilizadoras, operadas contra o seu governo. Foi justamente na reorganização do seu ministério que Vargas erguia sua defesa, colocando pessoas de confiança que o apoiariam. Boris Fausto considera que “o presidente resistia, apoiado pelo General Zenóbio da Costa, insistindo no fato de que ele representava o princípio da legalidade constitucional” (Fausto; 1995: 417). Foi o próprio Zenóbio quem convidou Mattos para assumir a nova função. Em boletim oficial, ao deixar o governo após o suicídio de Vargas, o ministro afirmou que “foi com real satisfação que convidei esse digno camarada para o meu gabinete”.¹⁷ Apesar dos esforços para se equilibrar no poder, Vargas finalizou sua vida com um tiro no próprio peito. Mattos permaneceu no mesmo cargo ainda por um ano, saindo em 26 de agosto de 1955. O convite para continuar na função foi feito pelo novo ministro, Henrique Duffles Teixeira Lott, que substituiu Zenóbio. Em boletim, Lott demonstrou satisfação e reconhecimento do trabalho que Mattos vinha desenvolvendo no Exército e em seu gabinete.¹⁸

Em 14 de agosto de 1955 foi publicado, no jornal “*Correio da Manhã*”, um convite para todos os amigos de João Baptista de Mattos comparecerem a uma missa de ação de graças, em regozijo por sua promoção a General do Exército. A cerimônia seria celebrada na Venerável Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (INSRSBHP), situada na Rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro, no dia seguinte, às 11 horas da manhã. A missa ocorreu no seio de uma Irmandade que tem sua história erguida sob a guarida, proteção, união dos negros e sob a fé religiosa, comunhão que, como visto, Mattos integrou por muitos anos. Segundo o irmão Yolando Guerra, membro da irmandade, Baptista de Mattos se dizia feliz por ser descendente de escravos.¹⁹ Declaração que levanta a hipótese de que, além da religiosidade, Mattos

¹⁶ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A.

¹⁷ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Segundo semestre de 1954.

¹⁸ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Segundo semestre de 1954.

¹⁹ IPHAN. Fundo Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Série: Inventário. Caixa: RJ070-P2. Página XXII.

frequentou a INSRBHP como um ato de resistência e valorização da cultura negra, tom que possivelmente tenha querido emprestar a sua promoção no âmbito do Exército, pioneira para um negro no Brasil. Apesar de circular em espaços da elite intelectual e política, não se afastou da comunhão com outros negros e da cultura essencialmente negra.

Com cargos de importância administrativa, Mattos por muitos anos foi juiz da Irmandade, e sua trajetória também é contada com alguma evidência por esta comunidade. Citado pelo irmão Yolando no texto que compõe o inventário de tombamento da INSRBHP, sua história foi utilizada como exemplo do potencial dos homens negros, onde se diz que “ninguém deixa de vencer por ser negro”.²⁰ Mattos não apenas participou da comunhão, como também passou a fazer parte de sua história, que também é contada até os dias de hoje no Museu do Negro, anexo à Igreja.

Findo o tempo de serviço no Ministério, em boletim oficial, Lott fez extenso elogio a Mattos. No texto, o ministro louvou-o por sua promoção a General e por seus 11 meses de serviços no Ministério da Guerra. Nas palavras de Lott, Mattos era um

“Oficial de qualidades e seguro preparo, teve o traço de sua vida, como ardoroso Infante, evidenciado em trabalhos e atitudes que muito o distinguiram, quer como oficial de tropa, quer como instrutor de escol e excelente oficial de Estado-Maior. Tendo colaborado diretamente na minha administração desde o início da mesma, nos cinco primeiros meses como chefe da 1ª Divisão e nos 6 últimos como subchefe do gabinete, prestou-me o General Mattos nessas funções ajuda das mais valiosas, marcada principalmente pelos admiráveis atributos de bondade e de prestimosidade que lhe exornam a personalidade. De permanente bom humor, simples e afável o General Mattos sempre acolhia com afabilidade e elevada compreensão as solicitações dos que o procuravam, ao mesmo tempo que se aprofundava no estudo de assuntos que lhe eram afetos com grande dedicação e inextinguível espírito público. Galgando o posto de General de Brigada graças a expressiva indicação dos chefes militares e de seus pares, homologada com júbilo pelo governo da república, foi o General Mattos nomeado comandante da Brigada de Corumbá. No momento em que este digno chefe de infantaria, meu antigo coadjuvante em outras comissões, assume a sua primeira função de Oficial-General quero deixar aqui expresso o meu louvor pela excelente cooperação

²⁰ *Idem.*

direta que prestou à minha administração nos onze meses em que exerceu as funções de Oficial de Gabinete”.²¹

Lott denotou que o General Baptista de Mattos possuía uma rede de relações firme e estabelecida no Exército, em meio a seus pares, motivo que teria lhe garantido a promoção. Segundo ele, sua indicação ao posto de General partiu, de modo expressivo, dos próprios chefes militares. O alcance de um cargo tão alto requer, além de potencial, preparo, mas, principalmente, prestígio no meio militar. O próprio ministro, que fez questão de evidenciar sua antiga amizade com Mattos e demonstrou grande admiração por ele. Sua amizade tivera início há 37 anos, quando Mattos se alistou como aluno da Escola Militar do Realengo, onde Lott era instrutor de Infantaria.²²

Ao sair do gabinete do Ministério da Guerra, Mattos foi comandar a 2ª Brigada Mista, em Corumbá, porém, ainda atuava diretamente em defesa dos interesses do Ministro da Guerra. Meses depois se tornou um apoio quando as forças políticas se articulavam para impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubistchek, em 1955, quando o estado de sítio foi decretado no Brasil. Mattos foi designado como delegado executor do estado de sítio de Mato Grosso, e foi empossado por Antônio José de Lima Câmara, executor do estado de sítio.²³

Após concluir o curso da Escola Superior de Guerra, Mattos foi empossado no cargo de Secretário do Ministério da Guerra, em 12 de março de 1959.²⁴ Permaneceu até 5 de julho de 1961, quando foi afastado das suas funções pelo presidente, por meio de decreto, no mesmo período que se instalava uma crise da república. Nesse ínterim, Mattos presenciou os últimos meses do governo do presidente Juscelino Kubistchek e permaneceu no cargo durante quase todo governo de Jânio Quadros. Foi afastado dois dias antes do presidente anunciar, em reunião ministerial, reformas no código penal, civil, do imposto de renda e de contabilidade. Medidas que causaram protestos e perdas

²¹ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-B. Segundo semestre de 1955.

²² ACERVO FAMILIAR. Boletim comemorativo do aniversário da turma de Aspirantes a oficial de 18 de janeiro de 1921. Quartel General do estado da Guanabara, Janeiro de 1961.

²³ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-B. Segundo semestre de 1955.

²⁴ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. 10/07/1959.

de apoio de inúmeros setores que estiveram ao seu lado.²⁵ Mattos assumiu o comando da 9ª Região Militar, quinze dias depois que Jânio renunciou ao mandato.²⁶

Como corolário de uma eminente carreira militar, alguns anos depois, João Baptista de Mattos foi promovido ao posto de Marechal, chegando ao mais alto patamar do serviço Militar do Exército Brasileiro. Em 25 de julho de 1964 foi anunciada, no Jornal “*Correio da Manhã*”, a celebração de uma missa, em ação de graças pela progressão ao posto de Marechal e por sua passagem para a reserva, celebrada na Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, no dia 26.²⁷ Apesar de alçar o mais alto posto no Exército, Mattos celebrou suas conquistas no seio de sua irmandade, da qual fez parte até a sua morte. Comunhão que pôde ser testemunhada por Adalardo Fialho, que notou a presença de “uma irmandade de prêtos (N. S. do Rosário)” quando descrevia o velório do Marechal.²⁸

b. Racismo, mobilidade social e microanálise.

O falecimento de Mattos, em 1969, no Rio de Janeiro, rendeu diversas homenagens, e uma delas chamou atenção ao ter sido feita por um oficial que participou do cerimonial fúnebre, que ocorreu no cemitério São Francisco Xavier. O General Adalardo Fialho escreveu um artigo para o periódico “*Letras e Armas*”, intitulado “Marechal João Baptista de Mattos: Um preto de alma branca”. O artigo, que ocupa o espaço de uma página inteira, divide as atenções com uma ilustração, que se estende por toda metade da página. Nela se avulta a silhueta de um militar em posição de continência, de seu interior sobressai uma flor branca (imagem 2). Esta flor, ao que tudo indica, está representando uma Camélia, símbolo do abolicionismo no período final da escravidão no Brasil.

²⁵ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

²⁶ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-B. 2º Semestre de 1961.

²⁷ MARECHAL R/1 João Baptista de Mattos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1964. 10p.

²⁸ *Idem* 4.

Imagem 2. "Marechal João Baptista de Mattos: Um preto de alma branca".



Fonte: ACERVO Familiar. Periódico “Letras e Armas”, texto com autoria de Adalardo Fialho. S/D.

Com esses poucos elementos já é possível formular algumas questões relevantes sobre a perspectiva exposta pelo General Adalardo sobre Mattos, que possivelmente era compartilhada por outras pessoas, dentro e fora do Exército naquele período. Em primeiro lugar, pode-se perceber que a figura do Marechal, representada pela silhueta de um militar, está intrinsecamente relacionada ao passado escravo e a abolição, simbolizados por meio do que lembra ser uma camélia. Sua condição de militar e Marechal do Exército não foi suficiente para apagar ou atenuar sua ligação com o passado escravo. A cor de sua pele, explicitada no subtítulo do texto, e toda a simbologia carregada por ela, completa o jogo de apresentação de João Baptista de Mattos frente à sociedade e ao meio militar por ocasião de seu falecimento.

Pele preta e alma branca foram as formas encontradas pelo autor para descrever, e talvez justificar, o fato de um homem negro ocupar um lugar que sempre foi considerado no Brasil reservado para homens brancos, representantes de uma elite. Sua alma foi afastada de todo o significado imputado pelo racismo à cor de sua pele, do amálgama da escravidão, deixando claro o quanto a dualidade entre cor e méritos pessoais estava em lados opostos, em uma espécie de “cabo de guerra”. Torna-se evidente que a cor da pele de Mattos foi um grande empecilho para o olhar de

admiração sobre ele. A alma branca foi um recurso que hoje parece estranho para descrever e testemunhar a favor dele e de suas conquistas pessoais.

Adalardo Fialho, ao descrever o funeral, apontou a cerimônia como um momento em que “nunca nos sentimos tão brasileiros”.²⁹ Para ele, Mattos honrou o país e o Exército. Ao longo do texto, Adalardo tece um panorama geral das pessoas que foram prestar as últimas homenagens ao falecido, o que o fez concluir que o Brasil era um país livre de discriminações raciais. Segundo ele

“Centenas de pessoas de todas as classes sociais acorreram ao cemitério de S. Francisco Xavier para prestar-lhe as suas últimas homenagens. Espontaneidade, amor, saudade em todas as fisionomias que lá foram. Milagre de amor. Vimos pretos abraçando brancos e brancos beijando pretos. Vimos até brancos desmaiando.

Se o correspondente de jornal de um desses países onde impera a discriminação racial assistisse aquêle enterro, teria matéria farta e preciosa para rabiscar um desses artigos depreciadores dos países ‘down’ rio Grande. Ele diria que viu o caixão de um prêto, Marechal do Exército brasileiro, ser levado a última morada ladeado por uma irmandade de prêtos (N. S. do Rosário) e acompanhado por uma multidão, com maioria absoluta de brancos. Diria mesmo que lá estavam ministros, Marechais, Generais, oficiais de altas patentes de todas as Fôrças Armadas, figuras representativas da sociedade local e um sem número de representantes de todos os níveis sociais.

E concluiria com alguma admiração própria dos que não compreendem a doutrina do Nazareno em toda a sua extensão.”³⁰

Ao falar de Mattos, o General Adalardo traça parte de sua experiência profissional e intelectual, como forma de avolumar e resplandecer suas qualidades e o afastar da simbologia que observa na cor de sua pele. Não obstante, como forma de conjecturar sobre o meio social do qual fazia parte, Fialho destacou a presença de grandes autoridades civis e militares no funeral do Marechal. Segundo ele, Baptista de Mattos era um “Homem leal, de caráter adamantino, olhar doce e sorriso sempre presente, soube conquistar amigos, que viam nele jamais o prêto, mas um cidadão útil à

²⁹ ACERVO Familiar. "Marechal João Baptista de Mattos: Um preto de alma branca". Periódico “*Letras e Armas*”, texto com autoria de Adalardo Fialho.

³⁰ *Idem*.

comunidade e à Pátria”.³¹ Trecho que revela o racismo escondido por traz de suas palavras de ode a um Brasil sem discriminação. Corrobora com a inferência de uma oposição clara entre a raça negra e as conquistas alcançadas por ele, que coloca de um lado a figura do preto e de outro a de cidadão útil. A alma branca parece mesmo uma forma de legitimar sua mobilidade social. Apesar de se orgulhar em vários momentos da ausência de racismo no Brasil, país onde pôde vislumbrar um enterro composto por pessoas de todos os níveis sociais. Fica evidente a carga negativa de sua visão sobre o homem “preto”. (Anexo 1)

Na presente pesquisa, as noções de discriminação e racismo estão vinculadas às ideias expostas por Domingues, que considera o racismo “uma forma de avaliar o negro tendo como base estereótipos que lhe atribuem qualidades negativas. A discriminação é o processo de marginalização social, político, cultural e racial imposta ao negro” (Domingues; 2004: 134). Se aprofundando dentro dessa perspectiva e na sua característica processual e histórica, o racismo passa a ser visto como uma construção que ganha diferentes características ao longo do tempo, de acordo com cada sociedade e cada momento do qual esteja sendo analisado. Wlamyra Albuquerque, salientando tal característica, utiliza em lugar do racismo o termo racialização, o qual tende a dar enfoque ao processo histórico do racismo, sempre em construção e reconstrução (Albuquerque; 2009: 35).

Como também observado no relato do General Adalardo, o racismo no Brasil esteve por séculos obscurecido e velado na sociedade. Antônio Guimarães, em seu texto “Racismo e antirracismo no Brasil”, aponta as especificidades do racismo brasileiro, afirmando que o fim da organização escravocrata no Brasil abriu espaço para que outro sistema de separação e diferenciação tratasse de fortalecer e potencializar a condição subalterna do negro, conservando-o nos mesmos extratos sociais de outrora. Assim, esclarece que as permanências dos lugares sociais, separando brancos e negros em extremidades distintas, foram reafirmadas pela hierarquização da sociedade em classes. A cor passou a ser uma marca de origem, um código que carregou o negro para o cativeiro, de forma simbólica, mesmo em tempos de liberdade. De uma forma ou de outra, ser negro no Brasil pós-abolição sempre remeteu ao passado escravo. Muitas vezes, cor e subalternidade passaram a corresponder quase como sinônimos.

³¹ Idem.

Caracteristicamente, cor da pele e status social tinham profundas relações entre si, não só no Brasil, mas na América Latina como um todo.

A existência maciça do negro no Brasil era encarada como um dos fatores de impedimento ao progresso da nação. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, em “*O espetáculo das raças*”, sobre a população negra vigorava uma visão de grupo incivilizável, representando o estágio mais baixo da evolução humana. De acordo com a historiadora, esta visão estava presente em diversas instâncias da sociedade, principalmente nos meios acadêmicos, científicos, no direito e na medicina. Já em suas considerações finais, ressalta que a visão racial da nação, apesar de partir de comunidades científicas, esteve vivenciada nas relações pessoais e cotidianas, o que fundamentou hierarquias sociais com base em critérios biologizantes (Schwarcz; 1993:223).

Petrônio Domingues reforça a ideia da existência de uma visão racista e excludente construída sobre os negros na sociedade pós-emancipação. Para ilustrar suas alegações, Petrônio cita Pierre Denis, francês, que publicou seu livro em 1909, como resultado de viagens ao Brasil. Para Denis

“[...] a inferioridade econômica e moral da população negra no Brasil não pode ser contestada. A puerilidade dos negros é extrema. São imprevidentes e não conhecem nenhuma das formas da ambição, único estímulo do progresso. São modestos em seus desejos, com pouco se satisfazem. Quem quer que tenha ouvido, nas ruas da Bahia, o riso sonoro, jovial e sincero de alguma mulher negra, decerto sentiu esse misto de desprezo, de indulgência e de inveja que inspira este povo de crianças. A sua imaginação é ativa e forte, intensa a sua vida sentimental, mas a intelectual é nula. São supersticiosos, a sua ambição manteve, e mantém ainda, as quatrocentas igrejas na Bahia.”³²

Apesar da liberdade da população de cor brasileira, sua posição na estrutura social mudou mais na nomenclatura e menos em condições sociais e oportunidades. Porém, a despeito dos percalços, muitos negros conseguiram se posicionar de forma mais atuante e participativa, superando muitas limitações impostas pela condição subalterna. Para isso, lançaram mão de inúmeras estratégias, que visavam superar os obstáculos impostos pela racialização e discriminação. Cabe considerar de que forma Mattos, descendente próximo da realidade da escravidão, nascido apenas doze anos

³² Pierre Denis, *O Brasil no século XX*, cit., p 346 *Apud* Petrônio Domingues, *Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, São Paulo, SENAC, 2004, p 53.

após a Abolição, pôde, algumas décadas depois, figurar entre a mais alta sociedade militar, política e letrada brasileira.

Assim como Wlamyra Albuquerque ao analisar os clubes carnavalescos na Bahia, não é objetivo da pesquisa polarizar a análise entre ser socialmente branco ou permanecer retinto, ou seja, próximos dos costumes dos grupos negros. Como salienta, tal análise deixa a desejar por não comportar as tensões e negociações que estiveram no centro das relações sociais nessas primeiras décadas do pós-abolição. Não se trata de analisar o que esteve perto ou distante dos costumes negros ou brancos. Examina-se que João Baptista de Mattos, negro, nascido em berço subalterno, não disporia de muitas possibilidades de desfrutar condições sociais diferentes das de sua mãe. Enquanto indivíduo, seu campo de ação estava fadado às limitações sociais, classista e, principalmente, impostas pela racialização. Ter nascido negro já era por si só uma importante restrição do seu raio de ação na sociedade pós-emancipação, conforme vem apontando a historiografia.

Sabina Loriga, em seu texto *“O pequeno X: da biografia à história”*, resgatando as considerações de Jojan Gustav Droysen, analisa as ações individuais a partir do estudo de trajetórias. Droysen acreditava que tudo o que o homem é, possui ou faz são resultados da soma dos elementos externos mais as contribuições pessoais, que são expressas pelo polinômio $A = x + a$. Sendo “A” totalidade do ser, “x” representa as contribuições pessoais e “a” os fatores externos. Droysen insiste no valor desmedido das contribuições pessoais, que apesar de mais restritas, resultam da obra de sua livre e espontânea vontade. O peso dessas contribuições contém o valor moral da pessoa, sua importância é superior e desproporcional. Porém, os fatores condicionantes externos apresentam ampla influência na trajetória individual, restringindo, inclusive, o espaço das escolhas pessoais. Analisar uma trajetória requer o esforço de equilibrar-se entre condicionantes externos e escolhas pessoais.

Sabe-se da impossibilidade de analisar a totalidade dos fatores externos, das contribuições pessoais ou mesmo de uma trajetória como um todo. Os fatores externos aqui serão pensados por meio das variantes das redes de sociabilidades, condição social e pelas questões raciais. Apesar de ser de primordial importância a reflexão sobre as ações de livre escolha pessoal, aqui os fatores externos (a) ganharão maior atenção. Isso como uma forma de perceber as condições sociais que possibilitaram a ascensão social

de Mattos nas primeiras décadas de sua vida, quando ainda não possuía qualquer prestígio acadêmico ou militar. Dentro desse panorama, é importante perceber alguns dos subterfúgios que contribuíram para driblar tais desfavorecimentos, pensado por meio das suas redes de relações pessoais. Método que, assim como qualquer outro, discute fragmentos de sua trajetória.

Contudo, o pequeno x, como denomina Loriga, é um importante fator para o estudo biográfico. Talvez seja ele o que mais justifique o debruçar sobre uma história pessoal, é o responsável por representar a agência individual. São as contribuições pessoais que impregnam o estudo biográfico com cores e sons, que distinguem um indivíduo dentre mil outros. São elas que fazem cada biografia se tornar única, e garantem uma infinidade de histórias pessoais, diversas umas das outras, apesar de alguns condicionantes externos serem compartilhados ou parecidos, em algumas situações. Pensar sobre essas contribuições faz com que cada biografia seja singular, importante exercício para qualquer pesquisa que lida com trajetórias de vidas. Por isso, o principal eixo de observação está calcado na ação e organização de Mattos sobre a sua rede de sociabilidade. Em tese, a pesquisa discute como e até que ponto a rede sociabilidade foi utilizada como estratégia de inserção no mundo letrado e nas Forças Armadas.

A mobilidade social do negro, apesar de muito difícil, não foi inexistente no Brasil e é identificada por Keila Grinberg desde o Império. Em “O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças”, a autora discorre sobre o assunto. Em sua pesquisa constata a mobilidade social de Rebouças, que de origem humilde e mãe liberta, chegou a ser advogado. Segunda ela, a situação vivenciada na década de 1820, principalmente com advento da independência do Brasil, “possibilitava a existência de espaços para a mudança de condição jurídica e ascensão social, e não faltavam pessoas dispostas a alargá-los. Antônio Pereira Rebouças era uma delas” (Grinberg; 2002: 58).

A pesquisa, correlacionada ao campo do pós-abolição, será um meio substancial de pensar alguns dos alcances e participações sociais dos negros nesse período. A trajetória de Mattos colocará a análise em contato com uma parte do microcosmo social do Rio de Janeiro, observado por meio da rede de sociabilidade de Mattos. Será uma via de acesso à organização social, transformando o enfoque biográfico em uma

microanálise social, porque engloba vários grupos e instituições sociais. Neste âmbito são proveitosos os estudos de Giovanni Levi, “A Herança imaterial”, e de Carlo Ginzburg, “O queijo e os vermes”, que acessaram parte da vida social de determinada comunidade por meio da trajetória individual, como esta pesquisa busca fazer.

Por meio da microanálise é possível retornar à reflexão sobre a trajetória individual de Mattos, com o apoio das discussões trazidas por Sabina Loriga (Loriga: 2011). Ao final da dissertação, será analisado o alcance da mobilidade social operada por João Baptista de Mattos como resultado de suas ações pessoais por intermédio dos jogos de sociabilidade.³³ Por isso, a pesquisa que se desenvolve foge de modelos reducionistas que veem no pós-abolição simples consequências ou dádivas dos períodos pretéritos. Essa pesquisa dá o devido enfoque a agência do negro que, como em diversas situações, negociaram, traçaram estratégias e se equilibraram entre suas possibilidades e limitações para concretizarem as suas expectativas de vida.

Ao discutir a trajetória de João Baptista de Mattos, será possível ampliar o nosso conhecimento sobre as trajetórias individuais e sobre os limites dos destinos sociais impostos pelas condições comuns aos descendentes do cativo. Não se quer sugerir que os resultados profissionais e pessoais alcançados pelo Marechal Mattos tenham sido fruto exclusivo de um projeto racional, progressivo ou linearmente atingido. Trata-se de compreender como Mattos, diante do imponderável, de mudanças que escapam ao controle individual, de efeitos não previstos de ações, e mesmo as iniciativas que resultam em frustrações ou fracassos, tiveram seu papel na construção de uma trajetória individual que foi reconhecida como mobilidade social, tanto na época pelos contemporâneos, quanto ainda hoje.

O trabalho pretende abrir assim um horizonte sobre os processos de mobilidade ou perpetuação social que repercutem ainda nos dias atuais, com a concentração da maioria da população de cor ainda nos estratos mais baixos da sociedade. Percepção que se torna mais generalizada com a criação e implementação de ações afirmativas, que, em si, visam corrigir as distorções históricas que impediram os negros, em sua maioria, de comporem estratos mais elevados da sociedade. Assim, muito além da análise de uma trajetória individual, esta pesquisa se justifica no valor da contribuição da análise

³³ Jogos de sociabilidade que aqui representa os arranjos e rearranjos das relações sociais intencionalmente operadas pelo indivíduo, possibilitadas pela rede de sociabilidade, com objetivos específicos, que resultam, na maioria das vezes, no ganho de capital social.

de uma dentre outras formas de composição social da população de cor no período pós-abolição. O que amplia a percepção sobre aquela sociedade e suas transformações.

c. Os Monumentos Nacionais e a escrita de si

Em 1947, o Tenente-Coronel João Baptista de Mattos publicou o livro “*Os Monumentos Nacionais - Sergipe*”, em que registrou o trabalho de levantamento dos monumentos construídos naquele Estado. O texto faz uma apresentação sumária da história por trás de cada monumento contido no Estado, sem se aprofundar no debate. Dando continuidade a esse trabalho, sob o mesmo título, Mattos pesquisou e publicou outros livros sobre os monumentos de mais nove estados brasileiros: Espírito Santo, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Guaporé, Mato Grosso, Piauí, Santa Catarina e Território do Acre. Apenas o décimo livro da coleção se debruçou em um tipo específico de monumento e não a determinados estados. No livro “*Monumentos Nacionais – Força Expedicionária no Bronze*”, Mattos buscou monumentos construídos em homenagem aos soldados brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial.³⁴ Neste volume, Mattos fez um levantamento deste tipo de monumento em todo o território nacional. Ao longo de 14 anos, Mattos publicou uma média de 1 livro a cada 1,2 anos, entre 1947 e 1961, data da publicação do último.³⁵

O General Job Sant’Anna, genro de Mattos, afirmou que alguns livros permaneceram inéditos após a sua morte, outros, inclusive, já em vias de publicação. Entre eles estão os livros dedicados a analisar os monumentos do Estado da Guanabara e de São Paulo. Além desses, Job indica que o livro “*História da “Missão Indígena”*” também permaneceu inédito, o que indica que Mattos não pretendia apenas publicar livros sobre os monumentos nacionais. O livro “trataria do louvável esforço dos instrutores da Escola Militar do Realengo que precederam a missão francesa”.³⁶ Baptista de Mattos pretendia realizar um trabalho de cunho histórico, que valorizasse o esforço

³⁴ MATTOS, João Baptista de. “*Os Monumentos Nacionais*”: Sergipe (1947); Espírito Santo (1953); Estado da Bahia (1956); Estado do Paraná (1959); Estado do Rio de Janeiro (1952); Guaporé (1950); Mato Grosso (1957); Piauí (1949); Santa Catarina (1948); Território do Acre (1961); Força Expedicionária no Bronze (1960).

³⁵ Segundo Job Sant’Anna, a coleção contou com 13 livros, que até o presente momento não foram localizados.

³⁶ SANT’ANNA, Job. Baptista de Mattos: Uma vida simples, um exemplo nobre. Separata da Revista do Exército Brasileiro. V 125 – nº 2 de abr/Jun de 1988. Comemorativo do Centenário da Abolição.

militar. Por tudo isso, Mattos foi apresentado pelo General Job Sant'Anna como um “preclaro historiador”.³⁷

O texto de cada livro é introduzido com uma análise sucinta do estado do qual se dedica, apontando características geográficas, econômicas e principais marcos históricos. Por conseguinte, ao falar sobre cada município e dos monumentos ali inseridos, Mattos repete o mesmo parâmetro de apresentação antes de se ater ao levantamento. Já o livro sobre a Força Expedicionária foi encabeçado com um breve histórico da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Para cada monumento são oferecidas descrições do seu aspecto, sobre sua composição geral, sua localização e data de inauguração. Quando existente, o autor reproduziu a inscrição dos monumentos, porém, se absteve da análise artística deles. Apresentou um pequeno repertório sobre a história por trás de cada monumento, indicando dados sobre a personalidade, ocasião ou recordação pela qual foi erguido. Seu trabalho pode ser caracterizado mais como um levantamento sumário do que um trabalho de produção e análise histórica.

Ao publicar o seu primeiro livro a intenção declarada de Baptista de Mattos era “passar em revista: estátuas, bustos, hermas e marcos comemorativos existentes em todo o Território Nacional”.³⁸ Segundo consta na própria introdução do primeiro livro, com o início do levantamento, Mattos se deu conta da defasagem deste tipo de levantamento na maioria dos estados brasileiros, demanda que almejava suprir. Ou seja, Mattos deixou claro que a sua intenção era publicar uma grande quantidade de livros, que dessem conta dos monumentos de todos os estados. Ao publicar o primeiro livro, na verdade, Baptista de Mattos iniciou a publicação do que pretendia ser uma coleção. Ou seja, Mattos almejava escrever, no mínimo, um livro para cada estado à época.³⁹ Esses argumentos são suficientemente capazes de sustentar o caráter intencional da produção dos livros, o que empresta força para a publicação das dedicatórias, que também foram organizadas em etapas, pensadas em conjunto, como será observado mais adiante.

³⁷ *Idem.*

³⁸ MATTOS, João Baptista de. “*Os Monumentos Nacionais - Sergipe*”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1947.

³⁹ Acredito que, no caso do livro do Rio de Janeiro, de 1954, Mattos intencionava publicar um livro para o estado e outro para a sua respectiva capital. Ao analisar os monumentos listados em ordem de municípios ficou de fora, justamente, a Capital do estado e então Capital Federal do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o IBGE, as divisões que foram operadas no Brasil, com o decreto de 1943, organizou o território em 26 estados mais o distrito federal. Fonte: LIMA, Maria Helena Palmer. “*DIVISÃO TERRITORIAL BRASILEIRA*”. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2002. Acessado em agosto de 2016. http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf

Para Mattos, o trabalho que vinha realizando era muito mais do que um simples levantamento. Segundo ele, seus livros serviriam como complemento dos monumentos, oferecendo informações imparciais e subsídios para o discernimento da sociedade futuramente. Afirmou que “a mudez dos bronzes, das pedras e dos mármore, o laconismo das inscrições, terão o indispensável complemento, para que os pósteros conheçam a vida, os feitos e ajuízem o merecimento das homenagens”.⁴⁰ Assim, no texto que finalizou a introdução do seu primeiro livro, e foi repetido na maioria das demais edições, colocou um tom de dúvida sobre o reconhecimento do mérito dos homenageados.

É importante salientar que os monumentos construídos em uma nação representam as identidades e o tipo de sociedade que almejam construir. Entrelaçam presente, passado e futuro. Segundo Pierre Nora, as estátuas e monumentos históricos são, como denominou, lugares de memória (Nora; 1993:13). Ricardo Oriá aponta que a prática de construção dos monumentos históricos remonta ao processo de formação dos Estados Nacionais, que a partir da segunda metade do século XIX, ergueram-se com maior intensidade. Dessa forma, como meio de promover uma “pedagogia da nação”, o mundo viu a construção de estátuas e monumentos, instalados em praças públicas. A partir de 1862 foram erigidos no Brasil inúmeros monumentos (Oriá; 2014:47).

Foi na escrita do prefácio do livro “*Expedições Militares Contra Canudos – Seu Aspecto Marcial*”, de Tristão Alencar Araripe, que Mattos se mostrou indignado com os mecanismos de escolhas e valorização de memórias e personalidades na construção dos monumentos nacionais. Ao escrever o prefácio, Mattos elogiou a postura do autor do livro no que chamou de “inversão nos louvores e reconhecimentos, entre nós sempre exagerados no julgamento de um infrator e negados a quem no cumprimento do dever e investido no poder de repressão age com bravura e muitas vezes perde a vida”.⁴¹ Compartilhando este ponto de vista, o livro de Tristão valoriza uma perspectiva militar sobre Canudos, enfatizando sua participação e empenho.

Transparecendo a sua perspectiva enquanto militar, Mattos se exasperou com a parcialidade na construção dos monumentos, que eram negados aos que exerciam a

⁴⁰ MATTOS, João Baptista de. “Introdução. In: “*Os Monumentos Nacionais - Sergipe*”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1947.

⁴¹ ARARIPE, Tristão Alencar. “*Expedições militares contra canudos: Seu aspecto marcial*”. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1960. Livro reeditado em 1985.

força repressiva. Segundo ele, “o infrator, se não vence, é apresentado aos pósteros como um incompreendido, um precursor, sendo-lhe atribuídas virtudes, que, na verdade, ele não possuiu”.⁴² Claramente Mattos estabelece uma significativa diferença entre os que ele considera como “infratores” e pessoas que exercem o poder de repressão: os militares, que seriam os injustiçados. É importante salientar que o prefácio em questão foi escrito pelo General Mattos em 1960, ou seja, já havia publicado dez dos onze livros sobre os monumentos nacionais que esta pesquisa dispõe. Sua fala baseava-se no trabalho que vinha realizando, e a sua indignação, possivelmente, tenha sido o resultado.

Fica evidente no texto que todos os que se colocaram do lado oposto ao das forças de repressão foram classificados por Mattos como “infratores”.⁴³ A não legalidade das ações e o descumprimento das leis para a reivindicação dos ideais seria, para ele, o principal motivo que justificou a generalização sob a qual os classificou. Pensando as introduções da série de livros “*Os monumentos Nacionais*” e o prefácio do livro de Araripe, torna-se perceptível que, de um lado, Mattos afirma oferecer informações complementares para o julgamento do merecimento da construção dos monumentos, de outro, critica as homenagens erguidas aos que considera “infratores”.

Ainda no texto do prefácio ao livro de Araripe, Mattos questionou a falta de monumentos em memória dos que se sacrificaram no Contestado, na guerra constitucionalista de 1932, na Coluna Prestes e em reconhecimento à memória Potiguara. Indicou o trabalho de Araripe, junto com os artigos de José de Figueiredo Lobo e um monumento que estava em construção, como os primeiros reconhecimentos da memória dos que se sacrificaram no Contestado. Sorte considerada inversa a dos “mártires” dos outros conflitos. Deixou claro que, para ele, as vítimas de Canudos foram, na verdade, os militares que lá perderam as suas vidas em defesa da pátria, os quais foram injustiçados por não terem seus esforços reconhecidos em monumentos.

Sua indignação fica mais latente quando expõe seu ponto de vista sobre o processo de construção dos monumentos que homenageavam as revoltas de 1922, 1924 e 1932, que, segundo ele, valorizaram apenas os “infratores”. Inquietação que ganha um

⁴² ARARIPE, Tristão Alencar. “*Expedições militares contra canudos: Seu aspecto marcial*”. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1960. Livro reeditado em 1985. Introdução.

⁴³ O movimento político-militar, que mais tarde ficou conhecido sob a alcunha de “tenentista”, foi liderados por militares, não apenas Tenentes, mas em geral, militares de baixa patente. Durou, aproximadamente, entre 1920 e 1935, exigindo a moralização da política, buscando o aumento de força militar e um governo forte que modernizasse o país.

tom mais pessoal ao constatar a sua participação em todos esses conflitos listados, conforme se verifica em sua fé de ofício. Nestes episódios Mattos lutou compondo a tropas federais, em diferentes momentos de sua carreira, empreitadas que ocasionaram perdas e riscos de vida, como salientou no prefácio sobre o serviço militar. Por exemplo, em 1924, Mattos participou de uma contenção de militares revoltosos no 28º Batalhão de Caçadores, onde foi feito refém por 21 dias.⁴⁴ Em 1932, na revolta Constitucionalista, onde esteve no *front* de guerra, um de seus amigos da Escola Militar do Realengo perdeu a vida, o qual foi homenageado em uma dedicatória de um de seus livros, que será observado ao longo do trabalho. Em 1922, também participou de um conflito armado, porém, em um episódio com menor repercussão na imprensa.⁴⁵ De acordo com o seu ponto de vista, a memória dos militares, e em contrapartida a sua também, teriam sido injustamente desvalorizadas pela sociedade.

Assim, o General João Baptista de Mattos, ao escrever o prefácio do livro de Araripe, citou três momentos em que, na verdade, ele próprio esteve envolvido no cumprimento de sua função, se expondo ao perigo de morte, na defesa do acreditava como ordem constitucional. Viu diversos amigos e subordinados morrerem por ataques adversários, estes que, apesar disso, receberam homenagem na construção de monumentos em diversas cidades, como observou em seu trabalho de pesquisa. Porém, Mattos deixa explícito que em 1922, 1924 e 1932 os militares, das tropas federais, não se desviaram de suas obrigações, apresentadas em favor da defesa da pátria. Afirma que em seus levantamentos não encontrou qualquer monumento que condecorava o esforço militar nestes episódios. No mesmo prefácio, com um desfecho que deixa exalar o ressentimento, Mattos finalizou dizendo:

“Da meditação sobre o que contém esta notável obra de reparação profissional, onde se verifica que o dever militar foi realmente compreendido e cumprido com sacrifício da própria vida, muito lucrará o militar que aos interesses políticos ou de ocasião tiver sempre presente o preceito constitucional: Art. 177. Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.”

⁴⁴ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Período: de 04 a a 17 de agosto de 1924.

⁴⁵ Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. Período de 15/11/1921 a 14/04/1922.

Segundo o seu ponto de vista, os monumentos não reconheceram seus esforços e transformaram em heróis as pessoas que, lutando por suas causas, infringiram as leis que defendeu enquanto militar. Essa lógica é fundamental para compreender a série de livros “*Os monumentos Nacionais*”, e parece orientar a escrita das dedicatórias de cada um. Nelas, Mattos registrou uma série de agradecimentos que valorizavam pessoas e lembranças de sua trajetória pessoal, desde a sua infância até o seu ingresso no Exército, incluindo os militares que teve contato nos primeiros batalhões onde serviu. É possível que o sentimento de não valorização de seu esforço militar tenha acendido a necessidade de mostrar seus feitos e sua trajetória de vida.

Em primeiro lugar, deve-se esclarecer que as dedicatórias aqui referidas diferem das de outros autores próximos a Mattos, do Exército e de seus círculos letrados, que, em alguns casos, nem as traziam. Diferente deles, nas dedicatórias, Mattos trouxe lembranças dos seus familiares, amigos e professores de forma sistemática e orientada por uma cronologia, de modo que, em seu conjunto, reúnam pessoas e instituições que considerou importantes para a sua trajetória (Apêndice 2). Dedicatórias que foram pensadas em conjunto desde a primeira edição, o que garantiu lugares diferenciados e ordenados para cada pessoa que foi lembrada.

Assim, a primeira dedicatória foi oferecida exclusivamente à sua mãe, a segunda, aos familiares, a terceira, a amigos que o auxiliaram no ingresso e permanência no colégio, e, em sequência, às professoras primárias e aos professores e diretores do colégio secundário. O sexto livro foi dedicado às pessoas que o ajudaram no ingresso à Escola Militar, o sétimo, aos professores e o seguinte aos colegas que lá conheceu e carregou consigo ao longo da vida. Continuando a lógica que construiu, Mattos escreveu a nona dedicatória para os companheiros e chefes do primeiro batalhão que serviu em sua vida militar, e a décima primeira, em homenagem ao segundo. O único livro que aparentemente destoa desta ordem é o dedicado à FEB, intitulado “*Força Expedicionária no Bronze*”, de número dez, que foi dedicado aos militares que perderam suas vidas em combate. Mas, por outro lado, é possível supor que este livro, como um todo, tenha se constituído em um número extraordinário, se afastando da ideia original pensado para a coleção. Pois, como visto, este é o único livro que não faz o levantamento dos monumentos de acordo com o território, mas sim, com o tipo de monumento: os dedicados à FEB. Possivelmente este seja o principal motivo que justifique uma dedicatória que não componha o conjunto cronológico de sua trajetória:

talvez responda a outras demandas, pertinente ao momento que o Brasil atravessava ou, ainda, à sua vida militar mais recente.

A maioria das dedicatórias está acompanhada de pequenos textos, que trazem as lembranças que justificam as homenagens. Mattos escreveu os auxílios e prêmios recebidos por diversas pessoas, quando ainda dispunha de escassos recursos financeiros e sociais. Com isto, além de suas funções primeiras de homenagear, as dedicatórias trazem lembranças de sua trajetória e estão organizadas em uma perspectiva ascendente, expondo momentos, experiências e esforços que compõem o que pareceu ser o “caminho” do sucesso. Isto explica o porquê as dedicatórias se mostraram enquanto fontes privilegiadas para mapear a rede de sociabilidade do Marechal João Baptista de Mattos, estudadas como forma de discutir a sua mobilidade social. Juntas, trazem uma malha de relações, selecionadas pelo próprio Mattos, escolhidas para lhe ajudar a imprimir o “caminho” que construiu baseado em sua trajetória. Digo construiu, pois este caminho não existia, não era claro, dadas as incertezas, frustrações e escolhas que naturalmente foram vividas ao longo de todos esses anos, mas, que sistematicamente ficaram de fora das lembranças trazidas. Estas, em conjunto, agiram na pavimentação deste caminho ascendente imaginado e registrado por Mattos muitos anos depois, quando já dispunha de um diploma acadêmico e um destaque profissional. O caminho lógico, gradual apresentado nas dedicatórias é fruto da edição do autor.

Antônio Paulo Rezende, em seu texto “*Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta*”, salienta o caráter do passado como uma invenção do presente. O olhar para ele vai depender das questões que o indivíduo formula sobre si. Por isso, o que parece estar em jogo na produção das dedicatórias é a construção de uma carreira bem sucedida, tanto no âmbito militar quanto social e intelectual. Assim, o caminho que Mattos construiu nas dedicatórias foi uma maneira de justificar e operacionalizar sua trajetória, de modo a solidificar o seu presente, ou até mesmo como uma forma de explicar a sua ascensão. As lembranças das dedicatórias são assim organizadas com a dimensão do futuro, no caso o presente de escrita, ideia desenvolvida por Gilberto Velho sob a ideia de projeto. “Ao lembrar, quem o faz leva em conta a perspectiva do presente que, ao ser estendida ao passado, atribui coerência, lógica e encadeamento onde geralmente não há” (Dezemone; 2008:48). Por isso, a seleção dos acontecimentos trazem imagens e signos do passado de modo que se adéquem a imagem de si no presente, sem apresentar qualquer caminho contraditório ou dúvida. Ao observar tal

dimensão, das lembranças individuais, Rezende afirma que “a memória tem uma dimensão seletiva que fortalece essa afirmação de que o presente é um tempo de síntese, que produz diálogos diversos com as outras faces do tempo” (Rezende; 2004: 78).

É admissível que essas lembranças tenham vindo à tona justamente pelo momento de carreira vivenciado por Mattos. Também expressam sua gratidão às pessoas que o auxiliaram, inspirando um momento de sucesso profissional. Por um lado, as dedicatórias estabelecem o seu lugar ao longo do tempo, indicando com clareza momentos específicos de sua trajetória. Assim, todas as lembranças e pessoas contidas nas dedicatórias dizem tanto sobre o passado quanto sobre o presente do qual foram escritas. De qualquer forma representam, sem sombra de dúvidas, a presença marcante do passado no presente em que escreveu, remetendo a um esforço de produção de si e construção da sua identidade. Pois, as lembranças também são parte fundamental na elaboração e reelaboração da identidade pessoal.

Mas, antes de qualquer coisa, é imprescindível ressaltar que as dedicatórias privilegiam o olhar do próprio Mattos sobre a sua trajetória. Foi ele quem organizou e elegeu as lembranças citadas em cada uma delas. Por isso, as dedicatórias compõem uma forma de escrita si, operadas pelo militar. As dedicatórias são os reflexos de como Mattos via e entendia a sua trajetória, ou, na verdade, mais ainda, o modo como ele queria que fosse vista por outras pessoas. Pois, impressas nas primeiras folhas dos livros que publicou, ganhariam um alcance além do seu círculo familiar e amigos mais próximos.

Conforme expõe Maria Cecília Souza, ao estudar a trajetória e os textos autobiográficos de Luiz Gama, a escrita de si requer a sustentação de uma cultura autobiográfica. “Trata-se de uma operação complicada, de uma escrita especialmente difícil: tomar o eu por objeto, ser capaz de se olhar a distância, formar uma consciência reflexiva que trabalhe sobre a lembrança, para que a memória, enfim, se torne em ação de contar” (Souza; 2001: 97). A autora segue afirmando que, com a escrita autobiográfica, o eu passa a existir em outra dimensão. Portanto, o produto do conjunto das dedicatórias, em uma perspectiva autobiográfica, resulta na escrita, reflexão de um caminho, um percurso de vida, que ligaria o menino pobre ao oficial do Exército. Jacy Alves de Seixas resgata em Proust uma memória que caracteriza como otimista: a memória construtivista. Segundo ela, “a memória age ‘tecendo’ fios entre os seres, os

lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos em relação a outros), mais do que recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como ‘realmente’ aconteceram”. (Seixas *in* Stella e Naxara; 2001: 50)

Tudo isso garante acesso a parte da rede de sociabilidade, vivenciadas entre o seu nascimento até os primeiros batalhões que serviu, ou seja, entre 1900 até a primeira metade da década de 1920. Período em que Mattos tenha, possivelmente, identificado como o início da mobilidade social pela qual passou ao longo de sua vida, que parece apresentar a origem do seu êxito pessoal. Nesse sentido, Mattos trouxe à tona suas experiências da infância e juventude e, no desenrolar das dedicatórias, apontou para uma ampliação do que pode se considerar como seu horizonte de expectativa. Koselleck indica que “expectativa e experiência” são duas categorias importantes por entrelaçarem passado e futuro e são elas que “dirigem as ações concretas no movimento político e social” (Koselleck; 2006: 308).

Na escrita autoreferencial, como no caso das dedicatórias, que são sempre acompanhadas de lembranças, o indivíduo agrupa fatos e momentos dos quais dotam o mundo ao seu redor de significados. Porém, não é necessário que apresentem características excepcionais para ganharem lugar em suas memórias, como salienta Angela de Castro Gomes, no Prólogo da coletânea que organizou, com o título “*Escrita de si, escrita da história*”. Como todo material autobiográfico, as dedicatórias apresentam os percalços deste gênero, ligados à subjetivação e fragmentação da trajetória, alguns já explicitados até aqui. Apesar disso, ganha-se em termos metodológicos, onde se privilegia o olhar do próprio objeto no limbo das seleções da memória e das redes de sociabilidade.

Angela de Castro Gomes referencia duas advertências a se fazer ao trabalho com este tipo de fonte. A primeira é retomada a partir da ideia expressa por Bourdieu com a “ilusão biográfica” (Bourdieu: 1996). Por mais que se trate de uma escrita autoreferencial, é preciso observar que não se alcança a verdade individual, a continuidade e coerência do ser, apesar de muitos dos relatos serem expressões sinceras. Logo após cita o “estatuto da escrita de si, no que diz respeito às relações do texto com seu ‘autor’” (Gomes; 2004: 15). Com isto, a historiadora situa duas posições básicas sobre as quais o autor se coloca. A primeira diz respeito à “representação” materializada da identidade pessoal que almeja consolidar através da escrita de si. A outra se refere ao

entendimento de que o autor é uma “invenção” do texto e a expressão de sua sinceridade é um produto de uma narrativa elaborada por si. Completa afirmando que “Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de ‘produção do eu’”. (Gomes; 2004: 16).

A autora ainda afirma que escrita de si é um trabalho de ordenação, rearranjo, e significação do trajeto da vida do autor em um suporte textual, o que traz à existência um autor e uma narrativa. Com isto, a autora sugere a ideia de que os escritos autobiográficos são produzidos por um editor e não por um autor. Por fim, colabora com a ideia de distanciamento entre editor e o personagem, mesmo que esse texto seja uma escrita autoreferencial. Pois, se pensar nas construções e formações do indivíduo ao longo do tempo, o momento que se escreve é formado por perspectivas e experiências diversas do período trazido em lembrança. Essa ideia de homogeneidade do indivíduo construídas nas dedicatórias traz para o relato autoreferencial o perigo do equívoco. Ilusão que fica clara quando Mattos constrói um caminho, divide sua vida em etapas bem definidas e pavimenta um caminho lógico que levaria a uma vida militar ascendente, como visto. Cuidados que precisam ser apontados na análise deste conjunto documental.

Ao encarar as dedicatórias como uma forma de escrita de si, admite-se que Mattos deu início ao que pode ser classificado, de acordo com o exposto por Angela de Castro Gomes, como “práticas de produção de si” (Gomes; 2004:10). Porém, é possível identificar outras ações que visam além da produção da memória do Marechal Mattos, também a produção de um herói nacional. Mattos não só organizou, transmitiu para os seus familiares, difundiu as lembranças, das quais gostaria de ser lembrado, como também começou a construir um corpo documental, um grande conjunto de objetos que testemunham sua trajetória. Mattos guardou documentos, medalhas, titulações, condecorações e diplomas que juntos ratificam o sucesso que alcançou. Constata-se que as ações de produção de uma memória do e sobre o “Marechal Mattos” não morreram junto com o indivíduo. Sua família, mais especificamente sua filha, Umbelina Sant’Anna, se tornou bastião de um embate em defesa de um projeto de memória que valoriza a trajetória do pai. Debate que viabilizará, nas próximas linhas, a reflexão sobre a produção, conservação e seleção de uma série de documentos utilizados nesta pesquisa.

d. “Um estímulo à juventude pobre e estudiosa”

Em 2013, quando foram iniciadas as pesquisas sobre a trajetória do Marechal Mattos, sua filha, Umbelina Sant’Anna, se disponibilizou a conceder entrevistas sobre o assunto.⁴⁶ A entrevista foi dividida em quatro momentos, em reuniões que ocorreram em sua residência, no Rio de Janeiro. O projeto de entrevista foi elaborado de acordo com o gênero “história de vida”, como uma “narrativa biográfica”, descrito por José Carlos Meihy em seu manual (Meihy; 1996: 152). Neste caso, a biografia a que se referiu não era especificamente a da depoente, apesar de tratar muito do que ela viu e testemunhou, mas sim, a trajetória de seu pai. Apesar dos depoimentos serem frutos de uma estreita convivência com Mattos, refletem sempre o seu ponto de vista enquanto filha. Todos os julgamentos, impressões e opiniões fazem parte da sua própria história de vida, refletem sua vivência e sua experiência, que são projetadas em sua narrativa sobre a trajetória de seu pai.

Seu interesse pela trajetória de Mattos se tornou evidente mesmo antes do início da entrevista, pela composição e disposição dos objetos de sua residência. A primeira impressão foi a de que as lembranças, e muito do que remetia à vida do Marechal, estavam muito vivas em seu cotidiano. Na entrada de sua sala principal está situada uma estante, uma vitrine que expõe várias medalhas e condecorações militares de seu pai. Umbelina reuniu e guardou uma série de objetos, documentos e fotografias que testemunham a trajetória dele, exibidos no cômodo principal de sua casa, com um quadro do rosto de Mattos adulto, fardado e identificado como Marechal, logo acima da estante. Ela montou um pequeno acervo particular, com objetos de memória de seu pai.

Ecléa Bosi, em seu livro *“Memória e sociedade: Lembranças de velhos”*, caracteriza estes tipos de objetos como baluartes da memória, capazes de informar muito sobre as lembranças e sobre as pessoas que vivem na casa que os guarda. Em primeiro lugar é possível concluir que a memória de João Baptista de Mattos é também um importante fator de identidade pessoal de Umbelina de Mattos, que diz sobre quem ela é e sobre a sua própria história de vida. Ela convive diariamente com estes objetos, que são expostos com orgulho na entrada de sua residência. Além disto, este é o primeiro indício da valorização de seu pai levada a cabo por Umbelina de Mattos.

⁴⁶ FRANCISCO, Alessa Passos. Marechal João Baptista de Mattos: Histórias e Memórias sobre a vida de um negro descendente de escravos no Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

Percepção acentuada com o fato de Umbelina ter sido casada por muitos anos com um militar, também do Exército, que, assim como o pai, graduou-se em altas patentes, chegando ao posto de General – Job Sant’Anna, já apresentado nesta pesquisa. Interessante é o fato de que as medalhas e condecorações permanentemente exibidas em sua casa remetem apenas à memória de seu pai.

Umbelina demonstrou preocupação com a construção da memória de Mattos, não só enquanto militar, mas também enquanto um exemplo para sociedade, uma espécie de herói nacional. Ao longo dos encontros foi relatada uma série de ações que procuravam forjar a “memória do Marechal”. A mais notável de todas elas foi a elaboração e organização do centenário de nascimento, celebrado enquanto “Marechal Mattos”, que já vinha se articulando há mais de um ano antes da data prevista. Em abril de 1999 o esposo de Umbelina, Job Sant’Anna, enviou uma carta ao jornalista Márcio Moreira Alves, pedindo espaço para a lembrança do nome do Marechal Mattos no jornal do qual era colaborador. O assunto da carta

“Trata-se dos preparativos, a cargo de amigos, admiradores e parentes, das comemorações do centenário de nascimento do Marechal Mattos, pai de Umbelina. O centésimo aniversário será dia 24 de junho de 2000, mas gostaríamos de abrir espaço na imprensa e na memória dos brasileiros já a partir do próximo 24 de junho com missa solene na Paróquia do Cachambi”.⁴⁷

Na carta, o General Job Sant’Anna informou a inauguração de uma placa de bronze alusiva, a ser fixada na antiga residência de Mattos, em um bairro que considerou “pobre”, mas onde viveu uma família feliz. Além disso, afirmou não duvidar que, possivelmente, associações, militantes políticos e movimentos negros também realizassem comemorações especiais em memória do Marechal. A intenção da família, como dito acima, não era apenas lembrar o nascimento de Mattos, mas muito além disso, estava defendendo um projeto de memória, que valorizava Mattos enquanto um exemplo nacional. A intenção dos familiares de Mattos era disputar espaço na memória do país.

Nos rascunhos guardados por Umbelina e franqueados para esta pesquisa, existe uma lista de ações que versavam pela criação de lugares de memória. Por exemplo, na lista consta a inauguração de um busto do Marechal, inauguração de duas placas: uma

⁴⁷ Acervo Familiar. Carta ao Jornalista Márcio Moreira Alves. Rio de Janeiro, 26 de 1999.

“Amigo do Cachambi” e a outra na Igreja N. S. do Rosário, além da criação de selos, adesivos ou plaquetas e mudança de nome de um condomínio para homenagear o Marechal Mattos. No projeto de plaqueta, que possivelmente serviria de lembrança às pessoas que comparecessem aos eventos, estava projetado os seguintes dizeres: “Aqui mora um admirador do Marechal João Baptista de Mattos”.⁴⁸ Além disto, em outra carta, escrita em 1998, o marido de Umbelina sugeriu que o nome do Regimento Escola de Infantaria fosse trocado e substituído pelo nome do Marechal Mattos, em sua homenagem. Alguns meses depois foi respondida pelo chefe do Gabinete do Ministro do Exército com a negativa. Mais do que eventos bem sucedidos ou pedidos negados, o que mais importa é justamente perceber as ações e desejos dos familiares em monumentalizar a trajetória de Mattos, fazendo importantes homenagens em sua memória. Isto aproxima esta um pouco mais do universo que compõe a narrativa, que é parte constitutiva das fontes deste trabalho.

Imagem 3. Foto do busto do Marechal João Baptista de Mattos inaugurado no Colégio Estadual que recebe o seu nome, no Irajá, RJ.



Fonte: Acervo familiar. Foto guardada por Umbelina, 1999.

⁴⁸ Acervo Familiar. Rascunhos do centenário de nascimento do Marechal Mattos.

Algumas das ações planejadas foram executadas com sucesso, como, por exemplo, o busto do Marechal, inaugurado em 1999, em uma solenidade que ocorreu na escola do qual é patrono (Imagem 3). Abaixo do nome de Mattos, inscrito no busto, está o seguinte dizer “Marechal João Baptista de Mattos - um estímulo à juventude pobre e estudiosa”, conforme projetado por Umbelina e seu marido.⁴⁹ Isto intensifica a ideia de que a intenção da família era a produção de um exemplo para os mais pobres, servindo como uma espécie de herói nacional, produzindo uma memória sobre o Marechal. Mattos deveria ser visto como uma pessoa que, com empenho e dedicação, conseguiu ascender socialmente e figurar em cargos e espaços restritos a poucos.

O evento em comemoração ao centenário de João Baptista de Mattos foi composto por várias reuniões e até mesmo missas que lembravam sua vida e qualidades pessoais, organização da qual pôde ser acessada pelos rascunhos e anotações do arranjo do evento. Foram programados 6 dias de comemorações, entre os dias 19 e 28 de junho de 2000, cada dia sediado em uma instituição diferente. No primeiro dia foi programada uma sessão especial no Instituto Militar do Exército, no segundo, uma homenagem no Colégio que carrega o nome do Marechal e no dia seguinte outra homenagem na Igreja Nossa Senhora do Rosário. Em sequência, seria realizada uma missa em memória, no dia 27 foi planejada uma sessão especial no Instituto de Geografia e História Militar Brasileira e, fechando o evento, no dia 28 de junho, uma solenidade no Regimento Escola de Infantaria.⁵⁰ Evento que, ao que tudo indica, ocorreu como o programado. Contudo, o que mais chama atenção na análise desses documentos é perceber a atenção e o zelo com que os familiares se empenharam na organização.

O trabalho de organização do evento gerou uma série de documentos que podem ser caracterizados, dentro do que Verena Alberti considerou, como resíduos de ações (Alberti, 2004). Com estes documentos foi possível ter acesso a uma série de telegramas em resposta aos convites enviados. Como um evento projetado em alcance nacional, os convites foram remetidos para Pernambuco, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, entre outros. Nas anotações se cogitou a participação de representantes de Portugal e França. O evento contou com oradores, pessoas que ficaram responsáveis por prestar homenagens a Mattos: parentes e amigos que o conheceram, além de sua família. Alguns discursos ainda estão guardados por Umbelina Sant’Anna. Dentre os oradores

⁴⁹ Acervo Familiar. Documentos do centenário.

⁵⁰ Acervo Familiar. Programa das comemorações.

estão os nomes de Cybele de Ipanema, indicada como presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, professor Antônio Pimentel Wintz, Umbelina, filha de Mattos e o Coronel e sócio do Instituto de Geografia e História Militar Brasileira, Nilton Freixinho. Todos os discursos se unem no mesmo tom, enaltecendo a vida, a personalidade e os feitos de Mattos.

Imagem 4. Foto da plaqueta exposta na entrada do templo da INSRBHP.



Fonte: Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Foto: Alessa Passos.

Como planejado, a Igreja Nossa Senhora do Rosário recebeu uma plaqueta, que ainda hoje pode ser observada na entrada do templo. Esta placa ressalta a importância das ações do Marechal para a reconstrução da igreja após o incêndio que ocorreu no local, em 1967 (imagem 4). Como este, outros artigos de memória foram entregues também no Museu do Negro, anexo à Igreja Nossa Senhora do Rosário, que estão expostos em suas dependências. No Colégio Pedro II, foram entregues uma foto e um espadim do Marechal, para que ficasse exposto no colégio. E foi justamente esta foto depositada no Colégio, e guardada pelo NUDOM, que se tornou o primeiro indício desta pesquisa, como ressaltado anteriormente, jornada que culmina hoje nesta dissertação.

Como todos os documentos depositados em museus, arquivos e guardados por diversas instituições e pessoas, estes também não foram obras do acaso. Foram reflexo de um desejo de construção de uma memória, operada, neste caso, pela família e que

acabaram por criar condições necessárias para pesquisas posteriores, como esta que se concretiza. Neste caso, a construção de um acervo sobre a trajetória de Mattos, utilizado para esta dissertação, pôde ser pensada posteriormente a pesquisa, a partir do acesso aos resíduos da elaboração do centenário. O que possibilitou perceber que a intenção da seleção e depósito dos documentos nos arquivos, era a defesa da memória do Marechal Mattos enquanto um exemplo para a nação. Pesquisa que foi facilitada, inclusive, pela pessoa que guarda interesse pessoal pela produção de um trabalho sobre Mattos, que pode ser considerada no que Angela Gomes chama de guardiã da memória.

“O guardião ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um “narrador privilegiado” da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda / possui as “marcas” do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o “coleccionador” dos objetos materiais que encerram aquela memória. Os “objetos de memória” são eminentemente bens simbólicos que contêm a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam documentos, fotos, filmes, móveis, pertences pessoais, etc., tudo tem em comum o fato de dar sentido pleno, de “fazer viver” em termos profundos o próprio grupo” (Gomes; 1996: 7).

Na residência de Umbelina estão guardados aproximadamente 200 documentos e objetos de seu pai. Alguns desses documentos reportam a 1921, ou seja, quase 100 anos atrás, muito tempo antes mesmo de seu nascimento. Por isso, fica evidente o zelodispensado a estes arquivos, com cuidados para que não fossem deteriorados com o tempo. Além disto, a maior parte dos documentos foi recebida de seu pai, que, por sua vez, iniciou a seleção e guarda dos artefatos de memória. Por tudo isso Umbelina ocupa o papel de guardiã da memória do Marechal Mattos, trajetória que, como visto, ocupa lugar central em sua própria vida. Seu empenho pelo reconhecimento a torna uma espécie de arquiteta da memória de seu pai que, muito além da guarda, almeja entrada na memória nacional. Angela de Castro Gomes aponta que, acima de tudo, um guardião é um profissional da memória que, segundo ela, recorrendo ao conceito de Gilberto Velho, também torna-se um “projeto”, que imprime direção e significado à vida da pessoa. O que, somados a sua boa vontade, explica o empenho de Umbelina em oferecer recursos para a pesquisa, apesar das limitações impostas por sua idade avançada. Todos os documentos que ela possuía foram franqueados para a elaboração desta pesquisa.

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar novos arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais”. (Nora, 1993:13)

Como bem salienta Nora, os lugares de memória são construídos a partir de um desejo de memória, o que sua família se encarregou de fazer por meio de diversas ações. Todas estas ações, se pensadas em conjunto, dão forma a um projeto de memória, a um trabalho de produção de um herói nacional. A construção da memória do Marechal Mattos previa a produção de um exemplo nacional, legitimado por suas conquistas, que são acentuadas por sua ascensão social, coroada com a defesa do título de “primeiro negro a ganhar o título de Marechal do Brasil”.⁵¹ A família, ao realizar o centenário, espalhar documentos em arquivos e criar monumentos em memória de Mattos desejou a produção e consolidação desta memória.

Ao pensar a narrativa e a narradora, a filha de Mattos foi por toda vida professora e, durante muitos anos, diretora de escola, o que explica a memória do Marechal ser construída para ser “um exemplo para a juventude pobre e estudiosa”, como visto na inscrição do busto. Umbelina e sua família procuraram na trajetória de Mattos um exemplo motivacional para alunos pobres que queiram fazer dos estudos um meio de mobilidade social. Não por menos, a entrevista teve a educação, em diversos aspectos, como assunto recorrente que em diversos momentos emocionou a entrevistada. A trajetória de Mattos foi motivo para se tocar em questões educacionais, algumas, inclusive, referentes ao cenário mais atual. Esse é um dos claros reflexos da narradora, que assim como suas irmãs, foi professora. Dessa maneira, toda a entrevista girou em torno do contraste entre o menino pobre que se tornou Marechal do Exército, secretário do Ministro da Guerra.

Toda a sua fala foi organizada de modo a desenhar seu pai como um homem disciplinado, desde a sua infância. Sempre atento aos horários, afirmou que seu pai nunca havia faltado a escola, e nunca permitiu que seus filhos o fizessem, mesmo em ocasiões de luto ou festejos. Sua narrativa traz homogeneidades tanto na personalidade quanto de seus posicionamentos ao longo da vida, ao naturalizar características que podem ter sido observadas no seu pai durante o período em que conviveu com ele.

⁵¹ Entrevista com D. Umbelina. Janeiro de 2013.

Incurções típicas de uma narrativa que sintetiza e seleciona fatos e acontecimentos, e reflete um ponto de vista do momento em que se fala.

A entrevista sobre seu pai alcançou fatos e situações anteriores ao nascimento da entrevistada, o que denota a construção de uma narrativa baseada em outras, as quais foram possivelmente ouvidas de seu pai sobre a sua infância e juventude. Pensando neste tipo de construção, Pollak afirmou que “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida da pessoa”. A narrativa remontou o final do período escravista no Brasil, contado com propriedade e riqueza de detalhes. O que pode ser encarado como um dos elementos constitutivos da memória, indicado por Pollak como eventos que são “vividos por tabela” (Pollak, 1992: 2). Assim, a narrativa de Umbelina é composta tanto experiências testemunhadas e vividas, quanto por outra gama que vivenciou a partir dos relatos de seu pai.

Com o exposto, fica evidente a rastreabilidade da produção, organização e guarda de uma série de fontes aqui utilizadas, inclusive, muitas identificadas em arquivos e museus. Aqui foi possível entendê-las como frutos dos esforços de constituição de memória, impetrados por Umbelina e sua família: esforço de valorização de uma trajetória que desejavam ser reconhecida como a de um herói nacional. Tal constatação que deixa uma dupla preocupação na elaboração deste trabalho. Em primeiro lugar, não está entre os objetivos da pesquisa a mera repetição da escrita de si, operada pelo Marechal Mattos. Apesar da atenção à seleção de pessoas e instituições registradas nas dedicatórias, os esforços estão concentrados na análise das relações que se construíram, para pensar, por sua vez, a sociedade pós-abolição. Em segundo lugar, é preciso cautela e atenção para não reproduzir o projeto de memória arquitetado pela família. A trajetória do indivíduo Mattos não pode cair no risco de ser confundida com a narrativa sobre o personagem Marechal Mattos. Preocupações presentes durante toda a elaboração da dissertação e que aqui ficam claras para que o leitor também perceba os riscos dos caminhos a serem trilhados.

A partir daqui, com base no exposto ao longo desta introdução, será iniciada a observação mais detida do conteúdo das dedicatórias, inter cruzando com as demais fontes. O propósito é o de atender ao objetivo central da pesquisa: identificar estratégias que permitiram a mobilidade social de João Baptista de Mattos no começo do século passado. Com isto, tomadas como um ponto de partida, as dedicatórias foram agrupadas

em três capítulos, respeitando a ordem cronológica da publicação dos livros, de acordo com a intenção revelada por Mattos sobre sua vida nas primeiras décadas do século XX.

1. A rede familiar de João Baptista de Mattos

1.1 “À memória de minha mãe”

*“À memória de minha mãe
Umbelina de Mattos,
Cujos exemplos de paciência, tenacidade e confiança nos amigos constituem
orientação que invariavelmente sigo e fundamentam o êxito que este modesto
trabalho de gratidão ao Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, venha a
obter, respeitosa homenagem do
Autor”.*⁵²

João Baptista de Mattos iniciou o seu primeiro livro publicado com essa homenagem à sua mãe, Umbelina de Mattos. Tal escolha pode ser entendida como uma forma de reconhecimento, publicamente declarado, da importância da mãe em sua vida, pois, por se tratar de uma dedicatória impressa em um livro, o autor almejava circulação a público maior. Ao mesmo tempo, num arranjo aparentemente desajeitado, Mattos indicou, na mesma dedicatória, que o livro é também um trabalho de gratidão ao Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe. Motivos que são perfeitamente concebíveis, visto que o livro em questão é aplicado na pesquisa dos monumentos nacionais do estado do Sergipe. Possivelmente, o livro tenha contado com muitas contribuições dos sócios e pessoas envolvidas com o Instituto. Como já sinalizado, todo o levantamento da coleção contou com diversas contribuições. Somando-se a isto, na contracapa do livro, logo abaixo do nome do autor, Mattos indicou que era sócio honorário do mesmo Instituto. Fatores que tornam muito óbvios os motivos que fizeram com que Mattos oferecesse o seu trabalho em gratidão.

Umbelina era conhecida como Babá, pelo ofício que exerceu ao longo da vida para a família Carqueja. Foi enterrada no cemitério de S. Francisco Xavier no dia 31 de outubro de 1928, muitos anos antes da publicação da dedicatória aqui discutida.⁵³ À época de seu falecimento residia na rua Cá, número 167. De acordo com “*O Jornal*”, sua missa de sétimo dia foi celebrada na Igreja do Divino Salvador, no bairro de Piedade, na cidade do Rio de Janeiro. O Convite para a missa foi publicado nesse jornal, no dia 20 de novembro de 1928.⁵⁴

⁵² MATTOS, João Baptista de. “*Os Monumentos Nacionais - Sergipe*”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1947.

⁵³ Notas Fúnebres. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro. 01 de Nov. de 1928.

⁵⁴ Umbelina de Mattos (Babá). *O Jornal*, Rio de Janeiro, página 17, 20 de abr. de 1928.

Nesta pesquisa, a trajetória de Umbelina de Mattos torna-se uma via para se pensar o período pós-abolição. É por meio dela que será discutida uma possibilidade de agência dos descendentes diretos do cativo, mais especificamente, os ventre livres. Permite perceber que algumas de suas ações se concentraram em criar condições para a inserção de seu filho no mundo letrado e nas Forças Armadas. Além disso, para além dos efeitos do racismo sobre a vida dos negros das primeiras décadas do pós-abolição, a maneira como estes agiram dentro das condições que estavam ao seu alcance. Tal agência de Umbelina poderá ser notada também nas outras dedicatórias, por meio da construção, fortalecimento e extensão da rede de sociabilidade herdada por Mattos.

O texto da dedicatória, além de cumprir sua primeira função de oferecimento, também apresenta fragmentos das lembranças da juventude de Mattos. Pois, evoca o modo de agir de sua mãe que, considerando um exemplo, declarou seguir. David Lowenthal aponta que a vida humana é preenchida de passado, tudo o que se sabe e reconhece é resíduo de experiências pretéritas, posicionamento assumido por Mattos ao evocar os ensinamentos de sua mãe como orientações para a sua vida. Assim, Mattos conscientemente reconheceu em suas atitudes (a fé nos amigos) o aprendizado que teve ao observar o exemplo de sua mãe. E é exatamente a consciência que o indivíduo tem ou não desse “passado-presente” que diferencia as duas principais formas que a memória está vigente na vida do indivíduo, inconsciente ou conscientemente (Lowenthal; 1998: 4).

David Lowenthal alerta que as lembranças do passado são pessoais e estão resguardadas mesmo quando tornamo-las públicas, visto que não é possível o compartilhamento integral, independentemente do formato ou extensão da narrativa que as suportam. Isso significa que, por mais que se conheçam as lembranças de alguém, sempre será uma fração bem diversa e disforme do seu total, guardadas por quem as possui. Além disso, a recepção dos fragmentos dessas lembranças por outros dependerá do modo como são observadas, como são processadas e reelaboradas por quem ouve, o que se distancia ainda mais da totalidade guardada por seu dono. Conclui-se que os conteúdos e texturas das lembranças não podem ser compartilhados integralmente. “Dúbio devido a sua real ausência, inacessível embora intimamente conhecido, o caráter do passado depende de como – e de quanto – é conscientemente apreendido” (Lowenthal; 1998: 17).

Foi por meio desta dedicatória que Mattos identificou os exemplos que recebeu e, no momento da publicação do livro, dizia ainda seguir. Fundamentou seu êxito acadêmico como um resultado direto dos ensinamentos recebidos da mãe: paciência, tenacidade e fé nos amigos. Jeanne Gagnebin, no seu texto inserido na coletânea “*Memória e (res) sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*”, lembra que a rememoração tem ligações profundas com o presente, como uma ressurgência do passado. O ato de rememorar não indica apenas o não esquecimento, mas denota uma ação sobre o presente. “A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente” (Gagnebin *In Stella e Naxara orgs.*; 2001: 91). Assim, da maneira que relatou, os exemplos que Mattos adquiriu de sua mãe, muito mais do que aprendizados da infância, são ações e modo de viver que ainda cultivaria no presente.

Na dedicatória, Mattos reconhece a ação de suas experiências sobre a própria vida, essas que são vistas por Koselleck como a presença do passado no presente. Porém, o ato de rememorar também gera em si outra ação sobre o presente. Ligando aquele momento à lembrança de sua mãe, Mattos, claramente se posiciona sobre os seus valores, sua visão de mundo e sobre a sua identidade. Tal visão foi compartilhada pelo General Job Sant’Anna, que viu na dedicatória um meio de reconhecer a fidelidade aos princípios e ensinamentos de sua mãe. Em seu texto publicado sobre Mattos, o General Job considerou que essa dedicatória seria prova de que “as vitórias colhidas não chegaram a modificar os ensinamentos de humildade cristã hauridos no lar modesto e honrado de sua meninice”.⁵⁵

Mais do que isso: conforme explica Hebe Mattos, cabe salientar que lembrar da mãe e dos seus ensinamentos pode ser muito mais do que uma simples dedicatória, é também um posicionamento ideológico.

“Qualquer abordagem das chamadas fontes de memória (entrevistas de história de vida, autobiografias, etc.) que não leve em conta seu sentido eminentemente político (em sentido amplo) estará limitada em maior ou menor grau a modelos datados e parciais de apropriação do passado” (Mattos; 1998: 6)

É importante ponderar que a dedicatória apresenta Umbelina de Mattos para um grupo mais amplo, além do familiar, ou seja, para os leitores em potencial deste tipo de

⁵⁵ SANT’ANNA, Job. Baptista de Mattos: Uma vida simples, um exemplo nobre. Separata da Revista do Exército Brasileiro. V 125 – n° 2 de abr/Jun de 1988. Comemorativo do Centenário da Abolição.

trabalho. Como uma apresentação, é importante considerar que, além do modo que Mattos a via, aqui se observa como ele desejava que ela fosse vista e, acima de tudo, como ele a apresenta. Com essas lembranças Mattos procurou projetar a imagem de sua mãe, evocando seus ensinamentos e a importância de sua participação em sua vida. Porém, tais lembranças foram selecionadas e pensadas também de acordo com o suporte em que estaria empregada, neste caso, uma dedicatória.

As lembranças, como dito, também são constituidoras das nossas identidades, e nesse processo, a figura materna se tornou personagem principal. Pensar o passado de Mattos por meio das lembranças de sua mãe, como ele próprio indicou, talvez seja um importante caminho para entender alguns dos motivos que a levaram ser a única pessoa citada diretamente na primeira obra impressa do Tenente-Coronel Mattos. Além disso, analisar a trajetória da mãe também permitiria recuperar os contextos em que tais ensinamentos foram apreendidos, e até como eles foram apropriados décadas depois.

1.1.1 “D. Umbelina nasceu livre”

As dificuldades de identificar documentos nas instituições das quais Mattos participou que ofereçam indícios da história de sua família, fez com que a história oral se tornasse a principal forma de análise de seu passado familiar. É através das lembranças da vida de seu pai que Sant’Anna narra à vida de sua avó, que por sua vez é o tema central da dedicatória discutida. Umbelina de Mattos foi apresentada por sua neta como “uma negra de cabelo carapinha, sempre arrumada, sempre limpa!”.⁵⁶ Segundo a entrevistada, a mãe de Mattos nasceu na senzala, de pai desconhecido, na fazenda do visconde de Taunay, onde sua mãe e avó eram escravas. A narrativa sobre a trajetória de Umbelina de Mattos remete, assim, diretamente ao cativo e ao fim da escravidão.

Sant’Anna localizou o nascimento de sua avó, como visto, após a Lei do Ventre-Livre, que concebia livre os filhos das escravas, nascidos a partir da data de sua promulgação, em setembro de 1871.⁵⁷ A lei previa duas formas de lidar com os filhos dos cativos depois de completarem 8 anos, final do período que deveriam permanecer sob os cuidados dos senhores: poderiam ser entregues ao governo ou permaneceriam sob os auspícios senhoriais até 21 anos de idade. No último caso, a liberdade era

⁵⁶ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Rio de Janeiro, janeiro de 2013.

⁵⁷ ABREU, M. C.. Slave Mothers and Freed Childrens: emancipation and female space in debates on the free womb law, 1871. *Journal of Latin American Studies* (Print), cambridge, v. 28, p. 567-580, 1996.

condicionada ao tempo em que trabalhariam para os senhores em troca do sustento, situação que foi muito comum. Porém, segundo o relato, uma situação distinta daquelas duas foi vivenciada por Umbelina de Mattos. Nascida após a promulgação dessa lei, ela teria vivido no cativeiro até sua avó ser libertada pela Lei dos Sexagenários, em 1885, quando tinha por volta dos 14 anos.

Wlamyra Albuquerque discute, em seu livro *“O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil”*, o alcance da cidadania para os libertos por meio das leis emancipacionistas, decretadas no período de desagregação do sistema escravista no Brasil. A pesquisadora recorre a Tavares Bastos para discutir a dissimulação dos projetos emancipacionistas brasileiros, os quais, segundo ele, diziam preservar a cidadania irrestrita e a ausência de conflitos raciais. Contudo, tais leis foram decretadas por cima do silenciamento, cada vez mais latente, do passado escravo, que, por sua vez, negligenciou e ignorou as condições de vida dos egressos do cativeiro. Em diversas situações, apesar de livres, não tiveram condições de superar a condição subalterna, resultado que reflete um duplo esforço: a preservação dos privilégios da classe senhorial e dos lugares subalternos dos negros.

A autora traz um debate interessante sobre a cidadania dos nascidos de ventre livre, quando demarca a posição de Jequitinhonha e Nabuco de Araújo. Para o primeiro, as crianças nascidas de ventre livre, se fossem consideradas livres, poderiam exercer todo o direito de cidadania como qualquer outro cidadão brasileiro. O que, para ele, poderia piorar a situação social do Brasil, pois não seriam plenamente capazes de usufruírem desses direitos. Os negros, por serem vistos como uma fração menos evoluída da humanidade, não eram considerados aptos a exercerem a cidadania.

Por outro lado, para Nabuco de Araújo, não seria prudente impor antagonismos de raça no Brasil, conforme existentes nos Estados Unidos e supostamente inexistentes aqui. Além disso, previa que as definições adotadas pelo Estado poderiam dar brechas, ou não, de pedidos indenizatórios por parte dos senhores que foram destituídos dos direitos sobre a criança, filha de seu escravo (Albuquerque; 2009: 76). Até a abolição, os juristas estiveram paralisados no debate sobre a cidadania e os direitos civis, inviabilizados pela existência da escravidão. Porém, conforme Albuquerque indica, o debate esteve presente nas discussões liberais ao longo de todo o século XIX, mas, não alcançaram de forma efetiva os egressos do cativeiro. No período pós-abolição esses

passaram a vivenciar a cidadania, como mostra Flávio Gomes e Olívia Maria Cunha, em estado contingente, como “quase-cidadão”.

Segundo a narrativa produzida por Sant’Anna, Dona Cecília, mãe de Umbelina de Mattos, que exercia o ofício de cozinheira, só esteve livre da condição de cativa com a Lei Áurea, promulgada em 1888. Entretanto, sua condição livre não a afastou das antigas funções da fazenda: ela continuou trabalhando para a mesma família que servia no tempo de cativo, mas a partir de então passou a “receber um ordenado”. Mas, as marcas da escravidão ficaram presentes em sua vida, mesmo depois de liberta. Sant’Anna conta que sua bisavó, mãe de Umbelina, não se adaptou ao uso de calçados e, segundo ela, não era dada ao conforto.

A guardiã da memória de Mattos, sua filha, apresentou a relação entre sua avó e os Taunay, considerando que “com ela foram excelentes patrões”.⁵⁸ Relato que pode denotar a ausência ou o silenciamento de conflitos, situação que não foi possível identificar e analisar com maior clareza. A permanência de D. Cecília na fazenda, ainda depois de liberta, corrobora, à primeira vista, a ideia de ausência de conflitos expressas pelos depoimentos. Por outro lado, numa análise mais detida, reforça as pesquisas que indicam a centralidade da força de trabalho do negro nas antigas fazendas escravistas do sudeste, como apontam Dezemone, Rios e Mattos (Rios & Mattos, 2004: 172; Dezemone, 2008: 66).

A lei do ventre livre é de vinte e oito de setembro de 1871, então D. Umbelina nasceu livre. A avó dela só foi liberada pela lei do sexagenário, é de vinte e oito de setembro de 1885, quer dizer, quatorze anos depois. Então as duas, avó e neta, saíram da senzala e tomaram rumo na sua vida. Esse rumo pra de quatorze anos foi ser babá, foi aceitar o emprego doméstico.⁵⁹

A saída de Umbelina de Mattos do cativo e o rumo que tomou, junto com sua avó, a inseriu em um novo local de trabalho, sendo o marco referencial de liberdade, que diferencia o tempo de escravidão, narrado na entrevista. Umbelina já nascera livre, mas viveu 14 anos de sua vida na senzala, com sua avó e sua mãe. Sobre o seu tempo no cativo nada foi contado na entrevista, foi um tempo marcado apenas por datas maiores, que regularam o sistema escravista no Brasil. Pois, como visto, seu nascimento foi referenciado após a lei do Ventre Livre, e sua saída, após a Lei do Sexagenário,

⁵⁸ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Rio de Janeiro, janeiro de 2013.

⁵⁹ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

organizada de maneira genealógica e cronológica até a sua avó. A Lei do Ventre Livre aparece aqui também como uma medida de grande alcance que redefiniu as relações entre senhores e escravos, do mesmo modo que é indicado por Mattos (Mattos; 1998: 8). Pollak, em “*Memória, esquecimento e silêncio*”, citando Halbwachs, afirma que a memória não é apenas um processo de seleção, é também um processo de negociação (Pollak, 1989:2). Desse modo, a memória trazida precisa ter concordância com a memória vigente, havendo diferentes pontos de contato. Umbelina, ao narrar a trajetória de seu pai e a história de sua família, não deixou de oferecer diversos pontos de contato, que localizam a sua narrativa na história nacional.

1.1.2 O trabalho doméstico no pós-abolição

O depoimento da neta afirma que Umbelina de Mattos conseguiu empregar-se no trabalho doméstico. Apesar disso, é notável que em muitos casos o racismo tenha excluído e selecionado a mão de obra doméstica nesse período. Em diversos anúncios de jornais que procuravam “criadas”, é possível identificar a designação explícita pela preferência de mulheres brancas, ou até mesmo portuguesas, para o serviço. A discriminação era evidente nos jornais, que diziam: “Precisa-se de uma boa criada branca para cozinhar e mais serviços de casa de família: na rua da Carioca n. 62, sobrado”,⁶⁰ “Precisa-se de uma criada branca para todo o serviço; na rua do Riachuelo n 88”. É possível observar por volta de 1400 ocorrências, nos jornais que circulavam pela cena carioca, da expressão “criada branca”, na primeira década do século XX.⁶¹

Mas não se pode ignorar a quantidade de famílias que ainda davam preferência às empregadas negras para o trabalho doméstico. Esta preferência se dava também pelo racismo, que selecionava a mão de obra doméstica por meio de preconceitos raciais, visando às permanências de padrões de relações eivados do sistema escravista. Sandra Graham identificou, ainda em 1905, famílias que anunciavam tais preferências para contratos de serviço. Isso porque, segundo ela, as empregadas domésticas negras seriam mais fáceis de controlar e supervisionar, já que representavam menor ameaça à ordem, pois a obediência era uma das características mais importantes para tais empregadores (Graham; 2009: 36).

⁶⁰ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1900. 4p.

⁶¹ A pesquisa foi realizada através dos instrumentos de busca de dados da Biblioteca Nacional em abril de 2016, para a década de 1900 a 1909.

Um interessante artigo publicado pelo “*Jornal do Brasil*”, no primeiro dia de janeiro no ano de 1903, trouxe algumas perspectivas sobre o panorama geral das empregadas domésticas no mundo, discorrendo sobre seus predicados. O título, já bastante sugestivo sobre o assunto, abre os debates, “*Empregadas e soubretes*”.⁶² O texto indicou uma dificuldade no setor de serviço doméstico, que por sua vez, se viu ameaçado com a expansão das possibilidades de trabalho da mulher, ao se desvincular cada vez mais da tutela do homem. Em tom indignado, apontou a escassez crescente da mão de obra para o serviço doméstico e do aumento do salário das empregadas domésticas. Desse modo, afirmou que só as famílias mais abastadas estavam em condições de serem servidas, especialmente nos Estados Unidos. Uma das principais reclamações do texto era a falta de empregadas que viviam toda a sua vida ao lado dos patrões, até a sua morte.

O texto foca na construção de uma perspectiva geral sobre as criadas de todo o mundo, apresentando seus “custos e benefícios”: “Mas se a serva inglesa é excelente, em compensação é de todas a mais cara...”, “a serva francesa é muito inteligente e activa...”, “o typo da humildade no serviço doméstico é a criada russa, quasi sempre camponeza...”.⁶³ Além dessas, o texto trata do serviço doméstico das japonesas, mexicanas, “montanhezas do Pyreneus”, entre outras. Há de se notar que para o Brasil o texto não relata ganhos nem benefícios e muito menos aborda um tipo de empregada doméstica, retrata apenas as dificuldades que as famílias vêm enfrentando no setor. Um texto relativamente grande para um jornal, dedicou o último parágrafo para tratar do caso brasileiro, dizendo

“No Brasil, o serviço doméstico é o quebra-cabeças de todos [sic] as donas de casa, mormente no período que atravessamos e que a grande maioria dos orçamentos particulares foi reduzida ao indispensável”.⁶⁴

Não é tarefa fácil dissociar tal reportagem da questão racial enfrentada pelo Brasil no início do século XX. Cabe ressaltar que a abolição, nessa época, ainda era algo recente, não tinha completado seus 15 anos. Além disso, fica evidente a importante discriminação e racismo para com os empregados domésticos brasileiros, que eram, em

⁶² Soubrette seria um termo em francês usado para o teatro para designar tanto a personagem quanto a atriz que atua com o papel de empregada doméstica.

⁶³ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1903. 2p.

⁶⁴ *Idem*.

sua maioria, negros. Debate que pode ser ampliado com maior relevo por meio do texto da crônica de João do Rio, que trata o assunto:

“E o problema ficou nitidamente traçado. De um lado os criados negros que a Abolição estragou dando-lhes a liberdade. Inferiores, alcoólicos, sem ambição, num país onde não é preciso trabalhar para viver, são torpemente carne para prostíbulos, manicômios, sarjetas, são o bagaço da canalha”. (Rio, 1911: 108)

Neste texto, intitulado “*A crise dos Creados*”, João do Rio começa contando um drama doméstico de uma família, composta por um homem e uma mulher, com seus dois filhos. A mãe, vivendo o que chamou de “neurasthenia”, estava enfrentando uma grave dificuldade na lida com suas empregadas domésticas. Contou da grande quantidade de empregadas que passara naquele ano em sua casa, oriundas de diversos países. Corroborando com as palavras e o silenciamento da matéria do “*Jornal do Brasil*”, citado acima, afirma que “*Veja você na Europa como os criados são baratos e bons, de toda confiança. Aqui, já houve tempo. Agora é um escândalo, é uma vergonha*” (Rio, 1911: 106). O texto também fez extensas depreciações dos empregados brasileiros, encarados como delinquentes. Correlacionou às causas da crise dos criados o cunho econômico e social, colocando a culpa nas mudanças ocorridas nos últimos anos. “Há penúria de creados? Não havia há vinte e cinco annos? Mas ha vinte e cinco annos tínhamos escravos. O criado tinha por ideal agradar e acabava fazendo parte da familia, sem vencimentos.” (Rio, 1911: 107).

O texto de João do Rio, dentre outras questões, engloba as dificuldades financeiras de custeio e de seleção de mão de obra doméstica preparada, que fez com que muitas damas se vissem obrigadas a dar conta do serviço. A crônica reflete a reorganização e escassez da mão de obra doméstica como consequência dos efeitos da abolição e do desconforto gerado. Além disso, trata da instabilidade gerada com a falta de mão de obra escrava, que em diversas famílias eram a força motriz. Engrenavam desde os pequenos serviços até os de suma importância para a família. Concepção que corrobora com a percepção presente na descrição dramática feita por Pedro Calmon, que afirmou que a “‘Lei Áurea’ foi um ato tão repentino que no dia posterior à sua publicação podia-se ver ‘damas fidalgas’ fazendo as mais rudes tarefas.” (Apud Albuquerque, 2009: 106).

João do Rio, em sua crônica, expressou um universo de tensão social e de luta, que opunha de um lado o senhor, que enfrentava dificuldades com a contratação de empregados, e de outro, os empregados, que procuravam melhores salários e condições de trabalho. “*Por outro, seu enfoque não deixa de revelar atitudes que traduzem formas de recusa do trabalho disciplinado. Mas esta recusa adquire um conteúdo mais do que conservador, reacionário, na crônica*” (Engel; 2004: 23). João do Rio, em seu texto, contribuiu, conforme aponta Engel, para uma visão negativa do trabalho braçal e do trabalhador. Muito além disso, João do Rio traçou uma perspectiva pejorativa dos criados negros, que são retratados como pessoas sem ambições, e que se esquivam do trabalho por falta de necessidade.

Com base no exposto até aqui, fica perceptível que a omissão dos custos e benefícios das empregadas domésticas brasileiras, feitas no “*Jornal do Brasil*”, pode ter apontado para a depreciação de seus serviços frente a outras empregadas do mundo. Talvez reflita uma maneira de ver na empregada negra e/ou brasileira a continuação da servidão dos tempos de escravidão que, sem especialização e refinamento, não merecesse remuneração. Ao estudar o racismo em São Paulo, Petrônio Domingues relatou algumas situações das empregadas domésticas que, em muitos casos, eram submetidas a tratamentos similares aos dispensados antes, aos escravos, que incluíam agressões físicas. Em outros casos, identificou o registro de trabalhadores domésticos que não eram remunerados (Domingues; 2004: 239).

A vida de Umbelina, assim como as de muitas outras empregadas de seu tempo, foi caracterizada pela humildade, com poucos recursos, residindo no subúrbio. Porém, ao longo da narrativa, Sant’Anna se preocupou com a descrição de uma vida muito honesta, precavida, digna e limpa, retratando um lar aconchegante, apesar da vida humilde de sua avó, com poucos recursos. Tudo isso, mais uma vez, apareceu como motivo de orgulho para o seu pai, que tinha na mãe sempre um exemplo, como expõe Sant’Anna.

“A mãe. Ah! Ele se orgulhava... Que antigamente, nas favelinhas, nos lugares pobres, haviam médicos, havia enfermeiros. Também, eram visitantes. Eu ainda peguei isso. Não é? Elas iam às casas. E essa situação do meu pai era que, na casa da mãe dele era o único lugar que o médico tomava café, sentava tranquilo. Porque era profundamente limpa. D. Umbelina era uma negra analfabeta e tinha louça inglesa, porque ela comprava um queijo, e dividia em

trinta dias. Cada dia uma parte. Meu pai não era de comer duas laranjas, chupar duas laranjas. Era uma, por que a outra agente guarda. Até para o dia seguinte se for necessário”.⁶⁵

Bebel Nepomuceno, no texto “*Protagonismo Ignorado*”, contribui para a análise do contraste entre a vida das senhoras da sociedade e das mulheres negras. Uma análise que ajuda a perceber que o relato sobre D. Umbelina de Mattos vai à contramão do vivenciado pelas mulheres brancas da elite brasileira, que, nesse período, vivia a condição de egressa do cativo, negra, nascida na senzala e ventre-livres. Umbelina reitera a estatística que, por sua vez, revela como a principal atividade da população negra em 1890, o trabalho doméstico (Nepomuceno; 2012: 385). Segundo o relato, desde muito cedo Umbelina mantinha relações de trabalho e era responsável pelo próprio sustento.

Sidney Chalhou, em seu livro “*Trabalho, lar e botequim*”, aponta esse panorama como uma espécie de marginalização do trabalho do não-branco no Rio de Janeiro. Isso porque, segundo ele, com base no mesmo censo citado acima, era abundante a presença de europeus no Rio de Janeiro, na metade dos casos, em setores mais dinâmicos, como comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas. Em contraponto a isso, Chalhou ressalta que 48% dos não-brancos que estavam inseridos em atividades econômicas, trabalhavam no serviço doméstico (Chalhou; 1986:51). Essa marginalização refletiria a discriminação racial impregnada na distribuição dos trabalhos no Rio de Janeiro.

Chalhou levanta uma importante questão que discute a subordinação social do negro, no período pós-abolição, com um caráter continuísta em relação à condição subalterna dos tempos de escravidão. Só que, inseridos em novo contexto, ou como a recriação das condições de outrora. Apesar de Umbelina de Mattos ter nascido livre, sua condição não foi muito além da vivenciada por sua mãe no cativo que, como mencionado, seria cozinheira na fazenda do Visconde de Taunay. Umbelina ao sair da senzala, foi exercer uma ocupação próxima da que sua mãe vivenciou, ou seja, empregou-se no âmbito doméstico.

Essa constatação revela que, apesar de livre, Umbelina não superou a condição subalterna que sua mãe vivenciou. Enquanto ventre-livre continuou a oferecer mão de

⁶⁵ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

obra para o trabalho na casa de uma família branca mais abastada, nesse caso, a família Carqueja, como será observada mais à frente. Chalhoub encara esse aspecto como uma permanência dos tempos coloniais e imperiais, “*a continuação da subordinação social dos brasileiros de cor. Ou seja, o negro passou de escravo a trabalhador livre, sem mudar, contudo, sua posição relativa na estrutura social*” (Chalhoub; 1986:57). Ciclo que não foi continuado por João Baptista de Mattos, que se alfabetizou e superou, progressivamente, a condição subalterna.

1.1.3 “D. Umbelina é a figura principal!”

Tomando o conjunto das dedicatórias que serão analisadas ao longo desta pesquisa, já nesta primeira fica evidente que, na perspectiva organizada por Mattos sobre sua própria trajetória, Umbelina de Mattos, sua mãe, recebeu papel importante. Baptista de Mattos indicou os exemplos de “*paciência, tenacidade e fé nos amigos*”, adquiridos a partir da figura materna, como valores que fundamentaram o êxito que seu trabalho poderia ter. Apesar de fazer referências a ensinamentos, aprendizagens e contribuições que outras pessoas lhe prestaram, esta é a única dedicatória que se utiliza da palavra “êxito” como resultado de um processo. Ela mostra o quanto Mattos trouxe a lembrança de sua mãe pensando no presente de onde escrevia, quando era Tenente-Coronel e via um livro seu ser publicado. Umbelina de Mattos torna-se figura de destaque também na narrativa sobre a sua mobilidade social, como será visto ao longo da pesquisa.

A narrativa de Sant’Anna, registrada por meio de entrevista oral, apontou Mattos como de pai biológico desconhecido, apesar de em uma das dedicatórias, como será visto, identificar o nome de seu pai, Quintilhiano de Mattos. Segundo Sant’Anna, Quintilhiano perfilhou João quando este já era um menino crescido. Somando-se a isso, uma notícia do jornal “*O Século*”, de 1909, levanta a possibilidade de um relacionamento pretérito de Umbelina de Mattos com um homem chamado Manuel Rosano.⁶⁶ Um espanhol, do qual há muitos anos Umbelina teria sido amásia. Seu nome aparece no enredo de uma agressão iniciada pelo próprio Manoel Rosano, após forte discussão. À época, residiam na rua Amanda, n. 30, no subúrbio do Rio. Após a

⁶⁶ Nenhum processo criminal foi identificado em nome de Manuel Rosano ou de Umbelina na base de dados do Arquivo Nacional.

agressão Umbelina de Mattos queixou-se na polícia, que levou Manoel para a prisão, conforme notícia o jornal.⁶⁷

Apesar da notícia se aproximar de algumas informações da entrevista, por identificar um relacionamento pretérito de Umbelina, não foi possível confrontá-la com outras fontes para consolidar esta hipótese. Uma possibilidade é de que este desentendimento tenha ocorrido mesmo depois que Umbelina já tivesse se casado com Quintilhiano. Caso contrário, é mais provável que essa Umbelina de Mattos da notícia não seja a mãe de Baptista de Mattos.

À época da notícia, João Baptista já possuía oito anos e já estava prestes a completar nove. Foi aproximadamente nesse período, ou um pouco antes, que Quintilhiano de Mattos, segundo Sant' Anna, aparece como companheiro de Umbelina. De acordo com a entrevista, só quando João Baptista já estava em idade avançada, que muito tempo depois, Quintilhiano o teria filiado legalmente. É possível estimar o seu aparecimento na vida de Umbelina antes de 1913, quando Mattos entrou para o Colégio Pedro II, visto que data desse período o documento mais antigo que o nome de Quintilhiano aparece no campo filiação. Porém, tanto no Colégio Pedro II quanto no Exército não foi possível identificar a certidão de nascimento de Mattos. A notícia do jornal está na seção destinada a notícias do subúrbio, o que ratifica a situação vivida por Umbelina na época, uma vida humilde e ainda de servidão doméstica.

Umbelina foi apresentada por sua neta, guardiã da memória do Marechal, como uma mulher forte e trabalhadora, sendo a única responsável pelo progresso de Mattos. Apesar disso, a entrevistada, ao ser questionada sobre o casamento de Quintilhiano e Umbelina, bem como a participação do primeiro na vida de João Baptista, justificou seu surgimento apenas à questão da dependência social feminina à figura do homem. Declaração que diminuiu a importância efetiva de Quintilhiano na vida de Umbelina e João Baptista. Essa questão, levantada pelos depoimentos, pode estar atrelada ao que Mattos e Rios indicaram como uma preocupação de construir boa imagem da pessoa e da família, como parte integrante de um conjunto de valores que denominaram “reputação” (Rios & Mattos, 2004: 187). Graham complementa essa ideia afirmando que o casamento “outorgava um nome de família e denotava conexão com outras

⁶⁷ Agressão. O Século: O subúrbio, Rio de Janeiro, página 3, 05/04/1909.

peessoas- isto é, o casamento provia uma identidade social convincente” (Graham; 2009: 92).

Na narrativa oral, D. Umbelina de Mattos aparece com papel central no incentivo aos estudos do filho. Ao ser questionada sobre o sustento de João Baptista, Sant’Anna minimizou, mais uma vez, a participação de Quintilhiano, e exclamou com veemência: “Não! Nunca! O problema de pagar as coisas era só a mãe dele. Responsável por ele era D. Umbelina da Glória. Entendido? D. Umbelina é a figura principal!”⁶⁸ Com todas as dificuldades que a nova sociedade pós-abolição impunha para os negros, na narrativa Umbelina foi o modelo de mulher “heroína muda e paciente, mais não podia fazer se não resguardar o fruto de suas entranhas; manter com vida aqueles a quem dera a vida!” (Fernandes, 1978 *Apud* Nepomuceno; 2012: 386). Centralidade exposta por Mattos ao oferecer o seu primeiro livro apenas à sua mãe, deixando a homenagem ao seu pai para o segundo livro, o mesmo dedicado à sua esposa e filhos.

Keila Grinberg, ao falar sobre a trajetória de Antônio Pereira Rebouças, de mãe liberta, no século XIX, aponta uma postura de supressão das ligações com o passado escravo trazido por sua mãe. Segundo a historiadora, não é possível afirmar se esta postura foi realmente pensada pelos pais de Rebouças, mas que foi seguida por seus filhos e netos. O principal argumento da autora neste sentido é de que em nenhum dos documentos biográficos há referências da ascendência africana, tanto de sua mãe quanto de sua avó. “Com poucas exceções, nem mesmo a própria cor é mencionada em seus relatos pessoais” (Grinberg; 2002: 48). Apesar de se tratar de pessoas que viveram em épocas tão distintas, é possível aproximar esta pesquisa de sua metodologia de análise para pensar um pouco a trajetória de Mattos e os registros que quis deixar para a posteridade. Na dedicatória Mattos também não tratou da ascendência de sua mãe, mas, em contrapartida, valorizou o seu papel e a importância de suas ações na construção de sua identidade e carreira, o que também é levantado na entrevista dada por Sant’Anna. Esta, por sua vez, procurou construir a memória de seu pai contrastando a sua ascendência escrava com a sua mobilidade social, como visto.

Em outra situação, Maria Cecília Souza, indica, dentre os primeiros elementos do texto autobiográfico de Luiz Gama, a referência à sua mãe. Tanto Baptista de Mattos

⁶⁸ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

quanto Luiz Gama, em tipos de textos totalmente diferentes, ao desenvolverem a escrita de si, começaram a apresentar as suas trajetórias a partir da figura materna. Ambos com mães negras, que marcaram as suas origens e muito de suas identidades enquanto pessoas. Luiz Gama não só apresentou sua mãe, como também indicou sua ascendência africana, detalhes que foram omitidos na dedicatória de Mattos. Mas que, apesar disso, a figura de Umbelina, por se tratar de uma mulher nascida na senzala, de *Ventre Livre*, traz consigo o simbolismo do passado escravo e da ascendência de Mattos. É imprescindível que se reconheça a importância empregada tanto por Mattos quanto por Gama à figura materna, que diferente de Rebouças, não procuraram apagar ou menosprezar papel materno em suas trajetórias.

Por meio dos depoimentos percebe-se a construção da identidade de uma espécie de heroína, que apesar de analfabeta, se empenhou na educação do filho. Porém, a centralidade de Umbelina, explicitada por meio da dedicatória e dos depoimentos orais, não é a mesma dada pelos documentos até aqui pesquisados, das instituições nas quais Baptista de Mattos esteve envolvido ao longo da vida, como por exemplo, o Exército e o Colégio Pedro II. Tais fontes omitem, em sua maioria, o nome de Umbelina de Mattos, indicando sua filiação apenas a Quintilhiano de Mattos, não constando o nome da mãe. O protagonismo de Umbelina só é possível ser acessado por intermédio da dedicatória do primeiro livro, pensada em conjunto com as demais, e da narrativa de Sant'Anna.⁶⁹

Hebe Mattos, em seu livro *“Das cores do Silêncio”*, traz uma importante contribuição para a reflexão do silenciamento das cores nos registros. Para além disso, aqui é possível notar o silenciamento de gênero, que se soma ao de raça. O nome de Umbelina de Mattos não foi sequer mencionado em diversos documentos, o que faz refletir sobre os resultados da pesquisa, que possivelmente teriam sido outros desfechos sem os depoimentos e as dedicatórias. Ausências que oferecem indícios para pensar o lugar social reservado para a mulher negra e analfabeta no Rio de Janeiro, no início do século XX, que, na maioria das vezes, esteve restrito ao âmbito doméstico. Ao que tudo indica, estas instituições não reconheciam o espaço de ação feminino, e os meios

⁶⁹ O único documento (não produzido pela família) que foi possível identificar o nome de Umbelina de Mattos até o presente momento é a “Ficha de Inscrição” de Mattos como membro da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Museu do Negro, no Rio de Janeiro. Não foi encontrado o nome de Umbelina de Mattos nos registros do colégio e nem no Exército. Com isso, Mattos só teve direito à licença “nojo”, que dá o direito do servidor se afastar dos serviços no período de luto, quando o seu pai faleceu.

públicos não eram destinados ao convívio da mulher. O homem era o responsável por circular nesses espaços e estar à frente das questões que envolviam a família. Esta situação corrobora com a ideia da dependência feminina, expressa na entrevista.

Chalhoub, ao tratar de um inquérito policial no Rio de Janeiro de 1907, identifica uma série de contradições entre os diferentes depoimentos, o que pode indicar, para uma historiografia rígida, um importante impedimento de acesso ao fato. Mas para o autor, os conflitos são maneiras eficazes de acesso às lutas sociais (Chalhoub; 1986:23). Dentro dessa perspectiva, é possível identificar uma memória familiar em conflito com os documentos, que a primeira revela um protagonismo que a segunda trata de esconder. Fontes que revelam pontos de vistas diferentes, mas que contribuem para a composição mais fiel do real, com suas imperfeições e contradições.

Com as constatações feitas acima, é presumível que a sociedade e os documentos dos órgãos citados não refletiam o papel desempenhado pela mulher no âmbito familiar. A atuação feminina, apesar de não estar privilegiada nas fontes documentais, foi importante para o sustento de muitas famílias, sendo, em diversos casos, a força motriz. Como um espaço de embates políticos, a memória construída sobre Mattos, evidentemente, reivindica o protagonismo da figura de Umbelina de Mattos, o qual foi ignorado pelos documentos arquivados em diversas instituições. Centralidade que parece cada vez mais reforçada quando se observa a ampliação da rede de proteção que amparou e ajudou Baptista de Mattos, como será analisado no decorrer da pesquisa.

“Mas havia um problema sempre na vida da D. Umbelina, o menino tinha que estudar”.⁷⁰ Segundo a entrevista, apesar de analfabeta, Umbelina via na educação do filho um caminho importante para a vida. Nepomuceno relata que apesar das grandes dificuldades enfrentadas pelos negros na educação no pós-abolição, por causa do racismo velado na sociedade, a “educação foi sempre vista pelo segmento negro como um caminho eficaz, não só para a eliminação do preconceito racial, como para a conquista de lugares menos subalternizados na sociedade” (Nepomuceno; 2012: 389).

A preocupação e incentivo aos estudos de Mattos, como expresso no fragmento acima, possivelmente está relacionada a um projeto de vida gestado por Umbelina de Mattos. Muitos egressos da realidade do cativo passaram a compor a sociedade

⁷⁰ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

buscando colocar em prática seus projetos de vida, que muitas vezes foram elaborados ainda sob o cativeiro, mas que objetivavam um lugar menos vulnerável e melhores condições de vida. O caminho da educação talvez tenha sido o meio encontrado por Umbelina para garantir que o filho tivesse acesso a um espaço do qual ela se manteve excluída. Ou melhor, viveu próxima, enquanto babá, mas sob condições subalternas. Sua condição de nascida livre não garantiu melhores condições daquelas que sua mãe vivenciou enquanto cativa.

Possivelmente, a proximidade de Umbelina como trabalhadora doméstica na criação dos filhos da família Carqueja tenha contribuído para a escolha da maneira que procurou educar João Baptista de Mattos. Pois a narrativa retrata um horizonte de expectativa de Umbelina de Mattos que ia além da condição servil, que procurava garantir a seu filho a educação letrada da qual não teve acesso.

Petrônio Domingues aponta que, nesse período, as portas da sociedade de classes não estiveram totalmente fechadas para os descendentes de escravos, por mais que parecesse difícil adentrá-las. Enfatiza que entrar e, em alguns casos, ascender na sociedade de classes, significava adotar alguns símbolos e regras morais que faziam parte da boa sociedade, mas o que não significava, necessariamente, abrir mão de sua identidade racial. Afirma que “Estratos da população negra também podiam comportar-se como quaisquer outros cidadãos, investindo nas regras de boas maneiras, nos laços de família e nos símbolos de distinção social, sem necessariamente terem que abdicar de sua consciência racial” (Domingues; 2011: 122). Para o autor, os afro-descendentes de Santa Catarina não só reformularam práticas sociais, fossem elas comuns a negros ou brancos, como também criaram suas próprias práticas.

A educação, possivelmente, foi o meio encontrado por Umbelina da Glória para inserir seu filho e, por conseguinte, a sua família na sociedade letrada. E isso não afasta Mattos, nem Umbelina, de suas identidades raciais. É importante que se problematize mais os espaços considerados “de negros” ou “de brancos”. É preciso salientar que, tanto negros e brancos podem, ou deveriam poder, circular em todos os espaços, criar e recriar suas experiências e identidades de acordo com as suas vivências sem diminuir, no caso dos negros, a sua negritude. É evidente que o acesso a espaços pouco frequentados pelos negros representou uma conquista para a família, e até mesmo para os negros. Consciência que, anos mais tarde, possa ter contribuído para a escolha da

comemoração da promoção a General e a Marechal na Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

Petrônio Domingues, usando o caso de Santa Catarina, destaca a introdução do negro em diversos espaços da sociedade, que vão desde espaços públicos até espaços que demandavam maior honorabilidade, como as escolas. Afirma que, para isso, se valeram de novas e remodeladas práticas, discursos, representações, negociaram sua identidade e selaram alianças com segmentos da sociedade civil. Dentro das possibilidades que lhe cabiam naquele momento, Umbelina de Mattos escolheu, junto com seu filho, uma estratégia para adentrar tais espaços: a construção de alianças com segmentos da sociedade, com a construção de uma rede de sociabilidade.

Umbelina de Mattos, ventre livre, saiu da senzala ainda moça, aos catorze anos. Vivenciou uma ruptura com os laços de proteção dos senhores de sua mãe ao abandonar a senzala na companhia da avó. Num período marcado pela mudança de dois sistemas normativos: o fim oficial da escravidão e organização da mão de obra livre, capitalista e organizada em classes sociais. Wlamyra Albuquerque, ao citar Hebe Mattos em sua análise sobre a zona cafeeira do Sudeste, descreve a abolição como uma solução traumática de um processo de perda de poderes por parte dos senhores. Primeiro por sua irreversibilidade e segundo por desarticular antigos antagonismos calcificados na sociedade brasileira que sobrepujam senhor e escravos, em relações de controle social e subordinação.

Albuquerque denota ainda que a extinção das categorias senhor/escravo fez surgir uma profunda instabilidade nas relações sociais que haviam sido fundadas nos antigos moldes escravistas. Todas essas mudanças, operadas pela abolição, ameaçaram as políticas de subordinação e inclusão social, ainda que não tivessem sido extinguidas pela abolição (Albuquerque; 2009: 97). Todas essas transformações podem ter gerado a necessidade, e/ou causado, a construção de novas relações sociais, nas diversas instâncias acessadas pelos descendentes de escravos. O que indica a reorganização da teia de vínculos, como será visto nos próximos capítulos. Ao procurar novas formas de integração na sociedade que se reorganizava, é natural haver a demanda por novas redes de relações e de proteção.

“nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de

deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las” (Levi; 2000: 45)

Baseado no trecho supracitado e na metodologia de análise aplicada por Wlamyra Albuquerque, esse estudo procurará apontar o período do pós-abolição como um período de formação e reorganização social. Não como uma conquista plena da liberdade, ou menos ainda como uma farsa, por perpetuar certas condições sociais tanto da vida dos descendentes de escravos como na vida da elite. Assim, esse período oferece lugar privilegiado para a análise de um momento de “tensão e disputa em torno dos sentidos de cidadania da população de cor, como bem sugeriu Rebeca Scott”. (Albuquerque; 2009: 97).

Estratégias que começam a se delinear já na primeira dedicatória publicada por Mattos, oferecida a sua mãe. Esta enfatiza, além dos exemplos de paciência e tenacidade que lhe serviam de orientação, a confiança nos amigos que fundamentava o êxito. em sua vida até o momento que escreveu a dedicatória. Isto é, aprendeu com sua mãe, não apenas os valores morais e sociais, mas a tecer uma rede de sociabilidade que o sustentasse e protegesse, e que por sua vez, alicerçava o sucesso que vinha colhendo.

1.2. À memória de meu Pai, esposa e filhos...

“À memória de meu pai, Quintiliano de Mattos

À Minha esposa, Olga Gomes de Mattos

Aos meus filhos, Newton, Nilo, Nelson, Umbelina, Olga, Maria de Lourdes e Nilda

Dedico êste desprezioso trabalho,

*O autor”.*⁷¹

O segundo livro da coleção, sobre “*Os Monumentos Nacionais*”, foi dedicado à memória de seu pai, à sua esposa e filhos. Este texto de dedicatória se apresenta de modo diferente do primeiro, e de outros que serão analisados mais a diante. Mattos dedicou o trabalho às pessoas que foram importantes em sua vida, mas, nesse caso, sem fazer nenhuma menção a qualquer lembrança, aprendizados ou alguma vivência, indicando apenas vínculos de parentesco. É claro que esse fato não diminui o valor destas pessoas na trajetória de Mattos, que provavelmente fizeram por merecer tal dedicatória. Mas fica evidente que esse texto não faz parte de um exercício de memória,

⁷¹ MATTOS, João Baptista de. “*Os Monumentos Nacionais - Santa Catarina*”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1948.

como fez na primeira dedicatória, cumprindo apenas a primeira função de homenagear, típica de uma dedicatória.

Em outra folha, Mattos fez outra dedicatória, sendo que não a uma pessoa ou instituição, e sim ao estado do qual este livro se dedicava a estudar seus monumentos: Santa Catarina. “*Ao estado de Santa Catarina. Onde, em 1921, iniciei a minha carreira de oficial, no 14º Batalhão de Caçadores*”. Na dedicatória, Mattos homenageou Santa Catarina por ser o estado onde iniciou sua carreira enquanto oficial. Postura que não foi adotada nas outras publicações, como poderá ser observada mais adiante. Além do mais, O 14º BC teve o seu espaço de homenagens na nona dedicatória de sua coleção.

Quintilhiano de Mattos, primeiro homenageado no livro, segundo narrativa de Sant’Anna, era condutor dos trens da Central do Brasil. Foi apresentado como um homem “zangado, de um temperamento muito difícil [...]”, “meio violento, meio brigão” [...] “um mulato, cabelo não muito crespo”.⁷² Natural de Cantagalo, sua aparição na vida de Umbelina foi indicada quando João Baptista já era crescido. As lembranças de Quintilhiano foram apresentadas com pouca ênfase, sempre cedendo lugar para as lembranças de Umbelina. Esta, por sua vez, ganhou mais espaço no desenvolvimento da narrativa, atravessada pela preocupação em deixar claro que João não era filho biológico de Quintilhiano.

Conquanto, como já foi mencionado, é o nome de Quintilhiano que está indicado na maior parte dos documentos referentes à vida escolar e profissional de João Baptista, onde o nome de Umbelina de Mattos é omitido. Ao ser questionada sobre a participação de Quintilhiano na vida escolar de Mattos, auxiliada pelo cotejamento de documentos que constam no NUDOM, Sant’Anna chegou a levantar suspeitas sobre a veracidade deles, que entraram em confronto direto com as lembranças passadas por seu pai. Assim, Sant’Anna exclama que

“Quem assinou lá, quer dizer, disseram, não é!? Quintilhiano. Mas eu nem sei se Quintilhiano foi lá! Não creio que tenha ido! Ele pode ter dado que era responsável para assinar, mas é por que ela não assinava”.⁷³

No entanto, é o nome de Quintilhiano que está no livro de matrículas do Colégio Pedro II,⁷⁴ no livro caixa que referenciava as movimentações financeiras do Colégio,⁷⁵ e

⁷² Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

⁷³ Entrevista com Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

também no ato de renovação de matrículas.⁷⁶ Esses documentos, como vistos acima, não refletem a apropriação do passado presente na narrativa. Apesar de evidente em diversos momentos da vida de Baptista de Mattos, Quintilhiano ganhou um papel secundário, quiçá figurativo durante a entrevista. Mas, para a sociedade em questão, o homem é identificado como o chefe da família, responsável por mulher e filhos, situação pode estar refletida nos registros, evidenciando as diferenças sociais impostas entre homem e mulher.

Porém, nas próprias dedicatórias é possível perceber profunda diferença na homenagem prestada à mãe e ao pai. Umbelina de Mattos, que recebeu destaque na primeira dedicatória de sua coleção, foi lembrada por seus ensinamentos e exemplos, como visto acima. Já Quintilhiano de Mattos, com um espaço mais reduzido, dividido com mais 8 familiares, não foi lembrado por qualquer ensinamento, participação em sua vida ou em sua carreira. Muito pelo contrário, Quintilhiano foi lembrado apenas pelo papel que possuiu na estrutura familiar, apenas pai, e mais nada. Vazio que abre espaço de atenção e acaba por corroborar com o protagonismo de Umbelina de Mattos, além da presença menos central, apontado pela narrativa oral. Mas, apesar disso, o papel estrutural que representa a figura do pai, neste caso, Quintilhiano, pode ter garantido a sua presença na dedicatória, por compor o ideal de família estruturada da qual Mattos possivelmente quis apresentar.

Quintilhiano faleceu por volta de 31 de julho de 1942, quando foi concedido a Mattos 8 dias de nojo, por motivo do falecimento de seu progenitor.⁷⁷ Licença que Mattos não recebeu quando do falecimento de sua mãe, alguns anos antes, em 1928. Esta situação provavelmente seja reflexo da ausência do nome de Umbelina dos documentos de João Baptista, como já constatado, o que possivelmente o tenha impedido de receber este tipo de licença. Nas pastas dos militares, amigos de Mattos relacionados nas próximas dedicatórias, também não identifiquei o nome de nenhuma de suas mães, o que pode se caracterizar um procedimento padrão. Mas, esta é uma questão ainda em aberto, devido ao restrito número de documentações que pude

⁷⁴ NUDOM. Livro destinado à matrícula dos alunos do Externato do Collégio Pedro II. Período 13/03/1909 a 31/03/1914. 199p.

⁷⁵ NUDOM. Livro Auxiliar da Thesouraria do Collégio Pedro II (taxa de frequência, taxa de lavanderia, impressos, taxa de certidão, etc.) Período 1916-1918.

⁷⁶ NUDOM. Livro de pedidos de matrícula. Ano 1914.

⁷⁷ Período de 2º semestre de 1942.

pesquisar neste período. Porém, cabe maiores investigações futuras sobre como o Exército tratava a questão materna de seus soldados e oficiais.

Não foi possível encontrar em meio à narrativa de Sant'Anna alguma história ou reconhecimento de qualquer contribuição de Quintilhiano na vida pessoal de Mattos. São poucas as situações em que foi retratado em uma cena de convivência familiar, apesar dos inúmeros estímulos para falar sobre o assunto. As poucas situações em que Quintilhiano apareceu na narrativa, ele foi apresentado em um papel antagônico, oferecendo caminhos diversos da carreira militar, oferecendo emprego no período em que João Baptista era aluno. Na narrativa de Sant'Anna Quintilhiano aparece com bem menos importância, contrariando os registros escritos das instituições pesquisadas, que apresentam sua efetiva participação. Como visto, a narrativa biográfica que se direciona a falar sobre a vida de outro que não seja o depoente, contém não só as histórias ouvidas ou testemunhadas, mas também as impressões e opiniões pessoais. É possível que a total ausência de contribuições refletidas na narrativa seja, por um lado, resultado das vivências e experiências da própria depoente, o que não diminuiria o valor do testemunho. Porém, como qualquer fonte, o depoimento oral precisa ser analisado em todas as suas possibilidades, sendo essa mais uma delas.

Já sua esposa, Olga Gomes de Mattos, segunda homenageada nesta dedicatória, figura na narrativa de Sant'Anna com um pouco mais de evidência, visto que também era mãe da depoente. Filha de João Policarpo Gomes, que era filho de um Francês, Sr. Nicolau, com uma negra malê. Assentou Praça na marinha e mais tarde se tornou cabo músico, flautista, por isso, Olga cresceu em família militar. Olga, uma mulher alfabetizada, estudou na escola Rivadávia Correa, onde, segundo Sant'Anna, fez curso de culinária.

De acordo com a narrativa, Olga e João Baptista se conheceram no trem, época em que ambos moravam no Encantado. Em 16 de julho de 1923 foram lidos os proclamas de casamento de Olga e Mattos, na Catedral Metropolitana. “*O Imparcial*”, jornal carioca, publicou uma nota sobre o seu casamento, informando que Olga era filha do 2º Tenente da Armada, reformado, Sr. João Polycarpo Gomes e de D. Raphaela Braga Gomes. Segundo o mesmo jornal, o casamento civil seria realizado à 1 hora da tarde, na casa dos pais da noiva e a cerimônia religiosa, duas horas depois, na Igreja Matriz do Engenho Novo. Os padrinhos do casamento foram o Sr. Elias da Fonseca e

sua esposa, por parte da noiva e Moacyr de Andrade Carqueja e sua esposa, por parte do noivo. Esse último foi amigo de infância de Mattos e filho da família para quem sua mãe trabalhava, homenageado na próxima dedicatória, como será visto no próximo capítulo. Contaram também com o 2º Tenente da Armada, Sr. Hedeodoro Alves Simas e sua esposa.⁷⁸

Imagem 5. À esquerda, foto do Casal Mattos como padrinhos de casamento.



Fonte: Acervo familiar. S/D.

Com Olga, Mattos teve sete filhos, sendo 4 meninas e 3 meninos. Os três primeiros eram Nilton, Nilo e Nelson e depois Umbelina, a mesma que cedeu entrevista para a pesquisa, depois Olga, Maria de Lourdes e Nilda. Todas as filhas de Mattos se formaram professoras. As recordações que Sant'Anna trouxe de sua infância são características da vida militar, marcada pela itinerância do serviço em alguns quartéis do Brasil. Em consequência disto, Sant'Anna afirma que seu nascimento ocorreu na Bahia e seu batizado em Aracaju. Visto que Mattos foi designado como executor do estado de sítio do Mato Grosso, onde também exerceu função de comando, como General, lugar para onde também se mudou com a família. Sant'Anna conta que

“Uma viagem que eu fiz com o meu pai foi Porto Alegre. Saí daqui em março e fiquei em Porto Alegre em um hotel até Outubro, sem poder ir à escola. Por que era muito distante, no então Majestic. Em fim de outubro nós mudamos

⁷⁸ CASAMENTOS. O Imparcial. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1923. 4p.

do hotel, fomos morar numa rua, rua do Arroio, onde perto havia uma escola que se chamava Fernando Gomes [...].

Cheguei em outubro, fim de outubro, muito mal recebida! Muito! Sofrendo! Porque é uma coisa natural na escola a adaptação. Esse bullying que estão falando aí, isso não vai deixar de existir.

Ficamos em Porto Alegre, depois ele veio pro Rio, sete meses de Rio foi convidado para ir pra Belém. Nessa época ele era Major, foi comandar o vigésimo sexto batalhão. Coisa rara, não é? Fomos para Belém. Um período muito bom.

Agora sempre meu pai perdendo... Tendo atenção de levar os filhos Sempre! Uma aula! Dando uma lição de história! Frequentando todos os acontecimentos... E levava a família toda! Com sacrifício, sem dinheiro, mas levava sempre.”⁷⁹

As lembranças guardadas por Sant’Anna sobre seu pai contorna uma figura de um homem honesto, que respeitava as leis, sempre disciplinado. Mesmo ao desfrutar de altos postos no Exército, não favorecia seus filhos por sua posição. Sant’Anna contou uma situação que envolveu um dos seus irmãos, que também se tornou militar. Disse que

“Antigamente tinha um serviço: o tiro de guerra. O indivíduo, o sargento dava aula com um recruta no fim de semana. E o meu irmão, meu pai era Major, durante o governo do Getúlio, não é... Os Majores tinham autoridades além do que você possa imaginar. E meu irmão foi servir no tiro de guerra, no Cachambi. Ele voltou um dia e estava de castigo, ficou preso, no sábado ele ficou preso. Eles foram acampar em Jacarepaguá e ele ficou preso em Jacarepaguá. Minha avó teve que ir lá levar comida para ele. A minha mãe ficou muito zangada por que o camarada que prendeu o meu irmão era um sargento... Entendeu? E minha mãe achou um absurdo! O meu pai disse: “Olga, o que ele deve ter dito lá? ‘Ah! O meu pai é Major! Eu mando!’ Então não se meta nisso!” Por que a gente sabe a atitude do que está cheio de gás... Sabe do que ele está falando... Entendido? Ele era desses... Não dava razão ao filho.”⁸⁰

As recordações da convivência familiar sempre colocam Mattos como expoente disciplinar e zeloso, tanto na educação dos filhos quanto em suas obrigações. “O

⁷⁹ Entrevista com Umbelina Sant’Anna, Janeiro de 2013.

⁸⁰ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna, Janeiro de 2013.

Marechal Mattos era o homem da organização, do trabalho contínuo, do trabalho chinês, trabalho chinês! Não importava se fosse demorar muito, vinte e cinco anos, se fosse pra depois da morte dele, isso não contava. Ele começava...”.⁸¹ Assim, é possível perceber que toda a narrativa apresentada por Sant’Anna na entrevista se refere ao seu ponto de vista sobre ele, enquanto filha, mas também enquanto mãe, professora, esposa e etc. Pois, de acordo com Ecléa Bosi, a concepção que se guarda da figura paterna muda ao longo do tempo, se reorganiza de acordo com as mudanças pessoais, reformulando o ponto de vista inicial. Segundo ela

“A imagem de nosso pai caminha conosco através da vida. Podemos escolher dele uma fisionomia e conservá-la no decurso do tempo. Ela empalidece se não for revividas por conversas, fotos, leituras de cartas, depoimentos de tios e avós, dos livros que lia, dos amigos que frequentava, de seu meio profissional, dos fatos históricos que viveu... Tudo isso nos ajuda a construir sua figura. Meu pai me ofereceu de si muitas imagens até a sua morte. Guardei apenas as últimas, de suas horas derradeiras? Ou recuarei no tempo em busca de imagem mais juvenil? Vejo que sua figura não cessa de evoluir: ela caminha ao meu lado e se transforma comigo. Traços novos se afloram, outros se apagam conforme as condições da vida presente, dos julgamentos que somos capazes de fazer sobre seu tempo. Nos velhos retratos, o impacto da figura viva vai-se apagando, ou vai sendo avivada, retocada” (Bosi, Ecléa; 1994: 426).

Por isso, é importante perceber que a maneira de descrever uma pessoa é também a síntese de um trabalho de memória. Conecta-se não apenas com o passado ou o presente de quem se fala, mas também do depoente. Por isso, a maneira com que Sant’Anna descreveu seu pai também diz muito sobre o seu presente, o tempo em que vive e todas as experiências que acumulou ao longo de toda a sua vida.

Olga viveu até o ano de 1972. A missa em memória ao sétimo dia de falecimento foi realizada às 17 horas, na Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Sua missa de trigésimo dia de falecimento foi celebrada no dia 10 de agosto, na mesma igreja. É interessante notar que o nome do Marechal Mattos (já falecido há alguns anos) apareceu ainda em subtítulo do seu nome. Além disso, Olga também foi lembrada no aniversário de falecimento, no ano seguinte, realizado na mesma igreja.⁸² Olga, em

⁸¹ *Idem.*

⁸² OLGA Gomes de Mattos: (Missa de 1º aniversário de falecimento). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 09 de jul. de 1972. 1º caderno, 54p.

todos os anúncios, apareceu como a esposa do Marechal Mattos como uma forma de caracterização pessoal.

2. A inserção no mundo letrado

2.1 “A esses amigos onde sempre houve guarida para a caridade”.

“Aos caríssimos amigos Carquejas, nas pessoas de: D. Maria Deolinda de Andrade Carqueja, Senhora Maria de Andrade Carqueja, amizades conquistadas por minha saudosa mãe e cuja conservação representa prova de gratidão.

Drs. Mário e Moacyr de Andrade Carqueja (já falecidos), mas sempre em minhas recordações; o primeiro assistiu-me como consultor durante o curso secundário e o segundo foi o amigo insubstituível desde os tempos de meninice até o seu desaparecimento, em 1944.

*A esses amigos onde sempre houve guarida para a caridade, espírito de justiça e fidelidade em suas amizades, dedico o presente trabalho como prova de profunda afeição.”*⁸³

Esta dedicatória oferecida à família Carqueja foi inserida no livro “*Os Monumentos Nacionais - Piauí*”, terceiro da coleção, publicado em 1949, ano em que João Baptista de Mattos se tornou Coronel do Exército. Segundo Umbelina Sant’Anna, os Carquejas foram patrões de sua avó, que exerceu o ofício de babá, pelo qual foi reconhecida em seu obituário.⁸⁴ Ela prestava serviço para Maria Deolinda de Andrade Carqueja e teria auxiliado na criação dos seus três filhos, todos da mesma geração que Mattos: Maria, Mário e Moacyr. Sant’Anna destacou ainda a origem da família Carqueja composta por “três portugueses que migraram de Portugal para o Brasil. Aqui eles adquiriram bens imóveis, terrenos: Jurujuba, aquela área que hoje é a Lapa, Riachuelo, entorno da praia da Lagoa Rodrigo de Freitas, uma parte também do Centro da cidade...”.⁸⁵ É possível que a família Carqueja residisse no Becco da Música, número 1,⁸⁶ lugar onde Maria Deolinda possuía um imóvel, local aproximado daquele mencionado por Sant’Anna.

A presença de portugueses e seus descendentes no Rio de Janeiro foi muito comum em função do papel da cidade na colonização lusa. De acordo com Sidney Chalhoub, em finais do século XIX, o fluxo migratório para o Rio de Janeiro aumentou e os portugueses figuravam como a maioria dos estrangeiros que viviam no Rio naquele

⁸³ MATTOS, João Baptista de. “*Os Monumentos Nacionais - Piauí*”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1949.

⁸⁴ Umbelina de Mattos (Babá). O Jornal, Rio de Janeiro, página 17, 20 de abr. de 1928.

⁸⁵ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

⁸⁶ DIÁRIO Oficial da União, 7 de Nov. de 1894. Seção 1, 22/23 p.

momento. Em 1890, 106.461 pessoas recenseadas nasceram em Portugal, o que representava 20% da população total do estado. Metade dessa população havia se instalado no Brasil nos dez anos anteriores (Chalhoub; 1986:25). O interessante é constatar o aumento ocorrido na época, indicada pela narrativa de Sant'Anna, poucos anos antes do nascimento de Mattos.

De acordo com o mesmo censo, o Rio de Janeiro era a capital com maior concentração de negros do país, como resultado do processo de migrações internas dos cativos vindos de outras regiões brasileiras, após o fim do tráfico negreiro. Chalhoub observou, dentro desse cenário, a permanência de duas segmentações da sociedade colonial e imperial representada por meio da dicotomia branco *versus* empregado-escravo negro, colonizador-explorador português *versus* colonizado-explorado brasileiro. É nesse panorama demográfico e social que se desenvolveram as relações entre os Carquejas e Umbelina de Mattos.

Contudo, o vínculo doméstico destacado na entrevista concedida por Sant'Anna, em 2013, não foi o mesmo reconhecido na dedicatória escrita pelo seu pai, publicada em 1949: Mattos silenciou qualquer relação de trabalho que tenha ligado sua mãe à família Carqueja. Além disso, Mattos enfatizou a existência de relações sólidas de amizade, passadas de mãe para filho. Na imagem construída por Mattos, essa escolha coloca a relação entre os Carquejas, Umbelina e João para além dos limites do trabalho, pautada pela amizade, como uma forma de família ampliada. Este tipo de relação entre patrões e empregados parece ter se tornado comum no período pós-abolição. O caso de Felício, ex-cativo, que viveu no oeste paulista é um desses exemplos. Ele contou, por meio de uma carta, os laços afetivos e sociais construídos com o seu senhor, tendo sido analisada por Rogério da Palma em sua tese de doutorado (Palma; 2015: 105).

Esse tipo de vínculo, segundo Graham, também construía uma identidade social (Graham; 2009: 76). O trabalho fixo no pós-abolição passou a conceder uma forma de *status* social ao trabalhador, que passaria a ser visto com uma função e utilidade para a sociedade. Não obstante, o trabalho doméstico colocou Umbelina em um lugar de respeitabilidade frente à sociedade, pelo qual foi distinguida em sua morte. Novamente se chama atenção para o obituário que anunciou Umbelina pelo ofício de “babá”.⁸⁷

⁸⁷ Umbelina de Mattos (Babá). O Jornal, Rio de Janeiro, página 17, 20 de abr. de 1928.

Referência que se tornou possível devido aos vínculos que construiu com a família Carqueja que, de acordo com Sant'Anna, foram seus padrões ao longo da vida.

Com o advento da abolição legal do trabalho escravo no Brasil, segundo Chalhoub, para a manutenção da oferta de mão de obra, foi necessário reverter alguns aspectos relacionados à visão geral sobre o trabalho manual, que até então era visto como vergonhoso. O trabalho que antes distinguia senhores e escravos, damas e escravas, aviltando quem o exercesse, agora, com o trabalho livre, deveria passar a enobrecer o trabalhador. Para Sidney Chalhoub, o trabalho passou por um processo de positivação da qual objetivava a disciplinarização dos agentes sociais, que deveriam suprir as demandas de mão de obra abertas pelo fim da escravidão.⁸⁸ Em outro sentido, Sanches afirma que o trabalho doméstico não foi muito atingido por essa lógica de valorização, o que fez com que continuasse sendo visto como infame (Sanches; 1998: 67).

Mesmo com as mudanças nos significados do trabalho, ainda assim, suas diferenças denotavam desigualdades entre senhores e empregados. Cunha relata que as incongruências, das relações entre empregados e patrões, foram dissipadas quando focalizadas no universo de prescrições morais: converteram o distante em próximo, o “empregado em ‘alguém da família’ e a ‘consideração’ em retribuição, dever e obrigação.” (Cunha *In* Cunha & Gomes orgs., 2007: 404). Complementando tal entendimento, Sandra Graham salienta que os empregados domésticos ocupavam espaços ambíguos entre o privado e o público, ente rua e casa, entre a relação certa e incerta. Ficariam numa situação na qual não são desconhecidos e tampouco pertencentes à família. (Graham; 2009: 41).⁸⁹

A relação entre a infância de Mattos e o mundo do trabalho de Umbelina parece ter sido muito próxima, conforme contam Umbelina e Job Sant'Anna: “viveu seus primeiros dias em caixotes, nas cozinhas”.⁹⁰ Foi, provavelmente, ao acompanhar o serviço de sua mãe que Mattos iniciou seu contato com a família Carqueja, quando ainda era muito pequeno. O caixote parece ter se tornado símbolo da infância pobre do

⁸⁸ Chalhoub, Sidney, *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense. 1986.

⁸⁹ Dentro da lógica da organização da vida nas perspectivas da casa e rua, nesse contexto, o empregado representava o paradoxo entre os dois extremos. Para a organização da vida doméstica a casa precisava, constantemente se expor aos perigos e incertezas da rua através do criado. (GRAHAM: 2009: 41)

⁹⁰ SANT'ANNA, Job. Baptista de Mattos: Uma vida simples, um exemplo nobre. Separata da Revista do Exército Brasileiro. V 125 – n° 2 de abr/Jun de 1988. Comemorativo do Centenário da Abolição.

Marechal, e, como tal, foi mencionado nos discursos do centenário de Mattos, ocorrido em 2000, no texto do General Job Sant'Anna e na narrativa oral de Sant'Anna.

A família Carqueja era uma família de posses, que possuía boas condições financeiras. Maria Deolinda foi casada com o Maximiano de Andrade Carqueja, “2º escripturario da Estrada de Ferro Central do Brazil”, com quem teve os seus três filhos.⁹¹ Com a morte de seu marido, Maria Deolinda ficou muito bem amparada financeiramente, recebia uma pensão do “Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas”,⁹² que concedeu o benefício estabelecido em “4400\$” anuais para ela e “146\$666” para cada um dos seus filhos.⁹³ Dentre os bens que Deolinda administrava, foi possível identificar bens imóveis para locação,⁹⁴ tanto residenciais quanto prédios comerciais,⁹⁵ com aluguéis que giravam em torno de 1:440\$,⁹⁶ o que também se revertia em renda para a sua família. Além disto, em assembleia, os maquinistas da Central do Brasil, no dia 2 de março de 1901, mandaram pagar a mesma os vencimentos que tinha direito o seu marido.⁹⁷

O “*Jornal do Brasil*” publicou, em 1921, uma retificação de rendas em nome de Deolinda, que corrigia o valor para “3: 600\$000” réis.⁹⁸ Valor que deixa pista sobre sua situação financeira, que pode ser considerada muito boa.⁹⁹ Graham descreve a precariedade de recursos e as dificuldades para cuidar de uma casa nesse período, o que aumentava a demanda de mão de obra para a lida doméstica. É possível supor, a partir de Graham, que Deolinda dispusesse de outros empregados domésticos, uma vez que Umbelina tinha uma tarefa específica, babá. Provavelmente teria, no mínimo, mais um empregado para cuidar dos outros serviços domésticos, que demandavam maior esforço e, por isso, uma maior divisão das tarefas entre os criados.

⁹¹ DIÁRIO Oficial da União, 21 de jul. de 1901. Seção 1. 6p.

⁹² DIÁRIO Oficial da União, 21 de fev. de 1901. Seção 1. 2p.

⁹³ DIÁRIO Oficial da União, 21 de jul. de 1901. Seção 1. 6p.

⁹⁴ DIÁRIO Oficial da União, 7 de Nov. de 1894. Seção 1, 22/23 p.

⁹⁵ DIÁRIO Oficial da União, 16 de jul. de 1922. Seção 1. 24p.

⁹⁶ DIÁRIO Oficial da União, 1 de jul. de 1919. Seção 1. 11p.

⁹⁷ SECÇÃO Forense: Rio, 20 de março de 1901, *Jornal do Brasil*. 21 de mar. de 1901. 4p.

⁹⁸ DIRECTORIA Geral da Fazenda Municipal: Sub-directoria de rendas. *Jornal do Brasil*, 26 de out. de 1921. 12p.

⁹⁹ Para entender melhor o poder aquisitivo desse valor dentro do sistema monetário da época, utilizei outro valor como base de cálculos, o preço do *Jornal Estadão*. Essa quantia em dinheiro era suficiente para comprar 18.000 jornais na época. Comparando, de forma grosseira, com a nossa realidade financeira, um salário mínimo atual é capaz de comprar apenas 262 jornais e 3.144 anuais, em média. Esquivando-se dos erros de comparação de valores com realidades tão distantes, é possível entender que o valor apresentado acima caracteriza uma boa renda.

Moacyr de Andrade Carqueja, que é mencionado na dedicatória como doutor, se formou em Direito. Antes disso, estudou em boas instituições de ensino no Rio de Janeiro.¹⁰⁰ Apesar de regular idade com Mattos, Moacyr entrou na faculdade de Direito em 1915, muitos anos antes que Mattos, que adquiriu seu diploma apenas em 1937.¹⁰¹ Esta constatação demarca a diferença da trajetória dos dois que, apesar de se tornarem bacharéis em Direito, foram diplomados em momentos bem diferentes, resultado, talvez, das necessidades e possibilidades disponíveis para cada um.¹⁰² A família de Mattos, provavelmente, não tinha condições de custear o ensino superior à época que ele se formou no Colégio Pedro II, o que tornou a carreira militar muito mais atraente e acessível, o que será discutido no último capítulo.

No Exército, Moacyr se alistou e passou a compor o quadro de reservista.¹⁰³ Depois de formado, Moacyr advogou em grêmios e associações,¹⁰⁴ e possuía um considerável patrimônio em seu nome.¹⁰⁵ Casou-se com Margarida Barcelos Carqueja e levou sua amizade com Mattos durante toda a sua vida, até 1944, data de seu falecimento, curiosamente indicado por Mattos na dedicatória como “*desaparecimento*”.¹⁰⁶ Sua infância, segundo Sant’Anna, foi em meio a brincadeiras com João Baptista no quintal. Moacyr foi apresentado “como se fosse o irmão que ele não teve”.¹⁰⁷ Na dedicatória, foi apresentado por Mattos como o “*amigo insubstituível*”, que deixou oculta sua posição de filho da patroa de sua mãe. Não que isso diminua a importância e o valor dos laços de solidariedade e amizade que tenham construído ao longo da vida. Mas, de qualquer forma, é legítimo afirmar que, as relações entre Mattos e a família Carqueja, são facilmente percebidas mediante a máxima “quase da família”.

¹⁰⁰ O DIA Acadêmico. A Imprensa. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1910. 3p.

¹⁰¹ VIDA Social: Pelas Escolas. O Paiz. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1915. 3p.

¹⁰² José Murilo de Carvalho fala sobre a valorização do diploma de bacharel em Direito, visto como um sinal de enobrecimento pessoal. CARVALHO, José Murilo de. “A elite política nacional: definições” e “Unificação da elite: uma ilha de letrados.” In A construção da ordem e Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 49-92.

¹⁰³ ÀS ARMAS, para a grande parada de 7 de setembro. A Noite. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1922. 7p.

¹⁰⁴ OBRA de Assistência aos Portuguezes Desamparados. A Noite. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1925. 8p.

¹⁰⁵ Diário Oficial da União. 23 de março de 1942. Seção 2, 6p/ Diário Oficial da União. 23 de março de 1942. Seção 2, 7p.

¹⁰⁶ NOTAS Sociais: Falecimentos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1944. 8p.

¹⁰⁷ Entrevista com Umbelina de Sant’Anna. Janeiro de 2013.

Já o filho mais velho, Mário Carqueja, foi apresentado pela entrevistada como “um intelectual, homem com uma biblioteca fabulosa”.¹⁰⁸ Estudou, assim como o seu irmão, em uma excelente escola, o Externato Aquino.¹⁰⁹ Além disso, também se formou em Direito, entrou na faculdade em 1913, dois anos antes de seu irmão, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde ambos estudaram.¹¹⁰ Concomitantemente, Mário cursou a Academia de Comércio do Rio de Janeiro.¹¹¹ Ao longo de sua vida Mário também exerceu o ofício de advogado, ocupação muito prestigiada naquela sociedade.¹¹² Faleceu em junho de 1931, quando residia no Rio de Janeiro, na Rua Vinte e Quatro de Maio, número 73.¹¹³

Diferente dos irmãos, mas, talvez como esperado para uma dama da sua classe social naquele tempo, Maria de Andrade Carqueja se alfabetizou, mas não seguiu nenhuma carreira acadêmica. Porém, assim como sua mãe, Maria possuía e administrava uma série de imóveis que recebeu como herança de sua família.¹¹⁴ Todavia, como uma forma de consolidar e reforçar os laços que os envolviam, Mattos, muitos anos depois, convidou Maria para ser madrinha de sua filha Umbelina Sant’Anna, a mesma que concedeu entrevista para esta pesquisa. Apadrinhamento que pode ter um significado ainda maior, principalmente se levado em consideração que a sua afilhada, primeira filha mulher de Mattos, recebeu o nome em homenagem à sua avó, Umbelina de Mattos, a mesma que foi babá de Maria.

No momento da publicação da dedicatória (1949) Mário, Moacyr e Deolinda já haviam falecido. O que reforça a ideia de que a função da dedicatória era mais ampla do que um agradecimento público, ou um recurso de projeção social. Deixa claro que João Baptista de Mattos estava evocando o seu passado, reconstruindo o “caminho” de sua trajetória e ampliando os significados do seu presente. Embasa também a tese de que a família Carqueja, além da amizade ou relação de trabalho, teve papel de destaque na contribuição para as conquistas vivenciadas por Mattos, sua ascensão social e, principalmente, a superação da condição subalterna.

¹⁰⁸ Entrevista com Umbelina de Sant’Anna. Janeiro de 2013.

¹⁰⁹ PELAS Escolas. A Imprensa. Rio de Janeiro, 28 de jan. de 1909. 2p.

¹¹⁰ PELAS Escolas. O Paiz, Rio de Janeiro, 20 de dez. de 1913. 3p.

¹¹¹ VIDA Acadêmica. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20 de dez. de 1913. 6p.

¹¹² MOVIMENTO dos Processos: Supremo Tribunal. A Esquerda. Rio de Janeiro, 16 de jul. de 1931. 4p.

¹¹³ ACTOS Religiosos: Mário de Andrade Carqueja. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1931. 9p.

¹¹⁴ DIÁRIO Oficial da União, 13 de ago. de 1955. Seção 2. 15p.

2.1.1. Relações de trabalho doméstico entre Umbelina e a família Carqueja

O trabalho cotidiano de uma empregada doméstica, mais especificamente uma babá, é dedicado aos cuidados com as crianças da família e a tudo que a elas pertence: lavar as roupas, passear, levar para escola, dar alimentos nos horários corretos, colocar para dormir, dentre outras tarefas que indicam uma rotina cansativa e exigente. Devido ao contato direto de sua mãe com as crianças da família, é provável que Mattos estivesse presente compartilhando muitos desses momentos. O que justifica a criação de vínculos mais estreitos, e corrobora com a ideia trazida pela narrativa oral, que caracterizou a relação entre Moacyr e Mattos como de “quase irmãos”.

Em contrapartida, foi em meio a essa família que Mattos cresceu, em uma infância pobre, demarcada pela situação financeira distinta de seu amigo/”quase irmão”. De acordo com Graham, os patrões, mesmo com o advento da abolição, não esperavam desembolsar muito mais do que era gasto no custo dos empregados domésticos de outrora. Por isso, os trabalhadores domésticos não recebiam salários que os pusessem em uma situação muito confortável, quantias que, muitas vezes, proporcionavam o mínimo para a sobrevivência. Sandra Graham, calculando o custo de um empregado doméstico à época, estimou um valor entre doze e dezesseis dólares mensais (Graham; 2009: 27).

“Nesse meio se enquadrava meu pai, que era filho da babá, que ficava na casa, dentro de um caixotinho lá.”¹¹⁵ De acordo com a exposição de Sant’Anna, Umbelina conseguia conciliar seu labor e a criação de seu filho, condição de serviço que pode denotar um favor por parte de Maria Deolinda. Ao levar em consideração as pesquisas historiográficas mais recentes, essa não parece ter sido a regra entre as trabalhadoras domésticas do início do século XX. Muitas dessas trabalhadoras viveram em grandes dificuldades para administrar a vida pessoal e o trabalho que, por sua vez, demandava muito tempo e entrega. Existiram muitos casos em que as mulheres tiveram que entregar os seus filhos à Santa Casa de Misericórdia, na roda, aos cuidados das freiras, pois não conseguiriam conciliar a vida maternal com o serviço.

Sanches, em sua pesquisa de mestrado, discute situações em que os filhos não eram permitidos no ambiente de trabalho, como o caso de Maria Damiana de Araújo, em 1904. Ao ver-se grávida, foi impedida pelos patrões de levar o filho em suas

¹¹⁵ Entrevista com Umbelina de Sant’Anna. Janeiro de 2013.

atividades, o que a obrigou deixá-lo na casa de uma comadre, que cuidaria da criança recebendo para tanto ajuda financeira. Com os maus tratos dispensados ao bebê, a criança tão logo veio a óbito. Para a pesquisadora, essa difícil situação em que se viu Damiana não era exceção (Sanches; 1998: 134). Apesar do caso, cabe salientar que Graham considera que o serviço doméstico era o mais conciliável com a presença de um filho do que as fábricas ou o trabalho no campo (Graham; 2009: 94).

Nesse período, a família Carqueja era chefiada por Maria Deolinda. Segundo Ferreira Filho, levando-se em consideração uma organização social de tipo patriarcal, no âmbito familiar, o pai era visto como a autoridade máxima, sucedido pela mãe. O empregado doméstico estava no nível mais baixo da hierarquia, na qual deveriam se mostrar subservientes, inclusive às crianças mais novas da família (Ferreira Filho *apud* Sanches; 1998:34). Presumivelmente, em face das pesquisas realizadas, o filho da empregada, como no caso de Mattos, se colocaria em uma posição mais inferior ao dos empregados, sua permanência naquele ambiente, como visto, era fruto de concessões entre patrões e empregados.

Maria Deolinda, uma mulher viúva que permaneceu nesta condição até a sua morte, possuía a máxima autoridade sobre a sua família e seus agregados, já que seu marido havia falecido. Pois, em circunstância de morte, a chefia da família era passada para a mulher (Graham; 1992:24). Situação que coloca o serviço de babá com maior importância, pois a mãe, que comumente era responsável por cuidar das crianças, neste caso, deveria lidar com diversas outras obrigações, inclusive o custeio e manutenção do lar. Maria Deolinda concentrou em si as diversas atividades e responsabilidades da gestão familiar.¹¹⁶ Responsabilidades que podem justificar a proximidade entre as duas famílias, já que Umbelina era responsável por cuidar dos filhos de Maria Deolinda.

Apesar de serem relacionadas na dedicatória por meio da amizade, muitos signos sugerem colocar Umbelina e Maria Deolinda em lugares sociais muito diferentes perante a família, a justiça e a sociedade como um todo. Não pelo trabalho doméstico que, em si, era extensivo a todas as mulheres, independente de *status*, que

¹¹⁶ A ideia de patriarcado, introduzida nos estudos das relações sociais brasileiras por Gilberto Freyre, trata de analisar um modo específico de organização das sociabilidades e das relações de poder, como um modelo de dominação. Esta perspectiva analisa o homem branco e socialmente privilegiado como o centro do poder e das relações, que se torna chefe familiar e responsável e superior a todos os outros membros familiares, onde, segundo Freyre, era extensivo até os agregados da família, os escravos e empregados domésticos de um modo geral. Acima de tudo, essa visão trazida por Freyre se ocupava de apontar as relações entre senhores e escravos como relações harmoniosas e sem conflitos.

historicamente vem sendo associado à feminilidade, independente se empregado ou “dona de casa”. No mundo do trabalho doméstico o que distingue os diferentes sujeitos é, justamente, a subalternidade e os mecanismos de sujeição que hierarquizam as empregadas domésticas e as patroas. Os serviços de casa, quando reservado à mãe, dona de casa, são sacralizados com sua coroação como a “rainha do lar” e gestora da família, conforme foi pregado pelo padrão republicano (Sanches; 1998:32).

Como indicado no final do primeiro capítulo, no início do século XX, a escassez de mão de obra doméstica foi uma preocupação para as famílias que estavam no mesmo patamar social da família Carqueja. Esse período foi marcado também por uma profunda instabilidade neste setor, e, em muitos casos, uma rotatividade muito grande de trabalhadores. Muitos empregados que, não aceitavam as condições que lhes eram oferecidas, algumas vezes próximas da realidade da escravidão, abandonavam os seus empregos e iam atrás de melhores condições de vida e de trabalho. Essa fluidez da manutenção dos empregos não era o que a elite carioca estava habituada, o que gerou muito desconforto. Com isso, diversos patrões se viram com a tarefa de preservar o empregado, oferecendo-lhes favores, para além do pagamento monetário.

O trabalho doméstico não era definido pelo tipo de atividade ou pelo local onde era exercido. Abarcava os mais diversos tipos de atividade e de locais de exercícios, variando de acordo com as necessidades do patrão (Souza: 2009: 131). De acordo com Flávia Souza, baseada no código civil português, a definição mais adequada para o serviço doméstico era: “prestado por um indivíduo a outro que com ele convive, mediante retribuição”.¹¹⁷ Isso torna evidente que o caráter privado das atividades domésticas, a convivência com o patrão e sua intimidade eram características que mais se revelavam naquele momento.

O que diferenciava os tipos de serviços era, justamente, a proximidade que o empregado tinha da convivência do lar,¹¹⁸ classificando-os entre serviços de “portas à dentro” e empregadas que “saíam às ruas” (Graham, 2009: 51). Isso porque uma

¹¹⁷ AGCRJ. Divisão de Pesquisa. Biblioteca. *Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte* (contendo todos os trabalhos relativos aos meses de julho, agosto e setembro de 1888). Rio de Janeiro: Tipologia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1888. p. 65.

¹¹⁸ Sandra Graham identificou a oposição binária de diferenciação do ambiente da rua e da casa, apresentada inicialmente por Gilberto Freyre em seu trabalho “Sobrados e Mocambos”. Nesse cenário, a casa seria o ambiente das relações confiáveis, da intimidade e do conforto. Oposto a isso, a rua era o ambiente das relações incertas, dos vícios, e até mesmo do perigo. Segundo a autora, essas categorias eram fundamentais para o sentido da organização da vida cotidiana. FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos*. 3a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961. (FREYRE *Apud* GRAHAM; 2009: 28)

lavadeira possuía muito mais distanciamento, e assim mais liberdade, do que uma mucama e até mesmo a babá.¹¹⁹ As últimas passavam muitas horas por dia próximas dos seus patrões, servindo-os a todo o momento. Estavam muito mais expostas às fiscalizações e a todo o tipo de consequências resultantes dessa proximidade. Apesar disso, as empregadas que saíam às ruas não estavam livres da fiscalização. Mas, segundo Graham, as domésticas mais próximas eram as preferidas e também as mais protegidas (Graham, 2009: 45). A extrema convivência, na intimidade do lar dos patrões, colocava o empregado à mercê de uma série de situações, que podiam ser amenas ou até mesmo constrangedoras e humilhantes.

“Pelo fato de ser realizado dentro de casa e, quase sempre, em um território familiar e sujeito às injunções dos poderes privados, o trabalho doméstico no Brasil do século XX sugeria contiguidade social e simbólica com o universo social da escravidão. Todavia, algumas experiências vividas por mulheres que desempenharam funções domésticas em lares alheios na primeira metade do século XX oferecem alguns indícios de que parte relevante das representações conferidas a essas atividades foram questionadas e transformadas em disputas jurídico-policiais quando a formação de um mercado de trabalho livre ganhou corpo no país” (Cunha, 2007: 402 e 403).

Como forma de conquistar a fidelidade, entrega aos serviços domésticos e extirpar os conflitos de trabalho e convivência que poderiam vir a acontecer, neste período era comum a criação de uma pretensa proximidade entre patrões e empregados domésticos. Sidney Chalhoub destaca que a imagem da relação entre empregado e patrão, veiculada no início do século XX, era de cunho paternalista, como pais e filhos. Segundo ele, “o patrão era uma espécie de ‘juiz doméstico’ que procurava guiar e aconselhar o trabalhador, que, em troca, devia realizar suas tarefas com dedicação e respeitar o seu patrão” (Chalhoub; 1986:76). Nas relações de trabalho e situações cotidianas, muitos patrões procuraram construir uma rede de dependência, mediante a concessão de variadas possibilidades de benefícios, vistos como favores.

É provável que o motivo de Mattos e sua filha indicarem, em momentos e suportes diferentes, a relação da família Carqueja e Umbelina como “amizade” ou

¹¹⁹ É certo que, com o advento da água encanada, na época tratada aqui, já tivesse contribuído de forma avassaladora para as mudanças no serviço doméstico em muitas casas, principalmente as das famílias com mais posses. Contribuiu radicalmente para o esvaziamento de fontes, onde as domésticas costumavam lavar suas roupas até bem pouco tempo. Mas ainda assim, com o aumento das distâncias percorridas pelas domésticas nas empreitadas ao mercado e em outros espaços, em consequência do melhoramento dos transportes públicos, tenham mantido essa diferenciação. (GRAHAM, 2009).

“quase irmãos”, seja devido ao fato de se sentirem incluídos na lógica da família estendida. Fator que aproxima a análise da atmosfera descrita por Chalhoub, do bojo das concessões e trocas de favores entre patrões e empregados. Reforça essa conclusão o fato de Umbelina poder levar seu filho para o trabalho, como indicou a guardiã da memória de Mattos. Somando-se a isto, na própria dedicatória aqui discutida, Mattos referencia uma série de benefícios recebidos na convivência com esta família, entre eles: orientação nos estudos, guarida para a caridade, espírito de justiça e fidelidade na amizade. Com isso, não se pode esquecer que a escassez de trabalhadoras domésticas, a confiança exigida para esse cargo, a necessidade da família Carqueja – chefiada por uma mulher viúva com três filhos –, colocava a babá numa condição de relativa barganha, cuja substituição talvez não pudesse ser operada de maneira tão simples, sem adaptações, riscos e incertezas. De forma desigual, percebe-se uma margem que foi explorada com a possibilidade de ganhos para Umbelina no convívio que poderia fornecer ao seu filho inserido, ainda que numa condição subalterna, naquele ambiente.

2.1.2 A Construção de um capital social

A orientação nos estudos pode ter se tornado o principal motivo para a homenagem à família Carqueja nesta dedicatória. É dessa forma que a dedicatória é conectada ao sentido que Mattos desejava imprimir ao conjunto das homenagens dos livros que seriam publicados: o de sua ascensão social. Em um sentido mais amplo, é provável que esta tenha sido a principal moeda de troca realizada entre as famílias. De um lado, tem-se o empenho nos bons serviços e, de outro, apoio nos estudos e educação do filho da empregada doméstica, João Baptista. Empreendimento que pode ser considerado bem sucedido, pois resultou em uma relação de trabalho duradoura e reconhecida pela sociedade, além de se tornar um vínculo de gratidão que Mattos expressou muitos anos depois.

Possivelmente, a esperança de ascensão social de Mattos foi nutrida pela família Carqueja, também como parte das trocas simbólicas da relação de trabalho com Umbelina. Tanto que, muitos anos depois, quando Mattos desfrutava de uma posição destacada, lhes remeteu essa homenagem, elucidando os auxílios prestados na época de estudante. De qualquer modo, por meio da dedicatória, a ascensão social vivenciada no período de publicação do livro passou a ter uma relação causal direta com as lembranças que evocava. A promessa de ascensão social é identificada por Chalhoub como um dos

indicadores do teor paternalista da relação entre empregados e patrões (Chalhoub; 1986:81), e aqui é percebida como modelo do tipo de relação que ligava a família de Mattos à família Carqueja.

Graham pensa as relações no cotidiano do serviço doméstico por meio da ótica das relações de interesses, que caracterizavam a permuta entre proteção e obediência, entre criadas e senhores. Ela afirma que, para as criadas, a proteção poderia ser recebida até mesmo com o atendimento das necessidades básicas de alimentos, moradia e roupas (Graham; 2009: 109). Porém, Umbelina de Mattos possuía sua residência em um lugar pobre, como descreveu Sant'Anna durante a entrevista. Fator que possivelmente a colocava em uma situação um pouco menos vulnerável do que outras criadas que, muitas vezes, não tinham onde dormir. Algumas criadas não desejavam pagamento em dinheiro, apenas procuravam um lar, onde pudessem ser tratadas como alguém da família (Graham; 2009: 116). As relações de interesses entre senhores e empregados garantia uma convivência muito intimista e um tanto menos formal.

A gratidão, que o empregado deveria desenvolver por seu patrão, seria mais uma forma de fixá-lo no seu posto de serviço, em seus lugares subalternos de dependência. Como parte desse controle, e como uma estratégia de conformação dos negros em seus lugares sociais, muito do que foi construído e vivido durante o período da escravidão precisou ganhar novas roupagens. Segundo Lilia Schwarcz, até a liberdade dos negros era entendida pela sociedade como uma dádiva, onde seria exigido um ato recíproco de obediência e submissão (Schwarcz *Apud* Albuquerque; 2009: 83). Os favores recebidos da família Carqueja ligaram não só Umbelina, babá da família, como Mattos ao longo da vida.

Na perspectiva exposta por Mattos, é possível perceber que a relação entre sua família e os Carquejas era pautada também por meio da caridade. Analisando uma circunstância parecida, Chalhoub afirma que esse tipo de relação diminuía, de certa forma, a diferença social entre empregado e patrão, sem o último abandonar sua posição paternalista (Chalhoub; 1986:80). Além disso, na dedicatória é possível identificar dois lugares opostos ocupados: de um lado a família Carqueja, caridosa, e de outro, o receptor de tais caridades, Mattos. De um lado o concesso e, de outro, o privilegiado pela amizade e pelos favores. Além disso, pode-se perceber, na ação de escrever uma dedicatória, a eficiência das ações de criação e fortalecimento de vínculos de

dependência e gratidão incididos sobre Baptista de Mattos. A relação constituída no bojo dos trabalhos domésticos que extinguiram possíveis tensões e conflitos de classe e raça entre as duas famílias, transformaram as trocas em gratidão perpétua e, talvez, em uma lealdade conquistada até o fim de vida.

“a concessão de algum favor tornava o empregado um eterno devedor junto à família concedente. Tal condicionante iria adicionar mais um elemento complicador numa relação profundamente marcada por condicionamentos pessoais e por relações de subserviência.” (Sanches; 1998:35)

Segundo Chalhoub, o controle em uma sociedade de tipo capitalista visa o alcance de todas as instâncias da vida. O que inclui as interferências de tipo regulamentar no amor e na família dos trabalhadores, controle que resulta na perpetuação das relações capitalistas de produção (Chalhoub; 1986:101). Para além das relações de produção capitalista e ampliando a análise, Graham complementa que, de acordo com o código civil português, os chefes de família também eram responsáveis por seus criados, inclusive a guarda da honra. O código previa severas punições, apesar de nesse período estar em desuso, para agressões à honra de criados que trabalhassem “portas a dentro”, como os criados que, como Umbelina, serviam no interior dos lares. A proteção incluía permissões para o namoro e casamento, tanto dos criados quanto dos filhos da família (Graham; 1992:24).

A proteção de um lado e a obediência de outro, segundo Graham, “proporcionavam uma continuidade que quase suavizou a transição formal do trabalho escravo para o livre” (Graham; 2009: 120). Todavia, esse tipo de troca, por parte dos empregados e de suas condições sociais, não era tão variante. Estes normalmente ofereciam obediência irrestrita e seu esforço no empreendimento de bons serviços talvez fosse o máximo que poderiam oferecer. Por outro lado, as possibilidades de ofertas dos senhores poderiam variar, como visto, desde a simples subsistência até uma oferta simbólica de afeto, proteção e proximidade. Para Chalhoub, como resultado desse processo, está o baixo número de ocorrências de conflitos entre patrões e empregados nesse período (Chalhoub; 1986:82).

Por meio destes mecanismos é possível perceber a eficácia da ação da classe dominante no controle de seus subalternos. Porém, por outro lado, a classe trabalhadora não foi mera massa de manobra, que se deixou dominar e iludir. “É necessário pensar

também nos elementos da ideologia popular que facilitam a reprodução destas relações sociais.” (Chalhoub; 1986:102). Umbelina de Mattos, possivelmente, acreditou que a relação de interesses e a aproximação com a família Carqueja seria uma forma de superação da condição subalterna. Talvez não para ela, mas para seu filho, o qual poderia desfrutar de uma situação social mais privilegiada no futuro, próxima a dos filhos da família Carqueja, caso recebesse as orientações, auxílios e conselhos dos patrões. As aspirações de ascensão social podem ter sido um importante fator para a conformação de Umbelina de Mattos em uma rotina árdua de trabalho, sem conflitos.

Foi assim, dentro do universo de possibilidades de proteção oferecida pelos seus patrões, que Umbelina pôde encontrar guarida para os seus interesses. O vínculo construído com a família Carqueja tornou-se o meio utilizado por Umbelina, dentro das condições que lhe eram impostas, de encaminhar o seu filho no mundo letrado. Com este apoio, João Baptista poderia alcançar espaços na sociedade que foram pouco frequentados por outras pessoas que viviam em condições sociais parecidas. Neste processo, é possível perceber que Umbelina também agiu na organização das relações de trabalho, participando de forma ativa do jogo de sociabilidade, como forma de atingir os seus interesses. Em troca de seus bons serviços, Umbelina procurou construir um ambiente de proteção para o seu filho, que seria capaz de conduzi-lo a um extrato social mais alto, pelo caminho da educação. Perspectiva que, apesar de analfabeta, Umbelina parecia reconhecer, ao entender os benefícios que seu filho poderia ter, caso se firmasse no mundo letrado. Tal aspecto foi exposto com contundência na entrevista de Sant’Anna, que supervalorizou a preocupação de Umbelina com os estudos de Mattos.

A tese levantada aqui, utilizando um termo já consolidado na sociologia, é que as relações nutridas, entre Umbelina e a família Carqueja, engendraram para a primeira o acúmulo de um capital social,¹²⁰ que nada mais é do que as consequências resultantes da sociabilidades entre os indivíduos (Portes; 2000:134). O primeiro aspecto do capital construído por Umbelina foi a respeitabilidade que teve frente à sociedade, como já elucidado. Além disso, foi a rede de sociabilidade que Umbelina construiu que cumpriu o papel de acolher, conduzir, orientar e apoiar João Baptista de Mattos, por caminhos incertos para o negro nesse período. Como qualquer capital, o capital social também é

¹²⁰ Segundo Bourdieu, capital social é “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais liga dos à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”. (BOUERGIEU *apud* PORTES; 2000: 134)

resultante de trabalho e que, nesse caso, fica a cargo do jogo de sociabilidade. Antes de tudo, requer interesse e empenho na construção de laços.

A principal função da constituição desse capital social por Umbelina não foi para benefício próprio direto, mas destinado ao auxílio na educação de João Baptista de Mattos. Segundo as classificações utilizadas por Portes, esse tipo de capital social pode ser encarado como “fonte de benefícios extrafamiliares” (Portes; 2000: 141). Como o próprio Mattos apresentou, estas foram “*amizades conquistadas por minha saudosa mãe e cuja conservação representa prova de gratidão*”.¹²¹ O capital que Umbelina construiu se tornou parte da estratégia da superação da condição subalterna, sob a qual seu filho não deveria se submeter. Segundo Sant’Anna, Umbelina afirmava com frequência: “Meu filho vai estudar!”.¹²²

O capital social acumulado por Umbelina se tornou a maior e mais eficiente herança deixada para seu filho. A reprodução do capital social requer permanentemente trocas e reconhecimentos dentro da rede de sociabilidade, resultado de um esforço incessante (Bourdieu; 1985: 52). Os vínculos passados de pai ou mãe para seus filhos correm o risco de se perderem caso não passem por um trabalho de reafirmação, ressignificação e manutenção. Com isso, torna-se evidente a participação ativa de Mattos na recepção e manutenção da rede de sociabilidade construída por sua mãe. Existem muitos indícios que aproximam Mattos da família Carqueja também após a morte de sua mãe. Laços que foram sacralizados por meio de relações de compadrio, com Moacyr e Maria Carqueja. O primeiro pelo apadrinhamento do casamento de Mattos e Olga, e, por conseguinte, Maria, que batizou a primeira filha de Mattos, como mencionado alhures.

Giovanni Levi, quando discute a questão da estratificação social, explica que não é possível pensar apenas na dimensão das propriedades como forma de ponderar sobre as riquezas individuais. É importante que, no caminho, também esteja inferido as estratégias familiares complexas, nas quais segundo ele “filtravam o sucesso e o insucesso, a sobrevivência e o desaparecimento” (Levi; 2000: 96). Perspectiva que oferece base para esta pesquisa e para a reflexão das relações entre a família Carqueja e Umbelina, que, por sua vez, construiu um capital social que seu filho herdou e

¹²¹ MATTOS, João Baptista de. “*Os Monumentos Nacionais - Piauí*” – Dedicatória. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1949.

¹²² Entrevista com Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

reelaborou ao longo da vida, o que pode ser entendido como uma forma de “herança imaterial”. Legado que foi utilizado na superação da condição subalterna e consequente ascensão social de Mattos.

“As estruturas familiares, os mecanismos protetores da caridade e da clientela e uma certa rede de amizades, vínculos e proteções deviam preencher um quadro que os cálculos estritamente econômicos representavam apenas de maneira parcial e distorcida” (Levi; 2000:96).

Assim, em termos patrimoniais e financeiros, Umbelina de Mattos não acumulou importantes riquezas para o seu filho. Mas, por outro lado, em termos sociais, a rede de proteção que procurou construir em torno de si e de sua família, resultou em um patrimônio deixado como herança para ele. Apoio que lhe garantiu acesso a espaços, pessoas e instituições que, por si só, não o admitiriam tão facilmente, como será visto mais adiante. A proximidade e a amizade construída com a família Carqueja, para Umbelina e seu filho, podem ser encaradas como uma das formas de tutela social. Da qual muitos negros estiveram dependentes, como meio de participação na sociedade e alcance de direitos. Apesar da liberdade garantida pela Lei Áurea, não existiam mecanismos capazes de garantir o acesso aos direitos sociais para os primeiros descendentes da escravidão, nas primeiras décadas do século XX.

Para explicar a situação vivenciada pelos descendentes de escravos, chamando a atenção para o caso de São Paulo, Petrônio Domingues inverte a lógica de explicação corrente para a permanência do negro em uma condição subalterna. Ao contrário de muito o que se acreditava, a discriminação seria causada não apenas pelo abandono do governo, que não implementou medidas afirmativas que visassem a integração do negro na nova formação da sociedade. Para Domingues, as responsabilidades podem ser identificadas nas ações, tanto do Estado quanto da elite dirigente, que implementaram “uma política de emprego baseada no despejo dos negros dos seus antigos locais de trabalho” (Domingues; 2004: 107). Para o autor, não foram as ausências de ações que relegaram os negros, muitas vezes, ao subemprego, mas, sim as ações discriminadoras, que fecharam as portas do mercado de trabalho e de uma série de outros direitos.

Para alguns, o alcance de direitos civis só se tornou possível por meio da ampliação da rede de proteção e de amizade. Esses mecanismos foram utilizados por descendentes de escravos que, no momento de reconfiguração e reorganização social no

pós-abolição, entre um sistema e a formação do outro, puderam lançar mão para modificar as suas realidades. Giovanni Levi apresenta um panorama muito parecido que, para entender os mecanismos sociais, leva em consideração o intervalo aberto pela crise de 1690, que contribuiu para a quebra de “muitos dos mecanismos protetores da comunidade” (Levi; 2000: 168). No pós-abolição, a reorganização do espaço de sociabilidade, mais do que uma estratégia, se tornou necessária para os descendentes do cativo se firmarem no mundo livre. Muitas vezes, descobertos ou migrados dos antigos lugares de servidão, precisaram reorganizar sua teia de relações em uma sociedade em reestruturação. Apesar disso, Graham observa poucas mudanças na autoridade e nas formas de controle social no período pós-abolição (Graham; 1992: 156).

Tendo em vista o exposto acima, é possível concluir que a construção de uma vida livre teve significados bem específicos para Umbelina de Mattos. Muitos descendentes de escravos, no período pós-abolição, construíram sua vivência de liberdade por meio da procura e negociação de novas condições de trabalho. Para Umbelina, junto das condições de trabalho, foi importante possibilitar o acesso de Baptista de Mattos à instituição escolar e pessoas que o encaminhariam para além da condição subalterna. Assim, a construção da liberdade e o alcance de direitos estiveram calcados em trocas, materiais e simbólicas, na formação de um capital social, que resultou de negociações e estabelecimento de laços sociais. Laços que auxiliaram Mattos na sobrevivência na escolarização básica ao ingresso na Escola Militar, como será discutido adiante.

2.2 Escola Primária

“À memória das dedicadas professoras:

D. Alzira Pires

D. Leonor Pires

D. Maria Amália Celestino

D. Maria da Glória Celestino

D. Joana Flôres Padrez

D. Tereza Mota

Cujos ensinamentos e conselhos, no curso primário (1909 - 1912), são sempre lembrados, com reconhecimento, pelo

autor.¹²³

Em 1950 João Baptista de Mattos escreveu e publicou o quarto livro da coleção que iniciara em 1947, “*Os Monumentos Nacionais - Guaporé*”.¹²⁴ Esse livro foi dedicado à memória de suas professoras do ensino primário, o qual cursou entre 1909 e 1912, como registrou na dedicatória. Em primeiro lugar, é notório que a dedicatória é resultado de um exercício de memória, no qual Mattos, mais uma vez, evocou lembranças, pessoas e experiências pretéritas. As últimas ficam claras quando Mattos indicou o reconhecimento dos conselhos e ensinamentos que recebeu no colégio primário, passados quase quarenta anos. Isso chama a atenção para a importância que ele dispensou a essas vivências. No momento em que Mattos fez tais recordações, já era Coronel no Exército, com diploma de bacharel em Direito e participava de importantes círculos intelectuais.

Em 1909 João Baptista de Mattos ingressou na rede pública municipal de Ensino, compondo o curso elementar, na 1ª Classe mista, sob o magistério das professoras Thereza Saroldi e Leonor Pires, na 6ª Escola feminina do 9º Distrito, dirigida por Alzira Pires.¹²⁵ Tanto Leonor quanto Alzira foram homenageadas nesta dedicatória, enquanto Thereza Saroldi não.¹²⁶ No ano seguinte, João Baptista ingressou na recém-inaugurada Escola Riachuelo, que também passou a ser dirigida por Alzira Pires,¹²⁷ localizada na rua D. Ana Nery, número 554¹²⁸. Na composição do quadro de funcionários estava também a professora Leonor Pires.¹²⁹ Neste ano, 1910, Mattos estudou com as professoras adjuntas Antonietta Santos, Marieta Mattos, Maria Blois e Adelaide Ferreira, nenhuma das quais foi mencionada nesta dedicatória (Imagem 6). Apenas a diretora, que é a mesma da antiga escola, foi homenageada, o que tende a indicar a dedicatória como resultado de uma seleção por importância e/ou proximidade.

Não foi possível indicar com precisão as escolas que Mattos estudou nos anos seguintes, de 1911 a 1912. Pode ter continuado na Riachuelo ou pode ter obtido transferência. No entanto, algumas informações cruzadas entre a aparição de outras

¹²³ MATTOS, João Baptista de. “*Os Monumentos Nacionais - Guaporé*”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1950.

¹²⁴ *Idem*.

¹²⁵ PELAS Escolas. O Paiz. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1909. 4p.

¹²⁶ É possível Thereza Saroldi e Tereza Motta seja a mesma pessoa, informação que não foi possível confirmar ou não.

¹²⁷ Pelas Escolas. O Paiz. Rio de Janeiro, 3 de dez. de 1910. 6p

¹²⁸ Pelas Escolas. O Paiz. Rio de Janeiro, 16 de fev. de 1912. 10p.

¹²⁹ CLUB de Engenharia. O Paiz. Rio de Janeiro, 3 de mai de 1910.2p.

professoras homenageadas na mesma dedicatória e seus locais de trabalho permitem levantar algumas hipóteses. É o caso de duas das professoras homenageadas no livro de 1950, Maria Celestino e Joana Padrez. No ano de 1911, Maria Celestino foi designada para a 5ª Escola Feminina do 9º Distrito, sob o magistério da Professora Alzira Augusta Pires, escola que, apesar de feminina, não exclui a possibilidade de abrigar turmas mistas.¹³⁰ Em julho de 1912, ela foi designada para a 9ª Escola Mista do 8º Distrito, a cargo da professora Joana Flores Pradez, escola onde possivelmente Mattos também tenha estudado.¹³¹ A presença de Joana Pradez, Maria Celestino e Alzira Pires nestas escolas, no mesmo período em que Mattos estava no curso primário, sugere que ele possa ter estudado nessas instituições em 1911 e 1912. Independente disso, as informações disponíveis são suficientes para algumas considerações.

Imagem 6. "Grupos de professoras da Escola Riachuelo".



Fonte: "O Malho". Maio de 1913.

Em primeiro lugar, a mudança de escolas, logo após o primeiro ano, pode ter ocorrido por diferentes fatores. É importante considerar a localização de cada escola em relação ao trabalho de Umbelina, que possivelmente seria também próxima de sua casa.

¹³⁰ DIRECTORIA Geral de Instrução Pública. O Paiz. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1911. 6p.

¹³¹ DIRECTORIA Geral de Instrução Pública. O Paiz. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1912. 9p.

A antiga escola localizava-se na Rua Adelaide, número 108. Já a Escola Riachuelo estava situada à Rua Anna Nery, número 544.¹³² Maria Deolinda Carqueja, patroa de Umbelina, provavelmente residia no Beco da Música, número 1, onde tinha uma propriedade.¹³³ Se estas ruas forem as mesmas que recebem nomes similares hoje, é provável que Mattos tenha se matriculado na Escola Riachuelo por ser menos distante do trabalho de sua mãe, lugar onde possivelmente passava a maior parte do tempo. Em uma segunda hipótese, ou, talvez, complementando a primeira, é provável que Mattos tenha acompanhado a professora Alzira Pires, que deixou sua antiga escola para dirigir a Escola Riachuelo em 1910.

Mattos, ao organizar sua trajetória ao longo das dedicatórias, identificou este período como uma etapa importante para a sua carreira e formação, que claramente está ligado ao presente de sucesso profissional vivido. De acordo com a dedicatória, foi no ensino primário que Mattos adquiriu ensinamentos e conselhos que levou para a vida. Como disse, esses ensinamentos foram sempre lembrados por ele. Mais do que tomar tais palavras como expressão de verdades absolutas, trata-se de uma forma de escrita de si e de projeção de uma imagem pessoal. Não por acaso, esta dedicatória está inserida no quarto livro de sua coleção, precedida pela dedicatória à família Carqueja, seus familiares e à sua mãe, a primeira homenageada. Esta organização operada por Mattos apresenta um processo de ascensão que, necessariamente, colocou a família Carqueja antes mesmo das homenagens às escolas, dando a ideia de condição para o avanço da escolarização.

A experiência de mãe e filho no convívio com a família Carqueja se tornou relevante para o ingresso e continuidade dos estudos de Mattos, fator que provavelmente tenha ampliado o seu horizonte de expectativas. Possivelmente Mattos contava com um ambiente favorável para a aprendizagem na casa da família Carqueja, que lhe ofereceu suporte para que obtivesse um bom desempenho escolar. A presente dedicatória, aliada a anterior, será a chave para a reflexão sobre o acesso e permanência de Mattos na escola e, a partir dele, pensar os negros nos espaços de ensino primário no município do Rio de Janeiro.

¹³² O Paiz. Rio de Janeiro, 17 de fev. de 1912. 10p.

¹³³ DIÁRIO Oficial da União, 7 de Nov. de 1894. Seção 1, 22/23 p.

As primeiras homenageadas desta dedicatória, as professoras Alzira e Leonor Pires, sendo irmãs, faziam parte de uma família de professoras.¹³⁴ A professora Alzira Pires iniciou sua carreira como professora catedrática em 1903, na 14ª Escola do sexo Feminino do 7º Distrito.¹³⁵ Algum tempo depois, tornou-se “professora cathedratice na 6ª Escola do 9º distrito”, em 1905.¹³⁶ Leonor, como irmã mais nova, sempre trabalhou próximo a Alzira, inclusive como auxiliar da mesma.¹³⁷

Leonor e Alzira eram irmãs do Coronel Clementino Guimarães, do Sr. Samuel Mamede Pires, que exerciam o ofício de pagador da Central do Brasil,¹³⁸ e do Capitão Carlos Pires, “fiel da pagadoria da Estrada de Ferro Central do Brazil, onde gozava grande estima e consideração”.¹³⁹ Essas informações ligam os irmãos das professoras à família Carqueja e ao pai de Baptista de Mattos, Quintilhiano, que também trabalhavam nos trens da Central do Brasil. Isso levanta a hipótese de que o acesso à escola pode ter sido facilitado por intermédio dos mesmos familiares, visto que as vagas da escola pública municipal nesse período não eram suficientes para todos. O fato de João Baptista mudar de escola exatamente como Alzira Pires, que passou a dirigir a Escola Riachuelo, reforça esta hipótese, pois esta coincidência pode indicar maior proximidade entre os dois.

No ano de 1909, em que Mattos ingressou no colégio, um diretor de Instrução Pública Municipal da cidade do Rio de Janeiro, chamou a atenção para “o crescimento extraordinário da população escolar”.¹⁴⁰ Ao Associar esta informação com a constatação feita sobre a escassa estrutura e o restrito número de escolas existentes na capital. Com isso, há de se considerar que muitas crianças que procuraram matrículas não puderam ser atendidas. Além disso, Abreu aponta para a existência de uma seletividade no acesso à educação do ensino primário, que ao mesmo tempo, como toda seleção, guardava um aspecto excludente. O autor acrescenta ainda que tal seleção também se baseava no que chama de ideal abstrato burguês, que via no mérito pessoal o principal critério. Na retórica, a escola foi apresentada pelo diretor como pública, universal, gratuita e laica. De fato, escola pública, porém, seletiva e para poucos (Abreu; 2011). Isso reforça a

¹³⁴ FALECIMENTOS: Professora Alzira Pires. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1944. 6p.

¹³⁵ O BARBA Azul. O Paiz. Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 1903. 2p.

¹³⁶ INSTRUÇÃO Pública. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 11 de out. de 1905. 6p.

¹³⁷ INSTRUÇÃO Pública. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1904. 3p.

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ ENTERROS. O Paiz. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1916. 20p.

¹⁴⁰ AGCRJ - Instrução Pública - 12.31. 1909, fls. 123-125 Apud Marques, Rizzini e Schuler; 2015: 162.

hipótese de que Mattos tenha obtido ajuda para o ingresso na escola, que pode ter sido facilitado por esta rede que se liga a partir dos envolvidos no trabalho da Central do Brasil. Contudo, não se encontrou outro registro que pudesse sustentar de forma cabal esse entendimento.

Conforme sinaliza Surya Barros (2005) em sua dissertação de mestrado, é importante frisar que a trajetória escolar de um indivíduo não pode ser observada como um movimento natural e impensado, algo automático. Muito pelo contrário, o percurso do indivíduo na escola é repleto de experiências e significados, que é esclarecedor do destino social do indivíduo. Esse quadro se potencializa quando analisadas as trajetórias dos negros nas primeiras décadas do século XX, visto que a presença dessa parcela da população nas escolas não foi expressiva. Por esse motivo, havia um reduzido número de negros alfabetizados neste período, principalmente, quando comparado à proporção da população branca. Quando não foram impedidos de frequentar a escola, suas presenças incomodaram a muitos professores, como expõe a autora. Não obstante, a experiência escolar pode ser encarada como uma das estratégias de superação da condição subalterna, ao possibilitar melhores oportunidades de trabalho. Para longe do campo da excepcionalidade, a trajetória de negros que alcançam espaço e êxito no mundo letrado são entendidas como parte de um movimento maior de seu grupo social, como coloca Maria Cecília de Souza (2001).

Além das professoras citadas, também recebeu homenagem nesta dedicatória Maria da Glória Celestino. Natural do Rio de Janeiro, ela obteve diploma do curso normal em 4 de setembro de 1902.¹⁴¹ A partir de então, lecionou como professora adjunta estagiária até 1906.¹⁴² Foi depois de 1907 que passou a lecionar na 2ª Escola Masculina do 9º Distrito,¹⁴³ até que em julho desse mesmo ano foi efetivada no cargo de professora adjunta municipal.¹⁴⁴ Em 1915, recebeu promoção para o cargo de professora “*cathedratica*”, por merecimento, passando a atuar na 5ª Escola “Mixta do 18º Districto”.¹⁴⁵ Já sobre Maria Amália Celestino até a conclusão desta pesquisa não foram identificadas qualquer fonte. É possível presumir que esta última fosse irmã ou parente de Maria da Glória, pois carregam muitas semelhanças nos nomes.

¹⁴¹ ESCOLA Normal. A Notícia. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1902. 2p.

¹⁴² DIRECTORIA Geral de Instrução Pública. Gazeta de Notícias, 07 de março de 1906. 5p.

¹⁴³ DIRECTORIA Geral de Instrução Pública. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 8 de março de 1907. 3p.

¹⁴⁴ PREFEITURA. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 de julho de 1907. 3p.

¹⁴⁵ PREFEITURA. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1915. 5p.

2.2.1 “Com distinção e louvor”

Apesar de constatar o acesso de Mattos à escola pública em 1909, é evidente, com base em diversos estudos historiográficos sobre a educação, que este acesso não foi garantido a todos, muito menos para as crianças afrodescendentes. Não havia escolas suficientes nem políticas de suprimento das demandas. Desde 1824, a constituição imperial previa a instrução primária gratuita e para todos os cidadãos, no entanto, não previa recursos nem mecanismos que possibilitassem o acesso de todos. No final do Império, a necessidade de se criar escolas primárias era discutida, principalmente como forma de atender a população, conforme destacam Marques, Rizzini e Schuler (2015: 8). Angela de Castro Gomes salienta que, apenas em 1834, por meio de um ato reformador da constituição, se estabeleceu competências e obrigatoriedades para a formação do povo, grupo que excluía os escravos e os africanos, mesmo se livres e libertos. A frequência destes indivíduos só foi permitida em 1878, com a Reforma do Ensino Primário e Secundário, pelo Decreto 7.031 (Gomes; 2002: 388).

Angela de Castro Gomes, ao falar sobre a escola moderna, afirma que “república e educação escolar estavam associadas à crença na civilização e no progresso, que com toda certeza seriam alcançados, a despeito das dificuldades do caminho” (Gomes, 2002: 387). Rebeca Pinto, em sua dissertação de mestrado, indica a crescente preocupação com a educação das crianças das camadas populares, desde o final do século XIX, “concebida como um projeto de integração ideológica e política” (Pinto; 2014: 56). A pesquisadora menciona duas leis que, de um lado, regulamentavam o ensino dessa parcela da população e, de outro, traziam à tona os problemas de ordens educacionais enfrentados pelo Brasil. Em primeiro lugar, coloca o Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte, de 1854, que regulamentava o ensino e o público alvo. De acordo com essa determinação, os meninos pobres, menores que 12 anos de idade, caso encontrados vagando pelas ruas, em pobreza ou indigência, deveriam ser matriculados em escolas públicas ou particulares, sendo que neste último caso custeadas pelo Estado. Outra medida do governo a esse respeito, segundo Rebeca, está contida na Lei do Ventre Livre, que também carregava a preocupação com as crianças nascidas de mães escravas. De acordo com Domingues, a educação oferecida pelo Estado às crianças beneficiadas por esta lei, que foram entregues ao poder público aos 8 anos, não deve ser alvo de entusiasmos, pois, além de sua deficiência, esta jamais se universalizou (Domingues; 2009: 967).

Surya Barros descreve um cenário nacional, entre finais do século XIX e início do XX, caracterizado por um “entusiasmo pela educação”, que acendeu um fervor ideológico que colocava em ordem do dia questões educacionais (2005). Apesar disto, conforme sinaliza Angela de Castro Gomes, tal fervor não ocasionou melhorias substanciais nos mais diferentes níveis de ensino existente (Gomes; 2002: 405). Este ambiente também colocou em pauta a educação do negro, que era entendida como “uma educação para o trabalho, para a liberdade, para a construção da nação, em que o acesso à escola por essa camada pode ser visto como emblemático das mudanças que os discursos apresentavam como necessárias.” (Barros; 2005: 80). Segundo a autora, em sua análise sobre o debate do período, o que preocupava os homens daquela época era a manutenção da ordem da população negra com o advento da liberdade, já que não dispunham mais do chicote. Ciente de que mesmo antes do fim da escravidão havia muitos negros libertos e livres, Barros ressalta que até estes estavam inseridos na lógica senhor-escravo, que os colocavam em uma posição inferior e até sujeitos a muitas restrições sociais e políticas.

Com o apoio da historiografia e de tais regulamentos, Rebeca levanta as possibilidades educacionais dos negros entre o final do século XIX e início do XX, quando estudou a trajetória de De Chocolate. Salienta que, com o advento da república e, principalmente, após a constituição de 1891, que concedia o direito ao voto ao cidadão que fosse alfabetizado, foram redimensionadas as relações das camadas mais pobres com o acesso à instrução. Gomes, em observância a este fato, reforça que saber ler e escrever no período republicano é uma condição que excluiu mais do que em tempos pretéritos, nem tão distantes (Gomes; 2002: 392). De acordo com Petrónio Domingues, na conclusão de seu artigo “*O recinto do sagrado: educação e antirracismo no Brasil*”, “no pós-abolição, o negro ‘descobriu’ progressivamente a importância da educação e o valor dos diplomas. Não somente descobriu como tomou a si iniciativas para agenciá-las sem depender da ação do Estado” (Domingues; 2009: 989). Surya, em seu texto, concorda com o valor dado pelos afrodescendentes ao acesso à educação formal, que, segundo ela, pode ser detectado desde o século XIX, mas, apesar disso, afirma que essa parcela da população não estava inserida completamente nas escolas. A pesquisadora cita um artigo da imprensa negra, que dá conta de descrever a defasagem em que a população negra se inseria:

O estado lamentavel em que jazem os homens de côr no Brazil, opprimidos de um lado pelas ideias escravocratas que de todo não desapareceram do nosso meio social e de outro pela nefasta ignorância em que vegetam este elemento da raça brasileira, impõe uma reacção salutar para que possam em dias futuros ter a consciencia lucida, de que para elles, os seus direitos são compuscados, a lei asphixiada e a justiça vilipendiada. (...) Esta antithese completa de tudo o que é organico tem como cousa principal, o analfabetismo que predomina em mais de dois terços de tão infeliz raça.¹⁴⁶

A escola, neste período, parece ser um ambiente predominantemente branco, como mostra as fotos da Escola Riachuelo em 1914, tirada para o “*Jornal das Moças*” (Imagem 7):

Imagem 7. Escola Riachuelo- dirigida pela distinta professora Alzira Pires.



Fonte: *Jornal das Moças*. 30 de setembro de 1914.

¹⁴⁶ São Paulo. Biblioteca Mário de Andrade. Coleção Jornais da Raça Negra. *O Alfinete*, São Paulo, 22 de Setembro de 1918, p. 1. *Apud* Barros, 2005: 86.

Este cenário que pode ter contribuído para o racismo e discriminação dos alunos negros que conseguiram se fazer presentes nestes espaços, como no caso relatado acima. Tristão de Alencar Araripe, ao prestar uma homenagem póstuma a João Baptista de Mattos, relatou uma história dos tempos de colégio do Marechal, que afirma ter sido testemunhada pelo próprio Mattos. Segundo ele, Mattos contou que “certa vez, ouviu de uma coleguinha da escola pública a queixa: ‘não sei porque êsse moleque tem o direito de classificar-se a nossa frente!’. Ouviu, guardou e sorriu. O ‘moleque’ chegou, quarenta anos depois, a General conceituado, colega de seu marido, também de origem modesta e digna.”¹⁴⁷ Esse relato remonta uma história que revela um momento de racismo explícito que Mattos vivenciou na escola, ainda enquanto criança, sendo designado por sua colega de turma como moleque, que carregava tom desqualificador, ligado a cor de sua pele. Seu destaque nos estudos foi considerado um desrespeito ou uma afronta. Para ela, enquanto “moleque”, parecia absurdo João Baptista se classificar à frente de muitos outros. Racismo que também foi enfrentado por outros meninos negros que procuraram frequentar a escola no início do século XX. Barros apresenta testemunhos de pessoas que vivenciaram o racismo na escola:

“Tinha muito racismo, mesmo. Apanha na escola, viu. Uma professora, trocou de professora, uma vez, e eu não fiz uma lição lá, que eu não sabia, né, não fiz, ah, ela meteu a régua na minha orelha que cortou! Me cortou a orelha, viu? Aí toca fazer curativo! Depois os menino, lá, naquele tempo, né, xingava a gente: ‘Tição’, tal, até que peguei o menino na rua e dei uma surra nele (risos) e me expulsaram do, do colégio, não deixaram mais eu estudar. Ainda minha mãe ainda foi lá, chorar pr’eu estudar... expulsaram!”
(Cavalleiro Apud Barros; 2005: 128)

O depoimento de Tristão ganha maior legitimidade por outros documentos, em dois pontos principais. O primeiro está no fato de Mattos ter participado de uma turma mista no primário, com meninos e meninas que compunham a mesma turma. Em segundo lugar, foi possível verificar que, de fato, ao final do seu primeiro ano escolar, Mattos, aprovado com distinção e louvor, esteve mais bem classificado do que a maioria da turma. Do total de 63 alunos, apenas nove foram aprovados com conceitos de “distinção e louvor”, dentre os quais estava Mattos. Além desses, cerca de 25 alunos aprovados com “distinção”, 26 aprovados “plenamente” e três alunos com

¹⁴⁷ JOÃO Baptista de Mattos (Homenagem). Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1969. 49p.

“simplesmente”, todos abaixo da classificação atingida por Mattos.¹⁴⁸ Esse comparativo se torna matéria farta para pensar a participação de Mattos no colégio, que, nos primeiros anos, já se destacou dentre a maioria de alunos. Coloca em relevo sua contribuição e empenho pessoal no que tange o êxito escolar, para além dos fatores externos e auxílios que possa ter recebido para chegar a tais resultados. Apesar de ganhar destaque nesta pesquisa, a indicação de que a rede de sociabilidade foi facilitadora da inserção de João Baptista no mundo letrado e no Exército, não permite descartar ou prescindir do “pequeno x”, nos termos de Loriga (2011), ou seja, suas contribuições pessoais e esforços.

Para além disto, Tristão deixou evidente uma, dentre possíveis outras discriminações que Mattos tenha sofrido ao longo da vida escolar, perspectiva que não foi explorada pela narrativa de sua filha no momento da entrevista. Neste caso, o sucesso de sua avaliação escolar foi questionado por uma colega, sua colocação à frente de muitos outros, possivelmente com melhores condições sociais e com peles mais claras, lhe pareceu uma afronta. Lembrança como essa não recebeu espaço nas dedicatórias, surgiu em depoimento de uma terceira pessoa, usada como forma de acentuar a ascensão de Mattos e a superação das expectativas da sociedade sobre ele. Apesar disso, o episódio não foi esquecido por Mattos, motivo que o fez compartilhar, muitos anos depois, com um amigo do Exército. Como um menino negro, no pós-abolição, certamente João Baptista precisou lidar desde muito cedo com o racismo e a discriminação.

Pouco mais de dois meses depois da inauguração da Escola Riachuelo, no dia 25 de julho de 1910, ano em que Mattos frequentava essa escola, Alzira recebeu das alunas e professoras uma surpresa de aniversário: organizaram uma festa em sua homenagem. Em meio ao festejo lhe foi dada como presente uma “bella joia cravejada de brilhantes”.¹⁴⁹ Essa informação ajuda a traçar uma ideia sobre as condições financeiras dos alunos dessa escola pública em geral, mesmo que de forma superficial. Oferecer uma joia de tão alto valor, mesmo como resultado de contribuições de toda a escola, denota um público com alguma disposição financeira. Mas, ainda assim, muitos alunos que frequentaram as escolas públicas do Rio de Janeiro viviam em situação de

¹⁴⁸ NAS ESCOLAS Municipaes. O Século. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1909. 2p.

¹⁴⁹FESTAS. O Paiz. Rio de janeiro, 27 de jul. de 1910. 3p.

vulnerabilidade, devido aos poucos recursos financeiros, e neste último caso, João Baptista de Mattos.

2.2.2 “Meu filho vai estudar!”

De acordo com o exposto pela entrevista, Mattos não esteve distante de um cenário de precariedade de recursos financeiros durante a escola. Sant’Anna relatou uma história que oferece uma perspectiva sobre esta situação, e da postura de sua mãe, apesar disso. Conta que, após a conclusão do primário, “a professora ofereceu para ele ser escrivão, fazer o livro caixa do armazém do marido dela. D. Umbelina disse: ‘Meu filho vai estudar!’ Entendido? ‘Meu filho não vai!’”.¹⁵⁰ Por esta situação, é possível perceber que a oferta de trabalho e a possibilidade de mais recursos para a família, não teriam sido suficientes para impedir que Umbelina continuasse perseguindo seus objetivos: queria que seu filho estudasse. Segundo a narrativa de Sant’Anna, o convite da professora foi feito no intuito de aproveitar as qualidades de Mattos, que como visto, obteve altos conceitos. O relato reforça, enquanto possibilidade, que a interrupção dos estudos para o trabalho parecia ser a regra e não a exceção.

Umbelina, apresentada por sua neta como uma mulher que mesmo analfabeta, tinha grande preocupação com os estudos, não teria aceitado tal caminho para o filho. Como discutido ao longo da pesquisa, toda a narrativa da entrevista aqui utilizada foi construída com vista a uma mulher que esteve disposta a prover os estudos, como uma espécie de heroína. Certamente, com o salário que recebia como empregada doméstica, não devia ser uma tarefa muito fácil custear a educação. Esse esforço, contudo, não foi uma exclusividade de Umbelina. Graham, em seu texto, apresenta o caso de uma empregada doméstica, Guilhermina de Souza Machado, de trinta anos, costureira, que conseguiu mandar os dois filhos para a escola (Graham; 2009:94).

A vulnerabilidade financeira, que afetava a vida escolar, era uma realidade que muitos negros descendentes de escravos estiveram expostos, o que dificultou o acesso e permanência nas escolas. Dificuldades também vividas por Correia Leite, citado na pesquisa de Surya Barros, em suas experiências no início do século XX. Nascido no mesmo ano que João Baptista, relatou as dificuldades enfrentadas para a permanência na escola, que vão desde a falta de trajes adequados, dificuldade na aquisição de material escolar e a necessidade de trabalhar para complementação da renda familiar

¹⁵⁰ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

(Barros; 2005: 126). Dificuldades que podem ter sido enfrentadas por Mattos, principalmente se for levada em consideração a situação socioeconômica que vivia, mas que, diferente de muitos outros meninos, pôde contar com o seu capital social. A despeito das dificuldades financeiras, Surya identifica diversas narrativas de pessoas que no mesmo período se preocupavam com a escolarização, evidenciando a busca deste grupo por instrução.

Marques, Rizzini e Schuler apontam que, segundo os registros dos professores primários das escolas do Rio de Janeiro, “a maioria das crianças matriculadas, provenientes de famílias pobres, se retirava antes dos exames finais, pois, desde cedo, eram destinadas ao trabalho doméstico ou à aprendizagem de ofícios” (2015: 159). Segundo os autores, alguns professores alegavam que, quando as crianças aprendiam o mínimo para se colocarem em atividades de trabalho, os retiravam para tal fim. Ou seja, esta situação pode refletir o já esperado para os filhos das classes populares, que naturalmente sairiam da escola para aprender um ofício ou, na melhor das hipóteses, frequentariam o espaço para se qualificarem para alguma atividade.

Ao estudar o processo da escolarização do negro em São Paulo, Demartine afirma que

“Os negros percebiam sua condição de segmento discriminados na sociedade paulistana, e a situação de disputa em que se achavam inseridos ao lado de grupos imigrantes em situação econômica semelhante. Alguns deles, que passaram a organizar-se em entidades negras, achavam que o caminho para ascensão social era a escola, mas sua própria vivência como elementos discriminados os levava a cogitar que eles próprios tinham que batalhar por esta causa. De um lado, porque a República criava muitas escolas, e muitos negros frequentavam escolas públicas, mas havia entraves colocados por estas escolas ao processo de escolarização dos negros pertencentes a famílias mais pobres, ou sem família; de outro lado, porque verificavam que havia uma acomodação da parcela desta população às condições impostas pela escravidão, uma quase aceitação do fato de não ter seus direitos (como o da escolaridade obrigatória gratuita) efetivados.” (Demartini Apud Abreu; 2011:2).

Para a questão da escolarização da população negra, estudando o caso de São Paulo, Surya Barros caracteriza dois tipos de ação: a ação branca e a ação da população negra. Os primeiros, com duas vertentes contraditórias, de um lado reconheciam a importância da matrícula e frequência dos alunos negros na escola, de outro, fica

evidente as dificuldades apontadas pelos professores ao lidar com a presença desses alunos nas escolas. Observando o que foi exposto até aqui, é possível perceber que em sua trajetória Mattos encontrou professores que se preocupavam com a disseminação da cultura letrada às crianças carentes, que puderam contar com o apoio material organizado e/ou deferido pelas próprias professoras. Dentre as professoras homenageadas na dedicatória ao curso primário, foram identificados três casos de professoras que trabalhavam diretamente com o auxílio de alunos economicamente mais vulneráveis: Leonor, Alzira Pires e Joana Flôres Padrez. Isso mostra que a presença e permanência de Baptista de Mattos pode ter sido facilitada pela ação branca, das ditas professoras, que se preocupavam com a instrução dos mais carentes e auxiliavam no provimento de recursos.

É importante lembrar que a trajetória de Mattos foi marcada pela proteção e assistência de um grupo considerável de pessoas que se inserem no mundo branco e letrado. Além das ditas professoras, também foram identificados, por meio das próprias dedicatórias, a família Carqueja, que além dos auxílios na instrução, pode ter facilitado o acesso e permanência de Mattos na escola. Assim, outros negros descendentes da escravidão conseguiram espaço e se firmaram na cultura letrada por meio do mesmo tipo de apoio e proteção. Surya Barros recorre a biografia de Luiz Gama, hoje visto como ícone do movimento negro, por suas conquistas que, enquanto negro, se afirmou como rábula e conquistou amplo espaço em meio a sociedade brasileira de seu tempo. Segundo a leitura da pesquisadora, Gama obteve tal êxito também como resultado do apoio e proteção de pessoas importantes, que fizeram a diferença em sua trajetória. Maria Cecília Souza ressalta que, sem a presença e proteção de Furtado, não seria possível o avanço nas letras e na sociedade de Luiz Gama. Segundo o depoimento do próprio Gama,

“Durante o meu tempo de Praça, nas horas vagas, fiz-me copista, escrevia para o escritório do Major Benedito Antonio Coelho Neto, que tornou-se meu amigo [...] e como amanuense, no gabinete do senhor conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça [...] conquistei sua estima e sua proteção; e as boas lições de letras e de civismo, que conservo com orgulho” (Souza; 2001:105).

Situação recorrente em outras trajetórias, como a de José do Patrocínio que, por sua vez, também teve suas conquistas facilitadas pela proteção de pessoas influentes,

que faziam parte do mundo branco e letrado. “José do Patrocínio (1905). Igualmente filho bastardo de uma negra quitandeira e do vigário de Campos, deveu a possibilidade de ter um diploma de curso superior, de tornar-se jornalista e militante abolicionista a uma série de patronos influentes” (Souza; 2001: 106). A autora também cita a trajetória de Cruz e Souza, que conquistou o mundo letrado com apoio e proteção de seus senhores. Para Surya, pareceu comum essas intervenções de pessoas brancas nas trajetórias de negros e/ou escravos que aprenderam a ler e escrever.

Boff defende que, também em Florianópolis, os afrodescendentes que tiveram acesso à educação, o fizeram por meio de estratégias e do apoio que construíram em uma rede de proteção, além, é claro, de seus esforços individuais e familiares (Boff; 2015: 86). Em sua dissertação de mestrado, estudou as trajetórias de Antonieta de Barros, Cruz e Sousa, Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida, afrodescendentes que se escolarizaram e promoveram ações que facilitariam o acesso educacional a outros negros no estado.

Alguns anos antes de Mattos ingressar na escola, em 30 de abril de 1906 o jornal “*O Paiz*” publicou uma matéria bem detalhada e sensível sobre o trabalho de Alzira, enquanto diretora adjunta da Escola Feminina da Estação do Riachuelo, na 3ª Escola Pública do 9º Distrito. A matéria noticiou a ação da Caixa Escolar, instituída por Alzira enquanto dirigente da escola que, segundo o jornal, naquela época, era a única escola onde funcionava regular e ativamente. Nas primeiras linhas, o jornal se ateu à tarefa de descrever a situação difícil em que se encontrava a escola pública, e aquela escola em específico, a qual não possuía espaço adequado para comportar as alunas que ali estudavam e seu corpo docente. Nas palavras de Alzira “semelhante casa era incapaz e insuficiente para um colégio qualquer e sobretudo para uma escola pública”, dando a dimensão da precariedade da escola.¹⁵¹ A delação dos problemas também colocou em pauta a falta de recursos materiais, que implicavam no bom funcionamento da unidade.

No entanto, a Caixa escolar era o motivo da reportagem, pois, segundo o jornalista, sua intenção ao publicar a matéria era “estimular o desenvolvimento dessa instituição formosa já convertida em lei municipal”.¹⁵² Segundo Alzira Pires, a Caixa

¹⁵¹ A CAIXA ESCOLAR EM AÇÃO: A escola feminina da Estação Riachuelo – As suas classes e necessidades- A vida e o progresso da caixa escolar- A cooperação das alunas e das professoras- As verdadeiras armas contra o analfabetismo. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 30 de abr. de 1906. 2p.

¹⁵² *Idem*.

Escolar foi instituída naquela escola para estimular a caridade entre as alunas. Na caixa de madeira eram depositadas quantias em dinheiro e também bilhetes de bondes, obra que era também assistida por alguns pais. O dinheiro recolhido era revertido para a assistência escolar, com a intenção de promover o bem e a caridade. “D. Alzira informou-me que a caixa já tinha soccorrido alunas pobres, que de outro modo talvez abandonariam a escola.”¹⁵³

O jornalista acreditava que “são elles [os esforços] que tornam possível aquillo que para muitos é um sonho irrealizável”.¹⁵⁴ Além disto, afirma que o governo possuía muitas dificuldades para abrigar a totalidade de crianças nas escolas, mas a “ação solícita e providente, vai muito além, recuando pouco a pouco e cada vez mais o número assombroso de nossa população de analphabetos”.¹⁵⁵ Esta situação chama a atenção como uma forma de atendimento social que Alzira Pires procurou disseminar e concretizar na rede pública de ensino que, anos depois, mais especificamente em 1913, foi uma prática oficializada.¹⁵⁶ O período de disseminação até a oficialização da Caixa Escolar engloba os anos em que Mattos frequentou o curso primário e esteve próximo de Alzira Pires, professora homenageada na dedicatória. Situação que levanta a hipótese que esta prática possa ter beneficiado a Baptista de Mattos.

Ao final da visita, o jornalista de “*O Malho*” relatou sua visão sobre tais programas implementados na escola, quando

“Descendo a escada, atirei um último golpe de vista à multidão saltitante das classes elementares. É ali o mundo novíssimo que amanhece para as lutas sociaes. A mesma indisciplina do olhar, o mesmo sorriso curioso para tudo e para todos, são as alavancas poderosas de que se servem os mais velhos para ajudal-os a saber e marchar na vida. Não há trabalho igual, quando a elle se dedicam espíritos esclarecidos e carinhosos. Bem hajam as mestras, as mestras que ensinam e ainda se ocupam em vestir e sustentar os corposinhos franzinos dos seus discípulos necessitados.”¹⁵⁷

¹⁵³ *Idem.*

¹⁵⁴ *Idem.*

¹⁵⁵ *Idem.*

¹⁵⁶ 9º Distrito Escolar: Regulamento da Caixa Escolar Mantida Pela Liga dos Professores Primários. O Paiz. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1913. 9p.

¹⁵⁷ A CAIXA ESCOLAR EM AÇÃO: A escola feminina da Estação Riachuelo – As suas classes e necessidaes- A vida e o progresso da caixa escolar- A cooperação das alunas e das professoras- As verdadeiras armas contra o analphabetismo. O Paiz. Rio de Janeiro, 30 de abr. de 1906. 2p.

No mês seguinte, maio de 1906, outra matéria saiu no mesmo jornal com o mesmo tema. Trata-se de uma reportagem produzida a partir de outra visita realizada nessa mesma escola. Porém, nesse caso, seu foco foi a denúncia das dificuldades que aquela escola estava passando. O relato apontou que a quantidade de alunos por classe era muito grande, motivo que justificou como obstrutor do ensino simultâneo. Como exemplo, ressaltou uma turma masculina de iniciantes na alfabetização com 70 alunos e uma professora, mesma organização a qual Mattos esteve inserido três anos depois. Para o jornalista, muitos alunos não conseguiam tirar proveito das aulas e a tarefa de ensinar a tantos alunos foi apresentada como quase impossível. Apesar de tantas dificuldades para realizar o seu trabalho, uma professora ganhava 80\$000, de acordo com a matéria.

A Caixa Escolar ganhou as atenções da entrevista, tendo como interlocutora a D. Maria Reis Santos, diretora da unidade escolar. Ficou claro, novamente, o desejo de promover o desenvolvimento social por meio da educação e da ajuda mútua. A professora relatou a forma como organizaram a Caixa Escolar, método que acreditou ter orientado a sua colega Alzira Pires,¹⁵⁸ a quem, segundo a diretora da Escola Modelo José Bonifácio, sua instituição é devida.¹⁵⁹ Esse testemunho reforça a ideia de que a professora Alzira tenha levado o mesmo modelo a outras unidades.

Em 13 de julho de 1913 foi publicado, no jornal “*O Paiz*”, o edital de regulamentação da Caixa Escolar para o 9º distrito, dentre os autores do regulamento estava Alzira Pires. O edital deixou claro que a finalidade primeira das arrecadações da caixa é fornecer meios para que alunos pobres frequentem a escola ou para os que necessitem de meios para continuar. Os donativos seriam arrecadados por meio de eventos e quermesses, nas quais se venderiam produtos para esse fim. Além do mais, a Caixa poderia contar com sócios beneméritos, os quais ficariam incumbidos a contribuição de 1 mil réis. A ajuda aos alunos necessitados devia ser requisitada pelo professor. Essa ajuda jamais seria em dinheiro, mas sim em bens materiais, como bilhetes de bondes, roupas e etc.¹⁶⁰ No seu primeiro biênio de funcionamento, a caixa escolar arrecadou 910\$400 e 7: 076\$620, entre 1912 e 1913.¹⁶¹ Nesse período, a

¹⁵⁸ EXPANSÃO SOCIAL do Ensino Primário: A falta de adjuntas e excesso de trabalho—As opiniões de uma professora—As caixas escolares e o ensino obrigatório — A injustiça social e os proprietários do ensino. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1906. 1 p.

¹⁵⁹ CONTRA o Analfabetismo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1907. 2p.

¹⁶⁰ 9º Distrito Escolar: Regulamento da Caixa Escolar Mantida Pela Liga dos Professores Primários. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1913. 9p.

¹⁶¹ CAIXA Escolar do 9º Distrito da Capital Federal. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1914. 11p.

comissão da caixa contou com a professora Alzira Pires, como presidente, e a professora Leonor Pires, como bibliotecária da comissão. Não só Alzira, mas também Leonor estavam explícita e diretamente ligadas à organização da Caixa escolar e sua disseminação naquele distrito, o que aproxima, mais uma vez, Mattos de tal prática.

Dentre as professoras citadas na dedicatória, outra se tornou muito evidente pelo destaque nas ações de benefícios de cunho social para os seus alunos. Joana Flores Padrez foi mencionada pelo jornal “*A noite*” como um vulto ilustre brasileiro e um grande expoente do cenário educacional do país. Segundo o texto, aos cinco anos de idade chegou ao Rio de Janeiro oriunda de Itu, São Paulo. Em 1908 prestou concurso para professora catedrática, diretora de escola, onde foi classificada em primeiro lugar e sua prova escrita foi reproduzida e publicada nas escolas municipais por ordem do prefeito. Joana tinha apenas 27 anos. Vista como detentora de cultura, Joana casou-se com Mr. Pierre Georges Pradez, considerado um rico e bondoso negociante de café. Segundo a reportagem, apesar de possuir uma vida financeira estável, não deixou de lado o magistério.¹⁶² Joana foi referenciada como uma professora que oferecia auxílios para os seus alunos que tinham dificuldades financeiras. O jornal relata que toda cobertura era dada por Joana aos seus alunos, o que também incluía os bens materiais.

“Ao seu redor a necessidade não existia e seus alunos tinham proteção material. Ninguém deixava de estudar por falta de dinheiro, tanto nas aulas quanto nos arrojados concursos, para os quais preparara muitas pessoas que aí estão aos milhares.”¹⁶³

É importante frisar que, por mais difícil que tenha sido o acesso e permanência dos afrodescendentes nas escolas públicas no Brasil, no período pós-abolição, em diversos casos esta vivência foi uma demanda valorizada por estes indivíduos e seus familiares. Porém, para a superação de inúmeras dificuldades no acesso e permanência nas escolas, estes indivíduos se valeram de variadas estratégias. A escola era vista como um meio de mobilidade social e superação da condição subalterna, com a possibilidade de ocupação de novos cargos de trabalho, como pessoas alfabetizadas. João Baptista de Mattos dispôs de diversos meios de socorro, tendo convivido com professoras que se destacaram por suas ações assistencialistas. Mas, o acompanhamento e apoio da família Carqueja se tornou evidente, principalmente para a construção de um capital social, ou

¹⁶² VULTOS Ilustres. *A Noite*. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1948. 16p.

¹⁶³ VULTOS Ilustres. *A Noite*. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1950. 17p.

seja, um círculo de apoio e proteção baseados na “caridade e espírito de justiça”, como registrou na dedicatória.

2.2.3 A escola como fator de manutenção de privilégios.

É importante reunir aqui algumas considerações para pensar o acesso de João Baptista de Mattos à escola e sua posterior mobilidade social. Em primeiro lugar, ponderar sobre o acesso a ela, que, como visto, era muito restrito e seletivo, reservado a poucas pessoas que tivessem condições de custear os materiais e tudo o que fosse necessário. Umbelina, de acordo com a entrevista, sempre esteve disposta a custear e colaborar com a instrução de Mattos, apesar de ser uma mulher analfabeta e empregada doméstica, com salário comumente baixo. O horizonte de expectativa sobre a instrução de João Baptista é resultado da experiência que Umbelina possivelmente adquiriu no seio da família Carqueja, enquanto observava a criação de Mário, Maria e Moacyr.

Além disso, de acordo com a dedicatória, Baptista de Mattos pôde contar com o auxílio dos Carquejas nos seus estudos, além da caridade e espírito de justiça. Por hora, é imprescindível perceber que, não de maneira desavisada, Mattos escreveu uma dedicatória à família Carqueja antes mesmo de homenagear às suas professoras da escola primária, estabelecendo uma ordem.

Mattos incluiu a escola primária na perspectiva de sua mobilidade social, sentido que procurou imprimir nas dedicatórias, apresentando-a como um dos fatores que possibilitaram seu êxito profissional, devido aos aprendizados que recebeu e carregou consigo. Mas a escola, por si só, não pode ser considerada como fator determinante para o fim da herança subalterna que sua mãe herdou de sua avó e que passaria a seu filho. Reflexão que ganha maior contorno com o auxílio da produção de Bourdieu sobre a educação, que aponta o caráter seletivo e excludente que a escola possui e que, ainda hoje, é possível identificar. O sucesso escolar conta com uma série de variantes culturais, econômicas e sociais que acabam contribuindo para perpetuar as desigualdades econômicas e sociais dos seus alunos. Segundo ele,

“É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da ‘escola libertadora’, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência

de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como natural” (Bourdieu; 1998: 41).

Segundo Bourdieu, os mecanismos de eliminação agem durante toda a vida escolar, aumentando as chances de êxito dos alunos pertencentes às camadas superiores, em detrimento das classes populares. Processo que compreende uma eliminação contínua das crianças das camadas inferiores, argumento que reforça as questões levantadas por Surya, discutidas anteriormente. Por isso, é importante considerar que a garantia do acesso à escola e, posteriormente, o êxito que Mattos alcançou, são consequências de uma série de fatores, incluindo o capital social reunido em torno de si, além de sua capacidade pessoal. Neste sentido, como ele próprio indicou nas dedicatórias, a atuação de Mário Carqueja teria sido relevante, a tal ponto que foi merecedora de uma dedicatória, mesmo depois do falecimento do homenageado. Ou seja, a rede de sociabilidade construída por Umbelina, enquanto empregada doméstica, na lógica de trocas simbólicas, provavelmente foi fator preponderante para a permanência de João Baptista na educação formal. Esta rede de sociabilidade possivelmente ofereceu tanto as condições necessárias para o acesso e permanência, quanto o capital cultural do qual necessitou.

Pensando na realidade de sua época, Bourdieu assinala a importância do contexto social.

“Como se sabe que os ideais e os atos do indivíduo dependem do grupo ao qual ele pertence e dos fins e expectativas desse grupo, vê-se que a influência do grupo de pares- sempre relativamente homogêneo quanto a origem social, de vez que, por exemplo, a distribuição das crianças entre os colégios técnicos e os liceus e, no interior destes, entre as seções, é, muito estritamente, função da classe social – vem redobrar entre os desfavorecidos, a influência do meio familiar e do contexto social, que tendem a desencorajar ambições percebidas como desmedidas e sempre mais ou menos suspeita de renegar as origens” (Bourdieu;1998: 50)

Consoante com a perspectiva levantada por Bourdieu, Barros elucida que a escolarização dos libertos e seus descendentes, apesar da importância empregada entre finais do século XIX e início do XX, não foi suficiente para garantir igualdade de acesso entre os diferentes segmentos da população. Analisando o relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, Surya Barros identificou diversos tipos de discriminações, dentre elas, algumas que considerou sutis. Lembra que em 1858, época

de produção do relatório, o escravo era impedido de frequentar as aulas públicas. Com isso, o inspetor afirmava impedir aqueles que não provassem tal condição de livre, o que pode ter deixado inúmeros meninos negros fora das escolas. Além disto, a autora constatou a aversão apresentada por alguns professores à frequência dos alunos afrodescendentes em suas escolas.

Barros adverte que, mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, muitos mecanismos foram empregados com o objetivo de impedir a frequência dos alunos negros nas escolas. Nos depoimentos em que teve acesso, constatou que a “falta de ‘vestimentas adequadas’, ausência de um adulto responsável para realizar a matrícula, dificuldades para adquirir material escolar e merenda, por exemplo, eram empecilhos enfrentados por alunos dessa origem para acessar a escola” (Barros; 2005: 85). Com isso, considera que, apesar da liberdade instalada pela Lei Áurea, o acesso à instrução se tornou uma ferramenta de manutenção das hierarquias sociais, separando pobres e ricos, negros e brancos. Na perspectiva de Barros, a discussão levantada pela elite dirigente sobre a liberdade em finais do século XIX, fez surgir uma série de mecanismos capazes de manter seus privilégios e a discriminação dos negros. Segundo ela, “o acesso à escola era o elemento de manutenção do poder entre a camada branca da população. Isto é, a escola não era legalmente proibida aos negros, mas sua presença era vedada através de mecanismos sutis de discriminação” (Barros; 2005: 91).

Como forma de reação ao preterimento vivido pelos afrodescendentes no âmbito social, diversos grupos negros investiam na criação de diferentes tipos de associações que reforçassem o espírito de união e solidariedade. Estas associações, atuando no campo educacional, denunciaram as mazelas da população, realizaram atividades de cunho educacional e cultural e, inclusive, abriram escolas (Domingues; 2009: 969). A observação de Petrônio Domingues indica a educação como fator de ampla reivindicação dos movimentos negros.

“A educação sempre foi considerada o caminho mais eficaz, quando não a panaceia para a resolução de todos os males da população de ascendência africana. Parece, inclusive, que o movimento negro brasileiro tinha, de longa data, a percepção de que a educação está no centro das desigualdades raciais, assim como das desigualdades de renda, que diversas pesquisas contemporâneas vêm mostrando. A escolaridade é responsável pela maior parte das diferenças na mobilidade social entre brancos e negros e, como

ponderou Telles (2003, p.238), ‘a educação é responsável por grande parte das variações raciais na desigualdade de ocupação nas maiores áreas urbanas do Brasil’(Domingues; 2009: 990).

Possivelmente, João Baptista precisou enfrentar muitos dos mecanismos para permanecer na escola e concluir o curso primário com êxito. Mesmo estando na escola e, diferente de muitos outros negros no período pós-abolição, aparentemente usufruindo de condições de nela permanecer, isto não pode ser encarado como fator determinante para o seu êxito e consequente superação da condição subalterna. Pois, a escola vem sendo usada como fator de manutenção dos lugares sociais, quando não em seu acesso, no reflexo de diferenças sociais e culturais que acabam por ecoar em suas dependências. Conforme aponta Bourdieu, a desigualdade social e a cultura tornaram evidentes o quanto a escola é injusta e em todas as sociedades democráticas, “ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios” (Bourdieu;1998: 53). De acordo com seus argumentos, o êxito escolar depende mais do capital social e cultural que o indivíduo dispõe, do que as possibilidades de acesso à escola puramente.

Petrônio Domingues, em seu artigo “*O recinto do sagrado: Educação e antirracismo no Brasil*”, ao estudar a questão educacional no pós-abolição, cita o caso de José Correia Leite e Lima Barreto, ambos negros. A alfabetização do primeiro, como citado alhures, se concretizou apenas com as aulas particulares que seu amigo, Jayme Antunes, lhe concedeu com boa vontade. Já Lima Barreto, por ser filho de professora, conseguiu ser alfabetizado por sua mãe, mas sua frustração se deu por não conseguir concluir o ensino superior. Para Domingues, “a trajetória de Lima Barreto é, sem dúvida, um bom indicador de que, pelas trilhas da educação, a porta de entrada para o título de doutor estava obstruída para os afro-brasileiros nas primeiras décadas do pós-abolição” (Domingues; 2009: 966).

É importante notar que, assim como a trajetória de Mattos, inúmeros negros que ascenderam socialmente e passaram pela escolarização, não tiveram a escola como o único mecanismo responsável por proporcionar a mobilidade. Como no caso de Lima Barreto, que encontrou proteção de seu padrinho, o visconde de Ouro Preto; Correia Leite, que encontrou apoio em um amigo, como visto. Proteções que também puderam ser identificadas nas trajetórias de Luiz Gama, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Antonieta de Barros, Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida. Assim como estes, muitos afrodescendentes precisaram estabelecer estratégias de acesso à escola, construindo em

torno de si privilégios acessados pela proximidade com alguns elementos da sociedade branca e letrada.

Em todos estes casos, a escola não foi o único fator evidente de mobilidade, pode ter sido, na verdade, de exclusão e frustração, uma vez que muitos deles precisaram lidar com as dificuldades de acesso e permanência na mesma. Estes indivíduos precisaram encontrar uma estratégia, por meio de suas redes de sociabilidade, que resultasse na construção de um capital social que os amparassem e facilitasse o acesso à escola e ao mundo letrado. Porém, longe de encarar este mecanismo como uma dádiva, as redes de sociabilidade se constituíram enquanto uma estratégia, arquitetada por muitos afrodescendentes, para o acesso à boa educação e para a sua mobilidade social, como forma de esquivarem-se da subordinação social.

2.3 “*Cujas portas jamais distinguiram alunos pela fortuna*”

"Ao colégio Pedro II - Externato - cujas portas jamais distinguiram alunos pela fortuna, facultando a todos, graças a módica contribuição exigida, um excelente curso secundário e uma instrução moral e cívica bem orientadas

Aos ilustrados Diretores-professores

Eugênio de Barros Raja Gabaglia (1913-1914)

Augusto Daniel de Araújo Lima (1915-1917)

Aos dignos e doutos mestres de então:

Euclides de Medeiros Guimarães Roxo (mat.);

João Gonçalves Coelho Lisboa (geo.);

Alfredo Soares (mat.);

Joaquim Inácio de Almeida Lisboa (mat.);

Fausto Barreto (Port.);

Quintino do vale (port.);

Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (port.);

Artur Ferreira (desenho);

Gastão Matias Sturzenecker Ruch (Francês);

José Cavalcante de Barros Acioli (latim);

Carlos Américo dos Santos (Inglês);

Luis Gastão de Escragnole Dória (Hist. univ.);

Pedro do Couto (hist. do Bra);

Agliberto Xavier (fil.);

Rodolfo de Paula Lopes (hist. natural);

Francisco Xavier Oliveira de Menezes (fis. e quim.);

Augusto Xavier Oliveira de Menezes (fis. e quim.).

Homens de bem, consciências honestas, trabalhadores incansáveis em prol da cultura, educadores perfeitos, o profundo reconhecimento do discípulo da turma de 1913-1916.¹⁶⁴

O quinto livro sobre os “*Monumentos Nacionais – Rio de Janeiro*” foi dedicado ao Colégio Pedro II, aos diretores e professores que participaram da sua educação naquele período, entre 1913 e 1916. Esta dedicatória foi precedida por outra, que homenageava as professoras do curso primário e, antes, aos amigos e familiares, como visto até aqui. O texto também apresenta a visão de Mattos sobre o Colégio Pedro II, quando fala sobre o ensino que recebeu nesta instituição que, segundo ele, oferecia “*uma instrução moral e cívica bem orientada*”.¹⁶⁵

A experiência no Colégio foi lembrada nesta dedicatória em 1952, quando Mattos, bacharel em direito, já ocupava o cargo de Coronel do Exército, contando com certo prestígio nos grupos de pesquisa histórica e geográfica. Mesmo assim, o Coronel Mattos se reportou aos anos 1913 e 1917 para referenciar a instrução que teve acesso, se colocando enquanto discípulo dos citados professores, elucidando o início de sua formação escolar. Este período compõe parte de sua trajetória e, junto com o curso primário, apresentado como a base de sua inserção no mundo letrado.

Ariclê Vechia salienta que o ensino a ser ministrado com a fundação do Imperial Colégio de Pedro II, em 1837, previa a formação da alta intelectualidade nacional, cidadãos e líderes para as principais funções da sociedade. O Colégio, destinado ao ensino secundário, localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, à época, município sede da Corte. Conforme ressalta Vera Andrade, pelo fato do Colégio ter sido criado na Monarquia, teria sofrido, com advento da República, uma série de rupturas com as tradições. A perda da palavra “Imperial”, a mudança do nome para “Ginásio Nacional”, a extinção do bacharelado, de títulos e diplomas dados aos alunos, são alguns dos exemplos das mudanças com os novos tempos republicanos.

Alguns dos ensinamentos e experiências obtidos no Colégio, também foram apresentados pela guardiã da memória de Mattos como parte da formação pessoal e do caráter de seu pai, ensinamentos que ele teria feito questão de transmitir aos filhos:

¹⁶⁴ MATTOS, João Baptista de. “Os Monumentos Nacionais - Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1952.

¹⁶⁵ *Idem*.

“Por que também, tem desse princípio, dizia sempre: ‘Se você não quer errar, não faça nada!’ Entendido? Se você não quer errar fica sentado e criticando. É muito fácil, não vai errar! Tinha certeza... Porque havia no Pedro II um professor, dizia... Carlos Laet, acho que era o Carlos Laet. Chamava o aluno, fazia uma pergunta e o aluno ficava calado. Ele virava e dizia: ‘Você não acertou nada, mas também você não errou nada. Nove pra você’. Então os alunos aprenderam que era muito bom não dizer nada. Não falando você não errava.”¹⁶⁶

“E tinha um outro também, esse era o José de Acioli. Chamava o aluno. ‘Ah, fulano não está.’ Um aluno vinha e não acertava, interrogado. Chamava o que estava em casa, não tinha ido à aula. Ah! Ele dizia assim: ‘Esse aqui também não saberia...’ Dava zero também. O bom da época é que ninguém ia à escola reclamar. O sujeito tirava zero em casa, em casa! Entendeu?”¹⁶⁷

Os dois professores referenciados ao longo da entrevista, também foram homenageados na presente dedicatória. José Acioli foi professor de Latim e Carlos de Laet, de Português. As histórias contadas do tempo de Colégio durante a entrevista ajudaram a contornar a visão que Sant’Anna desejava apresentar sobre seu pai: um homem cauteloso, esforçado e justo. É interessante notar que, tanto a dedicatória quanto a entrevista, convergiram na ideia de que o Colégio Pedro II representa um importante momento na formação moral e instrução de Mattos, diferente até mesmo de outras instituições homenageadas.

O processo de seleção para o ingresso no Colégio Pedro II ocorreu em 27 de março de 1913, quando a instituição já tinha recuperado parte do nome original, sem, contudo, reestabelecer o título de “Imperial”. Mattos foi chamado, junto com outros meninos, para realizar a prova oral para admissão na 1ª série do Externato.¹⁶⁸ O resultado final do processo de admissão foi publicado no jornal “A Época”, em 2 de abril do mesmo ano, classificando Mattos com grau 8, junto com mais 6 candidatos que ficaram no mesmo nível.¹⁶⁹ No resultado da turma, em geral, com notas variando entre 10 e 4, apenas 1 dos alunos recebeu grau 10, outros 3 alunos foram classificados com grau 9 e outros vinte alunos receberam notas inferiores a 8. Mattos tinha a idade mínima para admissão no Colégio, 12 anos, para a se classificar na turma de 1º ano. Para a matrícula, era exigido o certificado de conclusão do primário e o atestado de vacina

¹⁶⁶ Entrevista com Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

¹⁶⁷ *Idem.*

¹⁶⁸ PELAS Escolas. O Paiz. Rio de Janeiro, 27 de março de 2013. 4p.

¹⁶⁹ COLÉGIO Pedro II. A Época. Rio de Janeiro, 2de abril de 1913. 6p.

(Dória; 1997:173). Exigências que denotam que, se de fato cobradas, Mattos também teve acesso a cuidados de saúde, até então indisponíveis para a maior parte da população do país.

Em uma seleção, as condições de ingresso podem variar para os postulantes a vaga, levando em consideração o capital cultural, dentre outros fatores sociais que impactam neste tipo de avaliação. Um processo de seleção como este é, na verdade, mais excludente para a maioria da população, principalmente se levar em consideração os níveis de alfabetização e o acesso a cuidados com a saúde, pré-requisitos para o ingresso. Sant’Anna relatou que um dos amigos do jovem Mattos, “Hugo Pinheiro Guimarães”, era descendente de um nobre. Não foi possível encontrar esse nome nos registros da escola na turma de Mattos. Porém, foi localizado o nome de “*Hugo da Costa Guimarães*”, único avaliado na lista de classificação do exame de admissão com grau 10.¹⁷⁰ Ou seja, ao que tudo indica, o mesmo aluno que foi o melhor classificado nesta avaliação possuía, segundo Sant’Anna, melhores condições sociais e financeiras.

Após a seleção, Mattos foi matriculado em 31 de março de 1913, no primeiro ano, como aluno contribuinte, no externato. No mesmo colégio existiram dois regimes de permanência: contribuinte e gratuito, sendo que no último, os alunos ficavam isentos de qualquer taxa, necessitando arcar apenas com seus próprios materiais e transporte. De acordo com Dória, um dos professores de Mattos que escreveu as memórias do Colégio, deveriam ser contemplados com matrícula gratuita alunos menores em situação de pobreza atestada, os órfãos, filhos de oficiais subalternos da armada, de professores e empregados públicos com dez anos de bons serviços (Dória; 1997: 157). Apesar de viver em situação de pobreza com sua mãe, morando no subúrbio, Mattos ingressou no Colégio como aluno contribuinte.

Apesar das recordações de Mattos tenderem a valorizar uma escola isenta de distinções de alunos por renda, como elucidado na dedicatória, a posição de Lima Barreto, no fragmento abaixo, era muito diversa. Barreto apresenta o Colégio Pedro II, assim como o Colégio Militar, como instituições fechadas, que exigiam muito dos candidatos para a admissão.

Disse anteontem alguma coisa sôbre a instrução e não me julgo satisfeito. O govêrno do Brasil, tanto imperial como republicano, tem sido madrasta a esse

¹⁷⁰ COLÉGIO Pedro II. A Época. Rio de Janeiro, 2de abril de 1913. 6p.

respeito. No que toca a instrução primária Generalizada, coisa em que não tenho fé alguma, tôda a gente sabe o que tem sido. No tocante a instrução secundária, limitaram-se, os governos, a criar liceus nas capitais e aqui, no Rio, o Colégio Pedro II e o Militar. Todos êles são instituições fechadas, requisitando para a matrícula de alunos nos mesmos, exigências tais, que, se fôsse no tempo de Luís XV, Napoleão não se teria feito na Escola Real de Brienne. Ambos, e, sobretudo, o Colégio Militar, custam os olhos da cara e o dinheiro gasto com êles dava para mais três ou quatro colégios de instrução secundária neste distrito. 13/03/1915.”¹⁷¹

Na dedicatória, Mattos fez questão de registrar que, devido à “*módica*” quantia, o ensino era facultado a todos, o que sugere que o custo das mensalidades não parece ter representado um importante obstáculo para os seus estudos. Apesar de considerar módica tal quantia, a carência de recursos sofrida pela maioria da população poderia tornar o dispêndio capaz de restringir o acesso de muitos ao Colégio.¹⁷² Talvez, a classificação da quantia paga se relacione a condição do momento em que Mattos escreveu a dedicatória nos anos 1950. Sua visão sobre a questão financeira pode ter se alterado, visto que já dispunha de mais recursos com o soldo de Coronel do Exército, diferentemente do que ocorreu no período da infância e juventude.

Demarcando ainda mais a situação socioeconômica de Mattos durante o Colégio Pedro II, de acordo com a guardiã da memória, todos os alunos tinham preceptores em casa. Porém, este era um benefício do qual Mattos não poderia desfrutar. Além disto, a entrevistada demarca as dificuldades financeiras no custeio do transporte, que o fazia ir caminhando para o Colégio.

“Todos... Eram dezessete colegas, quase todos tinham preceptores em casa. Lógico que ele não tinha, por que ele morava no Encantado, onde as vezes ele vinha à pé do Encantado para a escola. Nunca matou aula. Bota isso lá, nunca faltou aula...”¹⁷³

A dedicatória de XXXX reservou a Mário Carqueja o exercício deste papel. Tal atuação pode ter sido de suma importância para o êxito de Mattos na escola. Conforme expõe Sant’Anna, a família não tinha condições para arcar com um preceptor. Tal ajuda também pode ser encarada como mais um préstimo da família Carqueja. O efeito prático disso foi atenuar as diferenças sociais e econômicas frente a outros colegas no que diz

¹⁷¹ BARRETO, Lima. Vida Urbana. 13 de março de 1915. *Apud* LOPES; 2006: 3.

¹⁷² Apesar de não se tratar de um cálculo oficial devido as variações

¹⁷³ Entrevista com Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

respeito ao desempenho escolar, já que sem este auxílio Mattos não teria como custear este serviço.

Os registros do Colégio atestam que Quintilhiano, na qualidade de responsável por Mattos, pagava por trimestre o valor de 48.000 mil réis, quantia que foi devidamente quitada.¹⁷⁴ Conforme visto, existe um conflito de informações entre a narrativa de Sant'Anna e os documentos da administração do Colégio. Segundo a entrevista, Umbelina de Mattos era a única responsável pelo incentivo e custeio dos estudos de Baptista de Mattos. Porém, todos os documentos que abrem espaço para registro da identificação de um responsável apresentam o nome de Quintilhiano. O que pôde ser verificado no caderno de matrículas, nos livros de Caixa de Pagamento e na renovação de Matrícula. O nome de Umbelina de Mattos não aparece em nenhum dos documentos localizados, inclusive na administração do Exército.

Segundo a narrativa de Sant'Anna, em uma cena emblemática, foi João Baptista de Mattos quem conduziu sua mãe, analfabeta, à secretaria para a realização da matrícula. A chegada de Mattos ao Colégio foi retratada desta forma em uma palestra que Sant'Anna ministrou no próprio Colégio, no período de comemoração do centenário de Mattos. Na palestra, afirmou que *“uma negra analfabeta, conduzida pelo filho, mostrou o caminho da secretaria.”*¹⁷⁵ Para a filha, além da presença marcante de sua avó, o heroísmo de seu pai se manifesta de forma patente desde a mais tenra idade.

Dentre as atividades que Mattos desenvolveu no Colégio, a instrução militar era obrigatória, tanto no externato quanto no internato do Colégio, desde um regulamento anexo ao Decreto de 8 de maio de 1908, que criou batalhões escolares nas duas unidades. Em julho de 1917 o Colégio Pedro II organizou uma nova turma do batalhão escolar, cuja instrução esteve confiada ao Tenente do Exército Amado Mena Barreto, para os quais os alunos interessados foram promovidos, dentre os quais estava Baptista de Mattos.¹⁷⁶ *“O batalhão escolar do Internato, no qual os alunos tinham graduações militares, teria ensejo de exhibir-se publicamente e com garbo, seria comandante do batalhão o aluno considerado mais distinto do estabelecimento”* (Dória; 1997:178).

¹⁷⁴ Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. BR RJCPII-DAD/COP. Livro de registro de pagamento mensal de custo do Colégio Pedro II. Período:1914.

¹⁷⁵ Entrevista com Umbelina Sant'Anna. Janeiro de 2013.

¹⁷⁶ O COLÉGIO Pedro II e a organização do seu batalhão. O Imparcial. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1917. 4p.

As imagens abaixo, de 1909, quando a escola ainda mantinha o nome de Ginásio Nacional, representam algumas atividades do corpo discente que estava envolvido no Batalhão Escolar. Elas são reveladoras da composição do alunado poucos anos antes do ingresso de Mattos:

Imagem 8. Educação na Belle Époque (1890-1910).



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

No retrato superior foi apresentada a banda de tambores e cornetas do colégio, à esquerda, os alunos em ginástica e, à direita, o estado maior do Batalhão escolar. Em uma análise superficial, é possível observar que a maioria dos alunos das aulas apresentadas no recorte é de pele branca. Apenas o retrato que se refere aos alunos em aula de ginástica, apresenta um aluno negro. Na foto do Estado Maior do Batalhão escolar, composto pelo grupo com melhor desempenho, aparecem apenas alunos de pele mais clara. Fica evidente que alunos negros tiveram presença no Colégio Pedro II no início da República, porém, de forma aparentemente inexpressiva.

O Colégio Pedro II realizou, junto com o Exército, o Exame de reservista das Forças Armadas.¹⁷⁷ Os resultados dos exames saíram em 28 de janeiro de 1918 e

¹⁷⁷ EXAME de Reservista do Exército no Pedro II. O Imparcial. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1918. 6p.

conferiram a carteira de reservista a Mattos e a outros 21 alunos do externato, sobre os quais a banca examinadora “manifestou ao Tenente Amado Mena Barreto, instructor dos referidos alunos, a boa impressão causada pelo aproveitamento demonstrado pelos reservistas”.¹⁷⁸ Na turma, Mattos realizou aulas de “manejo de armas e esgrima de baioneta, tiro ao alvo, tática moderna, segurança em marcha, equipamento e causas da irregularidade do tiro”.¹⁷⁹ Foi neste período que, conforme conta a guardiã da memória, despertou em Mattos o desejo de ingressar no Colégio Militar e seguir carreira, o que reforçou, mais uma vez, a importância do Colégio na perspectiva de sua ascensão social.

“Aí no Pedro II tinha umas aulas, de primeiras aulas de... Vamos dizer assim, de arte militar. O Tenente... Mena Barreto! Esse Tenente Mena Barreto lá mostrou as vantagens de ir para o Exército. Para o jovem João Baptista era negócio. Por que ele iria ter casa, comida e um ordenado, resolvia o problema dele.”

Mais do que a questão da escolha de uma carreira para si, Sant’Anna assinala a necessidade de sustento próprio vivida por Mattos. Segundo ela, Mattos precisava escolher alguma carreira que lhe garantisse o sustento imediato, a necessidade de renda tinha falado mais alto, restringindo suas escolhas para o futuro, conformando seu horizonte de expectativas a partir de seu espaço de experiência, nos termos de Koselleck (2006). Isso diferencia as opções disponíveis a Mattos daquelas reservadas a jovens de famílias como os Carqueja. Tanto os irmãos Mario e Moacyr quanto Mattos cursaram a faculdade de direito. Porém os primeiros entraram logo que concluíram o ensino secundário, enquanto Mattos, concluiu a formação em bacharel em Direito muitos anos depois, apenas em 1937, quando já era Capitão do Exército, conforme já elucidado.

Tal diferença social é realçada quando se atenta a um aspecto da narrativa de Sant’Anna: Quintilhiano teria tentado “desviar” Mattos do “caminho” que percorria, arranjando para ele um trabalho, quando ainda era aluno do Colégio Pedro II.

“Ele chegou em casa e Sr. Quintilhiano tinha arranjado pra ele trabalhar, dentro da série do Colégio Pedro II, pra ele trabalhar. Era na estação de trem, como vendedor de passagem. Entendeu? Mas ele tendo mostrado pra mãe as vantagens de ir pra escola militar...”

¹⁷⁸ *Idem.*

¹⁷⁹ EXAMES de Reservistas do Colégio Pedro II. O Imparcial. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1918. 5p.

Duas considerações importantes emergem aqui. Primeiro, a repetição do padrão narrativo no qual Umbelina de Mattos, mais uma vez, apareceu como auxiliadora das escolhas e da carreira de Mattos, que é colocado como protagonista ao mostrar para a própria mãe qual caminho seria mais vantajoso. A carreira seria uma escolha de Mattos, dentre as opções disponíveis na época. Segundo, mas não menos importante, é o aparecimento do trabalho como etapa necessária após a escolarização no ensino secundário, no lugar do prosseguimento dos estudos, como os irmãos Carqueja. Benefícios que a carreira militar poderia oferecer: continuidade na instrução e um soldo.

É importante destacar, mais uma vez, a influência e relevância da família Carqueja para o êxito de Mattos no Colégio. Como o próprio bem citou na dedicatória a esta família, os auxílios de Mário Carqueja foram importantes no ensino secundário. Não sem intenção, a dedicatória à família Carqueja antecede as duas dedicadas às escolas de ensino primário e secundário. Fica evidente que Mattos desejou expor um “caminho” linear de sua trajetória, representando, antes de tudo, a maneira como se via num período de realização. Nisso, possivelmente considerou a família Carqueja como uma espécie de pavimentação do caminho. Assim, é possível perceber que o Coronel Mattos reconheceu a importância da rede de sociabilidade construída por sua mãe na viabilização de seus estudos. Perspectiva ganhará maior potência com a próxima dedicatória.

3. Carreira Militar

3.1 Escola Militar do Realengo

3.1.1 “Fase de candidato à Escola Militar”

*"Aos Amigos: Coronel Amado Mena Barreto; D. Elvira Andrade Bastos; D. Rosa Monte;
e a memória de D. Virgínia Monte Sayão; Ex. Sr. General João Manuel de Araújo; Coronel João Baptista da Conceição Monte.
dedico o presente trabalho, em reconhecimento ao estímulo, conselhos e auxílio prestado na fase de candidato à Escola Militar.
Rio, junho de 1953."*¹⁸⁰

A presente dedicatória foi anexada ao sexto livro da coleção escrita por João Baptista de Mattos, no volume “*Os Monumentos Nacionais – Espírito Santo*”, que à época era Coronel do Exército. A dedicatória traz a lembrança de um grupo heterogêneo de pessoas, homens e mulheres, militares e civis, mas, todos lembrados por prestarem auxílio na época em que Mattos era candidato à Escola Militar. Por meio do conjunto das dedicatórias, o Coronel passou em revista diversas lembranças de sua trajetória, como uma forma de busca por sua identidade, encadeando momentos e experiências, buscando o sentido de sua mobilidade social. Coerência que só se tornou possível por se tratar de acontecimentos pretéritos, porque ao serem lembrados, já contavam com uma perspectiva de futuro. Nesta dedicatória, Mattos coloca em relevo o período caracterizado pela transição entre o Colégio Pedro II e o ingresso na EMR.

O livro foi dedicado a estas pessoas como uma forma de reconhecimento, que evoca uma experiência passada, com pessoas que estiveram envolvidas na narrativa de si que desejava construir, de maneira linear até o seu presente. Mattos fez referência às lembranças de ações facilitadoras de seu ingresso na Escola Militar, que vão desde estímulo, ou seja, uma forma de encorajamento, até conselhos, que aqui podem ser entendidos como orientações, tanto do caminho quanto dos meios necessários para que se tornasse aluno da escola, conseguindo a aprovação para o ingresso na EMR. A importância empregada a essas pessoas não está apenas no campo simbólico, Mattos lembrou de ações diretas de auxílio.

¹⁸⁰ MATTOS, João Baptista de. “Os Monumentos Nacionais - Espírito Santo”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1953.

Sistematizando uma espécie de encadeamento lógico sobre sua própria trajetória, esta dedicatória, que lembra o período de candidato à EMR, antecede as que homenageiam os professores e amigos dos quais conheceu nesta instituição. Esta foi a mesma estratégia adotada na escolha do número do livro a ser dedicado à família Carqueja, que foi apresentada no desempenho de papéis importantes no período escolar. As pessoas lembradas por auxiliarem e/ou facilitarem o acesso e permanência de João Baptista tanto no colégio primário e secundário, quanto na Escola Militar, tiveram suas dedicatórias escritas antes das que seriam dedicadas às respectivas instituições e seus professores. A essa altura da pesquisa, fica inquestionável a intencionalidade e organização adotadas por Mattos na edição das dedicatórias que, além de prestar homenagem, se tornaram uma forma de organização de sua própria trajetória no tempo. Mattos consolidou, por meio deste suporte, o modo como ele via a sua trajetória e como desejava que fosse vista.

Os auxílios prestados pela família Carqueja formaram uma rede de sociabilidade e solidariedade, construída por Umbelina e herdada por Mattos, que se estendeu até seu ingresso na EMR, cuja dedicatória é uma indicação consistente da sua extensão. Em primeiro lugar, os sobrenomes acabam revelando uma ligação do grupo homenageado à própria família Carqueja, núcleo em que Umbelina se inseriu enquanto empregada doméstica, como visto no primeiro e no segundo capítulo. A principal peça de contato entre os grupos é Elvira Andrade Bastos, que foi apresentada pela guardiã da memória de Mattos como madrinha de seu pai e parente dos Carquejas. Ao que tudo indica, chamando atenção para a semelhança dos sobrenomes, Elvira Andrade Bastos provavelmente seria irmã ou prima de Maria Deolinda de Andrade Carqueja, patroa de Umbelina. A entrevistada destacou o apadrinhamento como um desdobramento da vontade de Umbelina de Mattos, “que tinha dado ele para ser afilhado de uma Dona Elvira”.¹⁸¹ Sant’Anna ligou Elvira a outros militares que estão relacionados nesta dedicatória, apesar da entrevista não ter sido cotejada por estes documentos.

“Dona Elvira explicou que tinha um amigo professor da Escola Militar, Capitão João Manuel de Araújo. Esse professor da Escola Militar. Conheci de vista, aluno dileto de Benjamin Constant, tendo um título, naquela época, era um título que a Escola Militar dava: professor de balística. Era um crioulo alto, positivista, e muito brilhante. Oficial brilhante! E tinha

¹⁸¹ Entrevista com Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

um outro conhecido dela: um Capitão que morava na rua Allan Kardec, no Engenho Novo. Um jovem candidato à escola, que não conhecia nada de Exército, não tinha a mínima noção do que era.

Foi procurar os dois. Foi primeiro à casa do Capitão que morava na Allan Kardec. O Capitão o recebeu muito bem, conversou muito, disse que ia cuidar dele. Muito bem... E num sábado ele foi à casa do João Manuel de Araújo que era... Tinha umas quatro filhas e um filho. E esse João Manuel de Araújo, a gente chegou lá, morava na Rua Barão de São Borja, no Leme. Chegou exatamente no sábado, onde havia uma festa. Ele bateu lá, e perguntou, se apresentou. O João Manuel de Araújo era um senhor que falava alto, era um militar de primeira! Gaúcho de São Gabriel, da terra de João Batista Mascarenhas de Moraes. Recebeu aos berros, perguntando o que ele queria, se queria trabalho. Se era vagabundo, não o procurasse! Ele ficou muito envergonhado, a casa estava cheia de gente, as moças lá. Ele tipo... Acabrunhado... Mas foi embora pra casa”¹⁸².

Analisando a dedicatória em conjunto com o depoimento acima, é notório que o ingresso na EMR era uma expectativa do próprio Mattos. Segundo a entrevista, durante as aulas no Colégio Pedro II, ele se convenceu que esta seria uma boa e possível escolha, tornando-se candidato ao ingresso, desejo que o motivou a buscar apoio na rede de sociabilidade que dispunha. De acordo com a narrativa, foi a partir do apoio de sua mãe que os objetivos de Mattos tornaram-se possíveis, mais uma vez, Umbelina foi apresentada como facilitadora e provedora do caminho de ascensão de seu filho. O acionamento da rede de sociabilidade, na narrativa, apareceu como desdobramento da rede constituída por Umbelina, a partir da madrinha que escolheu para seu filho. Esta, por sua vez, também era parente dos Carquejas, ou seja, relação que também pode estar inserida no conjunto das trocas simbólicas das relações de trabalho doméstico. O recuso aos amigos e parentes se configuraram como uma estratégia de acesso à EMR, caminho do qual ele e sua mãe desconheciam. Este argumento pode ser corroborado pela dedicatória, pois, nela Mattos distinguiu aquele tempo como o de “*candidato à Escola Militar*”, e onde as pessoas apareceram como uma forma de auxílio, como facilitadores de um horizonte de expectativa que já havia sido traçado por ele. Questão que concentra a ideia de toda a dissertação, pela qual pode-se perceber o recurso à rede de sociabilidade como uma das estratégias para alcançar a mobilidade social.

¹⁸² Entrevista com Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

Segundo a narrativa, mais especificamente na parte transcrita acima, o contato feito com outros militares que auxiliaram no ingresso à EMR foi feito por meio de D. Elvira, madrinha de Mattos. Ela o teria indicado a estes, que poderiam ajudar no processo e até mesmo dentro da Escola. Sant'Anna citou expressamente o nome de João Manuel de Araújo e indicou a existência de outro militar, nome do qual não se recordava naquele momento. Porém, a entrevista verifica-se na dedicatória, que faz referência a dois homens, além de Mena Barreto, que também foi lembrado na narrativa como professor de Mattos.¹⁸³ Com isso, é provável que o nome do qual Sant'Anna não se recordou possa ser o de João Baptista da Conceição Monte. As outras envolvidas no processo são mulheres: D. Rosa Monte e Virgínia Monte Sayão. A primeira foi indicada como vizinha de Mattos e a segunda não foi mencionada na narrativa. Mas seus nomes oferecem importantes indícios para a circunscrição destas na mesma família de João Baptista da Conceição Monte, pois carregam um dos sobrenomes igual: Monte.

Segundo Sant'Anna, Mattos foi bem recebido na casa de João Baptista da Conceição Monte. É possível conjecturar que tanto Rosa, Virgínia e João Baptista da Conceição Monte tenham feito parte da mesma conversa, quando foi recebido na casa deste último. Talvez, nesta ocasião, Rosa e Virgínia também tenham aconselhado e incentivado Mattos no ingresso na carreira militar. O relato sobre o encontro com João Monte difere do segundo caso narrado, quando João Baptista teria se sentido envergonhado quando foi procurar Manoel de Araújo, em uma situação constrangedora. Contudo, por maior que tenha sido o constrangimento relatado por Sant'Anna, não impediu o reconhecimento e a inserção de João Manuel de Araújo no *hall* dos homenageados desta dedicatória.

Assim, pode-se observar que Umbelina construiu uma rede de solidariedade, formada por pessoas que seriam capazes de auxiliar e aconselhar seu filho. A rede que, construída no convívio do trabalho doméstico, oferecia proteção em troca dos bons serviços de Umbelina, foi lembrada por seu papel na orientação do caminho de Baptista de Mattos, que, por sua vez, prestou-lhes esta homenagem. Elvira representa a extensão desta rede e as possibilidades que este tipo de proteção poderia oferecer. Vínculo que

¹⁸³ Cabe mencionar que o trabalho e acesso da pesquisa às dedicatórias e os livros do Marechal Mattos foram feitos dois anos depois da realização da entrevista. As dedicatórias não foram referenciadas, apenas a coleção dos Monumentos, em geral. Com isso, tomamos mais segurança em pensar a narrativa como uma organização de livre escolha da entrevistada, que teve apenas o tema e perguntas gerais como orientadoras. Os nomes que apareceram na entrevista foram frutos de suas experiências e das histórias que ouviu ao longo da sua vida, que corroboram com as dedicatórias, como neste caso.

foi sacramentado com uma relação de compadrio. Fica evidente, como discutido no capítulo anterior, que esta rede de solidariedade foi também um recurso na estratégia de mobilidade social e superação da condição subalterna, uma forma encontrada para a abertura das portas da sociedade. Umbelina e João Baptista de Mattos podem ser observados na execução dos seus papéis, que vão muito além de meros receptores de favores, são percebidos na execução de estratégias de superação da condição subalterna. Suas relações sociais, para além da afetividade, podem ser percebidas como uma forma de capital social, acionado por Umbelina e seu filho, que pôde acolher e conduzir Baptista de Mattos.

Giovanni Levi, ao estudar a trajetória de vida do seu biografado, no livro “*A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*”, vai além da análise das pessoas co-residentes para pensar as estratégias familiares de trocas de favores e proteções, caminho que aqui também é perseguido. Segundo ele

“Devemos observar as formas de solidariedade e cooperação seletiva adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento, ou seja, as amplas fontes de favores, dados ou esperados, através dos quais passam informações e trocas, reciprocidades e proteções.” (Levi; 2000:96)

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível perceber a extensão de uma cartografia das relações sociais de Mattos, que, até aqui, foram construídas por sua mãe e tiveram papel importante na sua orientação no mundo letrado, e no ingresso à escola Militar. Estas ligações foram apresentadas pelo próprio Mattos, que cuidou, inclusive, da ordenação dos nomes nas dedicatórias, mostrando a sua meticulosidade na lembrança e organização de suas experiências. É imprescindível analisar que, em primeiro lugar, Mattos citou o nome de Mena Barreto, que, de acordo com a entrevista e os documentos guardados pelo Museu do Negro, foi quem lhe apresentou os benefícios de seguir a carreira militar, ainda no Colégio Pedro II. Depois, a pessoa homenageada na dedicatória foi Elvira, quem abriu as possibilidades de acesso às outras pessoas, citadas na sequência, que, de acordo com a entrevista, poderiam auxiliar João Baptista no processo de seleção para a EMR.

Foi o Batalhão Escolar e a figura de Mena Barreto que representaram a passagem do secundário para a EMR. O nome de Mena Barreto apareceu nesta dedicatória, e não na anterior, apesar do curso ter sido ministrado com o apoio e

acompanhamento do Colégio Pedro II. Isto coloca em evidência a importância do curso do Batalhão de escolar, como uma espécie de ponte. Na verdade, uma experiência que ampliou o seu horizonte de expectativa, com as possibilidades do serviço Militar. Mena Barreto pode ter sido incluído aqui por representar esta transição e, claro, por sua postura como instrutor, que soube apresentar a carreira de oficial. Esse grupo é apresentado por Mattos por sua ampla participação no seu ingresso na Escola Militar, auxílios que poderiam ter sido cruciais, devido ao grande número de exigências feitas aos candidatos ao cargo de aluno da EMR. Haroldo Costa, em 1948, no jornal “*Quilombo*”, afirmou que “ninguém desconhece os tremendos obstáculos que encontra o jovem negro quando se inscreve para prestar exame vestibular ao Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores); ou no exame de admissão às escolas militares superiores”. (*Apud* Domingues; 2009: 979). Obstáculos que, possivelmente, Mattos estivesse ciente, e pode ter sido um dos motivos que lhe fez buscar conexões que o amparasse.

Em sua dissertação de Mestrado, apoiado na análise de Frank McCann, Marcusso aponta que no início da República os candidatos à Escola Militar (na época situada na Praia Vermelha) provinham de famílias com poucos recursos, que não poderiam oferecer outras opções de carreira (Marcusso; 2012:37). O universo de candidatos à Escola, segundo Fernando Rodrigues, abrigava tanto Praças, civis, alunos dos Colégios Militares, quanto alunos da escola preparatória de Cadetes. Concorrência que propiciou o ressurgimento de um sentimento de superioridade por parte dos aprovados, que passariam a pertencer a uma elite. Nas duas primeiras décadas deste século, observou-se o desejo da extensão do recrutamento em todos os níveis a diversos setores da sociedade (Rodrigues; 2008: 48).

Ao longo dos anos, as autoridades se viram frente à necessidade de reorganizar o regulamento da Escola Militar, de modo a garantir o avanço das tropas, a modernização do ensino e até mesmo dos recursos materiais. À época em que Mattos se candidatou à EMR, em janeiro de 1918, o regulamento que vigorava era o estabelecido em 1913 (que recebeu algumas alterações no ano seguinte), que nortearam a seleção de candidatos que enviaram os documentos até 31 de janeiro de 1918. Rodrigues ressalta que, num primeiro momento, o concurso de admissão tinha como exclusiva condição o candidato ser Praça da pré-t, nota que foi reformulada em 1916, que abriu concorrência e possibilidade de acesso aos civis que fossem aprovados nos exames. Porém, a

concorrência não acontecia em pé de igualdade, sendo um terço das vagas destinadas aos alunos dos Colégios Militares, e o restante para a disputa entre civis e Praças. Mas, em caso de empate na pontuação, os Praças teriam o privilégio sobre os civis.

“Além disso, a partir desse Regulamento [1913], o candidato à seleção deveria preparar um requerimento a ser apresentado na secretária da Escola Militar, até 31 de janeiro de cada ano, dirigido ao Ministro da Guerra, junto com os seguintes documentos: certidão de idade ou documento equivalente, provando ser o candidato maior de 17 e menor de 21 anos, referida a idade ao primeiro dia útil do ano da matrícula; documento provando que o candidato era solteiro ou viúvo, sem filhos; certificado de que o candidato não sofria moléstia contagiosa ou infectocontagiosa; certificado de vacinação; atestado de boa conduta; e, atestado de aprovação nas seguintes matérias, feitos em um dos Colégios Militares: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Física e Química e noções de Mecânica, História Natural, Geografia Geral, História Geral, Corografia, História do Brasil, Aritmética, Álgebra elementar, Geometria, Trigonometria retilínea, e Desenho Linear.” (Rodrigues; 2008: 110)

Para tornar-se oficial, desde 1913, era exigido o atestado de aprovação em diversas disciplinas, o que Rodrigues já considera em si uma forma de discriminação, principalmente se levado em consideração os baixos índices de alfabetização dos brasileiros nas primeiras décadas do século XX. Mas, como aluno formado no Colégio Pedro II, este item não se apresentou enquanto barreira para Mattos. Como previsto no regulamento, Mattos entregou os documentos em 31 de janeiro de 1918, anexos a uma carta direcionada ao Ministro da Guerra. A carta pedia a inscrição no exame de seleção de ingresso à EMR, de Aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, assinada por João Baptista de Mattos. O verso da carta está endossado por Quintilhiano, que dá o consentimento para que Mattos assente Praça e se matricule na Escola Militar. Requerimento que traz em si o aval do Ministro da guerra, que autorizou a inscrição de Mattos no processo seletivo.¹⁸⁴

Apesar de comprovada a participação de Quintilhiano no processo de seleção de Mattos para a EMR por meio desta carta, a narrativa de Sant’Anna suprime seu envolvimento. Também nesta carta, a filiação de Mattos apareceu indicada apenas pelo nome do pai, Quintilhiano de Mattos, situação diferente do narrado em entrevista por

¹⁸⁴ Museu do Negro- Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Arquivos do Marechal Mattos. Carta ao Ministro da Guerra. 31 de janeiro de 1918.

Sant'Anna. Em 28 de fevereiro de 1918, Baptista de Mattos, junto com outros candidatos, foi convocado pela secretaria da Escola Militar para levar os documentos necessários para a realização dos exames de admissão.¹⁸⁵ Em março, Mattos foi submetido aos exames de admissão.¹⁸⁶ Período que também foi relatado em entrevista pela guardiã da memória de Mattos, que contou que

“Ele foi se inscrever, ele mesmo, na escola lá em Realengo. Já começou levando trote pela certidão que ele levava. Estava escrito lá que ele era filho de Umbelina da Glória, zombaram... Mas se inscreveu. E antigamente as provas, tinham as provas escrita e a oral. Ele fez a prova escrita e foi bom, se não me engano, foi prova de geometria, o professor disse: ‘Sr. Mattos, Cai no Mato!’ Ele disse: ‘Se ele me mandou cair no mato, eu estou reprovado!’ Mas tinha passado”.¹⁸⁷

O exame foi realizado no dia 14 de março daquele ano, pelo qual foi aprovado. O resultado foi publicado no jornal em 16 de março, classificando Mattos com o conceito “simplesmente grão 3”.¹⁸⁸ Em ordem do Ministro da Guerra, os civis e reservistas que foram aprovados na seleção receberam licença para matricularem-se na EMR. Aqui, Mattos apareceu como civil, apesar de, no período da inscrição, estar na fase final do Batalhão Escolar do Colégio Pedro II, comandado por Mena Barreto, 2º Tenente engenheiro militar. Com a conclusão do curso, em 12 de março de 1918, Mattos recebeu a sua carteira de reservista, efetivada no Registro Militar em 13 de março, depois do período de sua inscrição no exame.¹⁸⁹

Após sua aprovação no exame de seleção, João Baptista de Mattos ingressou na EMR, em 2 de maio de 1918. Ingresso que se tornou possível devido ao seu empenho, que além de ter se preparado e apresentar os requisitos necessários para a aprovação, acionou a rede de sociabilidade da qual dispunha para receber orientação e auxílio, por um caminho que sua mãe, analfabeta, não poderia acompanhar. Neste caso, a rede de sociabilidade se tornou uma estratégia e um recurso, acionado como forma de atingir seus objetivos. Com o ingresso na EMR foi possível a superação da condição

¹⁸⁵ ESCOLA Militar. O Paiz. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1918. 3p.

¹⁸⁶ PELAS Escolas. O Paiz. Rio de Janeiro, 13 de março de 1918. 3p.

¹⁸⁷ Entrevista com Umbelina Sant'Anna. Janeiro de 2013.

¹⁸⁸ PELAS Escolas. O Imparcial. Rio de Janeiro, 16 de março de 1918. 7p.

¹⁸⁹ Museu do Negro- Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Arquivos do Marechal Mattos. Collegio Pedro II : Certificado de reservista. 13 de março de 1918.

subalterna, vivida por seus ascendentes. Superação que foi lembrada por Mattos quando já havia alcançado extratos mais elevados da sociedade civil e na hierarquia militar.

3.1.2 “Aos dignos mestres da Escola Militar”

"Aos dignos mestres da Escola Militar

(Curso de Infantaria : de 1918 - 1920)

Comandantes: Exmo. Sr. General Eduardo Arthur Sócrates;

Coronéis: José Maria Moreira Guimarães e Eduardo Monteiro de Barros;

Tenente-Coronel: João Fulgêncio de Lima Mindello;

Professores: Tenente-Coronel Sebastião Correia Fontes; Major João Manoel de Araújo;

Capitães: Álvaro Arêas, Arthur Rodrigues Tito, Américo de Carvalho Menezes, Benedito Álvares do Nascimento, Carlos Arthur dos Passos Pimentel, Azôr Brasileiro de Almeida, Homero Maisonette e Sinésio de Faria;

1º Tenentes: Alberto de Medeiros, Gaspar Guimarães Jr., Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo e Honório da Costa Maia;

Doutor: Otávio de Souza;

Instrutores: Capitães: Ataliba Jacinto Osório e Olinto Tolentino de Freitas Marques;

1º Tenentes: Raul Mendes de Paiva, Eduardo Guedes Alcoforado, Newton de Andrade Cavalcanti, Demerval Peixoto, Penedo Pedra, Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Manoel Henrique Gomes, Vitor César da Cunha Cruz, João Barbosa Leite e José Luiz de Moraes.

2º Tenentes: Onofre Muniz Gomes de Lima,

alguns já falecidos, mas todos sempre lembrados pelo interesse com que se empenharam em ensinar bem, o que lhe cabia como encargos funcionais para que tivéssemos boa formação profissional. O que hoje somos, muito lhes é devido

Rio de Janeiro, dezembro de 1956

General João Baptista de Mattos.¹⁹⁰

O livro sobre os monumentos do Estado da Bahia, escrito por João Baptista de Mattos, referente ao número 7 da coleção, foi dedicado em homenagem aos mestres da EMR. Ao indicar o débito do que é no presente como fruto do ensinamento e empenho profissional destes professores da EMR, deixou claro que, além da homenagem e organização de sua trajetória, o conjunto das dedicatórias também está organizado sob a

¹⁹⁰ MATTOS, João Baptista de. “Os Monumentos Nacionais - Estado da Bahia”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1956.

perspectiva de sua ascensão social, por meio da qual articulava um caminho lógico que buscava explicar como o menino João Baptista, filho de Umbelina, chegou ao cargo de General do Exército, que ocupava desde 26 de agosto de 1955. Este processo também pode ser considerado um exercício de memória, compõe o processo de busca por sua própria identidade, que é um movimento contínuo, que se estende ao longo da vida. A imagem que tinha de si, e que pretendia apresentar a outras pessoas, era composta pela imagem do ex-aluno da EMR.

O Major João Manoel de Araújo foi o único, dentre todos os homenageados das dedicatórias, que teve o nome citado em dois livros da coleção “*Os Monumentos Nacionais*”. Essa repetição dá contornos mais definidos a ideia de que Mattos, ao escrever as suas dedicatórias, estava observando a sua trajetória enquanto um percurso, que dividiu em etapas. Pois, em um sentido estrito de homenagens, poderia se considerar que esta já estaria efetivada com a citação do Major apenas em um dos livros, como fez com todos os outros homenageados. É provável que esta repetição tenha ocorrido por sua forte participação no que Mattos parece ter encarado como dois momentos distintos, ou seja, duas “etapas” de sua trajetória: o período de candidato à EMR e quando já era aluno da instituição. A figura de Araújo pode ser encarada também como um elemento de transição entre a fase de candidato e de aluno, que atuou efetivamente nestes dois momentos. Possivelmente, o auxílio do Major João Manuel Araújo pode ter sido bem oportuno, já que fazia parte do corpo docente da EMR.

João Baptista de Mattos ingressou na EMR em 2 de maio de 1918, assentando Praça voluntariamente, matriculou-se no primeiro ano, tornando-se efetivo da escola na 1ª Companhia.¹⁹¹ A EMR era destinada à formação de Oficiais do Exército Brasileiro, localizava-se no Realengo desde 1913. Dentre as armas possíveis para assentamento (cavalaria, engenharia, artilharia e infantaria), Mattos foi designado para a infantaria, que também abrigou o maior número de contingentes, principalmente se comparada às outras armas.¹⁹² O curso previa três anos de instrução, divididos em dois anos de curso fundamental, que envolvia todos os alunos, e mais um ano de curso específico da arma da qual fazia parte. Depois de formado, o aluno da EMR iniciaria sua carreira de oficial, tornando-se aspirante-a-oficial, conforme aponta José Grunennvaldt (2005: 117).

¹⁹¹ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. 1º Registro de Infantaria. De Maio de 1918 a Novembro de 1923.

¹⁹² ACERVO FAMILIAR. Boletim comemorativo do aniversário da turma de Aspirantes a oficial de 18 de janeiro de 1921. Quartel General do estado da Guanabara, Janeiro de 1961. 6p.

Segundo a tese do mesmo pesquisador, formação de nível superior, que visava a preparação do oficial que comporia a *intelligentsia* brasileira, envolvida em questões além da manipulação das armas (Grunenvaldt; 2005:16).

De acordo com Punaro Bley, ex-aluno, na época, as instalações físicas da EMR eram muito precárias. Claudius Viana, concordando com tal percepção, em sua dissertação de mestrado, afirma que era prática comum que os alunos alugassem repúblicas-moradias conjuntas próximas da EMR (Viana; 2010:83). Situação que não foi diferente com Mattos que, segundo a entrevista da guardiã de sua memória “ele ficou junto com o João Batista Rangel. Era um cearense, órfão, mas vindo de família de posse, morando na mesma república, no mesmo quarto. Uma pessoa que sempre viveu em áreas modestas. Ali tinha uma cama e lençol, tudo direitinho...”¹⁹³ Apesar da precariedade da situação da EMR, Sant’Anna aponta uma melhora no conforto de Mattos.

Em artigo publicado na revista “*A Defesa Nacional*”, Punaro Bley lembrou dos aspectos físicos da EMR. Segundo ele

“Situada no Realengo, então longínquo e esquecido subúrbio da Central do Brasil, nossa velha escola, reduzida a um único pátio, provida de precárias instalações de suporte, sem dotações extraordinárias para um planejamento adequado capaz de atender às necessidades e exigências de tão numeroso contingente, não tinha, evidentemente, condições mínimas para cumprir as altas finalidades de uma Escola de Formação de Oficiais, homem a que a nação confiaria o alto encargo de zelar e defender as características imutáveis e intocáveis de sua segurança e soberania.”¹⁹⁴

Porém, o que foi lembrado por João Baptista de Mattos não dizia respeito às condições físicas da escola, nem tão pouco às dificuldades que teria enfrentado, que poderiam ter sido muitas. Sua dedicatória lembrou a atuação e bons ensinamentos que recebeu dos professores da EMR, grupo de professores que insere a análise em uma discussão sobre a formação dos oficiais no Exército Brasileiro, no início da República. Pois, o período em que Mattos era aluno da Escola foi marcado por muitas transformações, que diziam respeito tanto a sua parte física, quanto em seu currículo e

¹⁹³ Entrevista com Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

¹⁹⁴ BLEY, João Punaro. Recordações de uma velha escola (1918-1920). *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 666. 1976. P3.

até mesmo em suas rotinas. Mudanças que começaram a ser concretizadas, justamente, com o ingresso de novos professores que constam dentre os homenageados acima. As principais mudanças visavam o progresso da formação dos oficiais e, em consequência disto, o progresso do Exército, como um todo. Segundo Fernando Rodrigues, em sua tese de doutorado, a melhora na preparação dos oficiais foi um processo que pode ser identificado nas três primeiras décadas do século XX. A passagem pela escola militar e a padronização criada no currículo, segundo o autor, seria uma forma de aumentar a coesão do grupo (Rodrigues; 2008: 49).

Porém, Rodrigues, complementando o panorama da situação da EMR em 1918, afirma que o Exército era uma instituição atrasada, dispunha de baixos orçamentos e seus materiais bélicos não tinham boas qualidades. Desde o início da década de 1910 já eram discutidas as necessidades de implementação de melhorias no Exército, na formação dos oficiais e na organização das tropas. As primeiras tentativas de renovação e avanço foram feitas no início da segunda década do século XX, com o envio de um grupo de estagiários oficiais de baixas patentes para o Exército Alemão. Lá, os alunos deveriam aprender e observar as novas técnicas e tudo o que era empregado naquele que era conhecido como um dos melhores Exércitos do mundo. Os estagiários voltaram em 1912, e foram divididos no território nacional de acordo com as indicações do Ministro da Guerra. Apesar dos conhecimentos adquiridos, o grupo encontrou muita dificuldade em implantar as reformas, principalmente devido a sua reduzida influência no Exército.

Como forma de ampliar o alcance das inovações trazidas, este grupo de oficiais criou a revista “*A Defesa Nacional*”, fundada em outubro de 1913.¹⁹⁵ O principal objetivo da revista era difundir ideias renovadoras para as Forças Armadas e discutir assuntos de interesse (Marcusso; 2012:82).¹⁹⁶ Marcusso estima, por meio da análise das observações de Odylio Denys sobre organização de algumas tropas no Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, que o trabalho destes oficiais passou a ser evidente em 1915. Os ex-estagiários começaram a difundir o que aprenderam e observaram no Exército alemão e, na medida do possível, começaram a colocar em prática, conquistando outros simpatizantes das ideias. Os adeptos das inovações ficaram

¹⁹⁵ Fundada pelos oficiais Estevão Leitão de Carvalho, Jorge Pinheiro, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Amaro de Azambuja Villa Nova, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompeo Cavalcanti de Albuquerque, Mário Clementino de Carvalho, Brasílio Taborda e Francisco de Paula Cidade.

¹⁹⁶ A mesma revista que Mattos, décadas depois, participou de sua produção, sendo, inclusive, presidente da mesma.

conhecidos como “Jovens Turcos”. Apesar dos esforços de renovação do Exército, as escolas militares ainda estavam alheias às mudanças, o que enfraquecia o movimento, conforme expõe o autor.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) exerceu grande impacto no Exército brasileiro e no modo de ver dos militares, que é considerada pelos pesquisadores da história militar um importante fator que impulsionou renovações. Com o final do conflito, foi inevitável a constatação do atraso que se encontrava o Exército, tanto em termos estruturais, quanto de material bélico. De acordo com Rafael Roesler, apesar do entusiasmo na modernização do Exército com a Primeira Guerra, este era um assunto que já vinha sendo discutido anteriormente. Além das mudanças estruturais, o ensino e formação militar ganharam novas perspectivas. No início do século XX, para o melhor preparo dos oficiais, se cogitava a possibilidade da contratação de uma missão estrangeira, como forma de estimular o progresso do Exército Brasileiro. As forças mais bem cotadas para o trabalho eram a francesa e a alemã, mas com a derrota da última e a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, a possibilidade de contratação de uma missão francesa se tornou mais factível, o que se efetivou alguns anos depois. Porém, de acordo com Marcusso, as autoridades do Exército resolveram, já em 1918, operar as mudanças na formação dos oficiais, contudo, visando o modelo alemão.

Correspondendo às demandas por renovação, em 24 de abril de 1918 um novo regulamento para a EMR foi aprovado, o decreto nº 12.977, que selecionava os instrutores pela sua capacidade de instruir, segundo os moldes alemães (Marcusso; 2012: 126). Procedimento que trazia uma inovação para o exame de seleção, que buscava o aprimoramento na formação dos oficiais a partir do refinamento dos quadros docentes. De acordo com Roesler, as iniciativas do ministro da guerra, General José Caetano de Faria, proporcionaram a formação de um grupo de instrutores que atuou efetivamente na EMR entre 1919 a 1920. Para Marcusso, o concurso instaurado em 1918 era a chance de consolidar as mudanças que vinham sendo operadas pelos “Jovens Turcos”, tornando-se entrada para a EMR. Para Grunennvaldt, os regulamentos implantados na segunda década do século XX na EMR, visavam a preparação de um perfil intelectual militar, o que fez com que se exacerbasse o cunho profissional do currículo.

O Regulamento de 1918 e a seleção que decorreu de sua implementação formou um grupo de instrutores que ficou conhecido como ““Missão Indígena””, que teve o seu

primeiro grupo apresentado em 1919. Esse nome, segundo Odylio Denys, possivelmente foi dado por se tratar de um corpo nacional de professores, em contraste com a Missão Francesa, que tinha chegada eminente.¹⁹⁷ Dentre os instrutores formados na primeira turma da “Missão Indígena”, quatro foram relacionados na dedicatória de Mattos, são eles: 1º Tenente Eduardo Guedes Alcoforado, 1º Tenente Newton de Andrade Cavalcanti, 1º Tenente Demerval Peixoto e 1º Tenente João Barbosa Leite (Rodrigues; 2008: 116).¹⁹⁸ Porém, com o baixo número de inscritos e matriculados na seleção de instrutores, esta primeira seleção foi insuficiente para preencher as vagas existentes na escola, conforme aponta Rodrigues. Por isso, ao longo de 1919 e 1922 foram feitos outros exames para o recrutamento de novos instrutores. Dentre eles, quatro também estão listados na presente dedicatória: 1º Tenente Henrique Duffles Teixeira Lott, 1º Tenente Victor César da Cunha Cruz e 1º Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima.

Marcusso concluiu, em sua pesquisa, que as mudanças e a implementação da “Missão Indígena” só se tornaram possíveis com a existência dos Jovens Turcos, que estimularam o impulso inovador. Estes novos instrutores foram recebidos pelo chefe de Estado Maior com grande entusiasmo, pela promessa de um ensino prático para a formação de soldados profissionais, conforme lembrado por um dos professores deste período em seu texto publicado na revista “*A Defesa Nacional*”:

“Pela primeira vez este EME [Estado Maior do Exército] teve intervenção na escolha dos Instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros Oficiais, como há muito deveria ter sido feito. Participo, conseqüentemente, do êxito que alcançardes e espero que todas as dificuldades sejam vencidas, porque não vos falta competência e espero encontrareis todo o auxílio material e moral de que carecerdes para o desempenho de vossa missão. Ela é bem difícil mas não há motivo para o esmorecimento. O vosso recrutamento seguiu os mais dignos processos; para seleção em tais casos, constituindo a mais larga porta para entrar naquele estabelecimento de ensino, ou foi o conceito mais ou menos Generalizado entre os nossos camaradas, conceito firmado no árduo e assíduo trabalho da tropa. Muitos e distintos Oficiais têm passado pela Escola Militar como Instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que

¹⁹⁷ DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. Revista A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: 1985. n.º. 718, p. 17.

¹⁹⁸ Este provavelmente seria o motivo que justifica a intenção do Marechal João Baptista de Mattos ter publicado, muitos anos depois, um livro dedicado à Missão Indígena, conforme apontado por Job Sant’Anna, citado no primeiro capítulo desta dissertação.

nunca o corpo de Instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional. Não é demais que vos lembre a influência que a instrução moral e a disciplina cimentada pelo exemplo terão na Escola Militar, se bem que vos sejam perfeitamente familiares os processos mais seguros para a formação de bons soldados. Muito espero de vossos esforços na Escola Militar e, por isso, a ela e ao Exército eu felicito pelas vossas nomeações.”¹⁹⁹

João Baptista de Mattos, em sua dedicatória, destacou justamente o interesse e empenho no ensino, características que em diversas passagens definiu a “Missão Indígena” naquele período. Porém, segundo Roesler, a atuação deste grupo de instrutores se dava, principalmente, em duas frentes: instrução e disciplina, nos quais foram incansáveis (Roesler: 2015: 6). Punaro Bley, no artigo supracitado, discorre sobre as mudanças percebidas com o ingresso deste grupo de professores e com a instituição dos novos regulamentos. Transição que foi rapidamente sentida pelos alunos da época, principalmente por aqueles que, como Mattos, ingressaram no que Punaro classificou como “velha ordem”, até 1918. Com isso, Punaro Bley coloca que passaram a existir

“Decisões enérgicas, certas e oportunas emanadas do alto-comando do Exército, reestruturando-lhe novamente o ensino, com predominância do militar; a proibição da dependência indeterminada; a instituição do grau moral; a mudança do comando, do pessoal de administração, do corpo de instrutores (...). Trabalho e exemplo; restrições de saídas em dias úteis; obrigatoriedade de comparecimento às aulas teóricas; pontualidade de professores e instrutores; comando íntegro e inteiriço, contando com a colaboração leal e dedicada dos órgãos administrativos.”²⁰⁰

O ano de 1919 também foi marcado pela posse do Comandante Eduardo Monteiro de Barros, também relacionado nessa dedicatória. De acordo com Tristão de Alencar Araripe, Monteiro de Barros era um “chefe de tropa ardoroso, verdadeiro soldado com experiência dos problemas da caserna e da instrução de sua arma”. Por observar testemunhos sobre sua característica de disciplinador que imprimia mudanças nas tropas, Marcusso qualifica a participação de Monteiro de Barros como uma escolha

¹⁹⁹ DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. Revista A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: 1985. n.º. 718, p. 16.

²⁰⁰ Arquivo do CPDOC/FGV. Entrevista General Punaro Bley. Rio de Janeiro, 1982. *Apud* Marcusso; 2012:145

ajustada à “Missão Indígena”.²⁰¹ Para o autor, a escolha de Barros representou uma ruptura com a velha ordem, por ser um oficial mais destinado à prática do que a teoria. Era visto por uns, como um exemplo de comando, com disciplina rígida e justa, e, por outros, lembrado pelo excesso de rigor, o que colocou muitos alunos contra ele.

Ao descrever a escola e seu funcionamento antes do regulamento de 1918, Bley apontou para a precariedade física e disciplinar. Sem a disciplina, o trote corria livremente, sendo violento em algumas vezes. Marcusso analisa esta narrativa como uma forma de acentuar as mudanças ocorridas com a “Missão Indígena”, por isso, explica o porquê Bley não se ateu a uma caracterização mais compatível com o cotidiano da escola (Marcusso; 2012: 145). Acentuando as características anteriores apontou que

“Com aquele pátio tomado por alojamentos; salas de aula fora de sua sede; um horário de trabalho e de refeições anacrônicos e desajustados; (...) com a quase totalidade dos seus alunos espalhados por ‘repúblicas’, e, por isso mesmo, sem condições de fiscalizá-los; (...) o ‘trote’ campeando livremente, violento e por vezes deprimente (...) Tais deficiências e desconfortos, como observou ilustre chefe militar, não podiam deixar de contribuir para uma queda sensível de sua disciplina.”²⁰²

A primeira noite de João Baptista de Mattos na EMR, que ainda pode-se enquadrar no que foi chamado de “velha ordem”, foi contada por Sant’Anna por um trote que recebeu, o que se aproxima da atmosfera descrita por Bley. A narrativa acentuou a insegurança de Mattos, enquanto aluno ingressante, e o trote, que era normalmente praticado antes da rigidez e disciplina do regulamento de 1918. Sant’Anna utilizou a situação que descreveu como um recurso, uma forma de descrever as características psicológicas de Mattos, que, segundo ela, não era tão destemido quanto pensavam. Relatou que ouviu do seu pai que na

“Primeira noite já houve um trote. Lá pras três horas da manhã ele ouviu um barulho: ‘Bremm’! E aquele barulho se repetia, aquela batida: ‘Bremm’! ‘Bremm’! ‘Bremm’! E ele não imaginava o que fosse. Supôs, pode ser uma revolução aí... Isso aí é bomba! E alguém, um mais afoito disse: ‘Oh! Eu vi, eu vi! Pulando ali um sujeito de calça preta, camisa branca’. Essa altura ele já

²⁰¹ ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do realengo. Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil. Vol. 31. N. 44, 1963. PP 17-25. P.23. *Apud* Marcusso; 2012: 138.

²⁰² BLEY, João Punaro. Recordações de uma velha escola (1918-1920). A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 666. 1976. 4p.

estava arrependido de ter ido. Devia estar arrependido de ter ido. Por que ele nunca primou por esse desassombro, valentia. Isso aí não era com ele! Entendeu? [...] Quando acordou de manhã o tiroteio, o bombardeio não avançava, esperaram a manhã... Amanheceu e descobriram que era a padaria fazendo o pão. Mas a essa altura ele já estava arrependido, por que até a essa altura ele ainda dormia na cama com uma tia postiça, tia Idó. Ele estava muito arrependido. Ele as vezes dizia pra mim: ‘É... esse povo aí não sabe que eu sou medroso!’ Mas são pessoas... Por que o medo é uma coisa natural no ser humano, normal...’²⁰³

José Machado Leite, que estudou na EMR em período concomitante a João Baptista de Mattos, descreve os alunos e a escola que, segundo ele, “era uma coisa horrível, era um educandário no qual não podia entrar família. O ideal do aluno era ser machão, com revólver na cintura e facão no colete.” Dizia que a escola “era uma anarquia medonha”. Explicou que a população não via os alunos com bons olhos, pois, “quando os alunos passavam por Bangu as pessoas trancavam as portas, pois caso contrário os alunos invadiam tudo”.²⁰⁴

Para além disto, é importante sublinhar a aparição da Tia Idó na narrativa. Apesar de se tratar de uma tia com quem, segundo Sant’Anna, Mattos dormia na infância e adolescência, não foi homenageada em nenhuma das dedicatórias. Talvez isto se deva as diferentes perspectivas na construção das fontes aqui utilizadas. Sant’Anna construiu sua narrativa em torno da história de vida de João Baptista de Mattos, seu pai, orientada por questões mais gerais como o período de infância, nascimento, casamento e etc. Já, a construção das dedicatórias pelo Marechal, buscou homenagear pessoas que fizeram parte e que contribuíram para a sua mobilidade social. Com isto, fica evidente que Tia Idó, assim como muitas outras pessoas, que também estiveram próximos a Mattos ao longo de sua vida, não foram homenageadas nas dedicatórias por não se inserirem no sentido que procurou imprimir nas mesmas.

A narrativa de Sant’Anna utilizou o trote para falar sobre o ingresso de Mattos na EMR, que pareceu ser um tanto conturbado com as inseguranças que a inserção em um novo ambiente poderia oferecer. Apesar da indisciplina, tanto o regulamento publicado em 1918 quanto o de 1919 foram construídos como forma de modernizar o

²⁰³ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

²⁰⁴ Arquivo do CPDOC/FGV. Entrevista General José Machado Lopes. Rio de Janeiro, 1986. *Apud* Marcusso; 2012: 118.

ensino e o preparo dos Militares, começando as mudanças pelo corpo docente. O primeiro pretendeu atualizar o ensino, e não provocar importantes rupturas. Com isto, conforme sinaliza Fernando Rodrigues, foi mantido um rígido controle sobre os professores e instrutores da Escola, com controle do programa de ensino. Este controle previa punições que variavam desde a perda do salário até prisões, neste último caso se o professor fosse militar (Rodrigues; 2008: 112). Já o regulamento de 1919, “tinha como principal característica a diminuição do número de matérias e, conseqüentemente, de professores” (Marcusso; 2012: 126).

Todas as mudanças efetivadas pelos regulamentos no ensino visavam garantir a predominância da prática sobre a teoria, conforme expõe Rodrigues. Com as mudanças operadas pelo regulamento de 1919, Marcusso aponta a atribuição de peso maior nas avaliações às matérias de ensino prático e “qualidades morais”, o que por si só já é uma forma de acentuar o cunho prático do curso e na disciplina dos alunos (Marcusso; 2012: 130). O historiador observou também as mudanças com a criação de novas disciplinas, que eram essencialmente práticas. Grunennvaldt, em sua tese de doutorado, evidenciando o cunho prático do novo currículo da EMR, ressalta essa legitimação à medida que temas relativos a “caso concreto” e o “tema tático” passou a receber atenção especial nestes regulamentos. Para o pesquisador

“surgia um outro perfil psicológico de instrutores que atuavam na ambiência criada pela guerra de 1914-1918, respaldados nos Regulamentos 1918 e 1919, ao estabelecer que para ambos, ‘o ensino prático de caráter militar deve ser ministrado inteiramente de acordo com os regulamentos das diversas armas e serviços do Exército, seguindo os instrutores, o mais possível, os programas estabelecidos no RISG [Regulamento Interno e dos Serviços Gerais], e os métodos já consagrados no serviço de tropa’ (art. 11 e 10, respectivamente)”. (Grunennvaldt; 2005: 152)

João Punaro Bley, descrevendo bruscas mudanças com o advento da “Missão Indígena”, relatou que os alunos que testemunharam tais alterações foram os que mais sofreram, pois tiveram que lidar com duas ordens diferentes e se adaptarem. Mudança que pôde ser presenciada também por Mattos, que ingressou meses antes da entrada dos primeiros professores da “Missão Indígena”. Ao fim de novembro de 1918, Bley relatou a mudança de fisionomias, que deu início a um acontecimento novo, que em 1919 causou uma profunda onda de substituições dos quadros.

“Em novembro, começamos a deparar com fisionomias novas. Era a vanguarda da famosa “Missão Indígena” que surgia, com a finalidade específica de formar um novo tipo de oficial com mentalidade aberta à realidade brasileira, capaz de atuar com eficiência e precisão nas mais variadas formas de luta.

Constituída por uma plêiade de oficiais de escol rigorosamente selecionada em concursos; expressivamente saudada pelo próprio Chefe do Estado Maior do Exército, fato singular na nossa história militar; dedicada e consciente de seus deveres e obrigações; de elevado valor moral e profissional, entusiasta da tarefa de cumprir iria exercer notável e decisiva influência na nossa formação profissional”.²⁰⁵

A escola adotava o regime de internato, onde, de acordo com o regulamento de 1918, os alunos dispunham de pouco tempo fora dela, situação que também foi lembrada por Punaro no fragmento citado alhures. O novo regulamento, mais especificamente o artigo 169, previa que os alunos poderiam ser liberados aos sábados e nas vésperas de feriados, caso apresentassem notas iguais ou superiores a 3,5 nas matérias teórico-práticas. Porém, essa liberação findava tão logo a primeira formatura do próximo dia útil, quando o aluno deveria se apresentar (Rodrigues; 2008: 114).

Como consequência do aumento do rigor, Roesler afirma que o número de punições aumentou a partir de 1919 nos boletins escolares dos alunos. As autuações iam desde situações corriqueiras até as mais graves, geralmente punidas com prisões. O autor também notou o considerável aumento de licenças médicas de alunos, que segundo ele, muitas delas eram devidas aos exercícios práticos. Nas suas análises, “parece evidente que o aumento da presença de alunos nas visitas médicas, a fim de conseguir uma dispensa, tratou-se de um artifício bastante utilizado e eficaz diante do rigorismo e da falta de bom senso com que se desenvolviam as atividades práticas” (Roesler; 2015: 12).

Henrique Duffles Teixeira Lott, um dos instrutores listado nessa dedicatória, ao falar sobre o ensino ministrado na EMR, comparou suas condições com a Antiga Escola Militar situada na Praia Vermelha. Lott afirmou que

“A Escola Militar, encaixada na Praia Vermelha, não proporcionava a seus alunos a possibilidade de fazer exercício de combate no campo e eles se ressentiam disso. Não havia linha de tiro nem qualquer exercício prático, a não ser a ordem unida, que se faz em qualquer canto. No Realengo, ao

²⁰⁵ BLEY, João Punaro. Recordações de uma velha escola (1918-1920). A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 666. 1976. 5p.

contrário, estávamos junto de Jericimó e tínhamos maior possibilidade de nos formar profissionalmente na instrução de combate. Eu, quando era da Escola Militar, tinha mãos grossas de cavar trincheira. Em compensação, mais tarde fiz muita gente cavar trincheira, inclusive dois presidentes da República – Castelo Branco e Costa e Silva –, que tiveram que engrossar a mão, quando fui seu instrutor em organização do terreno.”²⁰⁶

No texto, Lott fez menção à turma de João Baptista de Mattos, que também era composta por Castelo Branco e Costa e Silva. Sua lembrança fez menção às atividades práticas, que colocou os alunos mais próximos da realidade da guerra, como a escavação de trincheiras. Posicionamento que corrobora com a nova ordem implementada com os regulamentos de 1918 e 1919, no qual todos os professores e instrutores da EMR tiveram que se adequar, situação que enquadra todos os citados na dedicatória aqui discutida. Mudanças e métodos que demarcam o ensino que foi lembrado nesta dedicatória por meio da atuação deste grupo de professores.

As mudanças demandaram reformas não só no ensino como também na parte física da escola, pois, como citado anteriormente, em diversas indicações, a EMR não dispunha de condições adequadas. Punaro Bley, no supracitado artigo, coloca as reformas em um conjunto de medidas excepcionais das quais percebeu uma rapidez, incomum em obras públicas, na conclusão do segundo pátio da Escola. Bley relatou a mudança nos alojamentos, que agora seriam mais amplos e arejados, dispendo de camas novas e armários. Uma série de ajustes e reformas foram realizados de modo a melhor atender às necessidades da escola e dos alunos. Foram feitos desde pequenos reparos e pinturas, até a ampliação do espaço físico e remodelação da fachada, conforme expõe Marcusso.

Após três anos de curso, Mattos foi aprovado em todos os anos da Escola Militar, se formando em 1921, quando foi declarado Aspirante.²⁰⁷ Turma que é identificada por Odylio Denys como prova do êxito da “Missão Indígena”, da qual fez parte.²⁰⁸ Porém, a estadia de Mattos na EMR não foi lembrada e homenageada nas dedicatórias apenas pela formação que recebeu. Como em qualquer espaço de interação

²⁰⁶ Arquivo do CPDOC/FGV. Entrevista Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Rio de Janeiro, 1978. P13.

²⁰⁷ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. 1º Registro de Infantaria. De Maio de 1918 a Novembro de 1923.

²⁰⁸ DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. Revista A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: 1985. n.º. 718, p. 17.

social, na EMR Mattos conviveu com diversos alunos, conquistando afetos e desafetos. Mas, com alguns alunos constituiu amizades que ele fez questão de registrar, como na publicação do livro seguinte, cuja dedicatória será analisada na próxima seção.

3.1.3 “Amizade mui estreita dos bancos da Escola Militar”

*"Aos amigos: General-de-divisão João de Segadas Vianna, General-de-divisão R/1 Armando Baptista Gonçalves; General-de-divisão R/1 Jacinto Dulcardo Moreira Lobato; General-de-divisão R/1 Nilo Chaves Teixeira; General-de-brigada João de Almeida Freitas; Coronel João Saraiva; João Francisco Sawen;
e à memória do Major Jerônimo Leite Bandeira de Mello
dedicado o presente trabalho, como recordação da amizade mui estreita dos bancos da Escola Militar, e que sempre procurei consolidar durante o caminhar dos anos.
Rio, dezembro de 1957."²⁰⁹*

A dedicatória supracitada foi publicada junto ao oitavo livro da coleção “*Os Monumentos Nacionais*”. A turma que João Baptista de Mattos passou a integrar, na arma de Infantaria, contava com 98 alunos, era a arma com maior contingente. A artilharia contava com 45 alunos, engenharia 20 e cavalaria com 51 alunos. Dos 97 colegas de arma, Mattos citou nesta dedicatória apenas 8, deixando outros 89 de fora dessa lista. Uma postura bem diferente da adotada para falar sobre os professores e os primeiros Batalhões que serviu, dedicatórias que serão abordadas nas próximas seções, quando citou todos os oficiais, sem exceções. Neste caso específico, Mattos preferiu restringir sua homenagem àqueles que construíram com ele laços de amizade mais fortes, que, como disse, foram cultivados ao longo da vida.

Ao analisar as alterações de fé de ofício dos militares citados acima, mais especificamente a folha que abre o caderno, intitulada “identificação”, todos estes oficiais são caracterizados por suas datas de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, altura, barba, boca, cabelos, cor, nariz, ofício, olhos, rosto, se lê, escreve, conta e se é vacinado. Mattos também foi avaliado em todos estes quesitos, exceto a cor da pele. Nesse pequeno grupo é possível perceber que a cor não deixou de ser um quesito na descrição dos outros militares, mas, no caso de Mattos, homem negro, em lugar da cor percebe-se o silêncio. Não se trata de um quesito não preenchido, sem resposta, mas sim

²⁰⁹ MATTOS, João Baptista de. “Os Monumentos Nacionais - Mato Grosso”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957.

suprimido. Para a historiografia este procedimento não é novidade, pois Hebe Mattos em seu livro *“Das cores do silêncio”* percebeu o silenciamento da cor em documentos como forma de apagar o passado escravo e extinguir as diferenças raciais. Este silenciamento torna evidente que esta não foi uma forma de identificar suprimida para os oficiais em geral, mas, apenas para Mattos, o que pode ser considerado como uma discriminação. Não se trata de uma forma de extinguir as diferenças, pois o tratamento diferente gera em si uma diferença. Trata-se de uma omissão que admite em si os preconceitos raciais na cor da pele do oficial que é descrito, caso contrário, seria uma postura extensiva a todos os oficiais.

O primeiro amigo citado nesta dedicatória, General João Segadas Vianna, apresentou um alto rendimento nas aulas da EMR e se formou como o segundo da turma, na classificação por ordem de merecimento. Segundo Sant’Anna, sua colocação foi admirada por Mattos, por de ter sido admitido na EMR na metade do ano com a condição de tirar nota zero nas avaliações daquele ano.²¹⁰

“Agora ele era muito amigo do Segadas. O General Segadas Vianna, como aluno, tinha tido um desentendimento na escola de engenharia. E o pai, que trabalhava na Biblioteca Nacional, conseguiu que ele fosse matriculado na Escola Militar, já na metade do ano, com a condição de tirar zero em todas as provas. E mesmo assim vieram oito, entre eles Segadas chegou em segundo lugar. Entendido? Para o meu pai ele seria o primeiro. Por que se ele tirou zero, não sei se, a metade do ano e mesmo assim tirou em segundo. Até então os cadetes saíam da escola classificados pela idade. Mas o Segadas conseguiu sair por ordem do mérito, e aí ele saiu em segundo lugar. Mas pro meu pai ele era o primeiro”.²¹¹

Talvez, não por acaso, o primeiro a ser citado na dedicatória, João Segadas Vianna, foi o único que teve maior espaço na entrevista concedida por Sant’Anna. No fragmento transcrito acima é possível ver que a história que foi narrada não dizia respeito apenas à história da amizade, mas, também apresentou pontos da história pessoal de Vianna, revelando algum grau de intimidade. Uma proximidade que parece não ter se restringido apenas a Mattos, visto que esta narrativa foi prestada por sua filha. Isso aproxima a pesquisa da ideia exposta pelo próprio Marechal, que apontou na

²¹⁰ ACERVO FAMILIAR. Boletim comemorativo do aniversário da turma de Aspirantes a oficial de 18 de janeiro de 1921. Quartel General do estado da Guanabara, Janeiro de 1961.

²¹¹ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

dedicatória acima que estes colegas da Escola Militar foram amigos que ele procurou consolidar ao longo da vida. Amizade que pode ter envolvido os familiares de ambas as partes. Esse grupo não representa apenas a vivência da EMR, mas também uma relação duradoura. Situação diferente de outros tantos alunos que estiveram na mesma turma, mas, que não foram citados nesta dedicatória, o que faz concluir que as amizades não se fortaleceram na Escola e nem fora dela. No mínimo, por ocasião da publicação dessa dedicatória, foi essa a noção que Mattos procurou transmitir.

Esse grupo de amigos também pode dizer muito sobre Mattos ao longo da vida. Pois, é um grupo que, ao que tudo indica, permaneceu próximo por muitos anos, formando um círculo mais estreito e pessoal de amizade, possivelmente, coeso. A maioria dos citados dedicou a vida à carreira militar e, por isso, vivenciaram situações parecidas, mas, nem sempre com os mesmos pontos de vista ou do mesmo lado. Todos eles nasceram entre 1897 e 1900, sendo o Marechal Mattos o mais novo e Baptista Gonçalves e Nilo Chaves os mais velhos. Apenas João Baptista de Mattos e Segadas Vianna chegaram ao posto mais alto do escalão superior do Exército, promovidos a Marechais do Exército. Baptista Gonçalves, Jacinto Dulcardo, Nilo Chaves, João de Almeida Freitas e João Saraiva chegaram ao posto de General. João Sawen e Jerônimo Leite chegaram apenas aos postos de Tenente e Major, respectivamente. O primeiro recebeu a demissão que havia pedido em 1925, e o segundo, foi promovido por bravura após falecer em combate, como se evidenciará mais adiante.

Na tabela 1 é possível perceber a situação dos alunos formados em 1921 a cada 5 anos e a situação de Baptista de Mattos em relação ao todo da turma, grifado em vermelho. A partir dela nota-se que ao longo dos anos as promoções apresentam certo equilíbrio entre os oficiais, que têm a maioria das promoções próximas e semelhantes. Até os últimos quinquênios expostos, a maioria dos oficiais estava concentrada na mesma patente, poucos eram os que possuíam uma graduação mais à frente. Mattos, na maior parte das vezes, esteve entre a maioria dos oficiais. A maior diferença esteja, talvez, no último ano apresentado, onde a maioria da turma já se encontrava nos postos de oficiais gerais, mas 17 alunos ainda estavam em postos de oficiais superiores. Apesar disso, é possível perceber que, tanto Mattos quanto as promoções dos alunos de infantaria do Exército, estiveram em equilíbrio em relação à maioria dos oficiais.

Tabela 1. Situação da Turma de infantaria de 1921 de 5 em 5 anos

		18 de Janeiro								
Posto	Graduação	1921	1926	1931	1936	1941	1946	1951	1956	1961
Oficiais Subalternos	Aspirante	98								
	1º Tenente		95	84						
Oficiais Intermediários	Capitão			1	79	14				
	Major				1	62	5			
Oficiais Superiores	Major de Brigada AR R/1									2
	Major de Brigada AR									2
	Tenente-Coronel					3	50	14		
	Coronel						9	29	22	13
	General de Brigada							2	9	5
Oficiais Gerais	General de Brigada R/1									15
	General de Divisão R/1								2	22
	General de Divisão									6
	General do Exército R/1									4
	General do Exército									1
	Marechal									
FAB				6	4	4	4	4	2	
Intendência					1					
Demissionários			1	1	1	1	1	1	1	1
Reserva				1	2	2	15	26	40	
Reforma										1
Falecidos			2	5	11	12	14	22	22	25

■ Graduação do João Baptista de Mattos

Elaborado a partir da fonte: ACERVO FAMILIAR. Boletim comemorativo do aniversário da turma de Aspirantes a oficial de 18 de janeiro de 1921. Quartel General do estado da Guanabara, Janeiro de 1961.

A existência de um oficialato jovem, formados nas Academias Militares, de acordo com Celso Castro, deve-se a uma profissionalização e burocratização da carreira militar, que como uma tendência internacional se consolidou em meados do século XIX. O autor afirma que uma das principais mudanças incorreu sobre a democratização do acesso ao oficialato, que até então era constituído por mercenários ou recrutado na aristocracia (Castro; 1995: 13). Assim, o acesso ao oficialato passou a ser por méritos pessoais, o que ofereceu meios possíveis de inserção de grupos de origem sociais menos favorecidas e tornou a oficialidade mais propensa a receber jovens por seus “talentos” pessoais. Presença que, de acordo com Celso Castro, pode se tornar ainda mais marcante nos postos intermediários.

“Em 1850, os comandantes do Exército brasileiro eram aristocratas que haviam subido rapidamente graças a influências familiares. Por volta do fim do Império, cerca da metade dos generais brasileiros era oriunda de famílias inferiores e havia chegado ao topo graças à sua competência profissional, seleção burocrática e amizades feitas durante os anos de serviço” (Schulz *Apud* Castro; 1995: 22).

Essa mudança de perfil teve suas origens com a implementação da Lei de Promoções em 1850, proposta pelo ministro da guerra Manuel Felizardo de Sousa e Melo. Segundo Schulz, essa lei produziu um “efeito catalisador da profissionalização do corpo de oficiais”, que como consequência se tornou profissionalizada e racional (Schulz *Apud* Gama; 2012: 201). O autor aponta ainda que esta lei se tornou mais rígida na promoção por antiguidade, não permitindo mais que jovens com poucas idades assumissem altos postos de comando garantidos por suas redes familiares e extrafamiliares. Ainda exigiu que os oficiais engenheiros tivessem concluído o curso universitário.

Mattos e seus amigos, apesar de terem recebido o mesmo tipo de formação, nem sempre agiram ou mesmo tiveram as mesmas posturas enquanto militares. Ao longo de sua vida militar, João Baptista de Mattos sempre lutou ao lado das forças do Exército. Na entrevista, sua filha repetia diversas vezes que Mattos era um homem “eminentemente legalista”.²¹² Porém, nem todos os seus amigos tiveram as mesmas posturas. Vianna, por exemplo, participou do movimento de protesto dos jovens oficiais contra a eleição de Arthur Bernardes, em 1922, no curso das revoltas tenentistas. Já Baptista Gonçalves “foi repreendido pelo Ministro da Guerra, como incurso na linha 21 do artigo 421 do R.I.S.G. por ter, quando servindo no R.I., dirigido com outros oficiais um telegrama coletivo ao Presidente do Congresso Nacional”.²¹³ João Sawen, em oito de fevereiro de 1922, ficou preso por ter assinado uma carta publicada no jornal “*O comércio*”, em Saycan, junto com outros militares. Porém, Sawen lutou contra os revoltosos do forte de Copacabana, motivo pelo qual recebeu congratulações do Congresso Nacional.²¹⁴ Jerônimo Leite também, em 5 de julho, seguiu com o seu regimento para atacar o Forte de Copacabana.²¹⁵ Em 1924, Segadas Vianna, Nilo

²¹² Entrevista com Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

²¹³ Arquivo do Exército. Indicações: VIII-A/25/43, Alterações e documentos de Armando Baptista Gonçalves.

²¹⁴ Arquivo Histórico do Exército. Pasta V/20/43. João Francisco Sawen.

²¹⁵ Arquivo Histórico do Exército. Pasta V/4/24. Jerônimo Leite Bandeira de Melo.

Chaves e João Sawen integraram às operações de guerra contra os revoltosos em São Paulo. Este último, em 17 de julho, baixou no hospital e recebeu licença médica por ter sido ferido em combate e logo depois por moléstia. Desde então recebeu diversas licenças de noventa dias para o tratamento da sua saúde, até que, em 25 de julho de 1925, foi-lhe concedida a demissão que pediu, conforme consta na sua fé de ofício.²¹⁶

Em 1932, em meio à Revolução Constitucionalista de São Paulo, nota-se que este grupo de amigos esteve em lados diferentes da luta. João Baptista de Mattos, Nilo Chaves, João de Almeida Freitas e Jerônimo Leite lutaram ao lado das tropas do Exército, enquanto João Saraiva lutou ao lado das forças paulistas. Saraiva, em 21 de julho de 1932, foi intimado a comparecer ao Departamento de Guerra, de ordem do Ministro da Guerra, dentro do prazo de oito dias, sob a penalidade de ser considerado desertor. O que aconteceu em 29, por não ter se apresentado e, pelo mesmo motivo, por meio do decreto de 6 de outubro de 1932, João Saraiva foi reformado administrativamente.²¹⁷ O jornal “*O Paiz*” relacionou o nome de João Saraiva como um dos envolvidos no movimento paulista, que chamou de “Revolução de 1932”, motivo que teria justificado a sua reforma. Em 1933 realizaram-se diversas reuniões no Departamento Central, presididas pelo General Góes Monteiro, formando uma comissão para revisão de tais reformas administrativas.²¹⁸ João Saraiva, segundo a publicação do jornal, poderia voltar à ativa no dia 8 de agosto de 1934.²¹⁹ Absolvido, continuou servindo ao Exército até 1960, quando foi reformado como General do Exército. Já Jerônimo Leite, que foi lembrado nesta dedicatória *in memória*, não regressou do conflito com vida. Comandava o batalhão em Aracajú quando recebeu ordens de se integrar às forças sob comando do General Góis Monteiro, para combater os revoltosos em São Paulo. Porém, faleceu em combate no dia 19 de setembro. Foi promovido ao posto de Major por atos de bravura.

Independente do desfecho e posicionamento de cada um desses militares, os laços de amizade que foram constituídos se fortaleceram ao longo da vida, conforme apontou Mattos. Com o passar do tempo, os alunos formados na turma de 1921, em geral, buscaram estratégias para comemorar o aniversário de formatura da turma em eventos que tinham a intenção de reunir todos os ex-alunos. Em 1961, no quadragésimo

²¹⁶ Arquivo Histórico do Exército. Pasta V/20/43. João Francisco Sawen.

²¹⁷ Arquivo Histórico do Exército. Documentos pessoais. Fé de ofício de João Saraiva.

²¹⁸ Revisão de reformas administrativas. *O Paiz*. 7 de novembro de 1933. 5p.

²¹⁹ Amnistiados que já se apresentaram. *O Paiz*. 7 de agosto de 1934. 6p.

aniversário de formatura da turma, foi realizado um grande evento, que reuniu diversos alunos e professores. Os organizadores celebraram uma missa em homenagem às almas dos que já haviam falecido e promoveram um almoço, no qual compareceram 115 pessoas. Vários telegramas foram enviados em convite aos ex-alunos, mas, muitos deles enviaram uma resposta justificando a ausência.²²⁰ Em 18 de janeiro do mesmo ano, a imprensa do Exército, em concordância com o Ministério da Guerra, imprimiu um boletim comemorativo, lembrando a situação da época da formatura dos alunos, documento guardado por Sant'Anna até os dias atuais. No Boletim é possível observar um conjunto de quadros estatísticos que informam sobre as classificações finais e promoções dos alunos das diversas armas a cada 5 anos. Com base nestas informações foi possível montar um gráfico específico para a turma de infantaria, como visto anteriormente (Tabela1).

Imagem 9. "Turma de Costa e Silva aniversariou".



Aspecto da mesa em que tomou assento o Presidente Costa e Silva. A direita do Chefe do Governo, o Ministro Terra Ururai e Dona Iolanda Costa e Silva; à esquerda, o General Sandoval Cavalcânti de Albuquerque e senhora. e o Gen. João Batista de Matos, senhora e filhas.

Fonte: Acervo Familiar. Recorte do Jornal O Dia. S/D.

Porém, este não foi o único evento comemorativo da turma que se tem notícia. No dia 18 de janeiro de 1967 a turma reuniu-se no restaurante Monte Castelo, do Clube Militar, para a comemoração do 46º aniversário de formatura. Segundo o jornal “*Correio da Manhã*”, de todos os militares formados nesta turma, os únicos que neste momento ainda estavam na ativa eram os generais-de-exército Olímpio Mourão Filho e

²²⁰ ACERVO FAMILIAR. Boletim comemorativo do aniversário da turma de Aspirantes a oficial de 18 de janeiro de 1921. Quartel General do estado da Guanabara, Janeiro de 1961. 6p.

Otacílio Terra Ururahy. No recorte de jornal guardado pela filha de Mattos como recordação do evento, é possível identificar Mattos, que já era Marechal, e sua esposa, ao fundo da mesa, ao lado de Costa e Silva e sua esposa e do Ministro. No evento compareceram ao almoço 66 oficiais, dentre os quais alguns dos amigos de Mattos listados acima: Armando, Jacinto, Nilo Chaves, João Francisco Sawen, indicado como demissionário, e Segadas Vianna.²²¹ O presidente Castelo Branco, também parte da turma formada em 1921, não compareceu ao evento. A ausência do presidente figurou nota na matéria do jornal “*Correio da Manhã*”, que chamou atenção para o número de elementos da turma que integraram os mais altos postos na política brasileira:

“dois presidentes da república – o Marechal Castelo Branco e o Marechal Artur da Costa e Silva, eleito recentemente; 5 ministros da Guerra: Jair Dantas Ribeiro, atualmente cassado, Amaury Kruel, Costa e Silva, Segadas Viana e Ademar Queiroz, que é o atual; 8 senadores, 12 deputados federais, 4 ministros de pastas civis e vários governadores de Estados.”²²²

Castelo Branco e Costa e Silva, apesar de integrarem a mesma turma de Mattos, não foram listados na dedicatória às amigadas da Escola, aqui analisada. Omissão que faz perceber que estes não pertenciam ao círculo de amigadas mais estreitas de Mattos, laços que também não foram fortalecidos ao longo do tempo, caso contrário, poderiam ter sido lembrados por ocasião da publicação, em 1957. Sant’Anna contou que Mattos construiu laços de amizade com muitos colegas da EMR. “Na turma do meu pai quase todo mundo foi grande amigo dele. Quase... Muita gente foi grande amigo dele... A não ser com esse problema que eu digo, que é o problema do indivíduo que faz certas restrições à raça”.²²³ Durante a entrevista, ao ser questionada sobre a relação entre Mattos e Castelo Branco, Sant’Anna pontuou a questão do racismo como algo natural do cearense, adjetivo que pode ser ligado a Castelo Branco. O que leva a crer que Mattos tenha sofrido preconceito racial tanto dentro da EMR quanto ao longo de sua carreira. Sant’Anna afirmou que

“Não. O meu pai não era fã do Castelo. Porque, o povo não sabe, o Estado que teve menos negros foi o Ceará. Lá não teve negro, tanto que ele deu a libertação dos escravos em 84, você sabia? Ceará e Amazonas... Não teve

²²¹ *Idem.*

²²² TURMA DE Castelo Festeja seus 46 anos de Formatura. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1967. 9p.

²²³ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

negros. Todo mundo pensa que é o Rio Grande do Sul, conversa fiada! É Ceará! O cearense, por isso... Se você disser onde existe mais preconceito, é o Ceará, é o cearense. Porque ele não se acostumou com isso.

Não, amizade não. Amizade não! E até durante a Escola... A Escola de Estado Maior. São as pequenas coisas que diz, as picuinhas, coisas que a gente não precisa abrir, mas agente sente! E é recíproco! Entendeu? Embora a história tem que assinalar a mulher do Castelo era uma mulher muito culta, muito simpática, D. Argentina. Era irmã do professor Hélio Vianna. Mas era muito simpática, muito agradável! Oh! Todo mundo gostava dela. E ele, Castelo Branco, foi uma figura como pai e como Marido, um cara excepcional, não tem dúvida disso.”²²⁴

Levando em consideração as exposições acima, vale ressaltar que João Baptista de Mattos foi para o quadro de reserva em 28 de julho de 1954, três meses após o golpe militar de 1964, que colocou Castelo Branco na presidência.²²⁵ Uma das frentes de repressão que o novo regime se valeu foi o afastamento de pessoas, tanto de setores administrativos do governo quanto das Forças Armadas. No poder público, mais de 1400 civis foram afastados e 1200 das Forças Armadas (Fausto; 1995:467). É possível que a reforma de João Baptista de Mattos tenha ocorrido no bojo dos afastamentos da repressão instalada com a ditadura. Porém, este se constitui um amplo campo de pesquisa, que deve ser aprofundado em outra oportunidade. Por hora, cabe apenas indicar novas possibilidades de pesquisa.

Ao longo desta seção foi possível perceber que os homenageados nessa dedicatória correspondem a um número bem restrito de ex-alunos. Mattos escolheu não fazer uma dedicatória ao corpo de alunos e em nenhum momento se referiu a turma como um grupo de amigos, muito pelo contrário, restringiu a dedicatória a um limitado número de colegas. Situação bem diferente da última dedicatória que compõe este estudo, que apesar de destacar uma pessoa em específico, faz referência ao 5º Batalhão de Caçadores como um todo. Mattos adotou estratégias diferenciadas para homenagear diferentes grupos, variando de acordo com a constituição de laços e de desafetos.

As três primeiras dedicatórias que compõem este capítulo oferecem um panorama mais geral da passagem de João Baptista de Mattos na Escola Militar do

²²⁴ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Janeiro de 2013.

²²⁵ AQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Setor Pessoal. Dados Biográficos de João Baptista de Mattos.

Realengo, desde a fase de candidato. A primeira apontou o seu ingresso, a segunda, o grupo de professores e instrutores, e a terceira, os amigos que lá conheceu. Com isto, fica mais contundente a ideia de que Mattos organizou, de forma premeditada, sua trajetória e as fragmentou nas dedicatórias dos livros que publicou. A EMR foi valorizada como um importante período da construção de sua carreira, que em 1957, data da publicação desta dedicatória, já o colocava numa condição superior a boa parte dos colegas.

3.2 Início de uma carreira

3.2.1 “Unidade onde iniciei a carreira de oficial”

"Ao 14º Batalhão de caçadores

Unidade onde iniciei minha carreira de Oficial e então servida por um conjunto de oficiais que se completavam em dedicação, competência profissional, experiência e sobretudo acentuado espírito de camaradagem e contando com sargentos capazes

Reconhecimento e gratidão do autor Constituíam o quadro de oficiais:

Cmts Coronel Antônio José de Lima Câmara;

Tem-Cel Bernardo de Araújo Padilha;

Maj. Luiz Sombra;

Cap. Antônio Joaquim de Souza;

Cap. Raymundo Bayma Serra Martins;

Cap. Carlos Trompowsky Taulois;

1º Tenente Aderbal de Castelo e Silva;

1º Tenente Antenor Taulois de Mesquita;

1º Tenente Pedro Sebastião Carpes;

1º Tenente Olímpio Falcolnieri da Cunha;

Asp. Farmacêutico Christierno Barbosa Vasconcelos;

Cap. Médico Dr. Orlando Parente da Costa;

1º Tenente Médico Dr. João Baptista dos Santos;

*1º Ten. Intendente Mário Celso”.*²²⁶

Em 1959 João Baptista de Mattos publicou mais um número da coleção sobre os “*Monumentos Nacionais*”, voltado a estudar os monumentos do estado do Paraná. A dedicatória homenageia o 14º Batalhão de Caçadores, localizado em Florianópolis, que foi o primeiro Batalhão em que Mattos serviu logo após a conclusão do curso da EMR, em 1921. A dedicatória foi escrita de modo a contemplar a maioria do corpo de oficiais,

²²⁶ MATTOS, João Baptista de. “Os Monumentos Nacionais - Estado do Paraná”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959.

citando cada um nominalmente e, de modo mais geral, o grupo de sargentos daquele período. No texto, o General Mattos sublinhou o espírito de camaradagem e a competência dos militares que encontrou nesta unidade, o que demarca a preocupação em refletir lembranças positivas na passagem pelo Batalhão.²²⁷

Em 29 de janeiro de 1921 o Aspirante João Baptista de Mattos foi classificado para o 14º Batalhão de Caçadores, apresentando-se em 28 de fevereiro, em Florianópolis.²²⁸ Risoletto Barata de Azevedo, que também fazia parte da turma de 1921 da EMR, também foi classificado para o mesmo Batalhão.²²⁹ Apesar disso, Barata de Azevedo não foi citado nesta dedicatória e tampouco na anterior, voltada aos amigos da EMR. Provavelmente, até 1959, Barata de Azevedo não tinha uma relação com Mattos que justificasse figurar nas dedicatórias de seus livros. Porém, no relato da guardiã da memória de Mattos, seu nome foi citado quando narrava a saída de seu pai da EMR:

“Bom, meu pai dali ele foi servir em Santa Catarina, quando ele foi sair Aspirante. Foi servir com um colega aqui da turma dele, está ali. Que eram duas, duas pessoas pobres, muito pobres, lá do Encantado [ele e Mattos]. O outro pobre, mas muito pobre, tinha perdido sete irmãos tuberculosos, que era o normal naquela época. Você não pode imaginar como agente tinha medo! [...] O meu pai foi colega, vai ouvindo, por que assim moravam juntos dividindo as despesas. Entendeu? Dois miseráveis. Mas um dia meu pai é surpreendido por um tal colega dele, era muito pobre, era muito, mas muito bonito, que disse que estava noivo. Meu pai: ‘Deve estar doido!’. Aí ele perguntou de quem. Era a filha do governador, uma das mulheres mais ricas de Santa Catarina. Eu sempre perguntei a ele: ‘Você num falou nada?’ Ele disse assim: ‘Ele nunca me perguntou!’. Agora, esse camada que chegou à General na reserva era... Barata de Azevedo, depois está ali o nome dele. O Barata um dia disse pra mim: ‘Pois é, eu lá em Santa Catarina, chego e encontro o João Baptista com um livrinho que ele achou o Cícero na loja, Cícero!’ O Barata disse pra mim: ‘Ah! Eu vou ficar procurando Cícero?’ Por que o meu pai comprava livro no sebo, entendeu? Gostava, gostava, meu pai gostava muito de livro.”²³⁰

De fato, Risoletto casou-se pouco tempo depois de sua transferência para o 14º BC, em Florianópolis com Marília Ferro de Azevedo e teve o seu primeiro filho em

²²⁷ É importante ressaltar que Mattos já havia homenageado o Estado de Santa Catarina em uma das dedicatórias do primeiro livro da coleção, que se dedicava aos monumentos daquele Estado. A lembrança, como mencionado anteriormente, fez referência ao primeiro Batalhão que serviu, que se localiza em Florianópolis.

²²⁸ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. 1º Registro de Infantaria. De Maio de 1918 a Novembro de 1923.

²²⁹ O Novo Exército. A Razão. Terça-feira, 1 de fevereiro de 1921. 4p.

²³⁰ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Rio de Janeiro, janeiro de 2013.

1924, mas, não possível confirmar se ela se tratava da filha de algum governador.²³¹ Em tom de denúncia, Risoletto Barata de Azevedo foi relacionado pelo jornal “*Diário Carioca*” como um dos militares que estavam desviados de suas funções no Exército para servirem a interesses políticos, no caso dele, ao estado de Santa Catarina. Segundo o jornal, estes militares “furtam-se, assim, aos encargos da vida no quartel, passando vida folgada e milagrosa”.²³² O jornal afirma que a maioria dos militares desviados compõe um grupo que apoiou a legalidade, e não se revoltou contra o governo de Artur Bernardes. Em tom irônico, o periódico lembra que os que não se revoltaram contra Bernardes, o fizeram por considerar que os militares não deveriam se envolver em questões políticas, exatamente o que acontecia com as nomeações e desviados de função. Esse caso pode reforçar a alegação de que Risoletto tenha se casado com a filha do governador, pois conseguiu vantagens do governo. Independente disto, cabe reforçar que, apesar da ligação de Mattos com Risoletto, ele ficou de fora de suas dedicatórias. Tal questão ganha maior interesse quando se observa que, no depoimento de Sant’Anna, o colega de turma é lembrado como alguém que dividiu despesas com Mattos durante o tempo que passaram em Florianópolis, o que indica uma maior convivência entre os dois.

Durante o serviço no 14º BC, em 28 de março, Mattos foi nomeado diretor da Escola Regimental. E logo foi promovido, em 23 de maio de 1921, ao posto de 2º Tenente.²³³ O Coronel Antônio José de Lima Câmara, ao deixar o comando da guarnição, fez elogio e agradecimento especial a João Baptista de Mattos sobre o trabalho que vinha desempenhando. Sua contribuição foi ressaltada por meio da sua colaboração com a manutenção da disciplina da unidade. Ressaltou sua versatilidade em conciliar as funções de diretor da Escola Regimental com as de Secretário.²³⁴

Em sete de outubro de 1922, João Baptista de Mattos foi desligado de suas funções neste Batalhão, por ter sido classificado para o serviço no 5º Batalhão de Caçadores. Como de praxe, ao desligar-se, o comandante fez um elogio em reconhecimento aos serviços prestados. Em 5 de novembro de 1922, Mattos entrou em transferência para o 5ª Batalhão de Caçadores. O período de um ano e nove meses de

²³¹ Marília Ferro de Azevedo. República. Florianópolis, 19 de novembro de 1924. 4p.

²³² São inúmeros os oficiais do Exército, fora da tropa em comissões políticas. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1928. 1p.

²³³ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. 1º Registro de Infantaria. De Maio de 1918 a Novembro de 1923.

²³⁴ *Idem*.

serviço militar em Florianópolis marcou o que foi chamado pelo comandante da unidade como de “estreia” da carreira de oficial.

“Com orientação segura dos seus deveres, firmou entre todos os que com elle conviveram, a convicção de que é um dos bellos ornamentos da nossa classe. Lamentando a sua ausência faz votos para que na nova unidade encontre um ambiente onde sua bôas qualidades possam medrar como no quatorze Batalhão de Caçadores onde estreou sua carreira como official.”²³⁵

3.2.2 “À Fôrça Expedicionária no Bronze”

“À Fôrça Expedicionária no Bronze.

Ao Exmo. Sr. Marechal João Baptista Mascarenha de Moraes, cujas virtudes militares e de cidadão podem servir de exemplo e a quem coube o honroso comando da Fôrça Expedicionária Brasileira e aos que perderam sua vida no mar, em terra e no ar, respeitosa homenagem do autor.

*Agosto de 1960”.*²³⁶

O décimo livro publicado por João Baptista de Mattos, sob o título de “*Os monumentos Nacionais - Força Expedicionária no Bronze*”, foi destinado ao estudo dos monumentos construídos em memória dos militares que lutaram e perderam suas vidas na Segunda Guerra Mundial e ao Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes. O título do livro, possivelmente, foi uma forma de referenciar a solidez em que os monumentos são erguidos (representados pelo bronze) e como a Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi retratada por meio deles. O livro teve como autor do prefácio Olímpio Falconieri da Cunha, General do Exército que integrou direção da Inspetoria geral do 1º Escalão de Guerra (Apêndice 1:10). A FEB se constituiu em um grupo militar enviado para lutar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, em agosto de 1943, comandado por João Baptista Mascarenhas de Moraes, também lembrado nesta dedicatória.

Mascarenhas ingressou na Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (RS) entre 1899 e 1902. Assumiu o comando da FEB logo em 1943, quando de sua criação. Seguiu para o *front* de guerra na Itália em 1944, junto com os primeiros contingentes enviados. Regressou para o Brasil apenas após o fim do conflito. Foi para a reserva em

²³⁵ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. 1º Registro de Infantaria. De Maio de 1918 a Novembro de 1923.

²³⁶ MATTOS, João Baptista de. “Os Monumentos Nacionais - Força Expedicionária no Bronze”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1960.

1946, voltando à ativa em 1951. Se tornou chefe de Estado Maior em 1953, período em que ofereceu suporte ao presidente Getúlio Vargas em meio à crise política que se desenrolava no Brasil.²³⁷

O livro “*Força expedicionária no Bronze*”, entendido como um número extra, não foi pensado inicialmente no planejamento da coleção sobre os monumentos nacionais. Diferente dos outros estudos, que eram destinados a estudar os monumentos de determinados territórios brasileiros, este se debruçou sobre um tipo de monumento, abrangendo o Brasil como um todo. Também foi apresentado pelo General João Baptista de Mattos, então secretário do Ministério da Guerra, com um texto diferente dos demais livros. O volume, segundo o autor, surgiu a partir do trabalho de levantamento dos monumentos nacionais, que resultou na percepção do elevado número de monumentos destinado à FEB. Este livro, de acordo com a apresentação, busca acrescentar a bibliografia já existente “o comentário que demonstra a repercussão que tal Expedição teve em todo país e que sobreviverá pelo futuro em fora, graças ao bronze que a eterniza”.²³⁸ Outro fator que reforça esta ideia está na própria dedicatória, que diferente de todas as outras, não foi destinada a alguém que tenha feito parte ou contribuído em sua trajetória, ou seja, não faz referência a qualquer período de sua vida em específico. Este livro parece mesmo um intervalo da sequência idealizada, tanto que se a última dedicatória foi destinada ao primeiro batalhão que Mattos serviu, a próxima será dedicada ao segundo batalhão, fazendo alusão ao início da sua carreira enquanto militar.

Apesar de tudo isso, é claro que esta dedicatória, e o livro como um todo, tenham tido diversos significados para o General Mattos, motivos que o levaram a se dedicar ao tema. Mattos não compôs a FEB, não lutou no *front* de guerra europeu e tampouco foi escalado para qualquer reunião de preparação para a Guerra ou de acordos posteriores. Mas, por meio desta lembrança é possível discutir um pouco sobre um período mais próximo à publicação do livro, perpassando sua vivência, enquanto Tenente-Coronel negro, no processo de beligerância que o Brasil se envolveu.

²³⁷ A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete: João Baptista Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mascarenhas_morais

²³⁸ *Idem.*

Apesar de não participar da Guerra de forma direta, em 12 de novembro de 1946, Mattos foi condecorado com uma Medalha de Guerra, que reconheceu a sua contribuição “por ter cooperado no esforço de guerra do Brasil”.²³⁹ Fato que evidencia o seu envolvimento neste processo, só que em terras brasileiras. Porém, segundo a guardiã da memória de Mattos, o sonho de todo militar, inclusive do seu pai, era uma missão no exterior. De acordo com a narrativa, Mattos não foi designado porque foi discriminado pela cor de sua pele, em um contexto que remonta aos preparativos para a guerra.

“O meu pai estava na Escola de Estado Maior junto com Alencar Lima, isso era importante. Era um oficial de engenharia, que construiu aquele prédio da Praia Vermelha, construiu o prédio da Escola de Estado Maior e Joaquim Vicente Rondon, era o outro Coronel. Os três estavam na Escola de Estado Maior no Exército, o Brasil estava se preparando para ir à guerra. O Brasil se preparando para ir à guerra e tinha que mandar os oficiais para ir para os Estados Unidos, tinha os preparativos. E foram todos, foi o Castelo, foi o outro, foi o outro e os três não foram porque o Dutra não deixou. Que os três não eram brancos. Aí meu pai viu que tinha que sair de lá, não podia ficar. Ele foi ser chefe de Estado Maior do D.I.”²⁴⁰

Com o início da Segunda Guerra Mundial, à princípio, as autoridades militares brasileiras, sob o comando do presidente Getúlio Vargas, optaram por manter a neutralidade. No final dos anos 1930, o governo negociou aquisições de materiais bélicos com ambos blocos políticos-militares, tanto com os Estados Unidos e Grã Bretanha, quanto com a Alemanha. Negociações militares que, de acordo com Gerson Moura, estavam intimamente ligadas com as questões políticas. Apesar das dificuldades internas, o Brasil conseguiu manter esta posição por 30 meses, de acordo com o historiador, desequilibrando-se com a entrada dos Estados Unidos no conflito. Segundo o pesquisador, mesmo a neutralidade adotada inicialmente pelos Estados Unidos no hemisfério, tinha tendências claramente anti-Eixo. Até que em janeiro de 1941 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e Itália e, em agosto de 1942, declarou guerra a estes países.

De acordo com Dennison de Oliveira, Estados Unidos e Brasil firmaram um acordo em 23 de maio de 1942, quando criaram duas comissões conjuntas: Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos (CCDBRU), em Washington, e a Comissão

²³⁹ ACERVO FAMILIAR. Diploma da Medalha de guerra. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1946.

²⁴⁰ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Rio de Janeiro, janeiro de 2013.

Militar Conjunta Brasil Estados Unidos (CMMBEU), no Rio de Janeiro (Oliveira; 2015: 1). Estas se constituíram enquanto entidades formadas por militares, que tinham como tarefa traçar os planos de defesa do Nordeste e elevar os padrões das forças brasileiras (Moura; 1993:186). No Brasil, o titular da comissão foi o General Estevão Leitão de Carvalho. Em 30 de dezembro daquele ano afirmou-se uma comissão mista entre Brasil e Estados Unidos, tomando posse o General de Divisão Cristóvão de Castro Barcelos, Contra-Almirante Guilherme Reieken e o Coronel Aviador Carlos Pfaltzgraff Brasil, representando, respectivamente, o Exército, Marinha e a recém-criada Aeronáutica.

Uma das principais funções destas comissões estava em acertar concessões do *Lend & Lease* [Lei de Empréstimo e Arrendamento].²⁴¹ Uma relação que se mostrava assimétrica, pois, o Brasil continuaria dependente de abastecimento de munições e peças de reposições. Por outro lado, o Brasil teria que fornecer informações, além dos Estados Unidos se reservarem o direito de suspender qualquer benefício, caso o presidente julgasse conveniente (Moura; 2012: 70). Segundo Oliveira, o ministro Dutra tentou tirar o maior proveito possível do programa. Além disto, “coube à comissão no Rio de Janeiro organizar a disseminação das doutrinas estadunidenses no Exército Brasileiro através da seleção e envio de militares do Exército Brasileiro para estudarem em academias e centros de treinamento nos EUA” (Oliveira; 2015:4). Não se tem registro da participação de Mattos nesse cenário que corresponde às reuniões de preparação para a guerra, das quais segundo Sant’Anna, teria sido impedido de fazer parte pela cor da pele.

De acordo com as análises de Gerson Moura, a política externa do Brasil, entre 1939 e 1942, expõe os limites de um país dependente de capitais e concessões externas. Que por um lado se absteve da declaração de guerra, principalmente, por causa do fornecimento de armas por parte da Alemanha. O autor afirma que a manutenção de uma posição de neutralidade em guerras de escalas globais é quase impossível. Para Moura, o ano de 1942 foi um ano de acentuação na política externa brasileira, que deixou as declarações de solidariedade para uma firme aliança com os Estados Unidos.

“Primeiro, a neutralidade dos EUA, que definiram para si próprios e para todo o continente a disposição de ficar de fora da guerra europeia. Segundo, a convicção das lideranças militares brasileiras de que o país não se encontrava

²⁴¹ Foi um programa de empréstimos concedidos pelos Estados Unidos a países aliados, que visava, principalmente, o abastecimento bélico do Brasil.

preparado para enfrentar as consequências de uma guerra moderna. Terceiro, a divisão política entre o Estado e a sociedade em relação à melhor aliança externa para o país.” (Moura; 1993:187)

Ao longo das primeiras décadas do século XX, a Alemanha se apresentou como uma importante fornecedora econômica do Brasil, que se fez presente no território latino americano nas áreas políticas, sociais e culturais, tanto que inquietou as autoridades norte americanas (Moura; 2012:39). Por isto, os Estados Unidos começaram a implementar iniciativas para diminuir as influências alemãs em territórios da América Latina. Formaram-se comissões para o desenvolvimento das vinte e uma repúblicas americanas, com estímulo ao comércio entre os países e importação para os Estados Unidos e à criação e aprimoramento das indústrias de consumo primário. Esta última, medida visando à libertação dos países americanos dos seus fornecedores europeus e asiáticos.

Porém, Moura aponta que esta política estadunidense deve ser vista em conjunto com as necessidades de novas fontes de abastecimento de produtos primários que, de qualquer forma, visava o fortalecimento das relações americanas (Moura; 2012: 42). Muitas reuniões foram feitas em meado de 1930 como forma de construir uma unidade continental. Em conferência realizada em Buenos Aires, em dezembro de 1936, estabeleceu-se que a ameaça à segurança de qualquer uma das nações americanas, seria tomada como ameaça a todas em geral. A confluência de diversas reuniões pré-guerras, de fato, convergem com o período em que João Baptista de Mattos estava na Escola de Estado Maior, entre final de 1935 e meados de 1938. E depois, até abril de 1939 na Escola de Estado Maior de Porto Alegre, quando foi posteriormente para a Diretoria de Infantaria,²⁴² fatos que corroboram com a narrativa de Sant’Anna.

Com o aumento da colaboração entre Brasil e Estados Unidos, as atenções e hostilidades do Eixo se voltaram contra alvos brasileiros. De 5 a 17 de agosto de 1942, 5 navios mercantes foram afundados por submarinos alemães, o que fez com que a opinião pública se voltasse contra os países do Eixo e o Brasil declarasse guerra alguns dias depois, mais precisamente no dia 22. Em resposta aos ataques, pelo menos 1 submarino alemão foi afundado e outro danificado. Apesar da declaração de guerra, as autoridades brasileiras admitiram que o Brasil e suas forças armadas não estavam

²⁴² Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. 1º Registro de Infantaria. 2º semestre de 1949.

preparadas para uma guerra, conforme coloca Moura (2012: 121). Para uma participação mais efetiva foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que “era o núcleo de um projeto desenhado para fortalecer as forças armadas brasileiras e dar ao Brasil uma nova posição de proeminência na América Latina e de grande importância no mundo como ‘aliado especial’ dos Estados Unidos” (Moura; 2012: 122).

Sant’Anna, para falar sobre o racismo sofrido por seu pai neste período, afirmou que era uma “onda” vinda da Europa, que não se limitava aos nazistas, tendo como bastião entre os aliados, autores ingleses como Houston Stuart Chamberlain, que acreditava numa superioridade dos brancos em relação às pessoas que tinham a pele mais escura. No Brasil, segundo a entrevistada, Dutra teria adotado tal pensamento. Por isso, a guardiã da memória de Mattos ressaltou uma postura discriminadora do então ministro Dutra que, segundo ela, passou a eliminar os negros da Escola Militar.

É interessante notar que essa percepção encontra respaldo na pesquisa de Fernando Rodrigues, em sua tese de doutorado. O historiador comprovou, por meio de diversos documentos, a adoção de uma postura discriminatória por parte de Dutra, na qual identificou um padrão, entre 1937 e 1945, que excluiu candidatos à EMR por sua cor, observadas por meio de fotos. Segundo o autor:

“O General Dutra declara na nota que o recrutamento dos futuros oficiais deveria ser feito em meio homogêneo, fundamentalmente brasileiro, a fim de que diversidades de raças, de mentalidades, de pigmento, ou quaisquer outras características não peculiares à maioria de nossa gente, jamais pudessem transmutar o quadro de nossos oficiais num amontoado amorfo de indivíduos sem uma sólida identidade de princípios morais, sociais, domésticos e religiosos que os solidarizassem numa fraternal comunidade de ideias e sentimentos.” (Rodrigues; 2008: 174)

César Maximiano e Dennison Oliveira, no artigo conjunto “*Raça e Forças Armadas: o caso da campanha da Itália (1944-45)*”, em um estudo comparativo, apresentam as tropas Norte Americanas combatentes da Segunda Guerra Mundial como racialmente segmentadas. Pois, brancos e negros não lutavam juntos devido ao racismo que imperava nos Estados Unidos. Apresentam casos onde soldados negros não podiam frequentar as mesmas áreas de lazer, o que acabava gerando conflitos entre eles. Porém, a tropa brasileira era a única dos aliados racialmente integrada, mas, com poucos negros no oficialato. Segundo os autores, nem mesmo os sargentos contavam com um número

expressivo de negros, estando em maior quantidade em postos subalternos (Maximiano, C. C., Oliveira, D.; 2001: 174). Na verdade, os historiadores revelam a existência de racismo mesmo na fase de preparação e organização da FEB, nas reuniões e desfiles preparatórios, o que sugere ratificar a exposição sobre o racismo feita por Sant'Anna. Para reforçar esta perspectiva, os autores recorrem a um depoimento em que mostra uma organização racial da FEB.

“Em 1943, quando o nosso Regimento foi designado para fazer uma demonstração física em São Paulo e se tratou da Seleção e organização das turmas componentes, veio uma ordem surpreendente, partida de um General: ‘tirem fora os negros!’ A ordem não foi cumprida, mas houve uma posterior, recomendando colocá-los no meio das turmas, evitando a testa e as pontas. Igual espetáculo ocorreu no Rio, em março de 1944, quando se preparava um desfile da infantaria expedicionária. Nas vésperas de sua realização, lá veio do mesmo Comandante, já nosso conhecido, a ordem: ‘Excluam os negros!’ O problema era que, excluídos os negros – e por aproximação, também os cafuzos, os mulatos, os, morenos, etc. – pouco restaria da nossa infantaria. A ordem, mais uma vez, foi desconhecida.” (Maximiano, C. C.; Oliveira, D.; 2001: 158 Apud Arruda)

De acordo com a análise do artigo, a FEB também é um reflexo das relações sociais que ocorriam no Brasil naquele período. As tropas americanas também resultavam do racismo mais agressivo e claro existente no seu país, visto que possuía um conjunto de leis popularmente conhecido como *Jim Crow*, que separava negros e brancos em escolas, banheiros, hospitais e etc. No Brasil, principalmente se pensado em comparação com aquela realidade, mais uma vez, e também aí, ganha contornos de uma sociedade e de Forças Armadas com mais equidade entre as pessoas, independente da cor da cor da pele. Pela proximidade com as tropas americanas, os próprios soldados pareciam reconhecer que na FEB não existia racismo e sim nas companhias americanas, perfazendo o mito da democracia racial, conforme expõem os autores. Porém, ao analisar os depoimentos, os autores constataram a discriminação dos negros na organização das tropas tanto em seus lugares no Exército, quanto em desfiles, onde deveriam estar escondidos.

Por isso, é possível conjecturar o motivo pelo qual Mattos não foi designado para nenhuma missão no exterior. Sua posição no Exército, naquele período, o colocaria em evidência e até mesmo em função de comando. De acordo com a perspectiva de

Oliveira e Maximiano, a intenção era esconder os negros, tanto em desfiles quanto em patentes baixas. Ao falar de racismo, a entrevistada reafirma enfaticamente, “por isso o meu pai não foi mandado para os Estados Unidos. Mas não foi só ele, o Alencar Lima e o Joaquim Vicente Rondon, eram os três, estavam barrados”.²⁴³

“O General Anor Teixeira dos Santos, quando acabou a guerra que o Brasil tinha que mandar um grupo para a Alemanha, saltou aqui no Rio de Janeiro, foi recebido pelo Dutra e disse: ‘Eu quero levar o Mattos comigo!’ E aí o Dutra teria dito, porque o Dutra tinha dificuldade de falar, ele não abria muito a boca, ele teria dito: ‘Mas essa, mas essa!’ E tinha o Magessi, e disse: ‘Leva um branco, leva um branco, não leva um negro não!’ E meu pai não foi. Todo militar sonha com a guerra, uma missão no estrangeiro”.²⁴⁴

Como visto acima, os depoimentos de Sant’Anna nos remetem também ao pós-guerra, quando da instalação da Missão Militar Brasileira (MMB) em Berlim, na Alemanha, entre 1946 e dezembro de 1949. Esta Missão esteve alocada no Conselho de Controle Aliado, formado pelos vencedores do conflito, dos países que receberam lugar de representação. Dentre os países da América Latina, apenas o Brasil teve representação. O Conselho, no período pós-guerra, dividiu e passou a administrar a Alemanha ocupada. Anor Teixeira dos Santos, citado na narrativa sobre a trajetória do Marechal Mattos, foi o chefe da MMB. As principais funções da Missão eram o estudo da situação e possibilidade de repatriação dos cidadãos brasileiros, o levantamento das possibilidades de envio de técnicos para as indústrias brasileiras e imigrantes, a obtenção de utensílios e equipamentos para as fábricas brasileiras e o envio de informações a respeito da Europa Central (Frotscher; 2013: 82).

A delegação seguiu de navio, partindo de Santos, com o chefe Anor Teixeira dos Santos. Compondo a delegação estava o Ministro Trajano Medeiros do Paço e os Tenentes-Coronéis Aurélio Lira Tavares e Augusto da Cunha Magessi Pereira, Majores Luis Carneiro de Castro e Silva e Rubens Monteiro de Castro, Capitão Egas Monis de Aragão Filho, dr. Dorival Macedo Cardoso e Capitão Helio Gomes Fernandes.²⁴⁵ Como é possível perceber, dentre o corpo da Missão, está aquele que Sant’Anna afirmou ter sido indicado por Dutra para substituir a indicação de Mattos. Há de se concluir que

²⁴³ Entrevista com D. Umbelina Sant’Anna. Rio de Janeiro, janeiro de 2013.

²⁴⁴ *Idem*.

²⁴⁵ Vai seguir a delegação do Brasil no Conselho de Controle Aliado, na Alemanha. Diário de Notícias. 6 de janeiro de 1946. 7p.

como os soldados da FEB, que deveriam ficar escondidos em meio ao pelotão, evitando a testa e as laterais, Mattos não pôde realizar nenhuma missão no exterior, por ser negro. Pois, um Tenente-Coronel negro transmitiria uma imagem na qual Dutra e, possivelmente, outras autoridades pretendiam evitar.

Assim, ao longo dessa seção foi possível perceber que o envolvimento de Mattos com a Segunda Guerra Mundial foi feito em terras nacionais. Mattos teria sido impedido de compor qualquer missão no exterior, por causa da cor da pele que carregava. Talvez, por esta razão, como militar preterido, o General Mattos dedicou o livro sobre os monumentos da FEB aos militares que perderam suas vidas em combate e, principalmente, ao comandante, João Baptista Mascarenhas de Moraes.

3.2.3 “Ao 5º Batalhão de Caçadores”

“Ao 5º Batalhão de Caçadores, de Lorena, segunda unidade onde servi por dois meses como 2º Tenente graduado e primeiro Tenente em 1922.

Homenagem de saudades e agradecimentos aos chefes companheiros e auxiliares pelos ensinamentos profissionais que me proporcionaram.

*Devo destacar a pessoa do Coronel João Jayme Pessoa da Silveira, cujas palavras, sobre os acontecimentos ocorridos naquele ano em Pernambuco, levaram-no a responder a processo no fôro civil de Recife, por ações cometidas por tropas do Exército, sendo ele o comandante da Região, constituíram advertências para observações e estudos”.*²⁴⁶

Em 1961 João Baptista de Mattos publicou o livro sobre o levantamento dos monumentos do Estado do Acre, sendo o último livro da sua coleção do qual esta pesquisa teve notícias até o momento de sua conclusão.²⁴⁷ O livro foi dedicado ao 5º Batalhão de Caçadores de Lorena, aos chefes companheiros e auxiliares que ombreou no segundo batalhão que serviu. A dedicatória deste livro parece ser continuidade e se liga cronologicamente a antipenúltima dedicatória do livro da coleção publicada por Mattos, oferecida ao primeiro batalhão que serviu.

Em 23 de novembro de 1922, o 2º Tenente João Baptista de Mattos se apresentou ao 5º Batalhão de Caçadores, em Lorena, onde serviu entre setembro e

²⁴⁶ MATTOS, João Baptista de. “Os Monumentos Nacionais - Território do Acre”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.

²⁴⁷ Como Mattos faleceu em 1969, é possível que esboçado ou até escrito mais livros. De qualquer forma, foi exposta pelo General Job Sant’Anna a intenção de Mattos em publicar mais livros, alguns dos quais permaneceram inéditos. Porém, é importante ressaltar que o conjunto de livros aqui citados foram suficientemente capazes de responder às questões levantadas pelo projeto de pesquisa que originou este trabalho.

novembro do mesmo ano.²⁴⁸ É interessante notar que, apesar de ter servido neste Batalhão em um curto período de tempo, dois meses, este foi igualmente lembrado e homenageado no conjunto das dedicatórias, publicada quando Mattos contava 43 anos de serviço militar. Isto é prova de que as dedicatórias perfazem a sua trajetória, pensadas em uma direção, uma carreira, com a intenção de homenagear todas as pessoas e instituições que fizeram parte dela. É possível supor que se, caso sua intenção fosse homenagear lugares e pessoas que tiveram maior relevância em sua vida e trajetória, este Batalhão poderia ficar de fora, devido ao curto tempo que serviu lá. Mas ganha valor equivalente aos outros lugares em se tratando de sua carreira, independente do tempo de serviço. Apesar da organização e racionalização feita por Mattos, é evidente o quanto uma trajetória é marcada por incertezas e dúvidas, não se constituindo em um caminho com sentido único, como salienta Bourdieu.

O livro também foi dedicado ao Coronel João Jayme Pessoa da Silveira, citando um ocorrido do qual ele respondeu a um processo civil, segundo Mattos, por causa das ações de tropas que estavam sob o seu comando. Apesar de não tomar claro partido da situação que levanta, Mattos isenta o Coronel de culpa, de forma sutil, afirmando que a sua inserção no inquérito foi causada pelas atitudes das tropas. A situação que Mattos referenciou ocorreu poucos meses antes do período em que serviu no Batalhão, presenciando o desenrolar dos inquéritos investigativos.

Em 27 de maio daquele ano, houve um pleito eleitoral em Pernambuco, que elegeu José Henrique Carneiro da Cunha, candidato democrata, que derrotou o favorito sucessor do governador do Estado, Lima Castro. Durante o pleito, diversos comboios do Exército estiveram presentes na cidade, principalmente perto dos Colégios Eleitorais, conforme conta o “*Jornal de Recife*”. Segundo a publicação, esta ação se deu como forma de amedrontar a população que saía para votar.²⁴⁹ Após a derrota do sucessor do governador, a situação exposta pelo jornal é de um cenário de calamidade, onde a circulação dos jornais foi suspensa, o comércio fechado, famílias debandaram, ataques, tiroteios, incêndios e mortes tomaram conta da situação. O texto expõe o medo da população quando o Exército estava nas ruas. Tudo isso, segundo o periódico, se deu devido ao desespero da derrota nas eleições.²⁵⁰

²⁴⁸ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. 1º Registro de Infantaria. De Maio de 1918 a Novembro de 1923.

²⁴⁹ Pela Política. Jornal de Recife. Pernambuco, 28 de maio de 1922. 1p.

²⁵⁰ Dias Rubros. Jornal de Recife. Pernambuco, 1 de junho de 1922. 1p.

O “*Jornal de Recife*” endereçou o ocorrido à defesa, por parte do Exército, de interesses comerciais de um irmão e dois sobrinhos de Epiácio Pessoa, que defendiam a candidatura de Castro. De acordo com a notícia, brasileiros e estrangeiros testemunharam “cheios de terror, em pleno regime constitucional, soldados do nosso glorioso Exército cercarem o Recife e de mistura com capangas, cuidadosamente aliciados, e soldados de polícia da Parahyba, Estado natal do Sr. Presidente.”²⁵¹ Segundo o jornal, houve uma caçada humana contra trabalhadores e habitantes das cidades, que se posicionaram de forma revoltosa contra a intervenção militar, a qual teria sido ordenada por Epiácio Pessoa, com o auxílio do Coronel Jayme Pessoa da Silveira.

O jornal “*O Paiz*” publicou um relatório do Coronel Américo de Abreu e Lima, Tenente-Coronel responsável pelo inquérito militar, sobre os acontecimentos do estado. Segundo o texto, na noite de 28 e 29 de maio de 1922, a cidade foi atacada pelo que chamou de desordeiros e cangaceiros, com bombas e armas de fogo contra Praças, patrulha e quartéis do Exército. Segundo o Coronel, estas agressões “gratuitas e traiçoeiras” de civis armados resultaram em um contra-ataque que, visto como uma reação instintiva, ocasionou ferimentos e a morte de um civil. O argumento de seu discurso foi construído com a preocupação de “pulverizar, por completo, todos os boatos caluniosos de covardes e frios assassinatos, por Praças do exército”.²⁵² Apesar do parecer favorável aos militares, João Jayme Pessoa da Silveira, Américo de Abreu Lima, Major Júlio Gonçalves de Azevedo, Tenente Leonidas de Lima Botelho foram denunciados pela promotoria pública do Recife na vara civil criminal.²⁵³

O senador do estado de Pernambuco Roa e Silva, em plenária, fez fortes acusações ao presidente Epiácio Pessoa e as forças do Exército que, segundo o jornal, foram acusadas por ele pelo caos que se instalava em seu estado natal e pela aterrorização de Recife. Motivo pelo qual foi indiciado por homicídio e preso enquanto aguardava julgamento.²⁵⁴ Apesar de todo o ocorrido, o Coronel João Jayme continuou servindo ao Exército, apesar da repercussão do caso.

A lembrança deste ocorrido na dedicatória aparece como um caso incomum para o conjunto que esta pesquisa vem analisando. Em primeiro lugar, não há indícios da participação direta de Mattos no ocorrido, ao contrário, seu serviço no 5º BC se deu

²⁵¹ *Idem.*

²⁵² Em torno da sucessão pernambucana. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1922. 2p.

²⁵³ Militares denunciados a justiça civil. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1923. 3 p.

²⁵⁴ Tribunais e juízos. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1923. 11p.

posteriormente. Um dos motivos para a citação do caso, pode estar no fato de Mattos ter servido no Batalhão no período em que o processo se desenrolava, o que possivelmente fez com que estivesse em contato com as questões que o envolviam. Além disto, Mattos pode ter desenvolvido laços de amizade mais estreitos com João Jayme, durante ou até mesmo depois do período que esteve sob o seu comando, já que a dedicatória foi escrita quase quarenta anos depois.

No período em que Mattos serviu no Batalhão 5º BC, Mattos exerceu as funções de subcomandante e comandante da companhia, além de examinador de candidatos reservistas. Em 9 de novembro de 1922, Mattos foi promovido ao posto de 1º Tenente do Exército, quando foi desligado do efetivo deste Batalhão.²⁵⁵ Esta foi uma rápida passagem, principalmente se for levado em consideração o tempo de serviço que Mattos contava quando publicou esta dedicatória, mas que, apesar disto, recebeu devido espaço no conjunto das dedicatórias.

²⁵⁵ Arquivo Histórico do Exército. Caderneta de assentamentos. Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A. 1º Registro de Infantaria. De Maio de 1918 a Novembro de 1923. Período de 29 de setembro de 1922 a 23 de novembro de 1922.

Considerações finais

É curioso notar como um menino que nasceu retinto, vinculado à realidade do cativo, em uma família com poucos recursos, ao final de sua vida pôde ocupar altos postos no Exército, na política, com inserção em círculos letrados. Talvez, por tudo isso tenha sido considerado merecedor, em tom pretensamente elogioso, de “uma alma branca”. Fica claro que a “alma branca” imputada a Mattos é uma forma de reconhecimento, mesmo que racista, das suas qualidades e conquistas pessoais, que destoam do imaginado para os homens de cor no pós-abolição.

Trata-se de uma declaração que por um lado reconhece o passado negro e escravo, carregado na cor de sua pele, mas que, por outro, foi a saída encontrada para justificar as qualidades e sua mobilidade social. Foi por isso que o General Fialho também considerou destoante a composição social do cerimonial fúnebre de Mattos que, segundo ele, foi enterrado ladeado de muitas autoridades nacionais e também de “irmãos de cor”.²⁵⁶ Apesar do racismo explícito, a expressão do General Adalardo Fialho auxilia na percepção de que, para alguns contemporâneos, Mattos se tornou um homem socialmente reconhecido por suas qualidades e posição social, que sobrepueram sua cor, apesar de não extinguir o preconceito que carregava. Na expressão, a cor da pele marcou sua origem e a alma branca o resultado de sua mobilidade social.

A trajetória do Marechal João Baptista de Mattos se torna muito significativa para o estudo do pós-abolição e da agência do negro neste período. Por meio deste estudo foi possível observar parte de sua rede de sociabilidade, algumas das estratégias de mobilidade social e consequente superação da condição subalterna, nas primeiras décadas de 1900. A pesquisa abrangeu o seu nascimento, a história de sua mãe e a herança do cativo, até o seu ingresso no Exército e o serviço nos primeiros batalhões. Discutiram-se fatores que contribuíram para que um menino negro, com mãe nascida na senzala, beneficiada pela Lei do Ventre-Livre, conseguisse espaço nos estabelecimentos de ensino de destaque na cidade Rio de Janeiro, vindo a se tornar oficial do Exército Brasileiro.

²⁵⁶ ACERVO Familiar. "Marechal João Baptista de Mattos: Um preto de alma branca". Periódico "*Letras e Armas*", texto com autoria de Adalardo Fialho.

Não é possível desconsiderar que as redes de sociabilidade apresentem também, por outro lado, malefícios individuais e coletivos. Como, por exemplo, controle, exclusões e imposições de normas e regras comportamentais que restrinjam o indivíduo a algumas escolhas pré-definidas pelo grupo. Porém, nesse estudo foi buscado pensar sobre a ascensão social de Mattos, o que é em si identificado como uma consequência positiva do capital social. Não excluindo o outro viés de análise, mas sim fazendo escolhas concisas para responder aos objetivos da pesquisa, o capital social e suas consequências positivas foram privilegiados.

A construção de parte de sua rede de sociabilidade, que se converteu em um círculo de proteção, pôde ser discutida tomando como ponto de partida as dedicatórias da coleção de livros “*Os Monumentos Nacionais*”, que Mattos publicou entre o final da década de 1940 até 1961. Em cada dedicatória Mattos procurou, mais do que homenagear pessoas que contribuíram e auxiliaram em sua trajetória pessoal, fixar um sentido na elaboração das mesmas. Assim, as dedicatórias perfazem o “caminho” idealizado por Mattos, que parte de sua infância até o início de sua carreira como oficial. Cada dedicatória vem acompanhada de uma lembrança do período a que Mattos se remete, quando descreve as contribuições e auxílios que cada pessoa, grupo e/ou instituição teria lhe prestado na sua mobilidade social. Por meio dessas dedicatórias, Mattos procurou recuperar partes das lembranças que ajudariam a compor a imagem que procurou valorizar de si mesmo, no presente de onde escreveu: um bem sucedido militar, bacharel em Direito, que chegou a ser secretário do Ministério da Guerra e participante de diversos grupos de pesquisas históricas e geográficas espalhados pelo Brasil.

Tal imagem também foi valorizada por Umbelina Sant’Anna: ao contar a trajetória de vida de seu pai durante a entrevista, ela construiu um caminho retilíneo até sua promoção a Marechal. As semelhanças permitem perceber na narrativa de Sant’Anna o desdobramento da imagem que Mattos construiu de si, registrada nas dedicatórias. Esta imagem serviu como base para o projeto de memória que sua filha procurou defender ao construir monumentos, eventos e espalhar documentos em museus e arquivos públicos e privados. Enquanto guardiã da memória de seu pai, Umbelina Sant’Anna recebeu e organizou diversos artefatos de memória, que tratam de testemunhar a trajetória de seu pai, produzindo um significativo acervo.

Se havia esse desejo é justamente porque as lembranças e recordações de Mattos estavam ameaçadas pelo tempo e pelo esquecimento. “Inicialmente, é preciso ter vontade de memória”, escreveu Pierre Nora (1993:22) ao explicar que, se o que está sendo defendido não estivesse ameaçado não haveria necessidade de construção. Portanto, se por um lado é possível identificar esforços de valorização e produção da memória do Marechal, por outro, automaticamente, se torna possível perceber a ameaça do esquecimento que motivou todo o esforço da filha Umbelina e de sua família.

Se, por um lado, Umbelina Sant’Anna enaltece e valoriza a memória do Marechal Mattos, por outro, reflete a si própria, suas convicções e suas experiências pessoais. “E os motivos de memória viram-se sobre si mesmos, duplicam-se em espelhos deformantes que são sua verdade. Nenhum lugar de memória escapa aos seus arabescos fundadores”, conforme Nora (1993:23). Toda a narrativa e ações que colocam Mattos enquanto um exemplo, reflete, não só o modo como Umbelina Sant’Anna e seus familiares o viam, mas, acima de tudo, o modo como ela queria que fosse visto, além de constituir no que considera como um modelo de vida a ser seguido.

Na maior parte, a narrativa de Umbelina Sant’Anna contempla as principais pessoas e instituições registradas nas dedicatórias dos livros publicados pelo Marechal. No entanto, o início da narrativa é que destoa do conjunto das dedicatórias, pois começa a partir de sua bisavó, escrava da fazenda do Visconde de Taunay, como visto no primeiro capítulo. Esta não foi homenageada em nenhuma das dedicatórias que esta pesquisa teve acesso. Logo após, traça com muitos detalhes a vida da avó, valorizando sempre o seu papel no oferecimento de condições para o estudo de Mattos. Trata de suas professoras primárias, no primeiro colégio que seu pai estudou, e do Colégio Pedro II. Como nas dedicatórias, Umbelina fala sobre as pessoas que o ajudaram no Colégio e no ingresso à Escola Militar, e no período que esteve lá. Indo além do período apresentado nas dedicatórias, Umbelina Sant’Anna fala da vida militar e sobre Mattos enquanto pai, esposo e pessoa.

Cabe assim resumir e sintetizar a lógica de construção de sua própria trajetória operada por Mattos na escrita de si das dedicatórias, tão presente na narrativa da filha. O primeiro livro foi dedicado à mãe, Umbelina de Mattos, que ganhou lugar de destaque no conjunto das dedicatórias, por ser a primeira e única pessoa homenageada de forma exclusiva na coleção. Relevância também apresentada na narrativa de Sant’Anna, sua

primeira filha, que recebeu o nome como homenagem a sua avó. Segundo João Baptista, foi por meio dos ensinamentos de sua mãe que aprendeu a ter “fé nos amigos”, um indicativo que ajudou a perceber a centralidade imputada à atuação materna na constituição da rede de sociabilidade que, por sua vez, foi herdada por Mattos. Umbelina, nascida na senzala, firmou-se no mundo livre por meio de seu trabalho como babá, prestado à família Carqueja, que dispunham de melhores condições financeiras e sociais. Apesar de analfabeta, Umbelina tinha como expectativa a instrução e inserção do filho no mundo letrado, o qual pôde conhecer por meio do trabalho doméstico, na casa dos Carquejas. E foi com esse horizonte que Umbelina passou a elaborar meios de viabilização da instrução e consequente mobilidade social de seu filho, tendo como principal moeda de troca o seu esforço de trabalho.

A segunda dedicatória, respeitando uma ordem de merecimento e proximidade com Mattos, foi endereçada ao seu pai, esposa e filhos. Esta dedicatória, diferente da maioria, não veio acompanhada de nenhuma lembrança da vida de Mattos. Na homenagem a seu pai, diferente da homenagem à mãe, Mattos não fez menção a qualquer ensinamento, aprendizado ou experiência relacionada ao convívio com ele. Quintilhiano foi lembrado apenas pela relação de parentesco que tinha com Mattos, valorizado pelo papel de pai de família. Além disto, recebeu menor importância na narrativa de Sant’Anna que, inclusive, o apontou como pai adotivo. Somando-se a tudo isto, é possível perceber que Quintilhiano foi homenageado no conjunto de familiares, sem qualquer destaque. A mesma dedicatória foi oferecida a sua esposa, Olga, e a seus filhos: Nilton, Nilo, Nelson, Umbelina, Olga, Maria de Lourdes e Nilda Mattos, que passaram a fazer parte de sua vida a partir de 1923, quando Mattos já era Tenente e se casou com Olga.

A terceira dedicatória retoma o sentido de homenagens às pessoas que contribuíram para o progresso pessoal do Tenente-Coronel Baptista de Mattos, homenageando a família Carqueja: Maria Deolinda, Maria, Mário e Moacyr Carqueja. Uma família com posses e boas condições sociais, da qual os filhos estudaram em boas escolas. Apesar de não ter sido mencionado na dedicatória, foi para esta família que Umbelina trabalhava. O silêncio sobre a relação destas duas famílias reforça a ideia de que Mattos via estes laços além das relações de trabalho, como quase familiares. Segundo a sua dedicatória, foi no seio dessa família que Mattos encontrou guarida, solidariedade e apoio nos estudos. Amizades que foram, segundo ele, construídas por

sua mãe e conservadas por ele. Isto reforça a influência e a agência de Umbelina, apresentada por Mattos, na constituição desta rede de sociabilidade extrafamiliar, que se tornou um meio de acolhimento e de orientação no mundo letrado.

Umbelina de Mattos construiu em torno de si e de seu filho um ambiente de trabalho aonde as trocas iam além do serviço e da remuneração. Os bons serviços, obediência e empenho de Umbelina recebiam em troca a proteção de seus patrões, mecanismo comum de manutenção das relações de trabalho no pós-abolição. Trocas que puderam ser comprovadas na pesquisa, porque de um lado Umbelina, como uma babá referenciada, constituiu seu nome na sociedade por meio do seu trabalho. Isso é reforçado pelo anúncio de seu funeral, quando foi distinguida pelo ofício de babá. Em contrapartida, a proteção que recebeu pode ser verificada na própria dedicatória, que indica que Mattos recebeu inúmeros benefícios por esta família, que o orientou pelo caminho do mundo letrado. Rede de sociabilidade que foi recebida por Mattos como uma herança imaterial, que lhe serviu como capital social, que permitiu e facilitou acesso e permanência em ambientes frequentados principalmente pela elite. Este, como qualquer tipo de capital, foi cultivado e reelaborado por ele ao longo do tempo.

A publicação seguinte homenageou as professoras que Baptista Mattos teve contato no ensino primário, quando era aluno de uma escola municipal do Rio de Janeiro, em 1909. Nesta dedicatória, o autor citou lembranças dos ensinamentos que teve na escola e que seriam sempre reconhecidos por ele. Dedicatória que deixa claro o quanto estes pequenos textos se referem tanto ao passado, que é lembrado, quanto ao presente, que reconhece o aprendizado e auxílio recebido. No curso primário, Mattos teve três professoras que se ocupavam com trabalhos comprovados de assistência social a alunos das escolas que lecionavam, por meio de financiamento pessoal e da caixa escolar. Além disto, a rede de sociabilidade de Mattos levanta a hipótese da construção de outras ligações sociais com duas das professoras citadas. Consta que seu pai e o falecido marido de Maria Deolinda trabalhavam nos trens da Central do Brasil, assim como os irmãos de Alzira e Leonor Pires, suas professoras. É possível que o acesso à escola tenha sido facilitado por este envolvimento, visto que as vagas naquele período eram poucas e não alcançavam todas as crianças.

Em sequência organizada cronologicamente, que reforça a intencionalidade do autor, a publicação que se segue foi dedicada aos professores e diretores do Colégio

Pedro II, unidade onde continuou os estudos, logo depois da conclusão do curso primário. Dedicatória que expressa sua opinião sobre a quantia exigida aos alunos contribuintes, que considerou módica, fazendo referência a um Colégio que não fez distinção de alunos pela fortuna que, segundo ele, facultou a todos um excelente ensino. Colocação que desconsiderou a quantidade de pessoas que não poderiam pagar por esta quantia, além do alto índice de analfabetos, que ficariam reprovados no exame de seleção. Mattos estudou no Colégio Pedro II entre 1913 e 1917, período em que fez parte do Batalhão Escolar, que, segundo a sua filha, teria sido quando conheceu os benefícios de seguir a carreira militar. Seu professor no Batalhão Escolar foi o Coronel Amado Mena Barreto, homenageado na próxima dedicatória, que foi pensada por Mattos para distinguir as pessoas que lhe auxiliaram no ingresso à EMR. Organização que o teria colocado na transição entre uma instituição e outra, motivo que pode ter sido parâmetro para que o seu nome encabeçasse a lista dos próximos homenageados.

A dedicatória contida no sexto livro da coleção é uma prova contundente da dimensão da rede de sociabilidade construída por Umbelina de Mattos, sua mãe, dando ideia do seu valor enquanto capital social. Rede de proteção que se estendeu até o ingresso de João Baptista na Escola Militar do Realengo, em 1918, por meio de Elvira Andrade Bastos. Esta foi madrinha de Mattos e parente da família Carqueja, que estabeleceu contato entre ele e um grupo de militares capazes de oferecer suporte no processo de seleção. Grupo que, segundo a dedicatória, ofereceu estímulo, conselho e auxílio na época em que Baptista de Mattos era candidato ao ingresso na EMR. Por isso, além de Mena Barreto e Elvira, o livro também foi dedicado à Rosa Monte, Virgínia Monte Sayão, o General João Manuel de Araújo e o Coronel João Baptista da Conceição Monte. Suporte que havia sido prestado quando Mattos já possuía um objetivo traçado, já era candidato, e que, segundo a entrevista, tinha o apoio de sua mãe, Umbelina. Essa dedicatória oferece indícios significativos sobre a agência de Mattos e de sua mãe no recurso à rede de sociabilidade para o alcance dos seus objetivos pessoais.

O livro sobre os “*Monumentos Nacionais – Bahia*” foi dedicado aos professores da EMR. Na dedicatória, Mattos citou todos os instrutores e docentes que fizeram parte de sua formação, entre 1918 e 1921. Este grupo de professores homenageados marcou uma série de mudanças na formação dos oficiais do Exército, conhecidos como a “Missão Indígena”. Que, de acordo com os regulamentos de 1918 e 1919, passaram a

estabelecer uma formação mais voltada para o ensino prático e, em consequência disto, menos teórico, com maior rigor na disciplina. Mudanças e métodos que repercutiram diretamente na vida militar e pessoal de Mattos, que pôde testemunhar esta mudança. Além disto, nesta dedicatória, o General Mattos demarca sua formação militar e o seu ingresso no Exército.

O oitavo livro da coleção foi dedicado aos amigos que Mattos conquistou na EMR. Diferente de outras dedicatórias, esta não cita a totalidade de alunos da EMR, e nem da arma de infantaria da qual fez parte. A dedicatória em questão homenageia apenas oito ex-alunos, de um total de 97 da mesma arma, dos quais, segundo ele, procurou constituir laços mais duradouros de amizade. Deixa entrever a seleção e os silenciamentos, indicando um número mais restrito de relações bem-sucedidas dos bancos da EMR. Este grupo de amigos também foi o primeiro do qual Mattos fez referência e que se diz respeito apenas a amizades construídas por ele mesmo e que não foram heranças de sua mãe.

A nona e décima primeira dedicatória foram endereçadas ao primeiro e segundo batalhão em que Mattos serviu após sua formação na EMR, respectivamente, quando iniciou sua carreira de oficial. No primeiro, o 14º Batalhão de Caçadores, em Florianópolis, Mattos permaneceu por um ano e nove meses. Na dedicatória o General lembrou-se de todos os oficiais que serviram naquele período junto com ele, distinguidos pelo empenho e espírito de amizade. Já o segundo Batalhão que serviu, em Lorena, foram apenas dois meses de serviço que, apesar de curto, não deixou de ser homenageado em uma dedicatória específica, registrada no décimo primeiro livro da coleção. Possivelmente, a homenagem se deva ao fato de, apesar do curto período, se tratar de mais um momento significativo de sua trajetória sob a perspectiva do que considerava sua ascensão, a qual almejava ser completamente apresentada ao longo do conjunto de dedicatórias dos livros que planejou publicar. Isso explicaria a lembrança de uma unidade onde serviu por tão pouco tempo. Na dedicatória ao 5º BC foi destacado o nome do Comandante João Jayme Pessoa da Silveira, fazendo referência a uma rebelião da qual os militares sob seu comando fizeram parte, o que acabou por inserir o Comandante em inquéritos administrativos.

Entre as duas últimas publicações, Mattos escreveu um número extra da coleção, sobre os Monumentos dedicados à FEB espalhados pelo Brasil. Como tal, este livro

apresentou uma proposta um pouco diferenciada do conjunto mencionado até aqui. Dissemelhante aos outros livros, que se dedicavam aos monumentos de determinados estados, a obra pretendia abranger todo território nacional. Neste livro, a dedicatória também fugiu ao conjunto pensado de acordo com a cronologia de sua vida: foi dedicado aos soldados da FEB e, em especial, ao comandante João Baptista Mascarenhas de Moraes, que comandou a Expedição. Por mais que esta dedicatória não traga lembranças diretas da trajetória de Mattos, pode ser muito significativa se colocar em debate a relação de Mattos com a Segunda Guerra Mundial, que foi marcada pelo racismo e discriminação. Apesar do desejo de participar de uma missão no exterior, expresso por sua filha na entrevista, Mattos teria seu envolvimento vetado em qualquer reunião por causa de sua cor de pele. Por isso, a condecoração que Mattos ganhou no pós-guerra referia-se ao seu esforço de guerra no Brasil.

As dedicatórias da sua coleção de livros não foram apenas os meios escolhidos por Mattos para homenagear todas as pessoas que fizeram parte de sua ascensão social, que foi organizada cronologicamente nos 11 livros da coleção que almejava dar continuidade. A maioria das dedicatórias esteve acompanhada de certas lembranças, mas todas com um único sentido: o da construção de sua carreira e consequente mobilidade social. Por isso, as dedicatórias dos livros se tornaram fontes capazes de oferecer indícios sobre a trajetória do Marechal Mattos, evidenciando como utilizou o recurso à rede de sociabilidade nas primeiras décadas de sua vida. Além disto, ele também demonstrou as instituições que o receberam, possibilitando a ampliação da discussão sobre o pós-abolição e o destino dos descendentes do cativo nesses mesmos espaços.

Assim, as dedicatórias escritas por Mattos nos livros se inserem num projeto pensado de exposição racional de sua trajetória, considerada por ele como merecedora de valorização pela sociedade. Tomando como ponto de partida o presente – sua condição profissional e pessoal –, não apenas procurou recuperar no seu passado pessoas e instituições mas, principalmente, estabelecer o reconhecimento diante do qual se julgava merecedor, constituindo assim uma operação que articula o momento presente da escrita, a perspectiva de futuro e a seleção e encadeamento de eventos pretéritos.

De acordo com a perspectiva do irmão Yolando Guerra, a trajetória do Marechal seria uma prova de que “ninguém deixa de vencer por ser negro” e “uma das mais belas páginas da democracia racial”.²⁵⁷ No entanto, analisada de forma mais aprofundada, essa mesma trajetória acaba por revelar que as qualidades e expectativas pessoais não eram suficientes para a superação da condição subalterna. O que denota o caráter seletivo e restritivo da sociedade pós-abolição que, mesmo com a liberdade e igualdade de direitos, manteve as portas fechadas para a mobilidade social de muitos descendentes do cativo. Mattos e muitos outros negros, alguns citados na pesquisa, precisaram de estratégias que previam o apoio de pessoas que seriam capazes de oferecer suporte e “autorizar”, grosso modo, sua mobilidade social. Mecanismo que não pôde ser extensivo a muitos negros, já que o nível de analfabetismo dessa população era altíssimo e, mesmo com o advento da liberdade, permaneceram de forma significativa nos serviços domésticos e em ocupações com menores remunerações.

É nesse ponto que novamente fica evidente o papel materno, por meio do trabalho, na elaboração de relações sociais que permitiram o acúmulo de um capital social fundamental para a instrução de Mattos. De todo modo, o papel de Umbelina aparece mais fortemente na narrativa da guardiã da memória e bem menos na documentação escrita (onde não aparece) e no próprio relato de Mattos. Foi só a partir do entrecruzamento de diferentes fontes que se pode identificar melhor essa centralidade.

Assumindo a perspectiva da construção de capital social por Umbelina, as relações contidas nas dedicatórias foram apresentadas como parte da estratégia arquitetada por ela, reafirmada e perseguida por seu filho na narrativa da neta. Conforme a entrevista da guardiã da memória, o filho de Umbelina “tinha que estudar”. Ela sai da zona passiva e meramente receptiva, e nesse universo de trocas, os favores foram escolhas orientadas por ambas as partes, de acordo com os seus interesses. Apesar das relações interpessoais entre senhores e empregados terem preservado muito dos modos de se relacionar constituídos no período da escravidão, se tornou um importante meio de superação da condição subalterna, ou de conquista de objetivos pessoais.

²⁵⁷ IPHAN. Fundo Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Série: Inventário. Caixa: RJ070-P2. Página XXII.

Umbelina e seu filho recorreram ao auxílio de um grupo de pessoas brancas que dispunham de melhores condições financeiras e/ou sociais para a inserção de João Baptista no mundo letrado, com a perspectiva de melhores oportunidades de trabalho e superação da condição subalterna. Estratégias que foram adotadas por muitos negros, como forma de se esquivarem dos percalços impostos pela sociedade que levava sempre em consideração a cor da pele para a classificação e exclusão dos sujeitos. Neste e em muitos casos levantados ao longo da dissertação, o recurso às redes de sociabilidade foi usado para acesso a espaços que comumente vetavam, de forma explícita ou velada, a presença do negro. Foi por meio da chancela de representantes da boa sociedade branca e letrada que se tornou possível superação da condição subalterna para alguns negros.

Com isso, retomando a ideia discutida sobre as trajetórias individuais, é possível perceber a incidência de uma variação de fatores externos que contribuíram para a mobilidade social de Baptista de Mattos. A possibilidade mais frequente para um menino negro, de família pobre, nesse período, foi a de continuação da condição subalterna. João Baptista de Mattos teve suas possibilidades alargadas e, em consequência disso, seu raio de ação ampliado, devido à extensão e ação da rede de sociabilidade firmada por sua mãe.

É claro que não se pode desconsiderar os esforços e méritos individuais como causas da ascensão social dele, muito pelo contrário. A ideia defendida é que a construção da rede de sociabilidade, enquanto capital social, tenha sido resultante também do conjunto das ações e meios utilizados por essa família para atingir seus objetivos e, talvez, acessar extratos sociais mais elevados.

Fontes

Entrevista - autora:

Entrevista com D. Umbelina Lorena Sant'Anna. Janeiro de 2013.

Entrevista CPDOC/FGV

Arquivo do CPDOC/FGV. Entrevista General José Machado Lopes. Rio de Janeiro, 1986. Apud Marcusso; 2012: 118.

Entrevista General Punaro Bley. Rio de Janeiro, 1982. Apud Marcusso; 2012:145

Entrevista Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Rio de Janeiro, 1978. P13.

Livros:

ARARIPE, Tristão Alencar. *“Expedições militares contra canudos: Seu aspecto marcial”*. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1960. Livro reeditado em 1985.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Espírito Santo”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1953.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Estado da Bahia”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1956.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Estado do Paraná”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Estado do Rio de Janeiro”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1952.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Força Expedicionária no Bronze”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1960.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Guaporé”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1950.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Mato Grosso”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Piauí”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1949.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Santa Catarina”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1948.

MATTOS, João Baptista de. *“Os Monumentos Nacionais - Sergipe”*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1947.

MATTOS, João Baptista de. “*Os Monumentos Nacionais - Território do Acre*”. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.

RIO, João do. *Vidas Vertiginosas. Vida Vertiginosa*. Garnier Ed. Rio de Janeiro, 1911.

Acervo Familiar

"Marechal João Baptista de Mattos: Um preto de alma branca". Periódico “Letras e Armas”, texto com autoria de Adalardo Fialho.S/D.

Boletim comemorativo do aniversário da turma de Aspirantes a oficial de 18 de janeiro de 1921. Quartel General do estado da Guanabara, Janeiro de 1961. 6p.

Carta ao Jornalista Márcio Moreira Alves. Rio de Janeiro, 26 de 1999.

Diploma da Medalha de guerra. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1946.

Diploma de bacharelado em direito da faculdade de direito de Niterói. Niterói, 9 de dezembro de 1937.

Discursos acadêmicos – Academia Valenciana de Letras: Discurso de posse do acadêmico General João Baptista de Mattos à cadeira de nº 33 da classe de correspondentes. Sessão de 5 de setembro de 1959.

Pasta: Documentos do centenário. S/D.

SANT’ANNA, Job. Baptista de Mattos: Uma vida simples, um exemplo nobre. Separata da Revista do Exército Brasileiro. V 125 – nº 2 de abr/Jun de 1988. Comemorativo do Centenário da Abolição.

TURMA DE Castelo Festeja seus 46 anos de Formatura. Correio da manhã. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1967. 9p.

Museu do Negro

Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos: Ficha do Irmão Marechal João Baptista de Mattos. Número 36. SD.

Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Arquivos do Marechal Mattos. Collegio Pedro II : Certificado de reservista. 13 de março de 1918.

Periódicos

Folha de São Paulo - (1999)

Periódicos Biblioteca Nacional (BNRJ):

A Batalha

A Esquerda.

A Imprensa

A Manhã.

A Noite

Careta

Correio da Manhã.

Diário Carioca

Diário de Notícias

Gazeta de Notícias

Jornal do Brasil

Jornal do Recife

O Fluminense

O Imparcial

O Jornal

O Paiz

O Século

O subúrbio

Revista Marítima Brasileira.

Arquivo Histórico do Exército

Alterações e documentos de Armando Baptista Gonçalves. Pasta: VIII-A/25/43

Alterações e documentos do Jerônimo Leite Bandeira de Melo. Pasta V/4/24..

Alterações e documentos do João Francisco Sawen. Pasta V/20/43.

Alterações e documentos do Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-B.

Alterações e documentos do Marechal João Baptista de Mattos. Pasta: XXX-28-209-A.

Documentos pessoais. Fé de ofício de João Saraiva.

Revista A Defesa Nacional

Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

Livro Auxiliar da Thesouraria do Collégio Pedro II (taxa de frequência, taxa de lavanderia, impressos, taxa de certidão, etc.) Período 1916-1918.

Livro de pedidos de matrícula. Ano 1914.

Livro destinado à matrícula dos alunos do Externato do Collégio Pedro II. Período 13/03/ 1909 a 31/03/1914. 199p.

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. BR RJCPII-DAD/COP. Livro de registro de pagamento mensal de cuso do Colégio Pedro II. Período:1914.

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Iconografia. Foto do Marechal João Baptista de Mattos – ex aluno.

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro Auxiliar da Thesouraria do Collegio Pedro Segundo- despesas do Collegio a cargo da Thesouraria. BR-RJCPII-DAD/COP. Período: 1916-1918.

Diário Oficial da União (1880 – 1970)

[Buscas nominais através do acervo digitalizado e disponibilizado no site <http://www.jusbrasil.com.br/>]

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Divisão de Pesquisa. Biblioteca. *Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte* (contendo todos os trabalhos relativos aos meses de julho, agosto e setembro de 1888). Rio de Janeiro: Tipologia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1888. p. 65.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fundo Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Série: Inventário. Caixa: RJ070-P2. Página X.

Fundo Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Série: Inventário. Caixa: RJ070-P2. Página XXII.

Fundo Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Série: Inventário. Caixa: RJ070-P2. Página XXI.

CPDOC

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Daniela Cristina Lopes de. *A escolarização dos negros e suas fontes de pesquisa*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, p. 235-248, jun2011.
- ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*?. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.
- ALBERTI, Verena. *Literatura e Autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.
- ALBERTI, Verena. *O que documenta a história oral? Possibilidades para além da construção do passado*. II Seminário de História Oral, mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”. Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. *Irmãos de Cor e Fé: Irmandades negras na Parahyba do século XIX*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 2006. 115p.
- ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Apresentação- Dossiê: Colégio Pedro II – Lugar de Memória da Educação Brasileira. Cadernos de História da Educação*. Volume 14 - Número 1 - Janeiro a Abril de 2015. 9-18p.
- BARROS, Surya A. Pombo. *Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Universidade de São Paulo – Dissertação de Mestrado. 2005.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX*. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *“História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p.79-92.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro. Jorge Zaar Ed., 2003.
- BOFF, Virginia Ferreira. *Educação no pós-abolição: A escolarização de afrodescendentes em Florianópolis– SC (1888 – 1930)*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2015.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Tempos vivos e tempos mortos*. In: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo;. (Org.). *Caminho das Artes*. 1ed.São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2005, v. 1, p. 3-8

BOURDIEU, P. *The forms of capital*, in J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque, Greenwood, 1985. pp. 241-58.

BOURDIEU, P. *A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CECHINEL, Michelle Maria Stakonski . *Sinos, orações e bençãos; batuques, rezas e benzimentos: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e a Romanização do Catolicismo*. Revista Tempos Acadêmicos , v. 22, p. 5, 2012

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense. 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio*. In: LARA, Silvia Hunold (Org.). *Escravidão*. Revista Brasileira de História – São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março de 1988 / agosto de 1988.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da e GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

DEZEMONE, Marcus. *Do Cativo à Reforma Agrária: Colonato, direitos e conflitos (1872 – 1897)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

DOMINGUES, Petrônio José. *A visita de um afro-americano ao reino das fadas chamado Brasil*. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e

DOMINGUES, Petrônio José. *O Recinto Sagrado: educação e antirracismo no Brasil*. Cadernos de Pesquisa. v.39, n.138, p.963-994, set./dez. 2009. p.989.

DOMINGUES, Petrônio José. *Os 'pérolas negras': a participação do negro na revolução constitucionista de 1932*. AfroÁsia, nº. 29/30 (2003), p. 199-245. Disponível em: <www.afroasia.ufba.br>, acesso em 06/09/2016.

DOMINGUES, Petrônio. *'Um desejo infinito de vencer': o protagonismo negro no pós-abolição*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 12, n.º 23, p. 118-139, jul/dez 2011.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.

DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)*. 2. ed. Brasília: INEP, 1997.

ENGEL, Magali Gouveia. *Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 17. 2004. pp. 53-78

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA FILHO A H. *Salvador das Mulheres : condição feminina e cotidiano popular na Belie Epoque Imperfeita*. Salvador: UFBA, dissertacao de Mestrado, 1994.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes & Janaína Amado (coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. *Os anos rebeldes do tenentismo: O movimento que agitou a cena política brasileira na década de 1920, defendendo transformações profundas no país, desembocou num programa político autoritário e elitista*. Revista de História. 2007.

FRAIZ, Priscila. *A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais de Gustavo Capanema*. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1988.

FRANCISCO, Alessa Passos. *Marechal João Baptista de Mattos: Histórias e Memórias sobre a vida de um negro descendente de escravos no Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

FROTSCHER, Méri. *De 'alemães no exterior' a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949)*. História Unisinos. Vol. 17 Nº 2 - maio/agosto de 2013.

GAGNEBIN, Jeane Marie. *Memória, História, Testemunho*. In: STELLA e NAXARA, Márcia. (orgs.) *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001.

GAMA, Carlos Eduardo Medeiros. *Um General conservador: Manuel Felizardo de Souza e Mello e a modernização do Exército nos debates no Senado e no Conselho de Estado em 1850*. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG Vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

GOMES, Ângela de Castro. *A Guardiã da Memória*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GOMES, Ângela de Castro. *A escola republicana: entre luzes e sombras*. In: _____; PANDOLFI, Dulce & ALBERTI, Verena (Orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. pp. 384-437

GOMES, Angela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

GRAHAM, Sandra. *Proteção e Obediência: Criados e seus Patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros – Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. *A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

GUIMARÃES, A. S. A. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos*, n.1, 1988. Rio de Janeiro, FGV, <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf> .

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e Anti-Racismo No Brasil*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, p. 26-44, 1995.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006

LOPES, S. F. *A educação escolar na Primeira República: a perspectiva de Lima Barreto*. In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D. & NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *Navegando pela História da Educação brasileira*. Campinas: Graf. FE; Histed-BR, 2006.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Tradução de Fernando Scheib. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURY, G. C. (1977), *A dynamic theory of racial income differences*, in P. A. Wallace e A. M. La Mond (orgs.). *Women, Minorities, and Employment Discrimination*. Lexington, MA: Heath, pp. 153-86.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 17, nov. 1998, p. 28-46.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. *A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904-1929)*. 2012.226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

MARQUES, RIZZINI E SCHULER. *Felismina e Libertina vão à escola: Notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906)*. História da Educação [online] – v.19, n.46. 2015. P.145-165.

MATTOS, Hebe Maria. *Os Combates da memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, n.6. Niterói: Sette Letras, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MAXIMIANO, C. C.; OLIVEIRA, D. de. *Raça e Forças Armadas: o caso da campanha da Itália (1944-45)*. Revista Estudos de História, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 157-184, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MOURA, Gerson. *Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. vol. 6. n. 12, 1993, p.177-189.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil, 1939-50: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

NEPOMUCENO. *Protagonismo ignorado*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, 555p.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. Tempo Social, Jun 2007, vol.19, no.1, p.287-308.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. História e Cultura. Projeto História (Tradução: Yara Khoury. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP), São Paulo, n.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Dennison de. *Relações Internacionais Militares Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial: O Caso das Comissões Militares Conjuntas*. XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Florianópolis, SC. 2015.

ORIÁ, Ricardo. *Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História*. Revista História Hoje, v. 3, nº 6, p. 43-66 – 2014.

PALMA, Rogério da. *Liberdade sob tensão: negros e relações interpessoais na São Carlos pós-abolição*. São Carlos: UFSCar, 2015. Tese de Doutorado.

PALMA, Rogério da; TRUZZI, O. M. Serra. *O pós-abolição e suas dinâmicas de sociabilidade: Lógicas familiares e relações interpessoais no oeste paulista cafeeiro*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. *De Chocolat: Identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da primeira república*. Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado. Niterói, 2014.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, CPDOC, pp.3-15. 1989

PORTES, Alejandro. *Capital social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea*. Sociologia, Problemas e Práticas. Nº 33, 2000, 133-158.

REZENDE, Antônio Paulo. *Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta*. In: GOMES, Angela Maria de Castro. Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós- Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. In: Topoi, v. 5, nº. 8, 2004.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *As relações militares brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial*. In: Revista Brasileira de História Militar. Ano II, no. 6, Dezembro de 2011. Pg. 17-18.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ. Tese de doutorado. 2008.

ROESLER, Rafael. *A Missão Indígena e sua atuação na Escola Militar do Realengo*. XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH- Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios. Florianópolis, SC. 2015.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, Pratos e Panelas: Poderes, práticas e relações de trabalho doméstico*. Salvador 1900-1950. UFBA, 1998 - Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Adriana Silva. *As Relações de Trabalho na pós-abolição: uma discussão historiográfica*. Ciclos Históricos- UESC. Setembro, 2009.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O Colégio Pedro II: Origens e formação do currículo das escolas secundárias brasileiras*. Anais do X colóquio sobre Questões Curriculares & VI Colóquio Luso-brasileiro de currículo. Belo Horizonte – MG. Setembro de 2012.

SCHWARCZ, L. K. M. . *Nem preto, nem branco muito pelo contrário; cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução. Élvio A. Funck. Apresentação. Miriam P. Grossi. 2002. seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais In: STELLA e NAXARA, Márcia. (orgs.) Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001.

SILVA, Otavio Torres da. *A Cidade do Salvador Perante a Higiene*. Salvador: Faculdade de Medicina, 1908, p. 22. TESE.

SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços : o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social), UERJ, 2009

SOUZA. Maria Cecília Cortez Christiano de. *O preto no branco: a trajetória de escritor de Luiz Gama*. in Vidal. Diana G. e Hilsdorf. Maria Lúcia S. (orgs.). *Brasil 500 Anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001.

STAKONSKI, Michelle Maria. *Tramas da sacristia, táticas do consistório: Modernidade e romantização na Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos(Florianópolis, 1905 -1925)*. Dissertação de Mestrado. UFSC. 2010.

STELLA e NAXARA, Márcia. (orgs.) *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. *O Collegio de Pedro II e a formação da mocidade brasileira (1838-1889)*. - Dossiê: Colégio Pedro II – Lugar de Memória da Educação Brasileira. Cadernos de História da Educação. Volume 14 - Número 1 - Janeiro a Abril de 2015. 9-18p.

VELHO, Gilberto. *Memória, identidade e projeto*. Revista Tempo Brasileiro. Nº 95, out-dez., pp. 119-126, 1998.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. *História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo*. Dissertação de Mestrado em história, Política e Bens Culturais. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2010.

Apêndices

Apêndice 1 – Notas sobre os autores dos prefácios.

1. **“Os Monumentos Nacionais - Sergipe”- 1947.** O primeiro livro publicado por João Baptista de Mattos teve como autor do prefácio Epifânio da Fonseca Dória. Tornou-se membro do Conselho Florestal do Estado do Sergipe.²⁵⁸ Atuou na Comissão de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, onde exercia o cargo na Subcomissão de Receita.²⁵⁹ Foi membro da Academia Sergipana de Letras, como 1º Secretário.²⁶⁰

2. **“Os Monumentos Nacionais - Santa Catarina” – 1948.** O autor do prefácio foi o catarinense Capitão Lucas Alexandre Boiteux, militar da Marinha do Brasil desde 1897.²⁶¹ Também foi colaborador da redação da “*Revista Marítima Brasileira*”,²⁶² em edições desde 1909. Era reconhecido por seus pares como “*ilustrado historiador*”.²⁶³ Escreveu e publicou o livro “*A Marinha de Guerra Brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I*”,²⁶⁴ “*Marinha Imperial versus Cabanagem*”,²⁶⁵ entre outros. Além disso, também foi colunista do “*Jornal do Comércio*”.²⁶⁶ Em 1934 era Capitão dos portos do Estado Santa Catarina,²⁶⁷ e foi exonerado desse cargo para servir no Estado Maior da Armada,²⁶⁸ onde permaneceu até 1937.²⁶⁹ No momento de escrita do prefácio, Lucas já era reformado na Marinha,²⁷⁰ e ocupava cadeira no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.²⁷¹

3. **“Os Monumentos Nacionais - Piauí”- 1949.** O livro não possui prefácio. Apesar disso, traz a referência à colaboração de outras pessoas, indicando a participação dos Tenentes-Coronéis Manoel Joaquim Guedes e do Major João Henrique Gayoso e

²⁵⁸ SERGIPE. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1941. 5p.

²⁵⁹ SEGUNDA Conferência Técnica dos Técnicos Fazendários. A Batalha. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1940. 2p.

²⁶⁰ FEDERAÇÃO das Academias de Letras do Brasil. A Noite. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1949. 36p.

²⁶¹ Trinta e cinco anos de serviços à Marinha. A Noite. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1932. 8p.

²⁶² REVISTA Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, Outubro de 1909.

²⁶³ REVISTA Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, janeiro, fevereiro e março de 1947. 563p.

²⁶⁴ REVISTA Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, Outubro de 1928. 739p.

²⁶⁵ LIVROS que interessam à Marinha. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1943. 4p.

²⁶⁶ REVISTA Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, (ano ilegível). 1048p.

²⁶⁷ OS MORTOS da Revolta de 1893. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1934. 7p.

²⁶⁸ “VAE SERVIR no Estado Maior da Armada”. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1934. 12p.

²⁶⁹ DISPENSAS da Marinha. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 12 de março de 1937. 9p.

²⁷⁰ DECRETOS Assinados pelo presidente da República. A Batalha. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1940. 5p.

²⁷¹ REVISTA Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, janeiro, fevereiro e março de 1947. 288p.

Almeida. Isso denota que, apesar do livro não apresentar um prefácio, a rede de sociabilidade de Mattos também estava inserida neste território, porém, em um meio natural, no Exército. Talvez, no Piauí, Mattos não tenha encontrado espaço de sociabilização intelectual, o que possivelmente tenha resultado em um livro sem prefácio.

4. “Os Monumentos Nacionais - Guaporé”-1950. O prefácio foi escrito por Aluísio Ferreira. Lembrado como sertanista de tradição, Aluísio nasceu em 1897, e assentou Praça na Escola Militar em 1916. Sua promoção a Aspirante aconteceu em 13 de janeiro de 1921, concomitantemente com a promoção de Mattos, após concluírem o curso da Escola Militar do Realengo, onde possivelmente se conheceram. Aluísio se formou na arma de Artilharia e Mattos na Infantaria.²⁷² Ambos foram promovidos ao cargo de segundo-Tenente em maio de 1921. Aluísio, no início da década de 1940, estava à frente da administração da Estrada Madeira-Mamoré. Foi apresentado pelo “*Jornal do Brasil*” como a “maior força eleitoral do Amazonas”.²⁷³ Aluísio Ferreira foi um dos grandes apoios de Getúlio Vargas na “Marcha para o oeste”. Esta previa o fortalecimento econômico através da exploração das riquezas do sertão. Tornou-se muito evidente dentro desse processo, pois a Estrada de Ferro Madeira – Mamoré, administrada por ele, era vista como “ponto de irradiação do sentido da marcha para o oeste, centro de civilização e de irradiação cívica”.²⁷⁴

Em 1943, o presidente da República assinou um decreto nomeando o Major Aluísio Ferreira como primeiro governador do Território do Guaporé, logo após a sua emancipação.²⁷⁵ Em 1949, ocupava o cargo de deputado federal pelo partido PSD, representando o território de Guaporé, após uma acirrada disputa com Vicente Rondon.²⁷⁶ Mandato que durou até 1951, quando foi reeleito no mesmo cargo e empossado pelo presidente da câmara, Nereu Ramos.²⁷⁷ Assim sendo, no momento em que escreveu o prefácio do livro de Mattos, Aluísio era deputado federal pelo território

²⁷² ACERVO FAMILIAR. Boletim comemorativo do aniversário da turma de Aspirantes a oficial de 18 de janeiro de 1921. Quartel General do estado da Guanabara, Janeiro de 1961. 6p.

²⁷³ O AMAZONAS na primeira legislatura ordinária nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1935. 7p.

²⁷⁴ PORTO Velho: Fonte dos recursos naturais da Amazônia. A Manhã. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1943. 27p.

²⁷⁵ O primeiro Governador do Território de Guaporé. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1943. 4p.

²⁷⁶ No Guaporé. A Manhã. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1949. 7p.

²⁷⁷ O GOVERNO Pretende ser franco perante a nação. A Manhã. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1951. 9p.

de Guaporé e integrante da Comissão especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.²⁷⁸

5. “Os Monumentos Nacionais - Estado do Rio de Janeiro”-1952. O prefácio foi redigido por Noronha Santos. Noronha Santos era visto pela sociedade à época como um “rapaz de excelente formação francesa educado em Paris”,²⁷⁹ “pessoa de destaque nos meios sociais e jornalísticos da capital fluminense...”,²⁸⁰ um “jornalista culto e espírito brilhante”.²⁸¹ Ocupava o cargo de secretário do jornal “Estado de Nictheroy” e do “Tribunal de recursos Eleitoraes”.²⁸² Além disso, foi nomeado bibliotecário do Arquivo Público e Biblioteca universitária,²⁸³ atividades que o puseram a frente de importantes trabalhos de inventários e tombamento de Patrimônios Nacionais.²⁸⁴

6. “Os Monumentos nacionais - Espírito Santo”-1953. O livro teve o prefácio de Asdrubal Soares. Engenheiro por formação,²⁸⁵ ex-secretário da agricultura do meio ambiente, foi deputado federal eleito pelo estado do Espírito Santo.²⁸⁶ Mais tarde, em 1955, foi indicado para o cargo de prefeito de Vitória.²⁸⁷

7. “Os Monumento Nacionais - Estado da Bahia”-1956. O livro foi prefaciado por Wanderley Pinho. Foi membro do Ministério Público como promotor de S. Salvador,²⁸⁸ e acumulativamente deputado pelo estado da Bahia,²⁸⁹ além de ter ocupado o cargo de prefeito de Salvador.²⁹⁰ Sua história com a política baiana teve início com seu pai, Góes Calmon, que foi governador do Estado e começou sua vida política como promotor público no interior.²⁹¹ Na linha materna, era neto do Barão de Cotegipe,²⁹² do qual

²⁷⁸ VIAJANTES. . Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1947. 11p.

²⁷⁹ As duas “chaves” do Isaías Caminha. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 20 de março de 1949. 25p.

²⁸⁰ Catálogo da Biblioteca do Estado do Rio. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1933. 3p.

²⁸¹ A Crônica Boêmia. Careta. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1957.12p.

²⁸² NATALICIOS. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1930. 5p.

²⁸³ Assembleia Legislativa. O Fluminense. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1937. 1p.

²⁸⁴ Foi Noronha Santos quem esteve à frente do inventário de tombamento da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, do qual Mattos fazia parte e teve seu nome citado nos documentos.

²⁸⁵ A política capichaba focalizada em S. Paulo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 de março de 1935. 7p.

²⁸⁶ TRIBUNAL Eleitoral. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1934. 24p.

²⁸⁷ O secretariado do Espírito Santo. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1955.10p.

²⁸⁸ A MIXORDIA Bahiana. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1930. 5p.

²⁸⁹ NOVOS Parecera. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1930. 7p.

²⁹⁰ MOVIMENTO. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1948. 13p.

²⁹¹ DEPOIMENTO do ex-deputado Wanderley Pinho. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1930. 7p.

²⁹² COTEGIPE. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1937. 6p.

“herdava o pigmento carregado”.²⁹³ Foi sócio efetivo do Instituto Histórico Baiano,²⁹⁴ escreveu e publicou o livro “*Política e políticos no Império*”,²⁹⁵ “*História de um engenho do Recôncavo*”,²⁹⁶ estudo que em 1956 recebeu prêmio no concurso de monografias como melhor estudo, pelo Instituto do Açúcar, entre outros trabalhos.²⁹⁷

8. “Os Monumentos Nacionais - Mato Grosso”- 1957. O prólogo do livro é de autoria de Virgílio Correia Filho. Foi Engenheiro e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²⁹⁸ Participou da Federação das Academias de Letras do Brasil, onde foi eleito parte da mesa diretora, tornando-se segundo Secretário,²⁹⁹ representante da Academia Mato-grossense.³⁰⁰ Para a opinião pública da época, Virgílio fazia parte de um grupo de homens que “leem e escrevem por amor ao estudo e ao trabalho, e não para que se saiba do seu valor”. “A massa intelectual lê e admira os seus notáveis trabalhos relativos, especialmente, à geografia e à história nacionais, e os quais lhe deram ingresso no douto e secular Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Academia Mato-grossense de Letras...”.³⁰¹ Virgílio viajou por muitos países participando de congressos e eventos ligados à História e Geografia.³⁰² Escreveu e publicou livros, como por exemplo, a biografia de “Pedro Celestino”.³⁰³ Em 1951, Virgílio foi diplomado no Curso Superior de Guerra, em uma cerimônia onde graduaram-se 45 estagiários, dentre os quais 18 eram civis.³⁰⁴

9. “Os Monumentos Nacionais - Estado do Paraná”- 1959. Foi David Carneiro quem escreveu o prefácio do livro. Visto como um capitalista,³⁰⁵ e próspero industrial,³⁰⁶

²⁹³ PARENTES, amigos e homonymos. A Manhã. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1926. 3p.

²⁹⁴ Instituto Histórico. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1933. 6p.

²⁹⁵ CHRONICA Literária. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1931. 2p.

²⁹⁶ Sociais. . Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 19 de março de 1947. 10p.

²⁹⁷ Publicações do Instituto do Açúcar. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 de março de 1956. 6p.

²⁹⁸ A REUNIÃO do Instituto Histórico. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1937. 15p.

²⁹⁹ FEDERAÇÃO das Academias de Letras do Brasil. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1937. 30p.

³⁰⁰ FEDERAÇÃO das Academias de Letras do Brasil. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1937. 7p.

³⁰¹ Sem título. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1937. 5p.

³⁰² VIAJANTES. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1947. 9p.

³⁰³ FEDERAÇÃO das Academias de Letras do Brasil. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1946. 8p.

³⁰⁴ Íntegra do Discurso do gen. Cordeiro Farias, diretor da Escola Superior de Guerra, na solenidade de encerramento do curso desse estabelecimento. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1951. 3p.

³⁰⁵ COMPANHIA de Cimento Portland Paraná. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1943. 9p.

³⁰⁶ Autoridades no gabinete ministerial. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1942. 4p.

historiador,³⁰⁷ professor da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Belas Artes de Curitiba,³⁰⁸ engenheiro civil,³⁰⁹ e “ilustre escritor paranaense, que se alista nas fileiras dos mais severos e documentados historiadores patricios”.³¹⁰ Escreveu e publicou pela Editora Ravaro o livro “*O Cerco da Lapa e seus Heróis*”,³¹¹ e os livros “*História do Mate*”,³¹² “*Dos troféus em geral e dos troféus na História do Brasil*”,³¹³ entre outros.

10. “Os Monumentos Nacionais - Força Expedicionária no Bronze”- 1960. O livro contou com o prefácio de autoria de Olímpio Falconieri da Cunha, General que integrou a Força Expedicionária brasileira de guerra.³¹⁴ Em 1945, no *front* de guerra europeu, Falconieri foi designado para dirigir a Inspeção geral do 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira.³¹⁵ Sua chegada ao Brasil ocorreu em 16 de outubro de 1945, quando foi recebido no aeroporto por muitos amigos.³¹⁶ Sua notável participação na Expedição Militar de Guerra, possivelmente, foi um dos motivos mais importante para sua escolha como autor do prefácio do livro, referente aos monumentos em homenagem ao esforço de guerra do qual participou. Como General, Falconieri passou a comandar a 3ª Região Militar do Estado do Rio Grande do Sul.³¹⁷ Em novembro de 1956, Falconieri foi nomeado ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, ocupando a vaga do falecido Góis Monteiro.³¹⁸ Em 1957, Mattos, Falconieri, Lott e mais 15 generais do Exército receberam, através de decreto do presidente da república, Juscelino Kubistchek, a “*Medalha Mérito Santos Dumont*”,³¹⁹ que foi criada no ano anterior por decreto.³²⁰

³⁰⁷ Escritores e livros. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 6 de março de 1953. 8p.

³⁰⁸ VIDA Cultural. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 31 de março de 1954. 9p.

³⁰⁹ 80% DAS Forças Políticas do Paraná com Eduardo Gomes. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 16 de março de 1945. 12p.

³¹⁰ DAVID Carneiro – “O Cerco da Lapa e seus heróis”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1935. 15p.

³¹¹ DAVID Carneiro – “O Cerco da Lapa e seus heróis”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1935. 15p.

³¹² Publicações recebidas. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1941. 30p.

³¹³ BIBLIOTECA do Exército. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1955. 20p.

³¹⁴ HOMENAGEM do Posto 7 aos Expedicionários. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1945. 13p.

³¹⁵ NOVA Comissão ao General Falconieri. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1945. 3p.

³¹⁶ O REGRESSO do General Falconieri. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1945. 5p.

³¹⁷ No Rio o General Falconieri da Cunha. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1951. 5p.

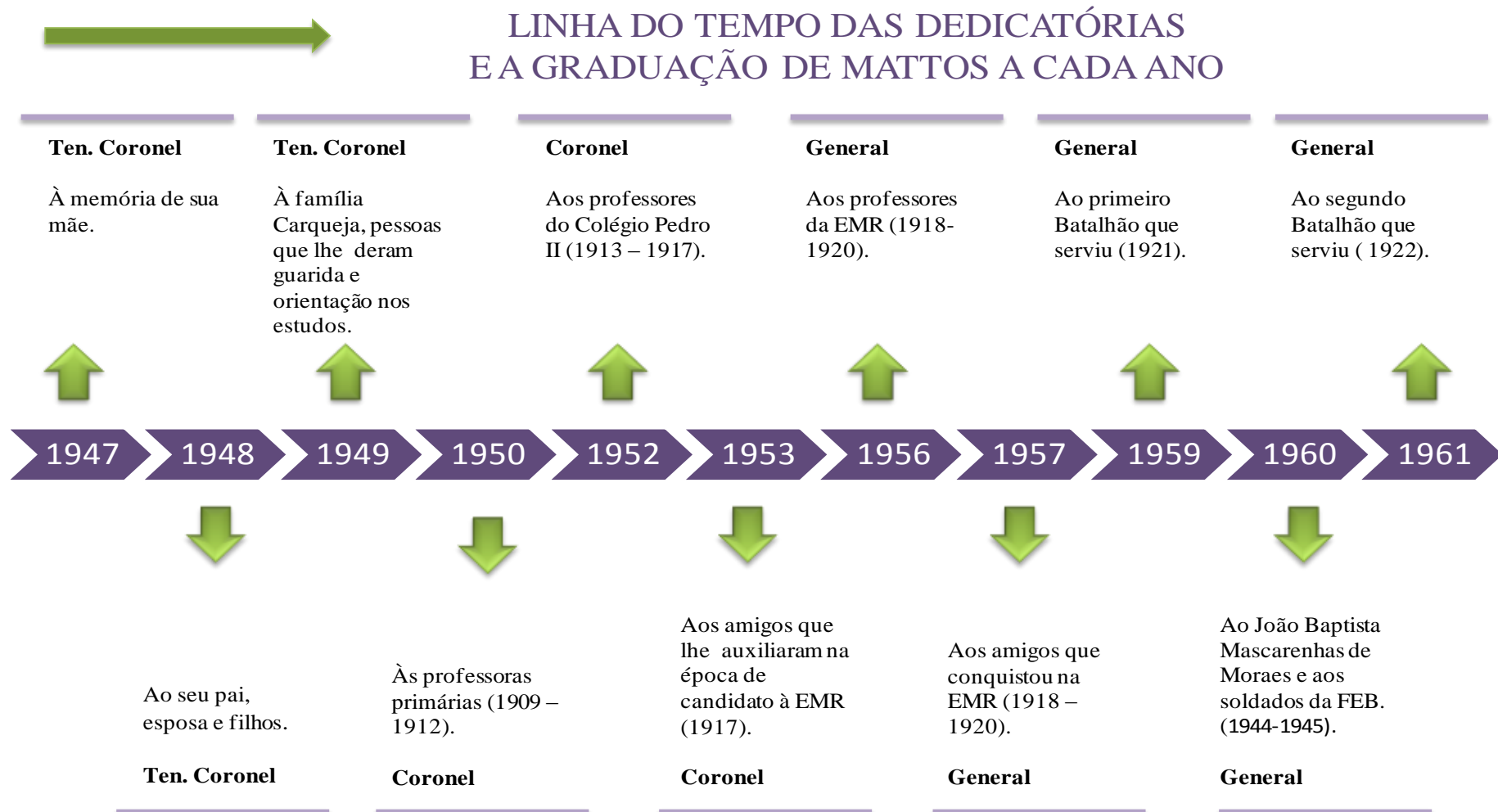
³¹⁸ POSSE do General Falconieri. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1957. 5p.

³¹⁹ MEDALHA Mérito Santos Dumont. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 24 de março de 1955. 4p.

³²⁰ Informação retirada do site da Força Aérea Brasileira em 03 de janeiro de 2016. <http://www.fab.mil.br/medalhas#merito-santos-dumont>

11. “*Os Monumentos Nacionais - Território do Acre*”-1961. O último livro da coleção de Mattos, não contou com um prefácio e nem trouxe nenhuma indicação de auxílios especiais.

Apêndice 2: Organização cronológica das dedicatórias



Anexo

Anexo 1. Marechal João Baptista de Mattos: Um Prêto de Alma Branca

MARECHAL JOÃO BAPTISTA DE MATTOS (Um Prêto de Alma Branca)

Nunca nos sentimos tão brasileiros como por ocasião do entêrro do Marechal João Baptista de Mattos, êsse prêto de alma branca que honrou, como os que mais honraram, o Exército e a Nação.

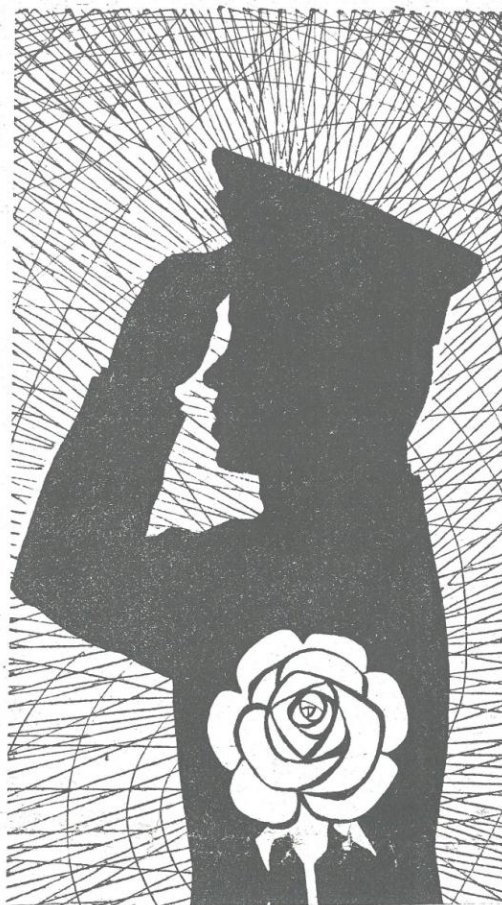
Centenas de pessoas de tôdas as classes sociais acorreram ao cemitério de S. Francisco Xavier para prestar-lhe as suas últimas homenagens. Espontaneidade, amor, saudade em tôdas as fisionomias que lá foram. Pesar sincero. Dor irreparável. Flôres em profusão. Milagre de amor. Vimos pretos abraçando brancos e brancos beijando pretos. Vimos até brancos desmaiando.

Se o correspondente de jornal de um desses países onde impera a discriminação racial assistisse aquêlo entêrro, teria matéria farta e preciosa para rabiscar um desses artigos depreciadores dos países "down" rio Grande. Êle diria que viu o caixão de um prêto, Marechal do Exército brasileiro, ser levado à última morada ladeado por uma irmandade de pretos (N. S. do Rosário) e acompanhado por uma multidão, com maioria absoluta de brancos. Diria mesmo que lá estavam Ministros, Marechais, Generais, oficiais de altas patentes de tôdas as Fôrças Armadas, figuras representativas da sociedade local e um sem número de representantes de todos os níveis sociais.

E concluiria com alguma admiração própria dos que não compreenderam a doutrina do Nazareno em toda a sua extensão.

Mas nós leríamos o artigo não com ódio, mas com orgulho de brasileiro. Cristo não disse: amai-vos uns aos outros com exclusão dos pretos. Disse simplesmente: amai-vos uns aos outros como eu vos amei.

Ê o que vimos naquele entêrro. João Baptista de Mattos,



afirmativo da coexistência das raças num país democrático com igualdade de oportunidade para todos. Tirou todos os cursos do Exército, desempenhou as mais altas comissões, abriu tôdas as portas da sociedade. Foi membro da Academia Guanabarina de Letras, da Sociedade Brasileira de Geografia e presidente do Instituto de Geografia e História Militar. Bacharel em Direito, escreveu vários livros e colaborou na imprensa do País. Homem leal, de caráter adamantino, olhar doce e sorriso sempre presente, soube conquistar amigos, que viam nêle jamais o prêto, mas um cidadão útil à comunidade e à Pátria. E quanto mais alto subia, mais humilde se mantinha, característica de nobreza de caráter. Acessível a todos, de trato brando e simpatia irradiante, conquistava amizades, derrubava preconceitos, e consolidava cada vez mais o seu prestígio no seio da sociedade. O Brasil orgulha-se desse filho que desceu à sepultura legando-nos, por último, uma lição de amor.

Nunca Cristo se viu tão realizado em nossa Pátria, como no entêrro desse prêto ilustre. E por isso há de abençoar êste país gigante que, sem discriminações sociais, raciais ou religiosas, caminha seguro para seus altos destinos.

Gen. Adalberto Vianna

